

SUELLEN DAYSE VERSIANI DOS SANTOS

**A CASA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO RESIDENCIAL DE
BELO HORIZONTE**

INFLUÊNCIA DOS ANTECEDENTES COLONIAIS E O PAPEL DO
NEOCLASSICISMO E DO ECLETISMO

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2011

SUELLEN DAYSE VERSIANI DOS SANTOS

**A CASA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA PRODUÇÃO RESIDENCIAL DE
BELO HORIZONTE**

INFLUÊNCIA DOS ANTECEDENTES COLONIAIS E O PAPEL DO
NEOCLASSICISMO E DO ECLETISMO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da
Escola de Arquitetura da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para a
obtenção de título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Teoria, produção e
experiência do espaço

Orientador: Dr. André Guilherme Dornelles
Dangelo

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2011

S237c

Santos, Suellen Dayse Versiani dos.

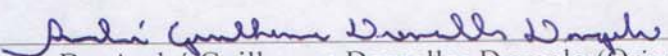
A casa brasileira do século XIX e seus desdobramentos na produção residencial de Belo Horizonte: influência dos antecedentes coloniais e o papel do neoclassicismo e do ecletismo / Suellen Dayse Versiani dos Santos. - 2011. 236f. : il.

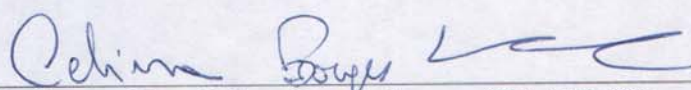
Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

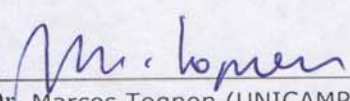
1. Arquitetura de habitação. 2. Ecletismo na arquitetura. 3. Habitação – Belo Horizonte (MG). I. Dangelo, André Guilherme Dornelles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD: 728

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada em 28 de fevereiro de 2011 pela Comissão Examinadora:


Professor Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo (Orientador EA-UFMG)


Professora Dra. Celina Borges Lemos (EA-UFMG)


Professor Dr. Marcos Tognon (UNICAMP)

Para os meus pais,
Rubens e Odete.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado esta oportunidade que me proporcionou um grande e rico aprendizado.

Aos meus pais, Rubens e Odete, agradeço por todo amor, carinho e dedicação com que me acompanharam sempre, e por estarem presentes em todos os momentos me apoiando e me dando forças.

Aos meus irmãos, Robson, Suiara e Karine, muito obrigada pela amizade, pelo carinho e pelo apoio.

Agradeço ao meu orientador, André Dangelo por todas as orientações e pela atenção com que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à professora Celina Borges pelas contribuições que deu ao desenvolvimento desta pesquisa, pela sua atenção e pela sua amizade.

Aos professores do NPGAU, agradeço pelos conhecimentos adquiridos durante as aulas.

À Renata Albuquerque, secretária do NPGAU, agradeço pela atenção e disponibilidade com que sempre me recebeu.

Agradeço à FAPEMIG pela bolsa de Mestrado que me foi concedida.

Agradeço aos membros da banca do Seminário de Dissertação, professores André Dangelo, Celina Borges e Flávio Carsalade, pelas contribuições que deram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca, pela disponibilidade nos atendimentos e, em especial, à Andréia, à Carla Cristina e ao Marco pelas orientações a respeito de normalização de trabalhos acadêmicos, e ao Marco por ter auxiliado nas dúvidas específicas relacionadas à minha pesquisa.

Agradeço ao PET-Arquitetura da UFMG, grupo de pesquisa, ensino e extensão do qual participei no período da minha graduação, e que contribuiu para as primeiras experiências de pesquisa, aprendizado esse que foi fundamental para o Mestrado.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, pela atenção e disponibilidade com que me atenderam e me auxiliaram.

Agradeço aos amigos pela torcida, pelo apoio e pelo interesse que sempre demonstram pelos estudos realizados.

RESUMO

A produção arquitetônica residencial de uma sociedade corresponde a um importante elemento de sua cultura. Este espaço dialoga tanto com os condicionantes naturais, como clima e disponibilidade de materiais, quanto com aspectos relacionados aos costumes e modo de vida das pessoas. Nesse sentido, as casas de um grupo social representam um espaço de grande importância, pois nos permitem observar a influência de fatores diversos na conformação da moradia dos indivíduos, sejam estes fatores relacionados a mudanças ou a conservação de tradições. Diante desta complexidade que gira em torno do espaço da moradia, as casas foram escolhidas como objeto principal deste estudo, que pretende investigar as influências das transformações empreendidas pelo século XIX, sobretudo as relacionadas ao Ecletismo, na produção residencial das primeiras décadas de Belo Horizonte. Para tanto, fez-se necessário uma análise das residências produzidas no Brasil no século XIX, com o intuito de verificar quais aspectos das casas passaram por transformações e quais foram os principais agentes dessas mudanças. Ao mesmo tempo, para melhor compreender as modificações que ocorreram nesse período, empreendeu-se um estudo sobre as casas brasileiras coloniais. Essas análises foram fundamentais para a identificação de aspectos que acabaram se instituindo como tradições relacionadas às habitações e aos modos de viver das pessoas. A pesquisa traz então um estudo sobre a casa brasileira, o qual perpassa as produções do período colonial, do século XIX e culmina com uma análise das residências construídas nas primeiras décadas da nova capital de Minas Gerais (final do século XIX e início do século XX).

Palavras-chave: Casa brasileira. Belo Horizonte. Século XIX. Ecletismo. Período colonial.

ABSTRACT

The residential architectural production of a society constitutes an important element of their culture. This space dialogues with both the natural conditions, such as weather and availability of materials, and with aspects related to customs and way of life. In this sense, a social group's houses represent an area of great importance, because they allow us to observe the influence of several factors in individual's housing's shaping, be these factors related to changes or to tradition's preservation. Given this complexity that revolves around the living space, the houses were chosen as this study's main object, which aims to investigate the influences of the changes undertaken by nineteenth century, especially those related to Eclecticism, in the home's production of Belo Horizonte's first's decades. For this purpose it was necessary to analyze the homes produced in Brazil in the nineteenth century, in order to ascertain which house's aspects have undergone transformations and what were the main agents of these changes. At the same time, to better understand the changes that occurred during this period, a study on Brazilian colonial homes was undertaken. These analysis were crucial for the identification of issues that ended up by instituting themselves as traditions relating to housing and people's ways of life. The research, then, brings a study on Brazilian house, which pervades the production of the colonial period, of the nineteenth century and culminates with an analysis of residences built in the early decades of Minas Gerais's new capital (late nineteenth and early twentieth century).

Keywords: Brazilian house. Belo Horizonte. Nineteenth century. Eclecticism. Colonial period.

LISTA DE FIGURAS

01	Casa grande seiscentista (demolidada) do engenho <i>Megaípe</i> , em Muribeca (PE)	27
02	Casa grande seiscentista (demolidada) do engenho <i>Megaípe</i> , em Muribeca (PE) [Plantas]	27
03	Casa da fazenda Colubandê, São Gonçalo (RJ)	29
04	[Janela que conta com o escuro como recurso de vedação]	31
05	Capela Nossa Senhora da Conceição, anexa à Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Praia do Forte, Salvador (BA)	32
06	Casa-grande do engenho Freguesia e capela ao fundo, Candeias (BA)	33
07	[Interior em talha dourada da capela do engenho Bonito, em Nazaré da Mata (PE), século XVIII]	34
08	Antiga senzala do engenho Coimbras, Cabo de Santo Agostinho (PE)	35
09	Habitação de negros, litografia de Joham Moritz Rugendas, 1835	37
10	[Casa no Pátio de São Pedro, Olinda (PE)]	41
11	Planta do andar térreo da casa nº 7 do Pátio de S. Pedro, Olinda [PE]	41
12	Planta do 1º andar da casa nº 7 do Pátio de S. Pedro, Olinda [PE]	42
13	[Balcão com treliça, em modelo encontrado em várias partes do território colonial]	43
14	[Casa com balcão em treliças de madeira e cachorros de pedra na Rua do Amparo, Olinda (PE)]	44
15	Portal armoriado da casa em que viveu o poeta Gregório de Matos [Bahia]	45
16	Paço Imperial [Rio de Janeiro, RJ; construção: meados do século XVIII; vista externa]	46
17	Paço Imperial [Rio de Janeiro, RJ; construção: meados do século XVIII; planta]	46
18	Palácio Episcopal [Rio de Janeiro, RJ; construção em 1702]	47
19	Escada da Fazenda do Capão [RJ]	48
20	Casa da Fazenda do Viegas [RJ]	49
21	Fazenda do Viegas [RJ; planta]	49
22	Casa da Fazenda do Engenho d'água [RJ; construção: meados do século XVIII]	50

23	Engelho d'água [RJ; planta]	50
24	Sítio do Calu, Embu [SP]	52
25	Sítio do Calu, Embu [SP; planta]	52
26	Casa do Padre Inácio [Cotia, SP]	53
27	Casa do Padre Inácio [Cotia, SP; planta inferior]	54
28	Casa do Padre Inácio [Cotia, SP; planta superior]	54
29	Cachorro de quina do beiral da mesma casa de fazenda do Padre Inácio [Cotia, SP]	55
30	Porta principal da casa de fazenda do Padre Inácio, em Cotia, Estado de São Paulo	56
31	Interior da capela da fazenda Santo Antônio, no município de São Roque [SP]	57
32	Casa dos Contos, Ouro Preto [MG; vestíbulo com sua escadaria monumental]	60
33	[Minas Gerais; topo inicial da escada, em pedra lavrada, de uma residência]	61
34	[Mariana, MG; plantas do andar superior e do andar térreo de um pequeno sobrado antigo]	62
35	[Mariana, MG; planta do andar superior de um grande sobrado antigo]	62
36	[Ouro Preto, MG; oratório que fica na esquina da Rua Bernardo de Vasconcelos com a dos Paulistas]	64
37	Beco do Tecla, característica ruela de Diamantina [MG], com seus balcões salientes	65
38	[Desenho de Thomas Ender, feito em São Paulo em 1817, mostrando despojamento do interior da sala da frente de uma residência da cidade]	76
39	[Desenho esquemático do interior da sala de visitas de uma residência da primeira metade do século XIX]	76
40	[Vista da fachada principal da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]	79
41	[Plantas do primeiro e segundo pavimentos da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]	79
42	[Vista da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]	80

43	[Volume circular na parte posterior da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]	81
44	[Porta da parte posterior da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]	81
45	[Vista da fachada principal da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	83
46	[Vista da fachada posterior da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	83
47	[Plantas do pavimento térreo e do primeiro pavimento da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	84
48	[Vista da fachada lateral da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	84
49	[Detalhe da fachada posterior da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	84
50	[Vista interna do segundo andar da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	86
51	[Vista interna da escada da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]	86
52	[Vista da casa da Fazenda Sant'Ana, Lagoinha (SP), 1861]	92
53	[Implantação de todas as edificações da Fazenda de Sant'Ana, Lagoinha (SP), 1861]	92
54	[Plantas dos pavimentos inferior e superior da casa da Fazenda de Sant'Ana, Lagoinha (SP), 1861]	93
55	[Vista da casa da Fazenda Serrote, Santa Branca (SP), segunda metade do século XIX]	93
56	[Plantas dos pavimentos superior e inferior da casa da Fazenda Serrote, Santa Branca (SP), segunda metade do século XIX]	94
57	[Vista da Fazenda do Pinhal, São Carlos (SP)]	96
58	[Vista da Fazenda do Secretário, Vassouras (RJ), construída por volta de 1830]	96
59	Interior da Casa da Fazenda São Fernando, Vassouras (RJ)	97
60	[Interior do salão da Casa da Hera, Vassouras (RJ)]	97
61	[Desenho esquemático do interior de uma residência urbana do final do século XIX]	101

62	[Desenho esquemático de planta de uma residência, com entrada lateral descoberta; cerca de 1900]	102
63	[Casa do final do século XIX, com porão alto e entrada lateral realizada através do alpendre antecedido pela escada]	103
64	[Residência em Taubaté (SP) construída segundo a tipologia do chalé]	112
65	[Desenho do projeto para a residência Cândido de Moraes, São Paulo (SP), 1892, projeto de Ramos de Azevedo]	113
66	[Planta do pavimento térreo da residência Cândido de Moraes, São Paulo (SP), 1892, projeto de Ramos de Azevedo]	114
67	[Planta do pavimento superior da residência Cândido de Moraes, São Paulo (SP), 1892, projeto de Ramos de Azevedo]	114
68	[Fachadas de casas de aluguel em São Paulo (SP), projeto de Ramos de Azevedo]	116
69	[Plantas de casas de aluguel em São Paulo (SP), projeto de Ramos de Azevedo]	116
70	[Vista da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX]	118
71	[Planta do pavimento térreo da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX]	119
72	[Planta do pavimento superior da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX]	119
73	[Residência de Numa de Oliveira, São Paulo (SP), projetada por Ricardo Severo para o escritório de Ramos de Azevedo]	122
74	[Fachada principal de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]	122
75	[Fachada lateral de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]	122
76	[Planta do pavimento térreo de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]	123
77	[Planta do primeiro pavimento de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]	123
78	[Fachada da residência para a Baronesa de Arari, São Paulo (SP), 1916, projeto de Victor Dubugras]	125

79	Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte	136
80	A Estação de Minas que se construiu nos primeiros dias da cidade e mais tarde foi demolida para, em seu lugar, se construir a atual	140
81	Fachada da Secretaria da Viação [Praça da Liberdade, Funcionários]	144
82	Casa da Rua General Deodoro [arraial Belo Horizonte]	147
83	Sobrado colonial da Rua General Deodoro onde se instalou o Escritório Central da Comissão Construtora da Nova Capital e onde se instalou também a Prefeitura, em 1898	148
84	Fachada de 1965 do Palacete Dantas	150
85	[Residência na Rua Varginha com entrada através de alpendre lateral]	151
86	[Residência na Rua Silva Jardim com entrada localizada na fachada frontal]	152
87	[Fachada de residência na Rua Tabaiães]	153
88	Fachada de residência na Rua Uberlândia	154
89	Fachada de residência	154
90	[Fachada de residência com elementos diversos na composição da platibanda]	156
91	[Fachada de residência com pequeno frontão na platibanda]	156
92	[Fachada de residência composta por janelas com bandeira em arco pleno]	157
93	[Fachada de residência composta por janelas com verga reta]	158
94	[Detalhe da fachada de residência na Rua Timbiras composta por janela com bandeira em arco pleno]	158
95	[Detalhe da fachada de residência composta por janela com modelo de bandeira diferenciado]	159
96	Detalhe de vidro na varanda de residência na Rua Pernambuco	160
97	[Vista das fachadas lateral e frontal de residência na Rua Gonçalves Dias]	161
98	[Escada em helicóide de residência na Rua Goitacazes]	162
99	Escada e gradil de residência	162
100	Escada de ferro de residência	163
101	Forro [e lambrequim] da varanda de residência na Rua Pouso Alegre	164
102	Forro de saia e camisa [e lambrequim] da varanda de residência	164

103	[Forro e colunas da varanda de residência na Rua Itapecerica]	165
104	Pintura da varanda de residência na Rua Bauxita	166
105	[Gradil, lambrequim e pintura na varanda de residência]	166
106	[Piso em ladrilho hidráulico da varanda de residência]	167
107	[Piso em ladrilho hidráulico da varanda de residência]	167
108	Quiosque de residência na Avenida Augusto de Lima	169
109	Detalhe do portão de ferro de residência [Rua Itapecerica]	169
110	Grade de cimento na varanda de residência	170
111	[Residência segundo a tipologia de chalé na Rua Alagoas, projeto de Luiz Olivieri, aprovado em 1900, demolida]	172
112	[Planta da residência segundo a tipologia de chalé na Rua Alagoas, projeto de Luiz Olivieri, aprovado em 1900, demolida]	172
113	[Residência na Avenida João Pinheiro, aprovada em 1900, demolida]	173
114	[Planta da residência na Avenida João Pinheiro, aprovada em 1900, demolida]	173
115	[Residência na Avenida João Pinheiro esquina com Praça da Liberdade, projeto de Edgard Nascentes Coelho, 1898, demolida]	174
116	[Planta da residência na Avenida João Pinheiro esquina com Praça da Liberdade, projeto de Edgard Nascentes Coelho, 1898, demolida]	174
117	Forro de residência [Rua da Bahia]	176
118	[Detalhe do forro de residência na Rua da Bahia]	176
119	Piso de parquet figurativo no Palacete Dantas [Praça da Liberdade]	177
120	Vaso sanitário de residência na Rua Guajajaras	180
121	[Propriedade na Rua Carijós, projeto de Francisco Izidro Monteiro e construção de J. Gerspacher e J. Salse, 1910, demolida]	181
122	[Planta da propriedade na Rua Carijós, projeto de Francisco Izidro Monteiro e construção de J. Gerspacher e J. Salse, 1910, demolida]	182
123	[Propriedade na Rua Guarani, projeto de Miguel Noce, 1925, demolida]	183
124	[Plantas do primeiro e segundo pavimentos da propriedade na Rua Guarani, projeto de Miguel Noce, 1925, demolida]	184
125	[Residência na Rua Caetés, projeto de Francisco Farinelli, 1923, demolida]	186
126	[Planta da residência na Rua Caetés, projeto de Francisco Farinelli, 1923, demolida]	186

127	[Residência na Rua Espírito Santo, projeto de Luiz Olivieri, 1923, demolida]	187
128	[Planta da residência na Rua Espírito Santo, projeto de Luiz Olivieri, 1923, demolida]	187
129	[Residência do tipo <i>bungalow</i> na Avenida Getúlio Vargas]	188
130	[Residência na Rua Varginha]	189
131	Janela de residência na Rua Varginha	189
132	[Residência em estilo neocolonial]	190
133	[Antiga residência na Rua Marechal Deodoro, projeto de Caetano Franco, 1936]	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
SMARU	Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A CASA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL	23
3 A CASA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX – NEOCLASSICISMO E ECLETISMO...	69
4 A CASA EM BELO HORIZONTE – PRIMEIRAS DÉCADAS	128
4.1 Projeto e construção da cidade – influências e exigências sobre as casas	128
4.2 As casas belo-horizontinas nas primeiras décadas da cidade	147
4.3 Críticas e análises sobre as casas das primeiras décadas de Belo Horizonte..	192
5 CONCLUSÃO	202
REFERÊNCIAS	214
ANEXOS	225
ANEXO A Lei n.3 adicional à Constituição, promulgada no dia 17 de dezembro de 1893	225
ANEXO B Decreto n.818, promulgado no dia 15 de abril de 1895	228
ANEXO C Decreto n. 849, de 29 de agosto de 1895	233
ANEXO D Relação entre a quantidade de habitações para os funcionários públicos a serem construídas considerando os tipos das casas e os valores gastos	235
ANEXO E Trecho, sobre as atividades da 10ª Divisão da Comissão Construtora, que consta de um resumo do relatório do engenheiro-chefe Francisco Bicalho, apresentado ao governo do Estado em maio de 1898	236

1 INTRODUÇÃO

As casas são espaços presentes nas culturas de diferentes grupos sociais e apresentam relação direta com o modo de vida das pessoas. A função abrigo constitui uma das suas principais demandas e as diversas maneiras como os indivíduos definem e organizam esse espaço evidenciam alguns aspectos relacionados à sua cultura. Ao mesmo tempo, o meio físico, no qual os membros de uma comunidade estão inseridos, também exerce influência sobre as características das suas moradias. Aspectos como o clima, tipo de solo e disponibilidade de materiais, por exemplo, são determinantes na conformação das habitações, uma vez que podem estabelecer exigências específicas ou impor limitações decisivas, que podem tornar inviáveis certas opções.

As soluções adotadas por cada sociedade, para construir e organizar sua moradia, envolvem ainda outras variáveis que se relacionam a diversos âmbitos da vida do seu povo. O tipo de atividade econômica, por exemplo, pode influenciar a conformação das moradias, criando demandas por determinados tipos de espaço específicos, ou até mesmo contribuir para o nomadismo. A religião também pode influenciar nas características das habitações, envolvendo aspectos como: implantação, demanda por um espaço sagrado dentro de casa, dentre outras possíveis influências. Além disso, o tipo de organização familiar é um outro elemento importante na estrutura e organização do espaço da casa, uma vez que define aspectos fundamentais relacionados ao modo de vida de um determinado grupo social (ver RAPOPORT, 1972).

Diante disso, as casas constituem-se como elementos fundamentais de cada sociedade, uma vez que estabelecem relações com todos os aspectos que envolvem a vida das pessoas. O espaço da moradia abriga o indivíduo e sua família e, ao mesmo tempo, participa do diálogo existente entre as pessoas e a sua cultura. A residência é conformada a partir das demandas que a sociedade lhe apresenta, sejam elas de ordem econômica, social, religiosa, ou relacionada aos condicionantes naturais e materiais do ambiente físico. Assim, este espaço é definido e se insere dentro da dinâmica estabelecida por aquela comunidade. Os seus moradores, da mesma forma, participam desse processo, sendo que a sua casa é um importante

elemento que incorpora e difunde valores e ideias comuns da sociedade, além de contribuir para a manutenção de costumes e tradições. Além disso, em alguns grupos sociais, as casas têm ainda o papel de identificar as pessoas, estabelecendo-se como um mecanismo de distinção social através de determinados elementos que são reconhecidos como tal pelos membros desse mesmo grupo.

Entretanto, apesar da existência deste diálogo cultural entre o indivíduo e a sociedade através da casa, este espaço contribui também para a relação das pessoas com a sua cultura de forma mais reflexiva. A residência é o espaço de abrigo dos membros de uma comunidade, mas, ao mesmo tempo, é também um espaço mais privado. O cotidiano doméstico constitui-se em um importante aspecto da cultura, uma vez que contribui para a manutenção de costumes e determinadas tradições. Ao mesmo tempo, podem acontecer algumas transformações nesses hábitos, o que vai ser refletido diretamente nas moradias. Assim, as casas contribuem para uma compreensão de quais aspectos tradicionais resistiram às transformações do tempo, além de evidenciar o que passou por modificações e quais foram os fatores que influenciaram tais mudanças.

As casas brasileiras passaram por algumas transformações ao longo dos séculos. A história do país apresenta uma série de acontecimentos de ordem política, econômica, social, e outros que influenciaram na conformação de diversos aspectos das cidades e das produções artísticas e arquitetônicas. Dentro desse universo destacou-se, como objeto principal de estudo, a produção residencial das primeiras décadas de Belo Horizonte. Essa cidade foi planejada e construída para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, no final do século XIX, momento em que o país acabava de passar por uma mudança política importante, a Proclamação da República, que trazia uma série de novas expectativas de progresso e modernidade. Essas transformações aconteciam quando a arquitetura brasileira estava sendo fortemente influenciada por referências européias, caracterizadas pelos preceitos do ecletismo. Esse estilo chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX e contribuiu para uma série de transformações nas produções do período, as quais envolveram aspectos de diversas ordens, como novas orientações estéticas, novos recursos técnicos e tecnológicos, além de outros conhecimentos importantes relacionados às construções, como salubridade, por exemplo. Diante disso, esta

dissertação busca não só identificar como tais aspectos preconizados pelo ecletismo brasileiro do século XIX influenciaram as produções residenciais da nova capital de Minas, mas também verificar se elementos tradicionais permaneceram e foram incorporados na conformação das novas residências. Nesse sentido, as questões fundamentais giraram em torno de quais inovações o ecletismo e as novas ideias do final do século XIX conseguiram implementar nas construções da nova cidade. Além disso, havia a suspeita de que mesmo diante do desejo pelo novo, que existia no momento da construção da nova capital, alguns aspectos tradicionais ainda se mantivessem, o que também levou à investigação de quais seriam esses aspectos e de como eles influenciaram a produção residencial dos primeiros anos da nova cidade.

Diante dessas questões iniciais, fez-se necessário estudar e analisar a produção arquitetônica residencial do século XIX no Brasil, com o intuito de melhor compreender as perspectivas daquele momento, além de verificar quais aspectos haviam passado por transformações e quais haviam sido os principais motivadores e catalisadores de tais mudanças. Para uma melhor apreensão dessas modificações e da importância das mesmas para o espaço da moradia brasileira, decidiu-se verificar nas produções coloniais quais aspectos instituíram-se como elementos fundamentais e orientadores da produção residencial naquele momento. A partir desse retrospecto, seria possível identificar não só indícios de tradições e costumes que se refletiram na conformação das casas, mas também as influências exercidas por outros aspectos como condicionantes climáticos, disponibilidade de materiais, domínio de técnicas construtivas, dentre outros. Concluídas tais análises, as reflexões a respeito da produção do século XIX contariam também com esses subsídios. A pesquisa se organizou seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, tomando como ponto de partida a chegada dos colonizadores portugueses no território hoje conhecido como Brasil.

O capítulo dois deste estudo parte desse marco temporal e inicia as investigações acerca da casa brasileira, considerando as primeiras decisões tomadas a respeito da casa pelos colonizadores. Esses partiam de seus princípios culturais e demandas relacionadas ao seu modo de vida europeu, mas, ao mesmo tempo, contaram com a contribuição dos indígenas a respeito de técnicas adaptadas aos materiais

disponíveis e condições do clima, o que também acabou interferindo em algumas características de organização e conformação da casa brasileira. As análises avançam e, dentro desse período, são investigadas as moradias de diversas partes do território do Brasil colonial. A estrutura básica, definida nos primeiros anos da colonização, é verificada nas residências de todo o período, as quais receberam ainda outras influências como a estrutura da sociedade, marcada pelo patriarcalismo e pelo isolamento da mulher. Além disso, o uso da mão-de-obra escrava também contribuiu para a conformação de determinados aspectos das moradias dos senhores. Já os trabalhadores cativos viviam em condição de inferioridade na sociedade do período, o que também refletia nas características das moradias que lhes eram destinadas. A religião, outro fator de grande importância na vida das pessoas, igualmente influenciou na construção das residências.

Foram estudadas habitações rurais e urbanas nordestinas, bem como residências rurais e urbanas do Rio de Janeiro. Além dessas, figuraram nas análises exemplares de casas paulistas e mineiras. Todos esses casos foram essenciais para verificação de características fundamentais da estrutura das moradias brasileiras, bem como de sua organização espacial interna. Nesses estudos, procurou-se identificar aspectos que indicassem costumes e hábitos tradicionais recorrentes em todas as regiões analisadas. Ao mesmo tempo, os aspectos construtivos semelhantes poderiam apontar indícios de tradições também nesse sentido, ao passo que as diferenças de materiais e técnicas poderiam indicar interferências desses fatores na conformação das moradias de cada região.

No capítulo três o objetivo era empreender uma investigação a respeito das casas brasileiras do século XIX. Nesse período ocorreram muitos eventos importantes em diversos âmbitos da vida do país e a intenção era verificar que tipo de mudanças tais acontecimentos promoveram na sociedade e de que maneira estas transformações atingiram as residências. Diante disso, as análises se iniciam com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e com a introdução do estilo neoclássico no país. Esses fatos vieram acompanhados de uma série de outras novidades, as quais exerceram grande influência em diversos setores como política, economia, acesso a produtos importados, contato com novos hábitos, dentre outros. Todos esses acontecimentos tiveram papel decisivo no período e, neste capítulo, buscou-se

averiguar em que medida tais novidades influenciaram a conformação das casas e os costumes e modos de morar brasileiros. A pesquisa avança para a segunda metade do século XIX, momento em que ocorreram decisões importantes como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Tais episódios da história brasileira introduziram transformações de grande vulto no contexto nacional, mas não foram os únicos acontecimentos que influenciaram as produções residenciais do período. Outros eventos e situações, especialmente os relacionados às novidades que chegavam ao país, também tiveram grande impacto na conformação das moradias brasileiras. Nesse sentido, o objetivo do estudo foi analisar as obras residenciais produzidas no período com o intuito de verificar de que maneira esses acontecimentos e novidades influenciaram a construção dessas casas e que tipo de mudanças foram implementadas. Ao mesmo tempo, buscou-se identificar quais aspectos permaneceram inalterados, mantendo vínculos com possíveis tradições de costumes e modos de morar, ou relacionadas a algum tipo de limitação material ou técnica. Essas análises, que neste capítulo se concentraram nas produções arquitetônicas do Rio de Janeiro e de São Paulo¹, foram fundamentais para compreender o impacto das transformações do século XIX na vida dos moradores, expresso através do que foi incorporado em suas casas e de que maneira este processo se deu. Nesse sentido, as observações e reflexões levantadas ofereceram uma contribuição importante para o estudo da produção residencial das primeiras décadas da nova capital de Minas.

O capítulo quatro concentra-se, então, em Belo Horizonte, cidade planejada e construída no final do século XIX para ser a capital do estado de Minas Gerais. Esse empreendimento envolvia todos os aspectos relacionados a uma cidade que se pretendia moderna: um novo traçado para a região; projetos e obras de infraestrutura; instalação de recursos de transporte e comunicação, como as ferrovias e o telégrafo; além dos projetos das novas edificações oficiais e particulares. Nesse momento, a influência dos últimos acontecimentos do século XIX foi determinante tanto para colocar em prática um projeto ambicioso como esse, quanto para a definição das determinações que orientariam essa iniciativa. Assim, procurou-se identificar quais transformações ocorridas nos principais centros do país

¹ Esses eram os principais centros do país no século XIX, que influenciaram outras regiões do Brasil.

influenciaram as decisões a respeito das regras, normas e orientações para as novas edificações da cidade, sobretudo residenciais. Investigou-se também o papel dos preceitos do ecletismo que foram incorporados juntamente com as inovações relacionadas a aspectos técnicos e tecnológicos, bem como os novos conhecimentos a respeito da salubridade. Dentro desse contexto, as características fundamentais das casas-tipo foram analisadas, buscando-se identificar os principais aspectos e preceitos que essas edificações difundiram, tendo em vista a importância das mesmas no cenário da nova capital. Em paralelo, foram analisadas obras residenciais particulares realizadas sob a influência dessas casas-tipo, procurando identificar as principais novidades adotadas. Ao mesmo tempo, pretendia-se verificar se, mesmo diante de todos os anseios por modernidade, alguns aspectos tradicionais permaneceram na conformação dessas casas. Nesse ponto, as análises realizadas nos capítulos dois e três foram fundamentais para subsidiar as reflexões a respeito das tradições e inovações nas casas belo-horizontinas do período.

Esta pesquisa traz, assim, um estudo sobre a casa brasileira desde a colonização até o início do século XX. O foco principal concentrou-se nas transformações empreendidas pelo século XIX, sobretudo no período do ecletismo, e de que maneira tais novidades foram incorporadas no espaço residencial. A escolha do espaço da casa para empreender tais análises se justifica pela proximidade que essa apresenta com as pessoas, de modo que evidencia o que a população teve condições de incorporar no seu dia-a-dia e o que ela optou por conservar, mantendo tradições e costumes. Além disso, a escolha das casas de Belo Horizonte como principal objeto da pesquisa tem relação com a importância que a construção dessa cidade teve no período. O país vivia um momento de certa euforia, com projetos e expectativas de avanços e progresso. O desejo por tudo o que se referia à modernidade também estava presente e, nesse momento, as referências européias tiveram papel decisivo e igualmente simbólico. Belo Horizonte foi planejada e construída nesse espírito, de modo que se estabelece como um promissor campo de investigações a respeito do que a sociedade brasileira tinha condições de incorporar, o que ainda não seria possível de ser implementado, além dos aspectos que se optou por preservar. Num cenário em que tudo era novo, em que a modernidade e o progresso eram as palavras-chave, uma investigação sobre as casas poderia indicar se, de fato, tudo o que foi feito era realmente novo e inovador, ou se trazia

reminiscências do passado, tradições e costumes. Diante disso, este estudo traz algumas reflexões sobre as conquistas e transformações daquele período, ao mesmo tempo que evidencia em que pontos a sociedade é mais resistente a alterações e mudanças, sobretudo no que toca o seu modo de morar.

2 A CASA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL

A casa brasileira, tomada aqui a partir da colonização portuguesa na América, apresenta algumas especificidades regionais, mas também podem ser identificados elementos comuns entre estas moradias. Com a chegada do colonizador europeu, estabeleceu-se aqui, posteriormente, uma nova tipologia de habitação, que não era nem igual à produzida em Portugal, nem repetia a conformação das moradias indígenas. Estas casas primitivas caracterizavam-se pela combinação de costumes e programas de necessidades portugueses com os conhecimentos dos nativos sobre os condicionantes do território, como o clima, disponibilidade de materiais, além das técnicas construtivas. Assim, esta moradia, feita de madeira, palha e outros materiais locais, adquiriu uma planta próxima do quadrado, com uma divisão interna mínima que separava as atividades principais, especialmente os dormitórios. Esta conformação seguia as exigências dos costumes portugueses, ao contrário do partido da moradia dos índios, em que não havia uma separação física nítida de ambientes no interior da habitação.

Embora os hábitos de morar dos colonizadores orientassem a construção das primeiras moradias da América portuguesa, o costume lusitano de cozinhar no interior da edificação não foi incorporado no novo território. Tal fato se verificava em função do clima quente da colônia, muito diferente do que era observado em Portugal, caracterizado por temperaturas mais baixas em determinadas épocas do ano, aspecto este que favorecia a implantação do fogão no interior da residência. Diante disto, as primeiras casas coloniais optaram pela instalação do fogão em uma área externa ao corpo principal da habitação, localizando-o em um anexo coberto ou fazendo uso de um simples fogareiro no quintal. Esta prática era observada também nas moradias de alguns grupos indígenas e, segundo Carlos Lemos (1989b) teria contribuído para a decisão dos portugueses em relação ao espaço destinado à cocção. Os colonizadores, ao observarem os hábitos dos nativos, teriam percebido que, diante daquelas condições climáticas, essa seria a melhor solução para a localização do fogão. Contudo, apesar destas primeiras adaptações necessárias, relacionadas especialmente ao clima e à disponibilidade de materiais, os portugueses se esforçaram por aproximar o máximo possível as suas novas habitações das moradias tradicionais da sua terra natal.

Estas primeiras residências coloniais constituíam-se em moradias simples para os portugueses que aqui se instalaram nas primeiras décadas do século XVI, mas, com o passar dos anos, estas precárias moradias primitivas vão cedendo lugar a construções mais sólidas, não havendo, entretanto, uma alteração no programa básico delas. A demanda inicial portuguesa, pela separação dos dormitórios em relação aos demais espaços da residência, introduz uma primeira divisão de setores na casa brasileira, isolando a área considerada mais íntima. Já a exclusão do espaço da cozinha para o exterior da moradia, em função do clima quente, faz surgir uma outra divisão, separando a cozinha e os serviços para uma zona específica. Diante disso, acaba surgindo uma terceira área correspondente ao espaço destinado a receber as pessoas de fora, ou seja, os visitantes. Assim, a moradia brasileira colonial caracteriza-se por uma organização espacial interna configurada por três zonas principais, separadas fisicamente: a zona íntima (dos dormitórios), a zona de serviço (da cozinha) e a zona de receber (da sala).

A estrutura familiar do período, caracterizada pelo patriarcalismo, acentuou ainda mais estas divisões internas, reforçando sobremaneira a separação entre o espaço destinado à recepção e as demais áreas da casa, às quais os visitantes não deveriam ter acesso de forma alguma. Nessa estrutura, o pai era o chefe do grupo familiar a quem todos tinham a obrigação de obedecer. Ele era o senhor da sua propriedade e deveria resguardar a sua família, sobretudo as mulheres, do contato com pessoas estranhas. A senhora, as filhas e as demais mulheres da família não frequentavam a zona de recepção, ficando o seu acesso restrito às demais áreas da casa. Segundo Veríssimo e Bittar (1999, p.22) “Aqui, mais do que apenas a tradição lusitana, impõe-se uma clausura feminina quase muçulmana, restringindo inclusive a área de circulação das mulheres a espaços internos”. Diante disso, a zona íntima, além de abrigar os dormitórios, comporta uma sala de viver, também conhecida em alguns lugares como varanda. Este espaço corresponde a uma grande sala em que os membros da família fazem as refeições e onde as mulheres passam o dia realizando tarefas domésticas como costurar, cuidar das crianças e coordenar o serviço dos escravos e criados. Assim, a zona íntima passa a ser considerada como zona de estar/íntima. Ao mesmo tempo, a zona de receber adquire um caráter diferenciado, praticamente isolado da família, tornando-se o local em que o

proprietário realizava negociações e recebia pessoas estranhas. Este espaço estava sempre limpo e arrumado, mesmo diante da escassez de móveis do período colonial. Tal situação se observa devido ao fato desta sala ser o único espaço ao qual o visitante teria acesso, sendo, por isso, através deste local que se refletia para as pessoas de fora a ordem e as posses da família.

Este modelo de habitação era recorrente em todo o território colonial, apresentando algumas diferenças regionais, sobretudo em função da disponibilidade de materiais, das técnicas construtivas e das diferenças de clima. Mas, mesmo diante das especificidades que cada região apresentava, é possível observar que as residências brasileiras coloniais seguiam uma estrutura de organização dos espaços baseada nestas premissas e demandas iniciais.

Ainda no século XVI, as ações direcionadas à colonização vão se expandindo e tem início as atividades relacionadas com a produção e exportação da cana-de-açúcar. Esse viés econômico escolhido pelos colonizadores instituiu uma estrutura de organização do território colonial fundamentada em grandes propriedades rurais. Esses latifúndios, conhecidos também como engenhos, concentravam as áreas de plantio; a fábrica (ou o engenho propriamente dito); a casa do proprietário e de sua família, conhecida como casa-grande; as moradias dos trabalhadores especializados, existentes em alguns casos; a senzala, que era a moradia dos escravos; além da capela, espaço destinado à prática dos momentos de fé dos moradores deste complexo. Nessas fazendas, também havia produção de alguns gêneros alimentícios para a subsistência dos seus habitantes, além de pequenas criações de animais. Assim, instituía-se um tipo de ocupação concentrada no universo rural e que tendia a ser auto-suficiente. As cidades e demais núcleos urbanos eram muito precários nesse momento e apresentavam poucos atrativos que favorecessem a permanência dos senhores no meio urbano. Diante disto, os donos das fazendas visitavam os núcleos urbanos apenas quando era necessário, especialmente para realizar as transações econômicas relacionadas à sua produção.

As fazendas, que congregavam praticamente todas as atividades cotidianas daquela época, assumiam, assim, um papel que ia além dos aspectos econômicos. O

engenho, nesse contexto, instituíam-se como um sistema complexo que reunia e organizava também a estrutura social da colônia.

[...] a presença dos engenhos de açúcar, principal local da atividade açucareira, marcou fortemente a Região Nordeste do Brasil, organizando em torno de si a paisagem natural e servindo de suporte físico-espacial à estrutura da sociedade que dele igualmente dependia. Primeiro grande complexo arquitetônico diretamente associado a uma atividade produtiva, mas que a ela não se restringe. Com a casa-grande, a capela, a fábrica e a senzala, materializam e retratam, pela sua arquitetura, uma verdadeira síntese da sociedade brasileira de então, mas que pode ser considerada, ainda hoje, como o insuperável arquétipo das contradições sociais do Brasil. (BICCA; BICCA, 2006, p.13)

Os engenhos abrigavam tanto os senhores, proprietários das terras, quanto os seus subalternos, trabalhadores escravos, concentrando, não apenas a base das relações econômicas, mas também das relações sociais, caracterizadas por uma sociedade que havia instituído um abismo separando os donos das terras dos seus trabalhadores, ou seja, os senhores dos seus escravos. A presença da capela reforçava o papel determinante da religião para as pessoas daquele período. Assim, as bases da estrutura social da colônia encontravam-se concentradas nos engenhos.

As distinções sociais eram reforçadas pelos diferentes tratamentos dados às habitações dos senhores e dos escravos, e a importância da religião acentuava-se através dos cuidados com que eram erigidas as capelas dos engenhos. Dentro desse complexo, a casa-grande tinha um papel de destaque por ser a moradia do proprietário, apresentando-se, frequentemente, em porte médio e com cobertura em quatro ou duas águas. Essa edificação era organizada em um ou em dois pavimentos, e a escolha dos materiais e das técnicas construtivas a serem empregados dependiam da disponibilidade dos mesmos na região e das condições financeiras do dono da propriedade. Assim, existiram exemplares construídos com alvenaria de pedra, de tijolos, de adobe, além da taipa de pau-a-pique. A madeira era também muito utilizada, sobretudo nas estruturas de telhados, os quais eram cobertos por telhas ou por palha nos modelos mais simples, mas, geralmente, a casa recebia um tratamento especial sendo empregados materiais mais duráveis e de melhor qualidade. Contudo, Gomes (2006) afirma que essas habitações nem sempre contavam com maiores cuidados construtivos, além do fato de que existiam

casas de senhores que eram pequenas e apresentavam-se de forma mais simples. Tal fato se justificaria, segundo este autor, pela proximidade do engenho em relação a uma cidade ou a outro tipo de núcleo urbano. Nesses casos, alguns proprietários teriam dado preferência por edificar casas melhores nas cidades, visitando as suas fazendas apenas em momentos estratégicos, fato que dispensaria a construção de uma habitação de melhor qualidade na propriedade rural. Entretanto, destaca-se que essas situações não constituíam a maioria dos casos, tendo em vista que as aglomerações urbanas eram, na sua maioria, pouco desenvolvidas no início da colonização, o que fez com que muitos senhores optassem por residir no campo e visitar os núcleos urbanos apenas em ocasiões específicas.



FIGURA 01 – Casa grande seiscentista (demolida) do engenho *Megaípe*, em Muribeca (PE)
Fonte: GOMES, 2006, p.107.

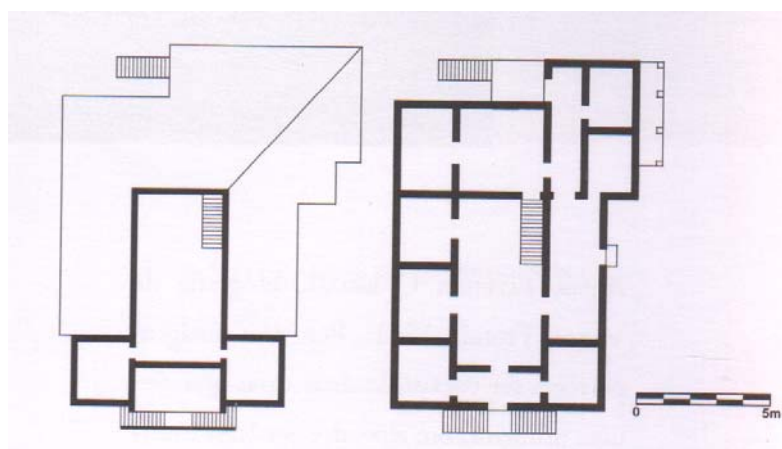


FIGURA 02 – Casa grande seiscentista (demolida) do engenho *Megaípe*, em Muribeca (PE) [Plantas]
Fonte: GOMES, 2006, p.107.

A planta da casa-grande organizava-se seguindo a estrutura básica da divisão nos três setores. O acesso principal levava à sala de visitas, também conhecida como sala da frente, a qual constituía o principal elemento da zona de receber. Esse espaço que, em vários casos, era antecedido por uma varanda, destinava-se aos encontros do senhor com as pessoas de fora da família, constituindo-se no único ambiente da residência que admitia um contato com o universo externo. Sendo assim, esse cômodo era interdito às mulheres da família quando havia visitantes no recinto. Da mesma forma, as pessoas estranhas só tinham acesso a esta zona, sendo-lhes completamente impedido o ingresso nas demais áreas da casa. Além da sala de visitas, a zona de receber contava, frequentemente, com um ou mais quartos destinados aos visitantes. Tal fato se verificava em função das grandes distâncias que existiam entre as fazendas, além das dificuldades e da precariedade dos caminhos e dos meios de transporte da época. Diante disso, a hospitalidade adquiriu uma grande importância, tornando-se uma questão de sobrevivência, pois não havia hospedarias onde os viajantes pudessem parar para repousar. Contudo, estas pessoas eram, não raras vezes, completamente estranhas, de modo que deveriam ser mantidas afastadas da família, segundo as exigências da sociedade patriarcal da época.

Esses quartos de hóspedes localizavam-se sempre junto à sala de visitas, mas apresentavam-se implantados de diversas maneiras. Em alguns casos, esses cômodos encontravam-se dentro da moradia com acesso através da sala da frente. Já em outras ocasiões, eram instalados junto à varanda que antecedia a sala de visitas, ficando estes quartos do lado externo da residência, mas junto da mesma. Havia ainda uma outra possibilidade que consistia em uma edificação anexa, completamente separada do corpo da casa-grande, na qual se encontravam os quartos para os visitantes. Nesses casos, os hóspedes ficavam ainda mais apartados da família do proprietário, pois eram colocados em um espaço afastado até mesmo da varanda.

A varanda corresponde a um importante espaço da casa colonial, sendo encontrada em diversos exemplares localizados em diferentes regiões do Brasil. Esse ambiente, quando existia, tinha um papel relevante dentro da dinâmica da zona de receber, pois se estabelecia como uma espécie de filtro entre o exterior e o interior da

residência, permitindo a entrada apenas de quem obtivesse permissão. Além dessa função, as varandas eram também importantes como recurso para amenizar os rigores do clima tropical, muito quente na maior parte do ano. Sua implantação, anexa às paredes da casa, permitia que se criasse ali uma área de sombra e de proteção das paredes dos espaços internos, evitando o calor excessivo. Esta solução se mostrava tão adequada ao clima que poderia ser encontrada em várias regiões do território e na maioria das residências construídas nestes locais, fossem seus proprietários pessoas ricas ou pobres. As varandas são encontradas na arquitetura brasileira de vários períodos, porém, observa-se que, no Sul do Brasil, as residências rurais estancieiras não apresentavam varandas. Tal fato se verifica também em função do clima, que nessa região é caracterizado pelos ventos frios, o que inviabilizou o uso da varanda nestas edificações. Assim, destaca-se que mesmo apresentando funções importantes dentro das relações sociais de diversos períodos da história brasileira, a varanda não conseguiu se inserir nestas moradias, tendo em vista a impossibilidade de sua utilização devido ao clima rigoroso. Posto isso, observa-se que a zona de receber nem sempre pôde contar com a varanda, mas esta ausência não comprometia a necessidade de resguardo da família, uma vez que a sala de visitas também exercia este papel.



FIGURA 03 – Casa da fazenda Colubandê, São Gonçalo (RJ)
Fonte: GOMES, 2006, p.110.

Continuando o percurso pela casa-grande do engenho colonial, percebe-se que a sala de visitas apresenta uma porta voltada para o interior da moradia que leva até a zona de estar/íntima da residência. Esta porta ficava sempre fechada quando havia algum visitante na sala da frente impedindo não só o seu acesso, mas também possíveis olhares indiscretos. Esta zona de estar/íntima congregava os cômodos da vivência cotidiana, sendo que a sala de viver se encontrava, frequentemente, como o centro desta zona, a partir da qual se tinha acesso aos dormitórios e às dependências de serviço. Em alguns exemplares havia um corredor organizando a circulação nessa área, não sendo, portanto, obrigatória a passagem pela sala de viver para se chegar a algum outro cômodo, como um dormitório, por exemplo. Já a zona de serviço era localizada sempre nos fundos da edificação ou, em determinadas situações, eram implantadas em cômodos anexos construídos junto à parte posterior da moradia. Nesses casos, o acesso a estas dependências também era feito através da sala de viver.

Os quintais correspondem a um outro espaço da casa que apresenta uma ligação importante com a área de serviço, uma vez que uma parte significativa dos afazeres domésticos (como lavar e secar roupas, por exemplo) eram realizadas nessa área externa. Além disso, era normalmente junto aos quintais que se encontravam as hortas caseiras, localização essa que era favorecida pela proximidade com a cozinha.

O aspecto externo destas casas-grandes não apresentava grandes destaques, sobretudo nas edificações mais antigas. Nestes casos, observa-se a predominância dos cheios sobre os vazios, o que contribuía para o aspecto pesado e robusto de tais edificações. As esquadrias eram feitas em madeira e contavam com vergas retas na maior parte desses exemplares mais antigos. As vedações dos vãos eram também em madeira, sendo que as janelas apresentavam como fechamento os escuros, folhas de madeira que eram aplicadas nestas aberturas, não permitindo a entrada de luz e de ar quando estas se encontravam fechadas. Havia também situações em que eram afixadas grades de madeira nas janelas. As opções de vedação foram se ampliando com o passar do século, mas destaca-se que, no início da colonização e nos primeiros engenhos edificadas, não havia outras possibilidades.

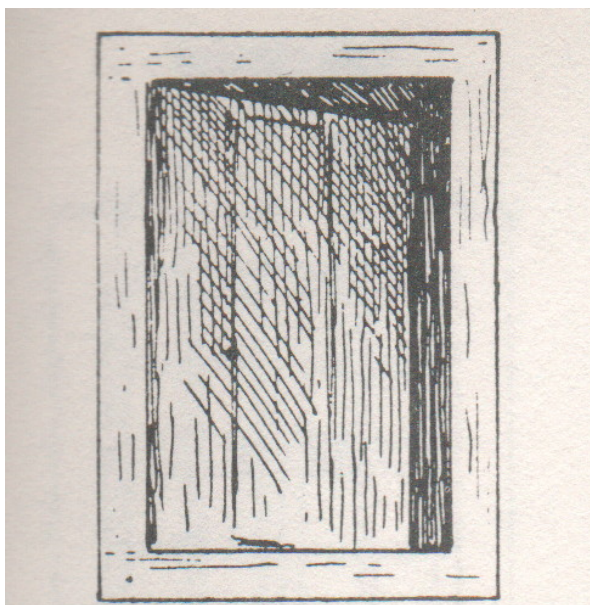


FIGURA 04 – [Janela que conta com o escuro como recurso de vedação]
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.19.

As paredes externas dessas construções eram, comumente, rebocadas e caiadas, fato que justifica a predominância da cor branca nessas superfícies. As pedras, quando utilizadas na alvenaria, recebiam este acabamento em várias situações devido à irregularidade das mesmas. O uso de pedras lavradas e de melhor qualidade era reservado para algumas partes específicas como os cunhais e guarnições. O emprego de tais acabamentos nas residências não era frequente; mas apenas nos casos de propriedades de personalidades importantes e de senhores muito ricos.

Nos interiores predominava a simplicidade e a carência de mobiliário e de utensílios domésticos. Os pisos eram concebidos com terra batida ou lajotas de barro nos pavimentos térreos, utilizando-se os assoalhos de madeira nos casos em que havia andares superiores. Os forros, quando existiam, eram executados com tábuas de madeira seguindo o modelo saia e camisa.

Algumas casas do século XVI contavam, ainda, com um outro elemento que sobressaía na sua conformação externa. Tratava-se de uma torre que, segundo Smith (1975), tinha sido uma exigência de Tomé de Souza para aqueles que tinham a intenção de fundar um engenho. Tal artifício se fazia necessário para garantir a

proteção dessas propriedades dos ataques de grupos de nativos hostis e também para auxiliar na defesa do território, tendo em vista que, nas fazendas localizadas próximas da costa, tais torres poderiam contribuir para a vigilância em relação a possíveis invasões de estrangeiros. Segundo esse mesmo autor, quase todas as casas-fortes edificadas nesse período foram destruídas, sendo a Casa da Torre de Garcia d'Ávila a mais conhecida. Essa propriedade, edificada em região próxima da costa norte de Salvador, na Bahia, encontra-se atualmente em ruínas, com exceção da sua conservada capela, que se caracteriza pela sua planta hexagonal e pela cobertura formada por uma abóbada sextavada.



FIGURA 05 – Capela Nossa Senhora da Conceição, anexa à Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Praia do Forte, Salvador (BA)
Fonte: TELLES, 2006, p.35.

As capelas constituíam-se em um elemento relevante dentro do contexto das propriedades rurais de todo o período colonial. A importância que a religião tinha para as pessoas daquela época tornou comum a construção de um espaço destinado às celebrações religiosas nas fazendas. Além disso, as distâncias existentes entre as propriedades rurais e os núcleos urbanos reforçavam a demanda por uma capela particular, a qual era frequentada pela família do proprietário, pelos seus escravos e pelos eventuais visitantes e convidados. Outro ponto importante dentro dessa dinâmica diz respeito ao costume antigo de se enterrarem os mortos

em nichos no interior de igrejas ou capelas. Este costume foi posteriormente modificado e os corpos dos falecidos passaram a ser sepultados no terreno em volta destas edificações religiosas (ver GOMES, 2006).

A implantação destas capelas particulares era feita, normalmente, em uma edificação independente da moradia, um pouco afastada da mesma. Entretanto, no caso das propriedades menores, as capelas poderiam ser encontradas em versões mais simples no interior da habitação, mas completamente separadas dos demais cômodos da casa, apresentando acesso através da varanda, na maioria dos casos. Esta localização justificava-se pelo desejo de isolar o espaço sagrado das atividades domésticas cotidianas. Ao mesmo tempo, no caso da implantação junto da varanda, esse espaço poderia ser aproveitado para o agrupamento de pessoas nos dias de celebrações especiais, ampliando a possibilidade de acomodação dos indivíduos nas situações em que havia um número maior de convidados.



FIGURA 06 – Casa-grande do engenho Freguesia e capela ao fundo, Candeias (BA)
Fonte: GOMES, 2006, p.83.

As plantas das capelas dos engenhos eram simples, apresentando uma nave, a capela-mór, uma sacristia e o coro em um pavimento superior. Nos interiores a decoração contava com altares, púlpitos, imagens de madeira entalhada, além de forros e tribunas. Em alguns casos, esses elementos recebiam um tratamento

especial, com pinturas nos forros, douramento dos altares, além de ornamentações e tratamentos decorativos. Gomes (2006) afirma que tais cuidados não devem ser encarados como ostentação dos senhores, mas sim considerados dentro do contexto da época em que a religião tinha uma grande importância na vida das pessoas, inclusive no que diz respeito à vida social. Naquele tempo, as poucas possibilidades de socialização constituíam-se nas celebrações e eventos religiosos, fato que também contribuía para um maior cuidado em relação a esses espaços.



FIGURA 07 – [Interior em talha dourada da capela do engenho Bonito, em Nazaré da Mata (PE), século XVIII]
Fonte: GOMES, 2006, p.104.

A capela e a casa-grande eram os únicos edifícios dos engenhos que apresentavam alguma intenção plástica (ver Gomes, 2006). Esta diferença em relação às demais obras que compunham o complexo se verificava em função das características que marcavam a sociedade do período colonial. A importância da religião era um fator

que justificava a atenção e os cuidados dispensados na construção da capela. A casa-grande era a moradia do senhor do engenho e de sua família, merecendo, por isto, um pouco mais de dedicação por parte do proprietário. Já a fábrica era edificada tendo como premissa atender apenas aos aspectos relacionados à sua funcionalidade. Ao mesmo tempo, a senzala, habitação dos escravos, não recebia maiores atenções por parte dos senhores, tendo em vista a condição social inferior à qual estes trabalhadores eram submetidos. Estas edificações eram, frequentemente, constituídas de vários cubículos construídos, formando um único edifício. Além disto, eram erigidas com materiais simples, como a taipa de pau-a-pique e a palha ou telhas de barro para a cobertura, sendo raras as senzalas edificadas com materiais mais duráveis como pedras ou tijolos. Segundo Gomes (2006, p.103)

Os dados existentes sobre as senzalas, todos do século XIX, convergem para a definição de um partido arquitetônico comum a todas as regiões da cultura açucareira: um único edifício formado por uma série de cubículos conjugados e voltados para uma galeria comum e coberta. A área de cada um dos cubículos que, às vezes, também são chamados de senzalas, nunca ultrapassava 12m². Nenhum desses compartimentos possuía janela e todos se comunicavam com a galeria por uma porta. Em raros casos, comunicavam-se com outros de iguais dimensões situados nos fundos.



FIGURA 08 – Antiga senzala do engenho Coimbras, Cabo de Santo Agostinho (PE)
Fonte: GOMES, 2006, p.102.

Esta tipologia de habitação para os escravos nos engenhos perdurou por vários séculos, sendo encontradas senzalas semelhantes também nas fazendas de café do

século XIX. Rocha-Peixoto (2006) analisa estas edificações a partir do trabalho da pesquisadora Ana Lúcia Vieira dos Santos que investigou as características das moradias africanas do período e identificou certas semelhanças entre as senzalas brasileiras e algumas das habitações africanas. De acordo com os apontamentos sobre o trabalho de Santos, A. (2000), feitos por Rocha-Peixoto (2006), detalhes como a ausência de janelas, construção de terra, portas pequenas e outros, seriam pontos comuns entre estas moradias. Contudo, não se pode justificar a tipologia exígua e precária das habitações escravas brasileiras alegando apenas semelhanças com algumas das tipologias habitacionais africanas. Deve-se levar em conta que o fator mais determinante na conformação das senzalas diz respeito ao descaso dos senhores com estas edificações, fato que, eventualmente, pode ter favorecido a incorporação de alguns elementos da cultura africana nestas construções. O preconceito e o desinteresse em realizar maiores esforços para melhorar as condições destas moradias exerceram um papel de grande importância neste cenário, mas deve-se destacar que este descaso não era extremo. Os senhores se preocupavam em oferecer um ambiente com as mínimas condições para a sobrevivência dos escravos, pois os considerava um investimento importante. Não era do interesse dos fazendeiros investir demasiadamente em melhores estruturas para esses trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, não poderiam deixá-los em condições tão impróprias ao ponto de levá-los à morte pelas doenças mais recorrentes no período. Nesse sentido, percebe-se que o desinteresse e o descaso eram fortes, mas havia uma atenção mínima dedicada a essas habitações e a esses trabalhadores.

Havia também algumas raras fazendas que não apresentavam as senzalas na sua configuração mais corriqueira, mas sim pequenos casebres construídos de taipa de pau-a-pique com cobertura de folhas de coqueiro ou de palhas. Estas edificações também apresentavam, eventualmente, elementos das culturas originais dos escravos, e se caracterizavam pela sua precariedade. Em todas as tipologias existentes de habitações dos escravos, estes moradores contavam com pouquíssimos recursos materiais como potes de barro, cuias e esteiras. Em relação ao espaço interno, essas moradias apresentavam área bastante reduzida e não havia a tradicional divisão da casa colonial em três setores. As diferenças sociais que separavam os senhores e os trabalhadores livres dos escravos eram muito

grandes, sendo que essas discrepâncias podem ser verificadas também nas distinções entre suas moradias.



FIGURA 09 – Habitação de negros, litografia de Joham Moritz Rugendas, 1835

Fonte: GOMES, 2006, p.103.

Nota: Esta litografia se encontra na obra *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1954.

Os escravos eram os responsáveis pela maior parte dos serviços das fazendas. Eram eles que cuidavam das atividades relacionadas ao plantio e colheita da cana-de-açúcar e dos serviços realizados na fábrica. Em determinadas fazendas, havia também alguns trabalhadores livres que desenvolviam serviços, como, por exemplo, alguma atividade da fábrica, ou outro trabalho mais específico. Entretanto, as tarefas mais pesadas ficavam sempre a cargo dos escravos, os quais também atuavam no interior da moradia do senhor cuidando dos mais diversos afazeres domésticos. Para o desenvolvimento de tais serviços, o senhor procurava escravos de maior confiança, uma vez que esses passariam grande parte do tempo no interior da casa-grande, convivendo com os membros de sua família. Esses empregados domésticos cativos exerciam todo o tipo de atividade, sendo os responsáveis pela comida, pela limpeza e pelo pouco conforto que o dono da casa e seus familiares poderiam desfrutar naquele período. Segundo Carlos Lemos (1989b, p. 11-12)

A nossa velha casa patriarcal não pode ser imaginada sem a presença do escravo solícito – é difícil imaginarmos uma servidão pressurora (*sic*), mas assim foi intramuros – subindo e descendo escadas, carregando sacos de

lixo, feixes de lenha, potes de água, tigres plenos de fezes de sinhozinhos e nhandãs mandonas; subindo e descendo pesadas janelas de guilhotina; abanando e afastando as moscas do patriarca à mesa, esfregando areia molhada nos assoalhos sempre limpos, fazendo comida, fazendo velas, fazendo sabão de cinzas. O negro foi elevador, guindaste, esgoto e ventilador, como bem lembrou certa vez Lúcio Costa.

O fato de os escravos terem sido designados para o desenvolvimento das tarefas domésticas contribuiu para que as dependências de serviço se apresentassem de forma mais simples e precária do que os demais cômodos da casa. Uma vez que os membros da família não se envolviam diretamente com essas atividades, não havia por parte deles um interesse em melhorar estes espaços nem em criar condições para que esse serviço fosse desenvolvido de forma mais eficiente, ou com menos esforço. Da mesma forma, não houve preocupação por melhorar a organização espacial interna das residências, considerando a realização dos afazeres domésticos, nem por diminuir as distâncias percorridas por esses criados ao longo do dia. O descaso com as condições de execução dos trabalhos acabou desestimulando um possível desenvolvimento de novas soluções tanto para a realização das tarefas quanto para uma melhor conformação das dependências de serviço².

Nas casas urbanas, os proprietários também contavam com o trabalho dos escravos, apesar de que, nessas casas, o número de serviçais costumava ser menor do que o existente nas fazendas. Essas residências urbanas apresentavam-se organizadas seguindo a tradicional divisão nos três setores, mas contavam com algumas especificidades características do meio urbano. Na maioria das vilas e cidades, os lotes eram compridos e estreitos, fato que favorecia o desenvolvimento de mais de um pavimento, conformando os sobrados. Havia também as casas térreas, mas estas eram habitações mais simples, onde moravam as pessoas mais pobres. Já os sobrados eram residências maiores e que davam *status* para os seus habitantes. Havia, portanto, uma distinção social relacionada com essas duas tipologias de moradias urbanas.

² Destaca-se que, nos casos de famílias mais pobres e que contavam com um número mais reduzido de escravos, o trabalho doméstico contava com uma participação mais ativa dos proprietários, sobretudo das mulheres da família. Contudo, mesmo nestas situações, as tarefas mais pesadas e que exigiam maior esforço eram sempre deixadas para os escravos.

As casas térreas apresentavam poucos cômodos e a distribuição espacial interna dos mesmos era feita a partir da sala de visitas, que ficava na parte anterior, seguida pelos espaços da zona de estar/íntima, sendo que, normalmente os dormitórios ficavam no centro da planta e a sala de viver ficava na parte posterior, com acesso aos fundos do terreno. O ingresso nesses ambientes era feito através de um corredor que partia da sala da frente e terminava na sala de viver. Nas casas mais simples e pequenas não havia corredor, de modo que a circulação interna era feita através do interior dos cômodos. Já a zona de serviço constituía-se, frequentemente, em um anexo implantado junto à sala de viver. Nessas casas, era rara a presença de escravos, tendo em vista que seus proprietários eram pessoas pobres que não tinham condições de adquiri-los.

Em algumas destas habitações, o cômodo localizado na parte fronteira da casa era destinado à instalação de uma pequena loja ou oficina. Nestes casos, a sala de receber se localizava logo após este espaço comercial. Em qualquer uma das situações descritas, a parte anterior da casa tinha acesso direto à rua. Tal fato se verificava em praticamente todas as aglomerações urbanas do período colonial. As edificações eram implantadas sobre o alinhamento frontal do lote e também sobre os limites laterais. Desse modo, os únicos cômodos que recebiam ar e luz diretamente eram aqueles localizados na parte anterior e na parte posterior da moradia, voltados para a rua e para os quintais, respectivamente. Tal característica de implantação das residências determinou a configuração dos telhados, os quais se apresentavam em duas águas, tendo a cumeeira em posição paralela ao alinhamento da rua.

Esse tipo de implantação era característico não apenas das casas térreas, mas também dos sobrados. Porém, tais edificações eram maiores e contavam com mais recursos, o que favorecia a construção de um número maior de cômodos. Nessas casas, o andar térreo raramente apresentava espaços de uso da família. Esse era, normalmente, destinado à loja, oficina, ou, na inexistência desses, a depósitos e vestíbulo de entrada, no qual se encontrava a escada que dava acesso ao pavimento superior. Subindo a escada, chegava-se à sala de visitas ou salão, que tinha a mesma função das salas de receber presentes nas fazendas. Essa sala apresentava, às vezes, um oratório, importante elemento para a prática da religião dos moradores. Estas casas não contavam com capela particular, tendo em vista

que os seus habitantes poderiam frequentar as igrejas ou capelas do núcleo urbano no qual estavam instalados. Mas, mesmo assim, os oratórios domésticos foram mantidos em várias residências do período.

As salas de visitas dos sobrados apresentavam uma porta que dava acesso ao corredor de circulação interna, a partir do qual se tinha acesso aos dormitórios e à sala de viver (também chamada de sala de jantar em alguns exemplares). Esta ficava implantada no final do corredor, voltada para o quintal ou pátio nos fundos do terreno, além de dar acesso à cozinha e às demais dependências de serviço. Nos sobrados do Recife, entretanto, surge uma nova possibilidade de localização da cozinha, a qual é instalada no sótão ou no último pavimento da edificação³. Tal agenciamento desta dependência de serviço é justificado pelo incômodo provocado pelo calor e pela fumaça. Contudo, Carlos Lemos (1989b) afirma que esta solução só foi possível devido à presença dos escravos trabalhando nessas residências. Uma vez que as moradias maiores já contavam com mão-de-obra escrava para a realização dos serviços domésticos, era necessário agenciar um espaço para acomodá-los, o que foi resolvido de diversas maneiras. Em determinadas casas, esses serviçais dormiam nos sótãos, já em outras, eles ocupavam pequenos quartos edificadas nos fundos do terreno. Havia ainda situações em que os cativos eram instalados em cômodos localizados no pavimento térreo das residências. As casas urbanas contavam ainda com uma latrina, a qual era, frequentemente, localizada em um pequeno cômodo no quintal, separada da edificação principal.

³ Os sobrados recifenses destacam-se no cenário das residências coloniais urbanas devido à peculiaridade de apresentarem um número maior de pavimentos, ultrapassando os dois andares habituais, na maioria dos casos. Entretanto, cabe destacar que esta configuração não dizia respeito a todos os sobrados do Recife, existindo casas assobradadas que contavam com apenas dois pavimentos.



FIGURA 10 – [Casa no Pátio de São Pedro, Olinda (PE)]
 Fonte: GOMES, 2006, p.119.

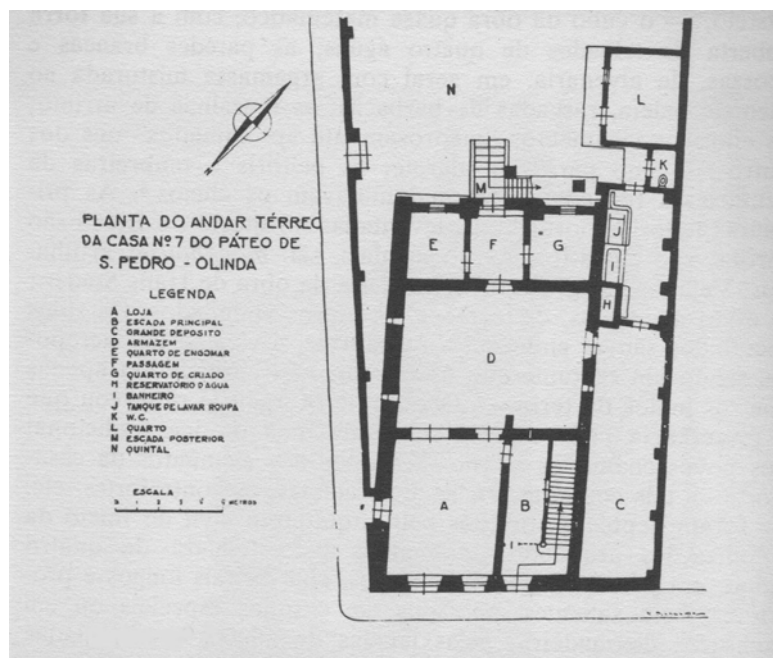


FIGURA 11 – Planta do andar térreo da casa nº 7 do Pátio de S. Pedro, Olinda [PE]

- A – Loja
- B – Escada principal
- C – Grande depósito
- D – Armazém
- E – Quarto de engomar
- F – Passagem
- G – Quarto de criado
- H – Reservatório de água
- I – Banheiro
- J – Tanque de lavar roupa
- K – W.C.
- L – Quarto
- M – Escada posterior
- N – Quintal

Fonte: PINTO, 1975, p.56.

Nota: Pinto (1975) chama a atenção para o fato de que alguns elementos mais recentes foram acrescentados a estrutura original desta casa, como, por exemplo, o depósito C.

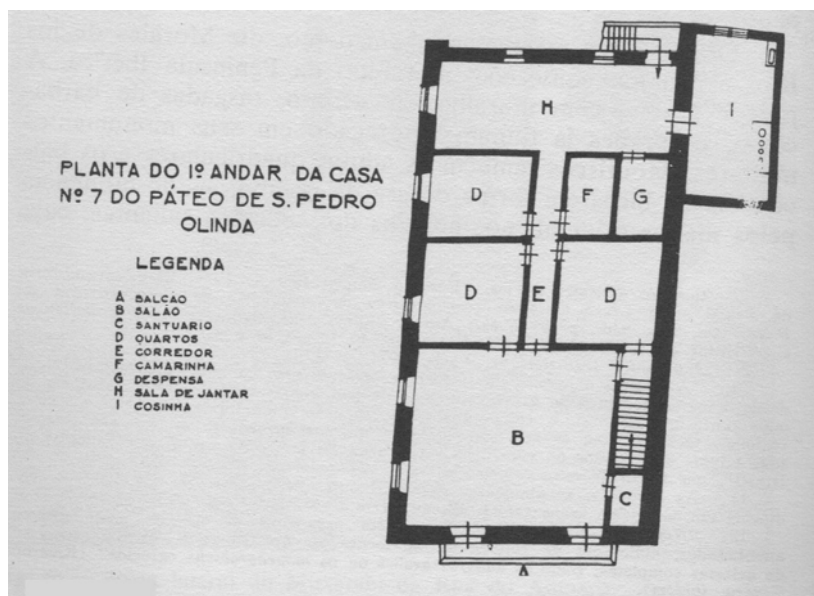


FIGURA 12 – Planta do 1º andar da casa nº 7 do Pátio de S. Pedro, Olinda [PE]

- A – Balcão
B – Salão
C – Santuário
D – Quartos
E – Corredor
F – Camarinha
G – Despensa
H – Sala de jantar
I – Cozinha

Fonte: PINTO, 1975, p.56.

Externamente as casas urbanas coloniais não apresentavam maiores tratamentos e cuidados especiais, sobretudo no início da colonização. As paredes externas eram caiadas, na maior parte dos casos, contando com elementos em cores apenas na pintura das portas e janelas. Em algumas residências, eram utilizadas pedras lavradas nos cunhais e nas guarnições, o que denotava um cuidado maior com a aparência externa da edificação, além de contribuir para acrescentar um pouco de cor à fachada. Com o passar do tempo, foram se desenvolvendo novas possibilidades construtivas, especialmente em relação às vedações dos vãos que ganharam novas opções além dos primitivos escuros. Os vãos ainda eram feitos em vergas retas, mas já existiam novos modelos de janelas e portas, os quais apresentavam, em alguns casos, ornamentações no trabalho da madeira. As janelas passaram a contar também com as treliças ou rótulas de madeira em substituição aos escuros. Estas novas opções de vedação das janelas eram conhecidas como gelosias e apresentavam uma relação com o costume colonial de isolamento e

proteção das mulheres. Suas tramas realizadas com peças de madeira de seções diminutas davam origem a composições de desenhos que permitiam a ventilação do cômodo ao mesmo tempo em que preservavam a privacidade do interior da edificação. Diante disto, o uso das treliças como vedação dos vãos das janelas são frequentemente apontadas como mecanismos de proteção da intimidade da família. Algranti (1997) destaca que, além dos fatores climáticos e dos relacionados à preservação da privacidade dos espaços internos, as treliças eram importantes também em função da escassez de opções de vedação dos vãos no período colonial. Nessa época o vidro era caro e também muito raro, fato que favorecia o uso da madeira nas portas e janelas. Entretanto, o calor era um fator importante neste território tropical, de modo que as treliças apareciam como boas soluções para a resolução deste problema, com a vantagem de evitarem olhares indiscretos das pessoas que estivessem do lado de fora.

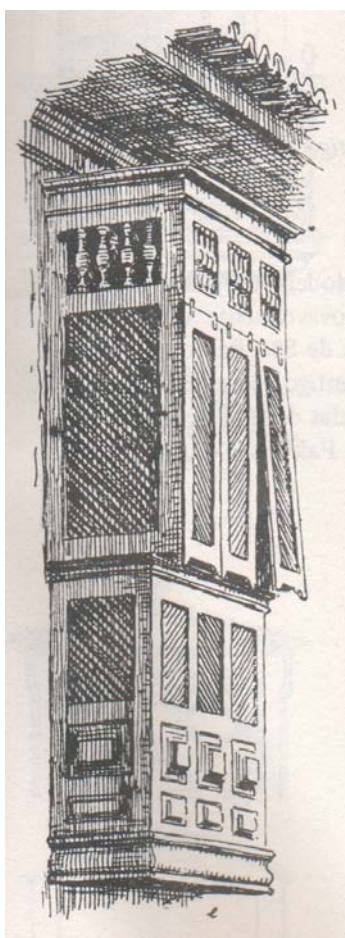


FIGURA 13 – [Balcão com treliça, em modelo encontrado em várias partes do território colonial]
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.19.

As treliças eram utilizadas também na conformação dos balcões existentes no pavimento superior dos sobrados. Estes balcões eram agenciados de diversas maneiras: ora se apresentavam apenas com o peitoril em treliças, configurando uma espécie de guarda-corpo, ora era todo revestido por elas, formando um corpo saliente na fachada. Quando todo revestido de treliças, ao transeunte que passasse pela rua era impossível identificar quem estava naquele espaço.



FIGURA 14 – [Casa com balcão em treliças de madeira e cachorros de pedra na Rua do Amparo, Olinda (PE)]

Fonte: GOMES, 2006, p.119.

Nota: Gomes (2006) levanta a hipótese de que este balcão seria originalmente todo fechado com treliças.

Apesar de serem os edifícios mais recorrentes na maioria dos núcleos urbanos coloniais, os sobrados e as casas térreas não correspondiam às únicas tipologias residenciais urbanas existentes no período. Em cidades e em núcleos urbanos maiores e mais importantes, havia outras tipologias de habitação como os solares e os palácios. Em Salvador, na Bahia, por exemplo, destacavam-se os solares imponentes. Segundo Gomes (2006) essas edificações caracterizavam-se pelas suas maiores dimensões, e se localizavam, frequentemente, no centro dos terrenos. Esse tipo de implantação diferenciava-se da observada nos sobrados, de modo que, apresentavam as quatro fachadas livres, as quais recebiam tratamento tão cuidadoso e apurado quanto o dedicado às fachadas principais dos sobrados das

pessoas mais ricas. As plantas desses solares tendiam para o quadrado, situação que leva a conformação de áreas internas sem luz. Diante disto, algumas edificações resolveram esse problema criando pátios internos descobertos, permitindo, assim, uma melhor iluminação e ventilação dos cômodos. Além disso, Gomes (2006) destaca a beleza das portadas de algumas das residências baianas, as quais eram executadas em pedra.

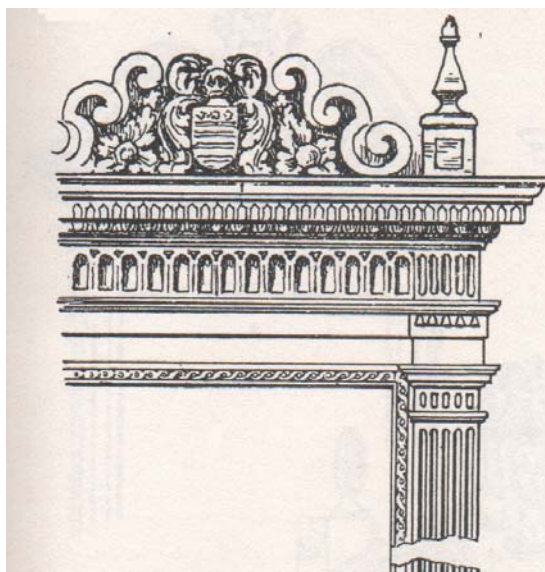


FIGURA 15 – Portal armoriado da casa em que viveu o poeta Gregório de Matos [Bahia]
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.263.

No Rio de Janeiro, as habitações urbanas mais comuns também diziam respeito aos sobrados e às casas térreas. Suas plantas e características principais eram semelhantes às observadas nas moradias nordestinas, além do fato de que, também no Rio de Janeiro, os sobrados representavam uma tipologia mais valorizada do que as casas térreas, conferindo *status* para os seus moradores. Contudo, havia nessa cidade uma outra tipologia de residência que gozava de mais prestígio do que os sobrados. Tratava-se do palácio, tipo de edificação importante no cenário da cidade, sobretudo a partir do século XVIII, quando o Rio passa a ter mais expressão⁴. Dentro deste contexto, Carvalho, Nóbrega e Sá (2000a) destacam a Casa dos Governadores (posteriormente denominada Paço Imperial) e o Palácio Episcopal. Segundo esses autores,

⁴ Em 1763 o Rio de Janeiro passa a ser a sede do Vice-Reino do Brasil e capital da colônia, títulos que, até aquele momento, pertenciam a Salvador.

Estes edifícios relacionam-se ao padrão compositivo dos palácios e solares portugueses, adotado no Brasil para as residências mais importantes. As fachadas apresentam predominante horizontalidade reforçada pelas linhas de marcação dos pavimentos. Os vãos seguem uma distribuição constante: portas e janelas de peitoril no pavimento térreo e janelas de púlpito no pavimento superior, com sacadas de bacias de cantaria, guarnecidas com guarda-corpo de ferro. O ritmo dos vãos é valorizado pelas sobrevergas como se observa no Paço Imperial. Mantém-se nas fachadas o contraste da alvenaria caiada com os elementos em cantaria dos cunhais e guarnição dos vãos. Nesta tipologia o telhado de quatro águas é a solução usual apresentando volumes independentes para cada corpo da construção. O cornijamento contínuo sob o beiral do telhado e a presença de pátios centrais são outras características da tipologia. (CARVALHO; NÓBREGA; SÁ, 2000a, p.21)



FIGURA 16 – Paço Imperial [Rio de Janeiro, RJ; construção: meados do século XVIII; vista externa]
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p.62.



FIGURA 17 – Paço Imperial [Rio de Janeiro, RJ; construção: meados do século XVIII; planta]
P - Pátio
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p.62.



FIGURA 18 – Palácio Episcopal [Rio de Janeiro, RJ; construção em 1702]
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p.51.

No século XVIII, as técnicas e os conhecimentos construtivos já experimentavam um desenvolvimento maior, de modo que já se observavam algumas novidades na conformação das construções. A relação entre os cheios e vazios, caracterizada pela predominância dos primeiros no início da colonização, começa a se modificar, sobretudo em função das novas opções de janelas, que já se apresentavam com maior altura. Essas também passaram a figurar em maior número nas fachadas, as quais adquiriam mais movimento devido às novas opções de verga em arco abatido e das sobrevergas, que enriqueciam as composições (Ver CARVALHO; NÓBREGA; SÁ, 2000a).

Essas inovações não eram encontradas somente no Rio de Janeiro e também não se restringiam apenas ao universo urbano. As casas de chácara e as fazendas também desfrutaram dessas novidades. As primeiras eram edificações localizadas nas proximidades dos núcleos urbanos que contavam com elementos das propriedades rurais como pomares, hortas, chiqueiros, estrebarias, dentre outros, mas que não se constituíam em grandes propriedades rurais como as fazendas. Além disso, as chácaras se encontravam a uma distância confortável dos núcleos urbanos, pois não estavam inseridas na sua dinâmica, ao mesmo tempo em que não estavam tão longe dos mesmos.

Já as fazendas contavam com estrutura semelhante à verificada nos engenhos nordestinos. Apresentavam algumas especificidades como, por exemplo, a recorrência de varandas ou alpendres, sustentados por colunas de alvenaria de tijolos implantadas de forma cuidadosa e bem construídas. Cardoso (1975) e Carvalho, Nóbrega e Sá (2000a) identificam uma possível influência dos claustros franciscanos na composição dessas varandas. Outra característica importante das casas de fazenda do Rio de Janeiro diz respeito às escadas. Essas, segundo Cardoso (1975, p.21), “São escadas criadas sobre a própria terra acumulada, algumas providas de guarda-corpos toscos e espessos, mas quase sempre fazendo com o resto do edifício um acordo sincero e perfeito”.



FIGURA 19 – Escada da Fazenda do Capão [RJ]
Fonte: CARDOSO, 1975, p. 32.

As plantas das casas de fazenda do Rio de Janeiro se apresentavam organizadas segundo a mesma estrutura básica de divisão nos três setores fundamentais, verificadas nas casas nordestinas. Os cômodos se encontram articulados de formas diversas, mas é possível perceber que a sala de recepção se localizava na parte anterior da moradia, com acesso através da varanda, ficando os cômodos mais íntimos nas partes mais internas da edificação. As circulações também são agenciadas de maneiras diferentes, mas mantêm a privacidade da área íntima. Destaca-se ainda a presença das capelas particulares nessas propriedades, as

quais se apresentavam ora em edificação que ocupava parte da varanda, ora em construção independente, mas ainda muito próxima da moradia. Havia ainda uma terceira implantação possível, a qual consistia em um edifício completamente independente e separado da residência (Ver CARDOSO, 1975).



FIGURA 20 – Casa da Fazenda do Viegas [RJ]
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p.120.

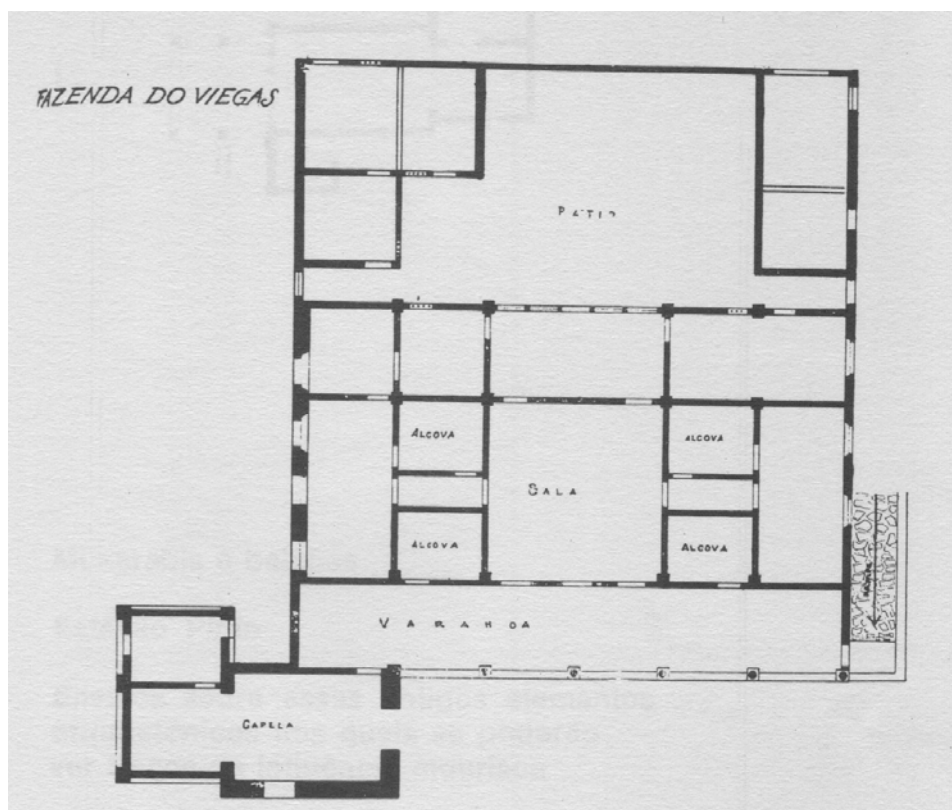


FIGURA 21 – Fazenda do Viegas [RJ; planta]
Fonte: CARDOSO, 1975, p. 45.



FIGURA 22 – Casa da Fazenda do Engenho d'água [RJ; construção: meados do século XVIII]
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p.121.

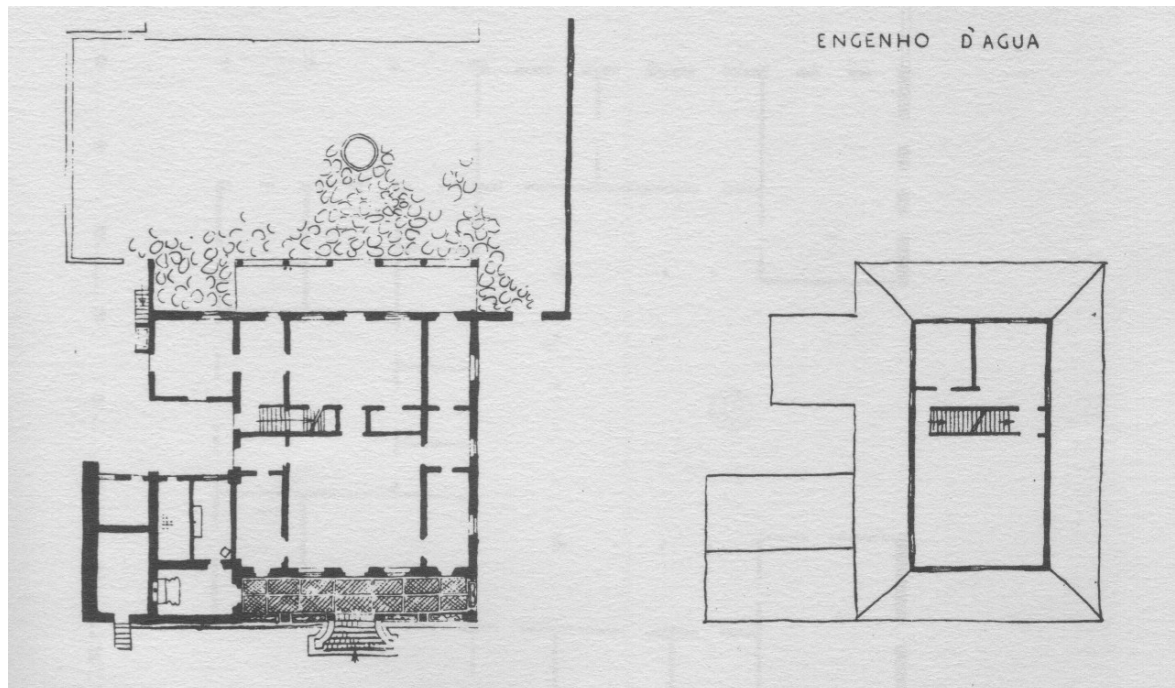


FIGURA 23 – Engenho d'água [RJ; planta]
Fonte: CARDOSO, 1975, p. 45.

As casas paulistas coloniais também apresentam semelhanças com as residências analisadas, especialmente em relação à organização espacial interna. Suas plantas não são agenciadas da mesma maneira que as das casas do nordeste ou as do Rio de Janeiro, mas podem ser identificadas proximidades significativas, no que diz respeito às diretrizes básicas que orientam a distribuição dos espaços. Nas casas paulistas também se observa a divisão básica nos três setores, o que constitui uma característica presente em todo o território colonial. Tal fato se verifica em função

das particularidades daquela sociedade, que prezava uma separação mais rígida entre o universo exterior e o mundo interior, buscando proteger a família, especialmente as mulheres.

A zona de receber das casas paulistas mais antigas nem sempre contava com uma sala de visitas. Nesses casos, a edificação apresentava uma espécie de varanda central entalada entre dois corpos edificados laterais, os quais lhe davam a feição de uma sala com a parte da frente desprovida de vedação. Este espaço aberto é comumente designado como corredor, pois apresenta também a função de distribuição da circulação, uma vez que se encontra logo na entrada da casa e funciona como um elemento da zona de recepção, com o objetivo de controlar o acesso à parte interna da moradia. Assim, esse espaço adquire a mesma função das varandas encontradas nas casas coloniais de outras regiões, pois se estabelece como um filtro entre o exterior e o interior da residência, permitindo a entrada apenas de quem obtivesse permissão. Sua conformação caracterizada pela localização entre dois cômodos laterais⁵ não apresentava a mesma função de amenizar os desconfortos do clima quente, verificada nas casas em que a varanda se apresenta como um anexo que oferece uma área de sombra e proteção às paredes. Na casa paulista, tal implantação diferenciada pode ter sido escolhida em função das especificidades climáticas da região, caracterizada por dias mais quentes e noites mais frias. Assim, ao invés de evitar o calor, seria mais interessante aquecer as paredes externas no período diurno, para que elas pudessem liberar a noite o calor acumulado durante o dia. Esta solução climática contava com a ajuda da técnica da taipa de pilão, a qual foi empregada na construção dessas moradias da região de São Paulo. Contudo, a opção por esse sistema construtivo não teve como principal condicionante as características do clima, tendo em vista que outros fatores também foram determinantes para a escolha da técnica a ser empregada nas construções.

⁵ Estes cômodos localizados nas laterais do corredor correspondem, na maioria dos casos, à capela e ao quarto de hóspedes.



FIGURA 24 – Sítio do Calu, Embu [SP]
 Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 48.

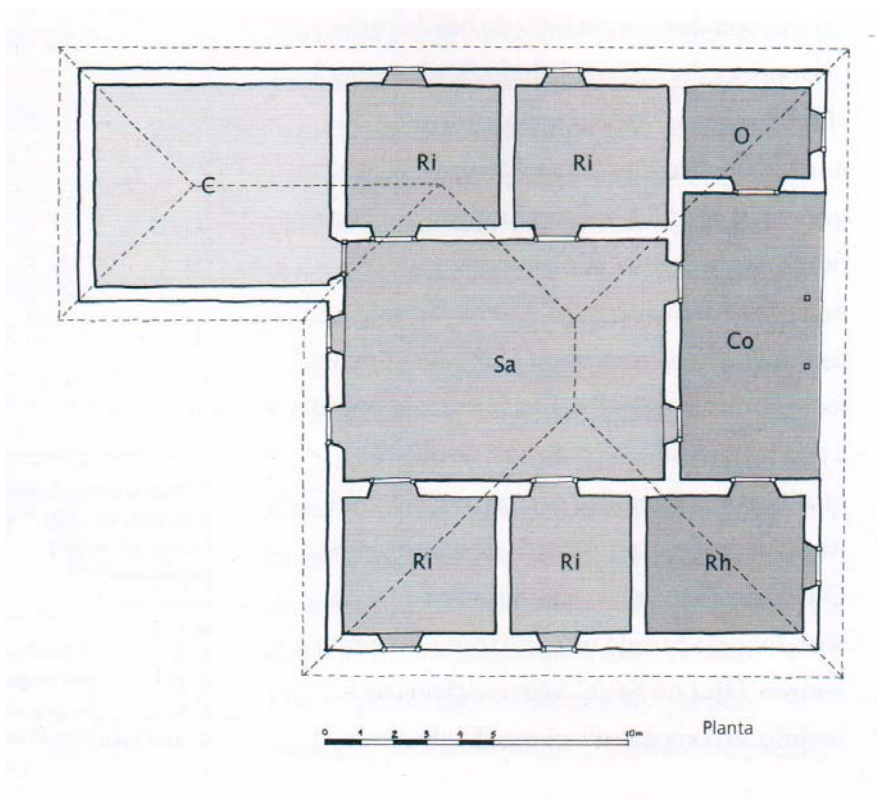


FIGURA 25 – Sítio do Calu, Embu [SP; planta]
 Co – Corredor ou alpendre de distribuição ou de permanência temporária de estranhos
 Rh – Repouso ou dormitório de hóspedes
 O – Oratório ou capela particular
 Sa – Sala, também chamada de varanda
 Ri – Repouso ou dormitório ou cômodos da família
 C – Cozinha
 Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 48.

Na região de São Paulo, a disponibilidade de materiais foi determinante para a predominância da técnica da taipa de pilão nas construções. Nesta parte do território da colônia, sobretudo nas áreas mais afastadas do litoral, não havia matéria prima disponível para a fabricação de cal, o que inviabilizou a utilização de alvenaria. Além disso, verificava-se a ausência de boas pedras para a construção e a madeira se encontrava em matas relativamente afastadas, o que dificultava a sua utilização em função do alto custo do transporte. Diante disso, a utilização da madeira ficava restrita aos locais em que esta era indispensável, como as estruturas dos telhados e as esquadrias. Tal situação favoreceu a utilização da taipa de pilão, técnica realizada a partir de terra socada, e que oferece grande resistência à compressão, mas não admite esforços de outra natureza. Assim, as edificações construídas segundo este sistema apresentam algumas características fundamentais, como a preferência pelos ângulos retos, a predominância dos cheios sobre os vazios, além da inexistência de balanços e detalhes como molduras, cimalthas ou outros. As coberturas dessas casas paulistas nos primeiros séculos da colonização eram realizadas com telhas cerâmicas e apresentavam estrutura de madeira bastante simples.



FIGURA 26 – Casa do Padre Inácio [Cotia, SP]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 52.

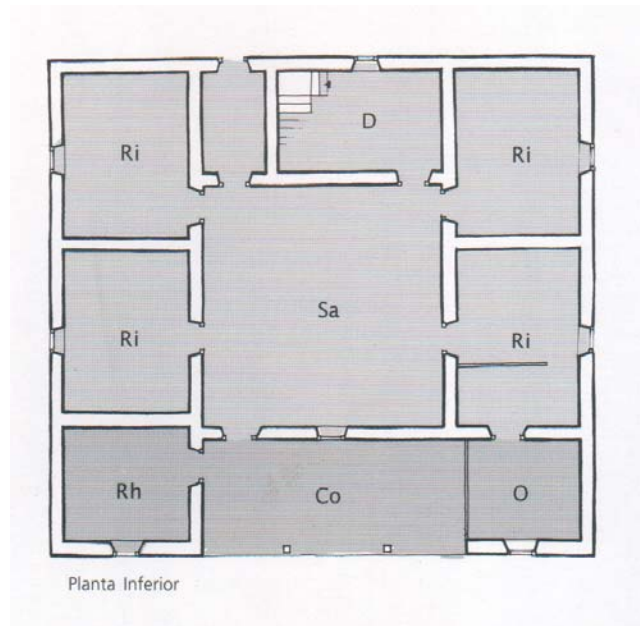


FIGURA 27 – Casa do Padre Inácio [Cotia, SP; planta inferior]
 Co – Corredor ou alpendre de distribuição ou de permanência temporária de estranhos
 Rh – Repouso ou dormitório de hóspedes
 O – Oratório ou capela particular
 Sa – Sala, também chamada de varanda
 Ri – Repouso ou dormitório ou cômodos da família
 D – Dependência de serviços de uso variável
 Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 52.

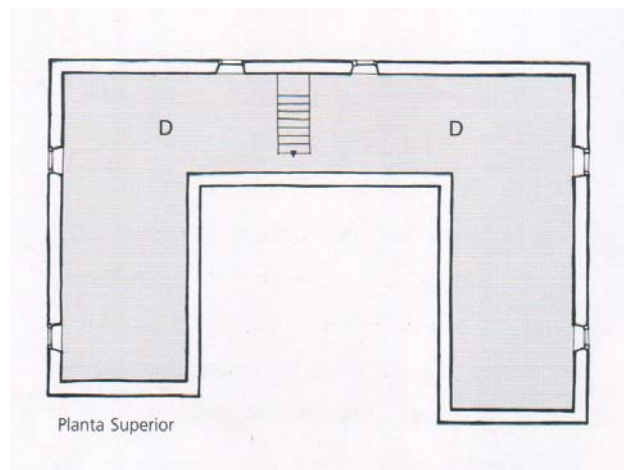


FIGURA 28 – Casa do Padre Inácio [Cotia, SP; planta superior]
 D – Dependência de serviços de uso variável
 Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 52.

Os telhados das casas coloniais caracterizavam-se pela predominância das soluções em duas ou quatro águas, construídas a partir de estruturas feitas em madeira cobertas de telhas ou palha nos casos mais pobres e mais simples. Estas coberturas apresentavam ainda, em praticamente todas as regiões do território

colonial, o prolongamento dos telhados um pouco além das paredes externas das edificações. Tal agenciamento configurava os beirais, elementos importantes para a manutenção das construções, tendo em vista as especificidades do clima tropical, caracterizado pelas chuvas. Assim, esse prolongamento do telhado contribuía para manter a água que escorria dos telhados afastada das paredes, evitando a umidade excessiva nos elementos construtivos.

As estruturas destes telhados eram simples, sendo que nem sempre eram empregadas as tesouras. Os elementos em madeira que compunham tal estrutura, como cumeeiras e frechais, por exemplo, não recebiam maiores cuidados. Contudo, os caibros e os cachorros já recebiam um tratamento especial em algumas casas paulistas. Esses elementos, assim como alguns batentes, balaustres, portas e janelas, eram mais trabalhados e recebiam detalhes decorativos. Luís Saia (1975) chama a atenção para os cachorros e para a porta principal da Casa do Padre Inácio, os quais apresentavam um tratamento diferenciado. Esses cuidados, segundo o autor, estavam reservados para a parte da moradia que teria contato com os visitantes. Assim, não apenas a fachada principal recebia maiores cuidados, mas também outras partes do edifício que pudessem ser, eventualmente, vistas pelas pessoas que estivessem observando a construção de um outro ângulo. Desse modo, trechos das fachadas laterais também recebiam cuidados especiais, como os cachorros, por exemplo.



FIGURA 29 – Cachorro de quina do beiral da mesma casa de fazenda do Padre Inácio [Cotia, SP]
Fonte: SAIA, 1975, p.228.



FIGURA 30 – Porta principal da casa de fazenda do Padre Inácio, em Cotia, Estado de São Paulo
Fonte: SAIA, 1975, p.232.

Internamente, os cômodos também apresentavam diferenciação nos tratamentos. Os dormitórios, frequentemente, recebiam um forro, o qual acabava configurando um sótão, espaço que servia como depósito, em algumas situações. Este forro era muito simples, não sendo, entretanto, comum a sua utilização sobre a sala de viver, espaço que apresentava apenas a cobertura do telhado, na maioria das vezes. Já os quartos de hóspedes e a capela também recebiam forros, porém, o compartimento superior criado por essa solução não tinha o costume de ser utilizado como depósito nesses cômodos. Além disso, recebiam um tratamento diferenciado em relação aos demais ambientes da casa, uma vez que eram espaços destinados ao visitante e à prática religiosa. O forro da capela recebia ainda mais atenção, sendo que há casos em que apresentava pinturas.



FIGURA 31 – Interior da capela da fazenda Santo Antônio, no município de São Roque [SP]

Fonte: SAIA, 1975, p.246.

Nota: Vista tomada da capela-mor para o coro.

Os pisos dessas casas, segundo Luís Saia (1975) apresentavam-se em terra socada no corredor, na sala de viver e nas dependências de serviço. Já os dormitórios da família, o quarto de hóspedes e a capela recebiam assoalho de madeira. Em relação às paredes, o mesmo autor afirma que tanto as superfícies internas quanto as externas eram pintadas na cor branca, proporcionada pela cal ou pela tabatinga.

As plantas das casas paulistas apresentavam organização espacial simples, também caracterizada pela divisão nos três setores básicos, identificados em várias regiões do território colonial. O corredor, que nas residências mais antigas apresentava-se com a face anterior desprovida de vedação, com o passar do tempo teve sua conformação alterada e passou a ser fechado, configurando, assim, uma sala de receber interna. Os demais espaços mantiveram a organização tradicional, conservando a zona de estar/íntima em posição mais protegida no interior da casa, e a zona de serviço aos fundos.

Os paulistas, no início da colonização desta região, empenhavam-se na busca e captura de indígenas para torná-los escravos. Essa atividade visava o aprisionamento de nativos para trabalhar para aqueles que os tinham capturado, mas também tinha como objetivo vendê-los para outras áreas. Diante disso, os colonizadores viviam avançando para o interior do território em busca de grupos indígenas, e, porque esta atividade era proibida pela Metrópole, as pessoas procuravam ficar mais afastadas dos núcleos urbanos existentes. Com o passar do tempo, as expedições organizadas pelos paulistas começaram a diversificar seus objetivos, de modo que surgiram as bandeiras e entradas dedicadas à busca de minas de ouro e pedras preciosas. (Ver TELLES, 2006).

No final do século XVII, algumas expedições chegaram à região de Minas Gerais e descobriram ouro nos arredores da área hoje conhecida como Ouro Preto. Essa descoberta despertou o interesse de muitas pessoas, o que provocou um significativo fluxo migratório para tal região, atraindo não apenas os paulistas, mas também nordestinos e portugueses, que procuraram meios para se instalar rapidamente e para dar início às atividades de mineração. Tal atividade econômica fez com que a ocupação das terras mineiras se caracterizasse pela formação de núcleos urbanos e não por propriedades rurais, como era recorrente na colônia até então. Diante disso, observa-se que sua arquitetura apresentava, sobretudo, edificações urbanas, com algumas especificidades em função do contexto.

A riqueza que emanava da região atraiu profissionais de outras áreas como artistas, carpinteiros, mestres de obras, e outros profissionais, principalmente portugueses, que atuaram nas novas construções. Dessas, destacavam-se as edificações religiosas, as quais se constituíram em importantes exemplares da arquitetura brasileira. A religião tinha grande importância para as pessoas do período e, em Minas, observa-se a grande relevância das irmandades e ordens religiosas. A Coroa havia proibido a instalação de conventos e mosteiros nessa região, fato que acabou dando maior força para as ordens terceiras, que procuravam arrecadar recursos para construir sua igreja própria. Diante disso, as pessoas buscavam investir nas obras de suas irmandades, misturando fé e interesses sociais. Tal situação se verificava devido ao fato de que as sociedades religiosas leigas apresentavam divisões e segregavam algumas pessoas, existindo ordens terceiras que não

contavam com membros negros ou mulatos, por exemplo. Assim, as irmandades constituíam-se também em um mecanismo de distinção de classes no período colonial. Entretanto, essa situação não diminuía a importância que a fé tinha para as pessoas, além do fato de serem as missas, festas e demais celebrações religiosas as mais importantes formas de sociabilidade das quais estas pessoas participavam e, em alguns casos, as únicas.

As edificações religiosas foram executadas pelos melhores construtores que chegaram à região, sobretudo os portugueses, que introduziram não só técnicas construtivas adequadas ao terreno acidentado, como também treinaram mão-de-obra local (formada especialmente por mulatos) que desenvolveu uma arte e uma arquitetura reconhecidas por sua beleza. As técnicas construtivas trazidas pelos portugueses e desenvolvidas em Minas, sobretudo na região central da Capitania, não se restringiram às edificações religiosas ou às construções do governo. As residências dos habitantes dos núcleos urbanos também foram construídas segundo tais técnicas que se mostravam mais adequadas à disponibilidade de materiais da região e às especificidades do terreno, muito acidentado. Assim, a taipa de pilão, comum na arquitetura dos paulistas, não chegou a ser utilizada de maneira expressiva nessa região, mesmo considerando que os bandeirantes de São Paulo foram os primeiros a chegar às terras mineiras.

Pelo visto, a taipa de pilão de São Paulo não deitou raízes em Minas, sendo ali raras as construções de terra batida. Os portugueses, em contrapartida, trouxeram os aperfeiçoados sistemas estruturais de madeira, as “gaiolas” desenvolvidas com a experiência da reconstrução de Lisboa, técnica construtiva, antes de tudo, apropriada às acidentadas áreas dos arraiais de fundo de vale. A arquitetura mineira sempre teve essa característica: respeitar o perfil natural do terreno, ao contrário do paulista taieiro que sempre artificializava o sítio de implantação de suas casas fazendo terraplenos. (LEMOS, Carlos, 1989b, p.43)

Apesar de essas técnicas construtivas terem sido utilizadas também nas construções das residências dos moradores dos núcleos urbanos, o mesmo não pode ser dito em relação à ornamentação destas edificações. As casas mineiras desse período apresentavam-se de forma simples e com a planta organizada segundo a divisão interna em três zonas que caracterizava a maioria das casas coloniais brasileiras. As ornamentações e decorações mais trabalhadas e suntuosas eram encontradas apenas nas igrejas.

As residências urbanas apresentavam-se em casas térreas e em sobrados, sendo estes últimos preferidos pela população mais abastada devido ao *status* social de maior importância que essa tipologia de habitação conferia aos seus moradores. A sua escolha era favorecida também pelas características acidentadas do terreno, de modo que as edificações que contavam com mais de um pavimento apresentavam melhores soluções em relação à topografia. Nesses sobrados, os pavimentos térreos eram reservados para lojas, depósitos ou habitação de escravos, não sendo, portanto, utilizados na dinâmica cotidiana da família, a qual acontecia nos cômodos do pavimento superior. O acesso a esse segundo andar era feito através de uma escada que partia de um vestíbulo ou de um corredor localizado no pavimento térreo. Essas escadas eram, por vezes, bem trabalhadas, apresentando o parapeito e os arremates do corrimão com detalhes decorativos.



FIGURA 32 – Casa dos Contos, Ouro Preto [MG; vestíbulo com sua escadaria monumental]
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.119.

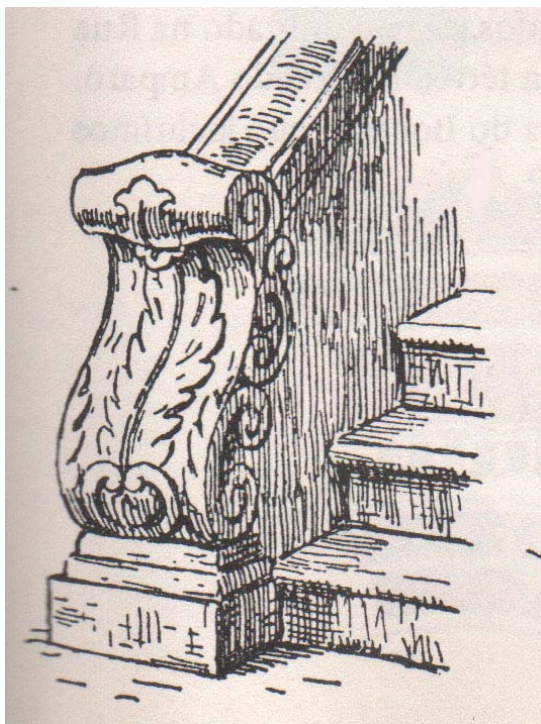


FIGURA 33 – [Minas Gerais; topo inicial da escada, em pedra lavrada, de uma residência]
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.157.

No segundo pavimento, estas escadas davam acesso diretamente à sala de visitas ou a um corredor, de modo a orientar a circulação para a área de receber da casa. Os cômodos da zona de estar/íntima se localizavam mais internamente, tendo acesso através da sala de viver, nos exemplares mais simples, ou a partir do corredor, nas casas maiores. Essas eram, às vezes, organizadas em plantas que, além de compridas eram também largas. Diante disso, optava-se por criar pátios internos para auxiliar na iluminação dos cômodos que ficavam na parte central da edificação. As casas grandes, com pátios internos, contavam com muitos cômodos e, por vezes, precisavam também fazer uso de mais de um corredor, o que criava situações em que as circulações internas se apresentavam de forma um pouco confusa. Destaca-se, entretanto, que a organização geral dos espaços não alterava a estrutura básica verificada em toda a colônia, de modo que a zona de receber ficava sempre na parte anterior da moradia, os cômodos da zona de estar/íntima se encontravam no centro, e as dependências de serviço se localizavam nos fundos, configurando anexos em várias situações.

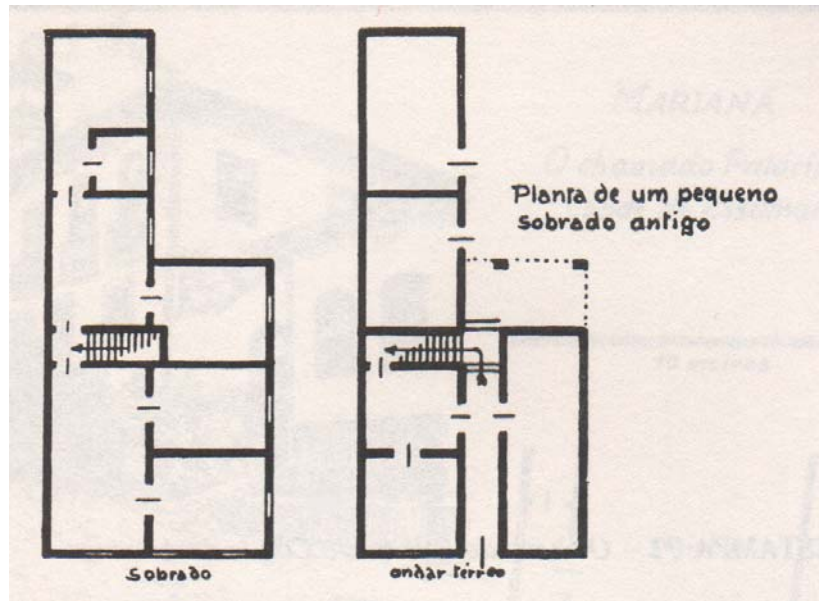


FIGURA 34 – [Mariana, MG; plantas do andar superior e do andar térreo de um pequeno sobrado antigo]
 Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.149.

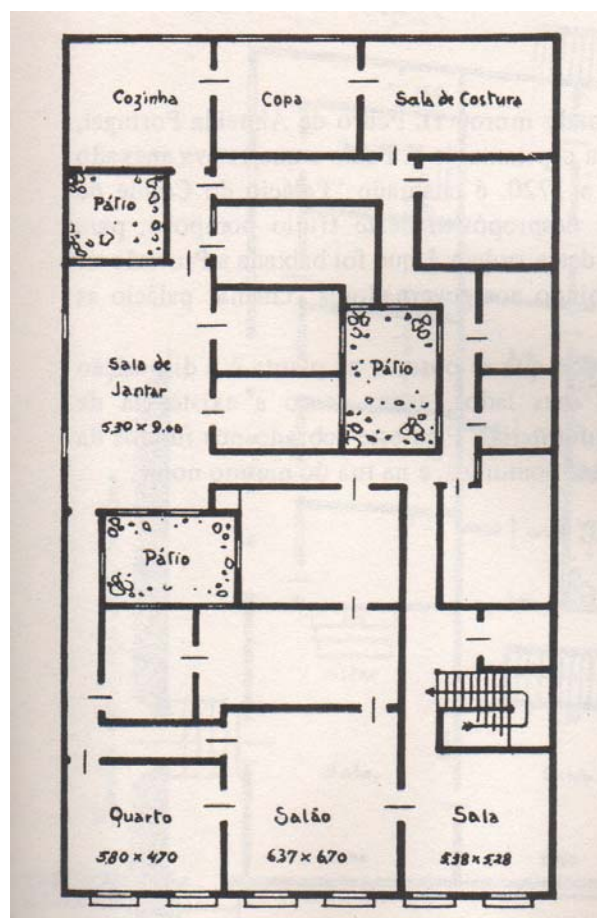


FIGURA 35 – [Mariana, MG; planta do andar superior de um grande sobrado antigo]
 Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.149.

As casas urbanas de Minas apresentavam-se, com frequência, edificadas sobre o alinhamento frontal e sobre os limites laterais do terreno. Esse tipo de implantação, existente em várias partes do território colonial, acabava criando uma situação em que apenas os cômodos voltados para a rua (sala de receber) e para os fundos (sala de viver) recebiam iluminação e ventilação diretas. Desse modo, os espaços mais interiorizados não apresentavam aberturas para o exterior, ficando assim, sem contato com a luz solar e sem boas condições de ventilação. Esses cômodos que, na maioria das vezes eram os dormitórios, foram denominados alcovas e são encontrados não apenas nas residências urbanas, mas também em habitações rurais. Nesses casos, as possíveis razões para o surgimento das alcovas são outras. Essas aparecem, sobretudo, nas grandes residências de fazendas que apresentavam vários cômodos em sequência no sentido da largura, impedindo, assim, que a maioria dos quartos tivesse alguma parede voltada para o exterior. Havia ainda os casos em que as técnicas construtivas não aconselhavam a abertura de muitos vãos, devendo os cheios prevalecer sobre os vazios. Diante disso, as aberturas eram reduzidas ao mínimo possível, dando preferência para a sala de recepção e para os cômodos de permanência mais prolongada, como a sala de viver, por exemplo.

Entretanto, além dessas explicações relacionadas aos aspectos construtivos, há outros fatores que também contribuíram para a manutenção das alcovas nas residências coloniais. Naquele período, havia uma preocupação muito grande em relação ao ar, no qual se acreditava que certas doenças estavam presentes, e entrariam nas casas através dele. Assim, a instalação de cômodos mais arejados nem sempre era bem vista pelos moradores mais antigos. Além disso, as alcovas poderiam estar relacionadas com a proteção da família, especialmente das mulheres. Essa questão era muito importante no período e, provavelmente, a manutenção das alcovas em várias casas pode ser justificada também por esse fator. Contudo, esse detalhe não deve ser considerado como a única razão para a existência das alcovas, visto que, em diversas situações em que não havia um impedimento construtivo, os dormitórios apresentavam janelas. Essas são sempre voltadas para pátios internos ou outras áreas internas à propriedade, reforçando o fator de proteção, mas não foram eliminadas em função dele.

Assim em Minas havia casas em que as alcovas foram utilizadas e outras em que essas não existiram. Tais características aparecem não apenas na região de Minas, mas são observadas em várias partes da colônia. Outros detalhes das residências coloniais são também verificados nas moradias mineiras, como, por exemplo, a presença de um espaço destinado às atividades religiosas. Nessas casas não havia uma capela como as existentes nas residências rurais já analisadas, mas sim pequenos santuários particulares ou oratórios, os quais eram localizados na sala de visitas, ou em algum espaço mais reservado. Esses oratórios poderiam também ser colocados do lado de fora da residência, em nichos especiais implantados nas fachadas, que, em Minas, não apresentavam o mesmo requinte decorativo dedicado às edificações religiosas.



FIGURA 36 – [Ouro Preto, MG; oratório que fica na esquina da Rua Bernardo de Vasconcelos com a dos Paulistas]
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.135.

Contudo, é possível identificar elementos importantes que caracterizam essas edificações residenciais. Nas cidades mineiras, assim como nas mais diversas localidades da colônia, as treliças e as gelosias foram largamente utilizadas na vedação dos vãos das janelas e no fechamento de balcões localizados no pavimento

superior. Contudo, apesar de predominarem no cenário colonial, essas não eram as únicas opções de fechamento das janelas, existindo alguns modelos que, assim como as portas, se configuravam em folhas de madeira com almofadas ou outros tratamentos decorativos. Essas esquadrias eram abertas nas fachadas em um ritmo constante, com intervalos regulares entre elas e buscando sempre a harmonia entre os dois pavimentos no caso dos sobrados, de modo que frequentemente havia uma janela no andar superior para cada porta ou janela existente no andar inferior. As paredes eram caiadas, apresentando a cor branca, ficando as áreas coloridas restritas apenas aos elementos de madeira, que por vezes recebiam pintura. As pedras eram utilizadas nas alvenarias e, nos casos das residências de famílias mais abastadas, também poderia ser utilizada a cantaria nos cunhais ou em outros detalhes da fachada.



FIGURA 37 – Beco do Tecla, característica ruela de Diamantina [MG], com seus balcões salientes
Fonte: RODRIGUES, José W., 1979, p.165.

Os interiores eram muito simples, contando com maiores cuidados nos cômodos de recepção, como vestíbulos, salas e salões, por exemplo. Já os espaços mais íntimos apresentavam a modéstia habitual verificada em praticamente todas as regiões da colônia. As paredes eram pintadas de branco e o mobiliário era escasso. Porém, os

exemplares existentes destacavam-se pela sua beleza. Dentro deste contexto, Vasconcellos (1977) chama a atenção para o contraste que existia entre os esforços que eram empreendidos em função da fachada e dos ambientes de recepção em detrimento do pouco cuidado dedicado aos demais espaços internos, da vivência cotidiana da família. Destaca-se que essa preferência dedicada aos elementos que seriam vistos pelas pessoas de fora não aconteciam apenas em Minas, sendo recorrente em todo o território colonial, fato que caracteriza um comportamento específico daquela sociedade, que tinha gosto pela ostentação. Tal aspecto era verificado desde o início da colonização, quando os recursos eram ainda mais escassos do que os observados no final do século XVIII. Nos séculos anteriores, as moradias eram mais simples e não contavam com muitos recursos, como mobiliário sofisticado e demais peças de decoração e uso doméstico. A precariedade das comunicações, sobretudo com a Metrópole, dificultava o acesso das pessoas a esses bens. Assim, as residências desse período se caracterizavam também pela simplicidade, tanto de seus exteriores quanto de seus interiores que apresentavam poucos móveis e demais recursos materiais. Entretanto, esse fato não impediu que se desenvolvesse aqui um desejo pela exibição de riqueza. As pessoas que tinham maiores condições procuravam ostentar as suas posses, através de outros artifícios como vestuário mais sofisticado e elaborado, o uso de jóias, a fartura das suas refeições e também no tamanho de suas propriedades.

O mobiliário e os utensílios restringiam-se ao indispensável para o abrigo, repouso, alimentação e também para o trabalho. Não eram exatamente esses apetrechos que distinguiam ricos e pobres, livres e escravos, mas a fartura da mesa, o número de escravos, as jóias e o vestuário, o trabalho manual, o status proporcionado pelos cargos *públicos*, e com o passar do tempo as propriedades, os animais. As casas eram, no geral, também pouco providas, como pôde ser observado. (ALGRANTI, 1997, p. 153)

Já as pessoas que tinham menores condições financeiras também queriam aparentar fortuna, mesmo que não tivessem posses para tanto. O que acontecia, na maioria desses casos, era um esforço para aparentar uma riqueza que não existia na realidade, o que levava a muitos a realizarem empréstimos e contraírem dívidas. Essa situação acontecia não apenas com as pessoas de poucas posses, mas também com grandes proprietários que enfrentavam dificuldades financeiras, e que não queriam descer de nível social, fazendo grandes esforços para aparentar as mesmas condições de outros tempos.

As casas dos primeiros séculos de colonização não contavam com detalhes de ornamentação ou de decoração de interiores. A carência de móveis e de outros recursos que pudessem enriquecer os seus ambientes internos também não contribuíam para a ostentação do seu proprietário. Além disso, as técnicas construtivas e o acesso aos materiais não diferiam muito entre os moradores da mesma região, de modo que esses fatores dificilmente caracterizavam maior riqueza e requinte de uma residência. Entretanto, as casas tinham um papel importante na ostentação do período, mas essa se dava mais em função do seu tamanho do que das suas características construtivas ou de ornamentação. Nesse sentido, sempre que possível, o proprietário construía uma moradia maior, com mais cômodos e janelas. Porém, essa ampliação da residência não descaracterizava a organização espacial interna habitual das casas, com sua setorização básica e espaços segregados.

Com o passar do tempo, algumas inovações foram ocorrendo lentamente, de modo que no final do século XVIII, já existiam mais opções de elementos que poderiam enriquecer a conformação das casas e conferir maior destaque e *status* a seus proprietários. Havia maior diversidade de modelos de esquadrias e mais profissionais habilidosos que poderiam esculpir detalhes em madeira e em pedra, enriquecendo com ornamentos algumas partes das casas, como escadas, janelas, portas, oratórios, dentre outros. Os móveis também passaram a apresentar maior variedade e também contavam com exemplares mais bem trabalhados e com detalhes ornamentais. Os forros das casas mais ricas se tornavam cada vez mais sofisticados, ao mesmo tempo em que outras mudanças também aconteciam. Contudo, essas primeiras e ainda incipientes inovações eram acessíveis a pouquíssimas pessoas, de modo que os aspectos quantitativos como a fartura na mesa e o tamanho da habitação, ainda eram os principais critérios que identificavam as pessoas de maior riqueza. Poucas eram as oportunidades de ostentação de fortuna que envolviam fatores de outra ordem. As distinções qualitativas, que começavam a se manifestar através desses novos elementos, passaram a ser observadas de forma mais definitiva e decisiva no século XIX, especialmente com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808.

Durante o período colonial, tanto as casas urbanas quanto as rurais mantiveram as suas características básicas fundamentadas na divisão nos três setores: de receber, de estar/íntimo, e de serviço. As questões relacionadas ao patriarcalismo e à proteção e isolamento das mulheres, introduziram algumas exigências adicionais e reforçaram a estrutura da organização espacial interna. O sistema de trabalho escravo também contribuiu para o agenciamento de algumas partes da casa, como as zonas de serviço e as áreas de acomodação desses criados. Todos esses detalhes contribuíram para a conformação da moradia colonial brasileira que, segundo alguns autores, manteve esse mesmo modelo por mais de duzentos e cinquenta anos. A casa brasileira começou a apresentar mudanças importantes a partir do século XIX, momento em que a corte chegou ao Brasil trazendo consigo uma nova situação política e econômica, junto com novos costumes que exerceram grande influência no cenário brasileiro.

3 A CASA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX – NEOCLASSICISMO E ECLETISMO

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 marca um período de grandes mudanças para o país, pois, a partir desse momento passaria a abrigar a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que foi instalada no Rio de Janeiro. Com isso, o *status* dessa cidade sofreu uma alteração significativa, passando a ter contato com as inovações da Revolução Industrial através da abertura dos portos brasileiros. Tal fato introduziu no Brasil uma série de novidades, inclusive no que diz respeito à arquitetura, como novos materiais de construção, por exemplo. Essas novas possibilidades que surgiram para a arquitetura vieram acompanhadas de novos costumes que promoveram algumas mudanças nas residências e também no cotidiano dos moradores, sobretudo da elite.

Foram empreendidas várias ações para acomodação da corte e dos novos órgãos administrativos, o que envolveu a solicitação das casas de alguns moradores do Rio de Janeiro⁶, adaptações em edifícios existentes e construções de novos prédios. Além disso, a cidade também passou por modificações as quais procuravam dotar a capital do reino de ares mais europeus. Dentro desse contexto, realizaram-se obras para alargamento e calçamento de ruas, construção de pontes, aterro de terrenos alagadiços, dentre outros empreendimentos (ver LEMOS, Carlos, 1979). Entretanto, tais modificações no cenário do Rio de Janeiro não se restringiram a intervenções urbanas, chegando a interferir também nas edificações. As tradicionais treliças e gelosias, presentes nas janelas e balcões das casas em todo o Brasil, inclusive no Rio de Janeiro, foram proibidas. Esses elementos davam à cidade um aspecto que desagradava às autoridades e aos novos moradores que chegavam da Europa⁷. Assim, tais características deveriam ser modificadas, transformando a aparência das casas e, conseqüentemente, da cidade, a qual passaria a ter um aspecto mais moderno e mais próximo da Europa e, para tanto, os novos materiais importados seriam fundamentais. Diante disso, as edificações brasileiras passaram a contar com uma maior variedade de elementos construtivos, os quais chegavam ao Brasil a

⁶ Segundo Santos, P. (1981), alguns moradores cederam suas residências sem maiores problemas, mas em algumas situações tal transação foi feita contrariando a vontade do proprietário, através de intimação de um juiz.

⁷ Além disso, havia também uma motivação relacionada à segurança pública, tendo em vista que uma pessoa mal intencionada poderia posicionar uma arma e atirar através dos orifícios das treliças, sem ser vista. Contudo, as questões relacionadas à aparência das edificações foram decisivas para a adoção desta medida.

preços mais acessíveis do que os verificados no período colonial. Difundia-se assim o uso do vidro plano nas janelas, as grades de ferro, as calhas e condutores para as coberturas, além de ferramentas e de uma série de outros materiais e recursos para as construções.

Todas essas novidades contribuíram para alterar o cenário do Rio de Janeiro, mas não foram os únicos aspectos responsáveis pelas transformações da cidade. A presença da corte no Rio contribuiu para a instalação de novas escolas, da imprensa, além dos novos costumes e hábitos que os europeus trouxeram consigo. Assim, a dinâmica dessa cidade passou por transformações que envolviam diversos aspectos, tanto os relacionados às questões políticas e econômicas, quanto os relacionados às edificações e à vida da sociedade.

Então, pela primeira vez no Brasil, uma cidade passou a irradiar novos aspectos culturais às outras do país. [...] O Rio não só era capital administrativa, ou legislativa, ou ainda o centro das decisões políticas, como também o núcleo de onde partiam as novas correntes de comportamento envolvendo até a moda, todo um jeito de se vestir, a música, o mobiliário, a decoração de interiores e as novas maneiras de morar, de construir, de abrir ruas em esquadro. (LEMOS, Carlos 1979, p.103)

Logo após a sua chegada, D. João VI (1767-1826) decidiu por organizar e trazer para o Brasil uma Missão de artistas franceses com o intuito de criar, no Rio de Janeiro, uma Escola Real de ciências, artes e ofícios, a qual se dedicaria à formação de artistas e profissionais que contribuiriam para o desenvolvimento do Brasil. Para a realização desse empreendimento Taunay (1956) destaca a influência e os esforços de Antônio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca (1754-1817), que teve um papel importante na organização da Missão Artística. Foi ele que estabeleceu contato com personalidades importantes em Paris, as quais contactaram Joaquim Lebreton (1760-1819) comunicando-lhe as intenções de D. João VI em relação à criação de uma Missão artística. Lebreton se interessou pela proposta e organizou um grupo de artistas que também estariam dispostos a compor essa Missão e se transferir para o Rio de Janeiro⁸. Assim, em 1816, a Missão Artística Francesa chega

⁸ Segundo Taunay (1956), a situação política em que se encontrava a França foi um dos fatores pelos quais alguns destes artistas decidiram emigrar para o Brasil. A queda de Napoleão e a volta dos Bourbons instalou naquele país uma situação em que várias personalidades importantes se encontravam em posição delicada. Assim, neste período, vários políticos, artistas, intelectuais e

ao Brasil trazendo: Joaquim Lebreton (chefe), Nicolau Antônio Taunay (pintor), Augusto Maria Taunay (escultor), Francisco Bonrepos (assistente do escultor), João Batista Debret (pintor), Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny (arquiteto), Carlos Henrique Levavasseur (assistente do arquiteto), Luís Sinfiriano Meunié (especialista em estereometria, assistente do arquiteto), Carlos Simão Pradier (gravador), Segismundo Neukomm (compositor, organista e mestre de capela) e Francisco Ovide (engenheiro mecânico). Além desses artistas, alguns profissionais relacionados aos ofícios mecânicos também participaram dessa Missão. Segundo Taunay (1956), este grupo de artífices auxiliares era composto por: Nicolau Magliori Enout (mestre serralheiro), João Batista Level (mestre ferreiro e perito em construção naval), Luís José e Hipólito Roy (pai e filho, carpinteiros e fabricantes de carros), Fabre e Pilite (surradores de peles e curtidores). Pouco tempo depois, chegaram ao Brasil, os irmãos Marcos Ferrez e Zeferino Ferrez (escultores e gravadores). (TAUNAY, 1956).

Percebe-se através dessa lista, que a Missão não contava apenas com artistas, mas também com profissionais relacionados a outras áreas do conhecimento, sobretudo aos ofícios mecânicos. Tal conjuntura demonstra o interesse de D. João VI em promover as condições necessárias para o desenvolvimento do país, o que envolvia de forma determinante a educação e a formação de profissionais qualificados (ver TAUNAY, 1956). Contudo, ocorreram algumas divergências em relação aos cursos, envolvendo tanto os portugueses quanto os franceses recém chegados. Tais desacordos, também chamados por alguns de “querelas”, contribuíram para os atrasos sucessivos que acometiam a instalação da Escola, a qual só começou a funcionar em 1826⁹ e com o nome modificado: passava a ser Academia Imperial de Belas Artes. Rocha-Peixoto (2000c) chama a atenção para esse fato, destacando que os ofícios já não constavam na nomenclatura da instituição quando essa veio a funcionar efetivamente. Segundo o autor, tal circunstância pode revelar uma opção por um ensino superior, vinculado à influência de Paris, ao invés da instalação de um sistema de educação técnico-artesanal, que contribuiria para a formação de mão-de-obra de nível médio. Tal preferência pode ser entendida como uma tentativa

outros optaram por emigrar para outros países, inclusive Lebreton, apontado por Taunay (1956) como um destes artistas que se encontravam em situação delicada na França.

⁹ Período em que o Brasil já se encontrava independente de Portugal.

de se distanciar das características e modos tradicionais da colônia, buscando, para isso, os conceitos e modelos de civilização europeus.

Haveria defensores de um ensino médio derrotados pelos que, como os franceses, preferiam o ensino superior. A derrota dos primeiros não deve surpreender. Portugal e Brasil eram demasiado aristocráticos, rurais e elitistas e as condições de preparo inicial da mão-de-obra eram escassas. Prevaleceu o jeito luso-brasileiro de mudar as coisas de cima para baixo. (ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 323)

O desejo por transformar o Rio de Janeiro em uma cidade digna de abrigar a sede de um reino europeu criou a demanda por modificar o seu aspecto colonial e aproximá-la dos principais centros da Europa. Neste sentido, o papel dos artistas franceses e de seus conhecimentos e saberes artísticos e estéticos foram fundamentais para dotar a cidade de obras com caráter considerado mais civilizado e dentro dos princípios mais modernos e sofisticados do período. Nesse contexto, o neoclassicismo foi introduzido no Brasil de maneira mais objetiva através da atuação e influência dos membros da Missão Artística Francesa. Antes da sua chegada, já se observavam algumas tentativas de introduzir aspectos do neoclássico em construções realizadas aqui no Brasil. Entretanto, tudo era feito de forma tímida e sem grandes conhecimentos a respeito desse estilo, de modo que o resultado não atendia plenamente às regras e, às vezes, apresentava reminiscências de características de outros estilos, como o barroco (ver LEMOS, Carlos, 1979). Diante dessa conjuntura, foi apenas com a chegada dos artistas e profissionais da Missão Francesa que o neoclássico passou a ser utilizado aqui de acordo com os seus preceitos e regras fundamentais. Contudo, tal estilo não foi incorporado por todos de forma homogênea. Apenas as obras oficiais e as construções da corte e as da elite tiveram condições de incorporar o estilo de forma mais completa, pois tinham condições de contratar os profissionais qualificados para tais empreendimentos, além de terem acesso também aos materiais de construção e demais produtos e bens industrializados necessários para a concretização dos projetos neoclássicos.

Entretanto, mesmo considerando essas exceções, o neoclassicismo observado no Brasil não correspondia fielmente ao estilo verificado na Europa, onde o neoclássico se instituiu de forma mais profunda, como teoria estética vinculada à valorização das produções da Antiguidade clássica. Segundo Rocha-Peixoto (2000a, p. 26),

Na Europa esse neoclassicismo respondeu a um apelo de fundo moral pela sobriedade decorativa na arquitetura e outras formas utilitárias de arte. Tal como ocorrera durante o Renascimento em relação ao gótico, o século XVIII rejeitou deliberadamente a profusão ornamental do rococó e dos últimos desdobramentos do barroco tardio em nome de uma contenção que não significou a rejeição de qualquer forma de ornato, mas apontou para a escolha dos temas decorativos passíveis de serem racionalmente justificados.

Este autor ressalta ainda a relação desse estilo não só com a literatura, mas também com os escritos filosóficos e teóricos do período. Esses contribuíram para a formação das ideias e anseios por transformações na sociedade, os quais envolviam reformas na organização do Estado, da justiça, e dos costumes (ver ROCHA-PEIXOTO, 2000a). Assim, o neoclassicismo na Europa não dizia respeito apenas a uma revivescência de aspectos artísticos e características decorativas das obras da Antiguidade clássica. O retorno a essas produções estava vinculado aos desejos de reforma da sociedade, considerada por algumas personalidades da época como frívola, fato que se refletiria também nas obras artísticas e arquitetônicas do período. Diante disso, recorreu-se às produções clássicas com o intuito de resgatar a simplicidade e a nobreza das suas produções, as quais inspirariam também as transformações morais e na organização dos demais sistemas da sociedade, ainda vinculados ao antigo regime.

Já no Brasil, o neoclassicismo não se instalou com essas mesmas características fundamentais. A sua incorporação estava mais relacionada ao desejo por modernização do país, que tomou como referência o estilo e as produções artísticas consideradas mais sofisticadas na época. Não obstante as ações empreendidas no sentido de tornar o Rio de Janeiro mais civilizado e dentro dos padrões europeus, a antiga colônia ainda apresentava empecilhos para transformações mais significativas como as pretendidas pelo neoclassicismo europeu. Em várias situações, o estilo neoclássico no Brasil não conseguiu avançar para muito além das aparências. Além disso, as influências da corte em relação aos hábitos e costumes também não foram suficientes para modificar certas características arraigadas da sociedade brasileira, como o uso da mão-de-obra escrava, por exemplo. Assim, os altos anseios e pretensões do neoclassicismo europeu não foram verificados no Brasil da mesma maneira.

Contudo, a produção neoclássica brasileira não deve ser, por isto, desconsiderada. A sua incorporação nesse cenário teve grande importância como um dos mecanismos de modernização do país. Havia uma grande preocupação por se distanciar do passado colonial, de modo que os membros da corte procuraram nos principais centros europeus as referências para as novas ações e empreendimentos da nova sede do reino português. E, dentro desse contexto, a chegada dos artistas franceses da Missão Artística foi determinante, uma vez que esses trouxeram consigo todos os seus conhecimentos e contribuiriam tanto para a execução de novas obras, quanto para a formação de novos profissionais. Assim, o início das atividades da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, marca um momento importante, pois inaugura o ensino superior no Brasil, especialmente o de arquitetura, num momento em que o país já havia se declarado independente de Portugal. Diante disso, o neoclássico que já tinha se afirmado como o estilo oficial no período em que o Rio de Janeiro era a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ganha mais importância após a independência. Segundo Carlos Lemos (1979, p.110) “[...] o neoclássico se tornou o estilo oficial do nosso Império, tendo acolhida em todas as províncias, dando *status* de modernidade às novas obras programadas, simbolizando, também, o progresso e a liberdade do país.”

As inovações que partiam do Rio de Janeiro chegavam às províncias de todo o Brasil, influenciando as autoridades e os moradores que tinham desejos de introduzir o novo estilo nas suas obras, fossem elas oficiais ou residenciais. Entretanto, o que se observava era que o neoclassicismo praticado nas províncias e no meio rural apresentava-se de forma mais simplificada. Em muitos casos, sobretudo nas residências, as características neoclássicas eram incorporadas superficialmente, constituindo-se apenas em detalhes decorativos aplicados sobre as estruturas e paredes construídas de acordo com a tradição colonial. Não se observava, nesses casos, uma aplicação consistente e mais comprometida com os padrões, com a temática e com a linguagem do estilo ensinado e praticado pelos mestres da Academia.

Nas residências das províncias, tanto urbanas quanto rurais, as técnicas construtivas e a mão-de-obra permaneceram nas mesmas condições do período

colonial. Os materiais utilizados também se mantiveram inalterados na maioria dos casos, apresentando algumas exceções no caso das famílias mais abastadas que tinham condições de adquirir produtos e materiais importados. A organização espacial interna das moradias também não sofreu alterações significativas, mantendo a mesma distribuição tradicional conformada pelas três zonas: de receber; de estar/íntima; de serviço. Contudo, a manutenção dessa divisão não impediu que ocorressem algumas mudanças no comportamento da sociedade. Os hábitos da corte influenciaram a elite do Rio de Janeiro e, em seguida, também a elite das províncias, de modo que o ato de receber adquiriu uma importância muito grande no período. A vida social se intensificava e a mulher passou a aparecer em público, contrariando os costumes tradicionais. Diante do novo contexto, o setor de recepção, especialmente a sala de visitas, adquire maior destaque dentro da residência, pois esse espaço passava a se abrir mais para as pessoas de fora da família, devendo receber um tratamento especial e o mais sofisticado possível. Além disso, a possibilidade de se adquirir bens importados instaurou um novo aspecto no que diz respeito à opulência e à ostentação de riqueza. Assim, sempre que possível, os proprietários procuravam incorporar elementos de decoração e mobiliário requintado às suas salas de visita, de modo a exibir um ambiente sofisticado que os colocavam em condição de destaque perante os seus visitantes. Esta situação evidencia uma mudança em relação aos interiores das casas coloniais, as quais se apresentavam frequentemente vazias, com poucos objetos e mobiliário escasso. No que diz respeito à diferenciação entre as pessoas e as classes sociais, observa-se também uma nova situação, pois, no século XIX, as distinções não eram mais apenas quantitativas, passando a ser também qualitativas.

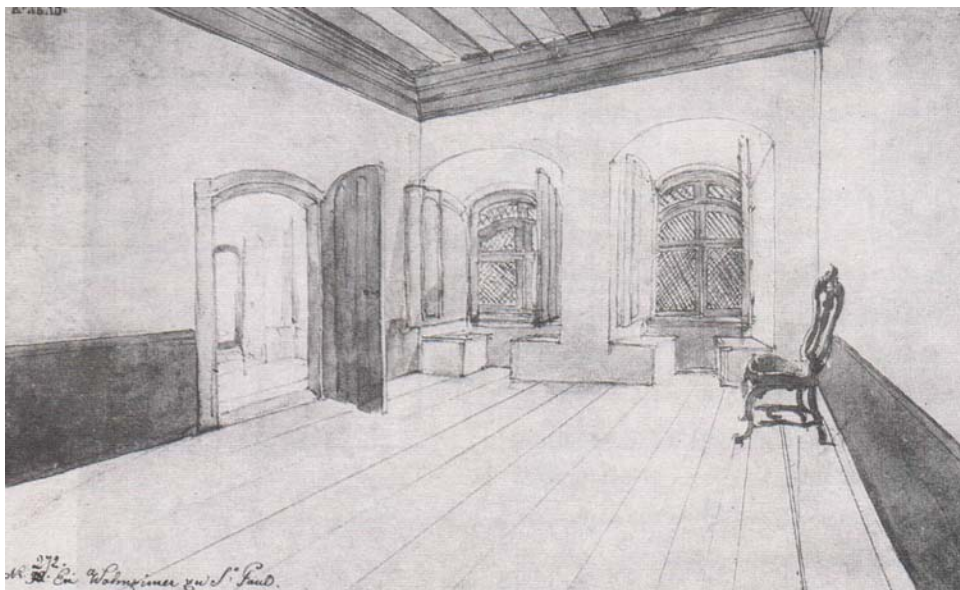


FIGURA 38: [Desenho de Thomas Ender, feito em São Paulo em 1817, mostrando despojamento do interior da sala da frente de uma residência da cidade]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 26.

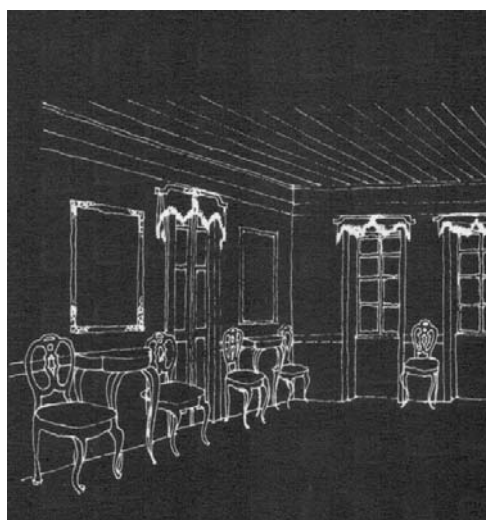


FIGURA 39: [Desenho esquemático do interior da sala de visitas de uma residência da primeira metade do século XIX]
Fonte: REIS FILHO, 2006, p. 41.

Assim, tanto os interiores quanto o aspecto externo da moradia passaram a receber maior atenção, a qual foi influenciada pelos novos hábitos e pelas novas possibilidades de decoração e ornamentação que o século XIX inaugurava. Contudo, o desejo de incorporação do estilo neoclássico raramente pôde ser efetivado de forma mais consistente nas obras residenciais das províncias, restringindo-se, na maioria dos casos, a simples incorporações superficiais.

As transformações arquitetônicas limitavam-se porém às superfícies. Os papéis decorativos importados da Europa ou as pinturas eram aplicados sobre as paredes de terra, socada pelos escravos, com o objetivo de criar a ilusão de um espaço novo, semelhante aos interiores das habitações dos países europeus. Em certos exemplos o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquivoltas, colunatas, frisos, etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço. (REIS FILHO, 2006, p.131-134)

O desejo por se modernizar era maior do que as condições reais de se realizar as transformações necessárias. Diante disso, o que a maioria dos proprietários fazia era incorporar os elementos de ornamentação e decoração de forma mais simplificada e superficial, chegando, em alguns casos, a trabalhar com simulações, como afirma Reis Filho (2006), criando ilusões de construções ou de espaços mais modernos. A importância dada à aparência de riqueza se estendia para a aparência de modernidade, que implicava em um *status* especial, expondo o proprietário como uma pessoa conhecedora das últimas novidades e inovações da corte, insinuando a sua proximidade com a elite da cidade sede do reino.

Entretanto, apesar de o neoclássico não ter sido trabalhado com maior rigor e obediência aos seus cânones e regras, na maioria dos casos, a sua importância dentro da arquitetura brasileira é determinante. Esse novo estilo apresentou um alcance significativo, sendo encontrado em vários pontos do Brasil, como Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Belém, e outras cidades. Tal situação se verificava juntamente com a vontade de se modernizar e de incorporar as novas modas que chegavam a partir do Rio de Janeiro, local onde se encontravam a corte e as pessoas mais importantes, além de ser o centro de divulgação de todas as novidades que chegavam da Europa. Assim, o estilo ensinado e praticado pelos mestres da Academia Imperial de Belas Artes (que contava com importantes artistas franceses no seu corpo docente) passou a ser considerado como referência. Desse modo, mesmo as localidades que não contavam com arquitetos fizeram esforços para incorporar as características do novo estilo, copiando os aspectos das edificações encontradas nos principais centros do reino.

A falta de inovações técnicas, de mão-de-obra especializada e de materiais mais apropriados dificultou a realização de edificações neoclássicas de fato, mas, do ponto de vista da “aparência de modernidade” essas obras atenderam, pelo menos em parte, o anseio de seus proprietários. Entretanto, esta situação evidencia que, por mais que tenha existido um desejo por se modernizar e se aproximar mais das novidades européias, essas ações não poderiam ser realizadas plenamente sem algumas mudanças fundamentais na estrutura existente. Havia o desejo por se modernizar, mas alguns aspectos da estrutura colonial, como o trabalho escravo e o baixo nível tecnológico das construções, não permitiu que se avançasse mais na primeira metade do século XIX.

O neoclássico nas províncias apresentava estas características de simplificação e superficialidade, mas mesmo nos centros mais importantes também ocorreram essas simplificações. Apenas nos casos de edificações oficiais ou na construção de casas de famílias mais abastadas é que o neoclássico pôde se expressar de forma mais próxima da que era ensinada pelos mestres franceses. Como exemplo, pode ser destacada a obra realizada por Grandjean de Montigny (1776-1850), nos anos 1820, para a sua própria residência, no Rio de Janeiro. Nesse projeto, o arquiteto trabalhou a edificação em dois pavimentos sobre um porão. O acesso ao primeiro piso se faz através de uma grande escadaria que antecede a residência e se localiza no centro da fachada, respeitando a simetria do conjunto. O partido se apresenta em forma retangular com um compartimento circular localizado no centro da parte posterior da edificação. A residência conta ainda com varandas nos dois pisos que se estendem da parte frontal até aproximadamente dois terços das suas faces laterais. Essas varandas apresentam-se sustentadas por colunas toscanas, as quais se apresentam em número de seis na parte frontal do primeiro e do segundo pavimento. Esse número de colunas na sua fachada principal estabelece uma divisão da fachada em cinco partes, de modo que o centro da mesma é reforçado por um espaço vazio central (intervalo entre duas colunas), que recebe o final da escada no primeiro pavimento. Tais aspectos acabam reforçando a simetria do edifício.



FIGURA 40: [Vista da fachada principal da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]

FORTE: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p. 101.

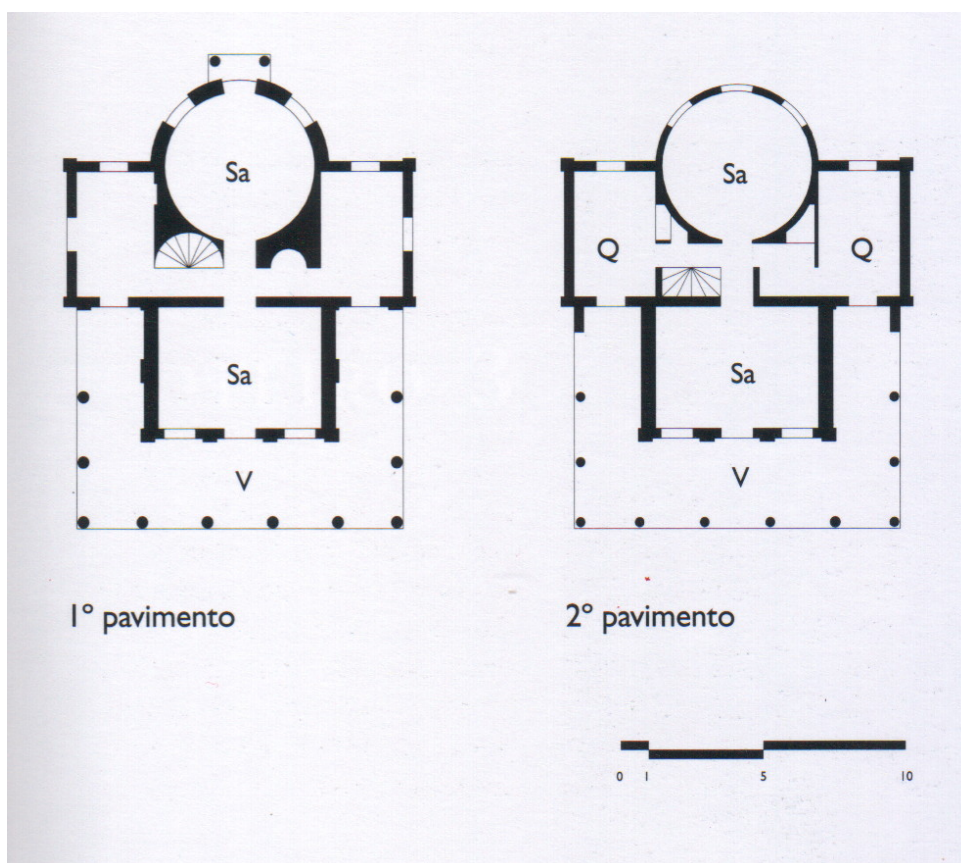


FIGURA 41: [Plantas do primeiro e segundo pavimentos da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]

V. Varanda

Sa. Sala

Q. Quarto

Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p. 101.



FIGURA 42: [Vista da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]

Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 247.

Essa residência, projetada por um dos principais arquitetos do neoclássico no Brasil, apresenta características fundamentais desse estilo, como a simetria, por exemplo. A sua composição clara e equilibrada também contribui para a expressão de ordem e disciplina, importantes na arquitetura do neoclassicismo. Contudo, apesar da orientação neoclássica, há alguns detalhes na residência que evidenciam uma certa adaptação ao ambiente local. O uso das varandas que circundam grande parte da casa pode ser analisado a partir dessa hipótese, tendo em vista o desconforto provocado pelo calor excessivo nesta região de clima tropical. Entretanto, Santos, P. (1981) identifica uma maior proximidade dessas varandas com os modelos da Toscana (Itália), do que com os modelos brasileiros. Todavia, não se pode negar a conveniência desses espaços avarandados, uma vez que exerciam importante papel para o conforto térmico dos espaços internos. Santos, P. (1981) chama ainda a atenção para algumas semelhanças que essa edificação apresenta em relação às casas de chácara do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que não abandona as referências européias.

Ficava na Rua Marquês de S. Vicente, na Gávea, a qual sobre ter compromisso com as nossas casas de chácara (como já dissemos), apresenta, igualmente, inequívoca ascendência européia: por causa do compartimento circular que lhe marca o eixo aos fundos, provido de graciosa entradinha, delimitada por pilastras, encimadas de um minúsculo frontão e pelas telhas de canal, que, inicialmente, eram de delicado formato, à limitação (*sic*) das que o arquiteto encontrou em Florença, Siena e outras cidades da Toscana, fabricadas, provavelmente, por ele próprio, na olaria que tinha próximo à casa; ao passo que as do Brasil, daquele tempo, eram muito largas e compridas, fora de escala para os prédios de pequenas dimensões. (SANTOS, P., 1981, p. 57)



FIGURA 43: [Volume circular na parte posterior da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 252.



FIGURA 44: [Porta da parte posterior da casa de Grandjean de Montigny, Rio de Janeiro (RJ)]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 252.

Este projeto reflete uma das características do neoclássico no Brasil, o qual não pôde ser incorporado em sua totalidade tendo em vista algumas limitações que o

ambiente oferecia. Diante disso, era necessário fazer algumas concessões e adaptações, as quais tinham relação com o clima, com a disponibilidade de materiais e de mão-de-obra especializada. No caso da residência de Grandjean de Montigny, não havia a limitação do projetista conhecedor dos preceitos e regras orientadoras do estilo, mas havia outras questões a serem administradas, sobretudo em relação ao clima. Assim, o arquiteto trabalhou ao mesmo tempo com as orientações neoclássicas e com os condicionantes do ambiente, o que, segundo Rocha-Peixoto (2000c) revela uma sensibilidade de Grandjean de Montigny em relação às especificidades regionais.

Contudo, apesar dessa adaptabilidade que o neoclássico experimentou no Brasil, esse estilo introduziu alguns elementos e características diferenciados nas edificações brasileiras, inclusive nas obras residenciais. Assim, as platibandas que escondiam os telhados foram se tornando recorrentes em todo o Rio de Janeiro, e espalharam-se também pelas províncias. O pé-direito das construções tornou-se mais alto, o que, segundo Santos, P. (1981) contribuiu para a monumentalidade dos edifícios. As esquadrias já contavam com mais opções de modelos, o que envolvia diferentes tipos de vergas, como as em arco pleno, em arco abatido, ou as tradicionais vergas retas. O frontão triangular constituiu-se em outro elemento bastante recorrente no período, existindo exemplares em edifícios leigos e religiosos. Entretanto, esses e outros elementos que contribuíram para caracterizar o neoclassicismo no Brasil não foram encontrados apenas nas novas construções realizadas no século XIX. Nesse período ocorreram muitas reformas de casas construídas no período colonial que passaram por modificações para se adaptarem aos elementos e características do novo estilo. Nesse cenário, destaca-se a Casa da Marquesa de Santos, no Rio de Janeiro. Essa casa foi construída no final do século XVIII (ou no início do século XIX – ver SANTOS, P., 1981), e apresentava características coloniais em toda a sua estrutura. Contudo, entre 1824 e 1827, passou por obras de reforma cujo projeto, segundo Santos, P. (1981), tem sido atribuído a Pedro José Pézérat (1800-1872), arquiteto francês que, nos anos 20 do século XIX, foi contratado para o cargo de arquiteto particular de D. Pedro I. Esse edifício passou por algumas transformações que tinham como objetivo modernizá-lo. Diante disso, foi incorporada uma platibanda que, além de esconder o telhado, contribuía para aumentar a altura da fachada, reforçando a monumentalidade da

casa. Frontões triangulares também foram adicionados nas fachadas frontal e laterais, as quais contavam ainda com outros elementos característicos do novo estilo como as pilastras jônicas, que davam um novo ritmo para a composição dessas superfícies verticais. Os trabalhos em estuque foram utilizados nessas superfícies enriquecendo com detalhes ornamentais as fachadas da residência. Na parte posterior, foi acrescentado um volume elíptico que abrigava dois salões ovais, um em cada piso, sendo que o existente no segundo pavimento, de caráter mais nobre, tinha acesso direto ao jardim através de duas escadas curvas externas. Esse volume elíptico, segundo Santos, P. (1981) evidencia a referência francesa desse projeto. “No interior, a inclusão de um compartimento ovalado, aos fundos com janelas em arco pleno e, tendo por fora, escadas curvas e bem lançadas, deu-lhe a nota inequívoca da ascendência francesa provinciana do século XIX”. (SANTOS, P., 1981, p. 55).



FIGURA 45: [Vista da fachada principal da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p. 108.



FIGURA 46: [Vista da fachada posterior da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]
Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p. 108.

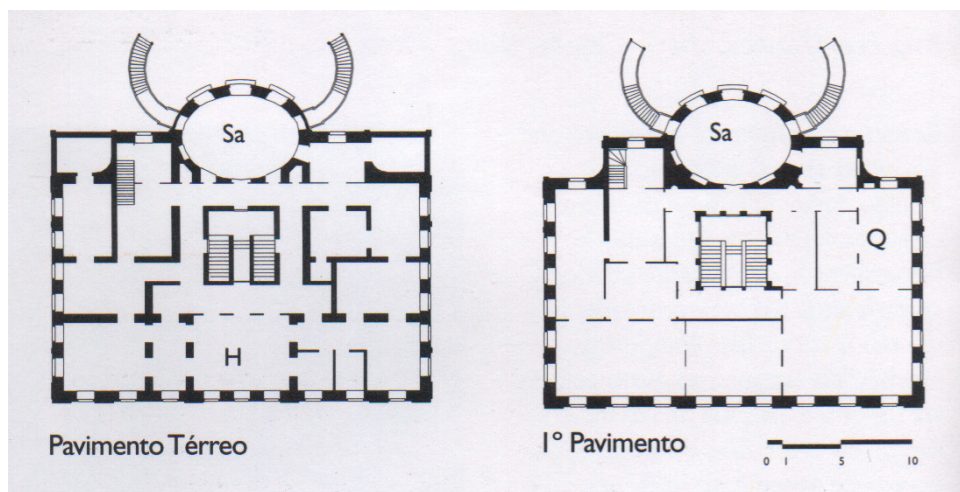


FIGURA 47: [Plantas do pavimento térreo e do primeiro pavimento da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]

H. Hall

Sa. Sala

Q. Quarto

Fonte: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2000a, p. 108.



FIGURA 48: [Vista da fachada lateral da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]

Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 309.



FIGURA 49: [Detalhe da fachada posterior da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]

Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 307.

As reformas nessa casa não se restringiram aos aspectos externos. Internamente também foram realizados trabalhos que a dotaram de maior sofisticação e detalhes característicos do novo estilo. Segundo Rocha-Peixoto (2000c, p. 314),

Os ambientes internos são enriquecidos por uma consistente pintura mural que toma todas as superfícies da construção, de índole neoclássica, devidos a Francisco Pedro do Amaral, pintor fluminense, falecido no decênio de 1830 e que teria, ao que parece, se 'aperfeiçoado' na aula de Debret. Os tetos e paredes da casa, bem como a estupenda moldura da clarabóia, no interior, e ainda os frisos e frontões, no exterior, receberam profusão de baixos-relevos que completam o significado artístico do solar. São trabalhos neoclássicos dos irmãos Marc e Zéphérin Ferrez, vindos para o Brasil entre 1816 e 1817, logo após a primeira leva da 'missão'. A justaposição do trabalho bastante acadêmico dos Ferrez com o neoclassicismo um pouco ingênuo de Amaral revela uma divergência interessante. Os relevos decorativos no interior e no frontão externo e o apainelamento rigoroso dos espaços internos são talvez a obra mais estritamente neoclássica napoleônica dos artistas da Missão. Eles seguem com rigor e precisão as regras do vocabulário arqueológico. Também neoclássicos na fatura e na temática, as pinturas murais são mais livres de regras.

O pavimento térreo, que nesta casa tem caráter secundário, recebeu um tratamento mais elaborado nas áreas consideradas nobres, como o saguão de entrada, por exemplo. Além disso, apresentava paredes mais grossas em função das exigências estruturais. Já o piso superior apresenta as paredes mais finas que, juntamente com o caráter das suas aberturas, lhe confere uma maior transparência e fluidez dos espaços (ROCHA-PEIXOTO, 2000c). A caixa de escadas, localizada no centro da planta, também contribui para a transparência desse piso superior, tendo em vista a presença de uma clarabóia que cobre esse espaço. Tal sistema de iluminação zenital proporciona uma boa luminosidade na parte central do edifício, espalhando a luz pelos dois pavimentos, promovendo, assim, um tipo de integração diferenciada entre os dois andares da casa.



FIGURA 50: [Vista interna do segundo andar da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 312.



FIGURA 51: [Vista interna da escada da Casa da Marquesa de Santos, Rio de Janeiro (RJ)]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2000c, p. 312.

Reformas classicizantes, como a realizada nesta casa, foram empreendidas em diversos edifícios nesse período, porém, nem todas foram desempenhadas com o mesmo esmero e sofisticação. A influência do neoclássico se expandia e atingiu também as camadas médias da população, que procuravam incorporar o novo estilo nas suas residências. Contudo, essas reformas contemplavam, na maioria dos

casos, apenas detalhes ornamentais, pois a conformação e a distribuição interna das moradias permaneciam as mesmas do período colonial. As salas de visitas ganharam maior destaque e passaram a ser mais valorizadas, mas o restante da habitação permanecia com a mesma lógica e estrutura tradicionais.

Na segunda metade do século XIX, as ações para se modernizar continuaram e foram introduzindo cada vez mais mudanças no espaço da casa. O Brasil já experimentava um contato mais intenso com as notícias e inovações tecnológicas de outros países e, sempre que possível, incorporava tais novidades. A iluminação artificial é um exemplo importante. Essa tecnologia já vinha sendo desenvolvida na Europa desde o século XVIII quando foi inventado um lampião a óleo (ver RYBCZYNSKI, 2002) que oferecia uma iluminação melhor do que a proporcionada pelas velas. Já a iluminação a gás começou a ser utilizada em ambientes residenciais europeus a partir da década de 1840 e sua importância foi determinante para a vida das pessoas daquela época. O alcance da sua iluminação era maior do que o dos lampiões a óleo ou o das velas, sendo possível iluminar um cômodo inteiro e não mais apenas uma mesa ou uma área reduzida. Desse modo, as atividades que ocorriam no interior das moradias encontraram possibilidades de novos arranjos e de novas dinâmicas. Rybczynski (2002, p. 149) afirma que

O efeito dos interiores mais claros não foi somente de mais conforto. Uma luz melhor tornava possível ler à noite e incentivava um aumento geral dos níveis de instrução. Os ambientes mais claros também coincidiram com um aumento da consciência de limpeza, tanto pessoal quanto doméstica.

No Brasil, a iluminação a gás começa a ser utilizada nas residências por volta da década de 1860 e, assim como a maioria das demais inovações tecnológicas, era encontrada, nesse momento, apenas nas casas das famílias mais ricas (ver ALENCASTRO, 1997b). Entretanto, assim como na Europa, essa nova tecnologia provocou mudanças importantes na dinâmica cotidiana dos moradores. Com uma iluminação melhor, as pessoas passaram a exercer mais atividades durante a noite, como tertúlias, jogos, leituras, costuras, dentre outras que antes eram difíceis de serem concretizadas nesses horários devido à baixa qualidade da iluminação noturna. Essas novas possibilidades vinham ao encontro dos novos hábitos de

receber convidados, permitindo a realização de jantares e de reuniões durante a noite, abrindo mais a casa para os visitantes, agora em novos horários.

As mudanças no espaço da casa avançam na segunda metade do século XIX e o desejo por se modernizar vai se afirmando cada vez mais. A tendência da elite brasileira de se aproximar o máximo possível da Europa, sobretudo da França, é intensificada, de modo que a maioria dos membros das famílias abastadas falava francês e tinha contato com publicações escritas nesse idioma como folhetins, operetas e romances. Além disso, outros aspectos culturais também foram incorporados e, nesse contexto, o piano entra nos lares brasileiros. Esse instrumento, que era considerado um bem industrial sofisticado, estabelece-se como um novo elemento que confere modernidade e *status* para os seus proprietários.

De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório – as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada –, o piano apresentava-se como objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. (ALENCASTRO, 1997b, p.47)

As oportunidades de sociabilidades se tornam mais numerosas com a valorização do receber e dos encontros sociais; as salas de visita, que já vinham recebendo maior atenção desde a chegada da corte, vão adquirindo mais importância com a diversificação dos eventos sociais. Nas casas das famílias mais ricas, podem ser encontradas várias salas, como a de música, a de dança, a de fumar, dentre outras, todas existindo em paralelo à sala de visitas tradicional. Nesses espaços, a decoração sempre recebe um cuidado especial, contando com o máximo de bens importados, materiais requintados e móveis elegantes que o proprietário tivesse condições de adquirir.

Todos os esforços empreendidos em prol desses espaços combinam a nova prática social instituída pela corte com os antigos hábitos de ostentação e valorização das aparências da sociedade brasileira. As pessoas, desde os tempos coloniais, procuravam evidenciar uma boa condição social e a sua distinção em relação às camadas mais pobres. Diante disso, buscavam os mais diversos recursos

disponíveis para ostentar as suas posses, o que, em alguns casos, levava as pessoas a fazerem dívidas, ou a investirem demasiadamente no setor de recepção da casa, deixando o restante com tratamento precário ou pouco elaborado. As moradias, antes pouco decoradas e com uma pequena quantidade de utensílios, passaram a apresentar-se, no século XIX, repletas de apetrechos, móveis e artefatos decorativos. As pessoas, não raras vezes, se deslumbravam com os novos produtos importados e acabavam adquirindo objetos dos quais não precisavam. Tal fato pôde ser verificado também no exemplo do piano, artigo que estava na moda naquele momento e que várias pessoas compraram sem saber se ele seria de fato utilizado para fins musicais. Alencastro (1997b) afirma que, naquele momento, surgiram alguns anúncios de aluguel de pianos divulgados por proprietários que não faziam uso do instrumento. Entretanto, é possível que o piano tenha sido mantido em várias residências mesmo sem ter um membro da família que soubesse tocá-lo, pois o fascínio em torno dele não estava relacionado apenas com a música, mas também ao seu papel como produto industrializado e importado que conferia um ar mais sofisticado ao ambiente no qual se encontrava.

Os salões ou salas de visitas, desde o período colonial, eram os locais destinados às pessoas de fora da casa e, mesmo nessa época, dava-se atenção à aparência desse espaço. Não havia muitos móveis nem elementos de decoração, mas este cômodo era mantido sempre limpo, em ordem e sem contato com as demais atividades cotidianas que ocorriam no interior da moradia. No século XIX essa lógica é mantida, com a diferença de que, como a sala de visitas passa a ser um espaço de sociabilidade, abrindo-se mais para visitas e reuniões, é necessário dotá-la de meios que ofereçam condições para que esses eventos ocorram. Essa situação foi certamente influenciada pelos hábitos de ostentação e valorização das aparências, mas deve-se considerar que, nesse momento, instaura-se uma nova conjuntura, pois, anteriormente, as oportunidades de sociabilidade ocorriam predominantemente no universo externo à residência, especialmente nos eventos e festividades religiosas. Neste sentido, o tratamento mais apurado oferecido às salas de visita do século XIX também põe em evidência a importância da sociabilidade dos moradores na conformação da moradia. Segundo Rapoport (1972, p.92),

La reunión de la gente es también una necesidad básica, ya que el hombre ha sido definido como un animal social. Lo que nos interesa es dónde se reúnen, bien en la casa, el café, el baño o la calle. Esto afecta a la forma de la casa, no al hecho de reunirse.¹⁰

Quando a casa brasileira passa a ser uma nova possibilidade de local para se desenvolver a vida social, a sua configuração experimenta algumas mudanças. Nesse caso, as transformações ocorreram mais no campo da decoração e arranjo de mobiliário, pois já havia na casa tradicional um espaço destinado à recepção dos visitantes. Nesse sentido, essa nova forma de sociabilidade não chegou a alterar a estrutura tradicional da casa, introduzindo apenas algumas transformações no tratamento dedicado aos espaços de recepção. O fato de o século XIX ter facilitado o acesso aos produtos importados e intensificado o contato com as modas européias contribuiu para a nova configuração interna desses espaços e para a ornamentação externa das edificações. Os novos hábitos que surgiram nesse período encontraram uma sociedade muito tradicional, mas que, ao mesmo tempo, queria se modernizar e entrar em contato com as novidades européias. Entretanto, não houve nesse momento uma mudança significativa na conformação do espaço residencial, tendo em vista a manutenção de condições como o uso da mão-de-obra escrava. Esse fato atrasou alguns avanços importantes tanto na conformação da casa quanto no avanço técnico e tecnológico das construções, pois os proprietários não tinham interesse em investir em novos conhecimentos que pudessem melhorar as condições dos trabalhos exercidos pelos escravos, fossem estas atividades relacionadas à construção de novos edifícios ou a serviços realizados dentro da moradia.

Com o desenvolvimento da agricultura do café, no Rio de Janeiro e especialmente em São Paulo, as técnicas construtivas se depararam com uma situação nova que trazia demandas específicas. Os trabalhos de beneficiamento da produção necessitavam de obras em alvenaria, fato que inviabilizava a manutenção da taipa como principal técnica construtiva na região cafeeira paulista. Como as pedras eram raras nessa região, o tijolo passou a ser considerado a melhor alternativa. Entretanto, Carlos Lemos (1999) afirma que a adoção dessa nova técnica não

¹⁰ “A reunião das pessoas é também uma necessidade básica, já que o homem foi definido como um animal social. O que nos interessa é onde se reúnem, seja em casa, no café, na casa de banho ou na rua. Isto afeta a forma da casa, não ao fato de reunir-se”. (Tradução nossa).

alterou de imediato o partido e a aparência das edificações. Os paulistas resistiram o máximo possível à substituição da taipa tradicional pela alvenaria de tijolos, de modo que, mesmo quando esta substituição ocorreu, a feição das construções manteve as características das edificações feitas com taipa.

[...] a taipa de pilão conseguiu chegar até praticamente o fim do século como técnica “nobre”, testada e aprovada por gerações. A duras penas o paulista conservador, tanto o rico do palacete como o cidadão comum, se convenceu das vantagens da nova técnica construtiva trazida pelo café, que foi o emprego da alvenaria de tijolos em substituição à terra socada. Chegou até a empregar tijolos em construções onde a velha fisionomia dada pela taipa devesse ficar conservada, guardadas, por exemplo, as distâncias peculiares entre envazaduras. O tijolo haveria de manter a estética da taipa. O paulista antigo, de fato, no começo considerou substituir a taipa, porém conservando o partido, a volumetria do arcabouço tradicional, ignorando a maior versatilidade da alvenaria de tijolos. Casas de fazenda e urbanas chegaram a ser feitas de tal modo que as pessoas jamais pudessem perceber a técnica da construção. (LEMOS, Carlos, 1999, p.222)

Os hábitos e tradições construtivas ainda estavam muito arraigados e precisariam de mais tempo para a instituição de alterações no aspecto das construções. Porém, as transformações relacionadas à decoração, ornamentação e à incorporação de objetos e utensílios de uso doméstico foram intensificadas com a riqueza trazida pelo café. Segundo Carlos Lemos (1999, p.212) “[...] a casa do café modernizou-se de dentro para fora”.

Os fazendeiros do café, principalmente os grandes proprietários de terras, também tinham desejos de se modernizar. As suas casas apresentavam proximidades com as edificações da cultura do açúcar e do período colonial, mas, mesmo assim, já era possível identificar iniciativas no sentido de aproximar essas construções das novas modas e do estilo oficial do Império, especialmente em relação a elementos decorativos e de ornamentação. As inovações trazidas pelos objetos importados, que enchiam os lares do século XIX, também introduziram mudanças importantes nas residências das fazendas, embora ainda não tivesse ocorrido uma transformação mais decisiva na estrutura e na organização espacial interna dessas moradias. Essas mantiveram a zona de recepção isolada das demais áreas da casa, conservando a sala de viver (ou varanda) que concentrava grande parte dos afazeres cotidianos das mulheres, ao mesmo tempo em que as alcovas pequenas e abafadas foram mantidas em várias situações. A zona de serviço também

continuava separada e, assim como os quintais, permanecia como a principal área dos afazeres dos escravos.



FIGURA 52: [Vista da casa da Fazenda Sant'Ana, Lagoinha (SP), 1861]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p.160.

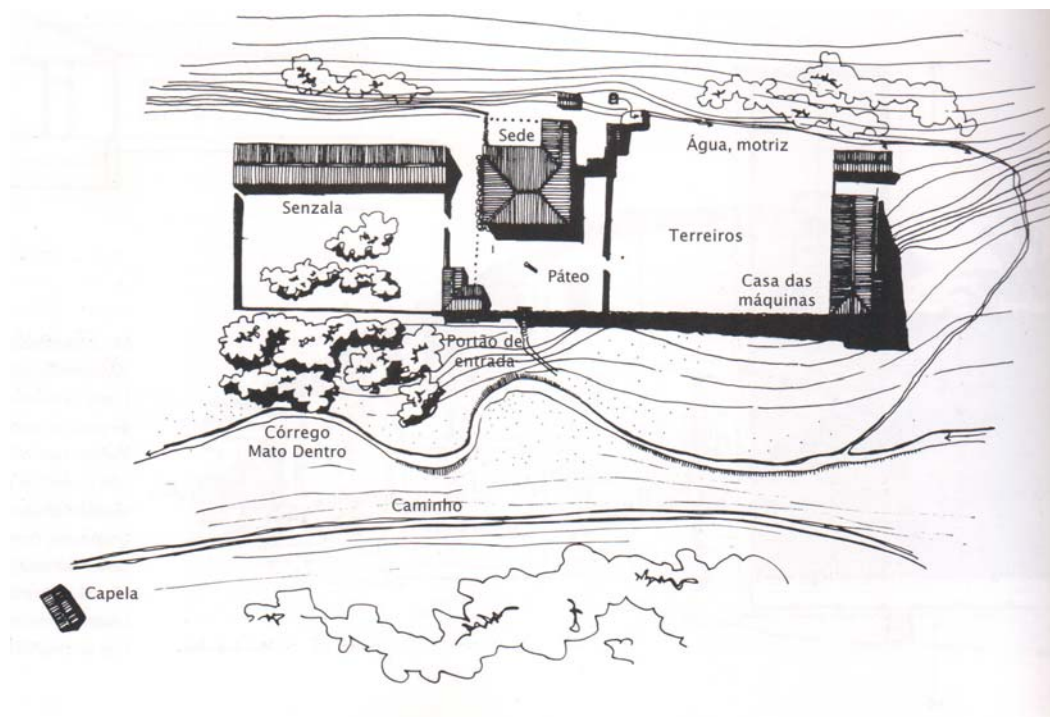


FIGURA 53: [Implantação de todas as edificações da Fazenda de Sant'Ana, Lagoinha (SP), 1861]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 160.

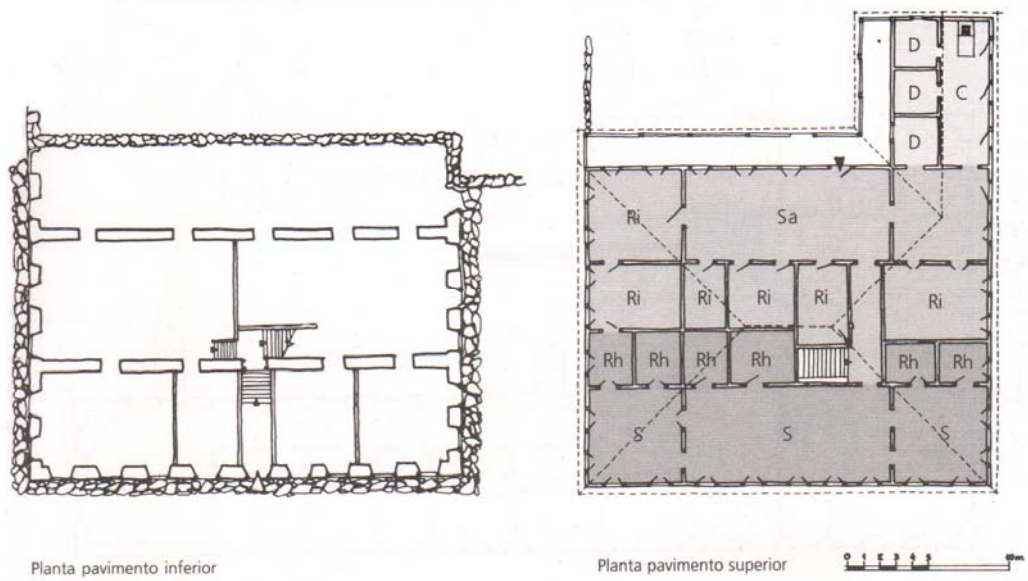


FIGURA 54: [Plantas dos pavimentos inferior e superior da casa da Fazenda de Sant'Ana, Lagoinha (SP), 1861]

S: Sala de frente

Rh: Repouso ou dormitório de hóspedes

Sa: Sala, também chamada de varanda

Ri: Repouso ou dormitório ou cômodos da família

C: Cozinha

D: Dependência de serviços de uso variável

Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 161.



FIGURA 55: [Vista da casa da Fazenda Serrote, Santa Branca (SP), segunda metade do século XIX]

Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 171.

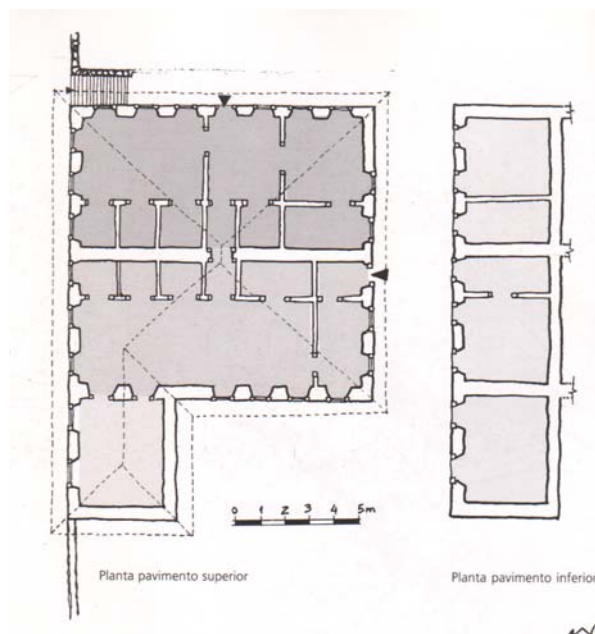


FIGURA 56: [Plantas dos pavimentos superior e inferior da casa da Fazenda Serrote, Santa Branca (SP), segunda metade do século XIX]
 Fonte: LEMOS, Carlos, 1999, p. 170.

Assim a modernização das casas foi se processando, inicialmente, através da decoração e dos utensílios dos espaços internos, além de algumas transformações nos detalhes de ornamentação das fachadas. Os proprietários rurais também ansiavam por se aproximar das elites e procuravam dotar suas moradias de detalhes de ornamentação que estivessem em concordância com o estilo e as características das edificações mais importantes do Rio de Janeiro. Entretanto, ainda se apresentavam resistentes em relação a alterações nas técnicas e estruturas tradicionais, de modo que, por muito tempo, foram mantidas técnicas construtivas praticadas desde o período colonial dotadas de alguns detalhes oriundos das novas tendências incorporados de forma simplificada e superficial.

Os grandes proprietários de fazendas de café eram personalidades importantes no universo rural. Eles detinham grande poder nos arredores de suas fazendas por serem os responsáveis por todas as atividades relacionadas à cultura do café e por levarem inovações e modernidade para o meio rural. Sua autoridade era reconhecida pelos trabalhadores e pelos demais habitantes das proximidades. A importância do papel dos fazendeiros, dentro deste contexto, era fundamental, tanto que vários deles foram distinguidos pelo governo. Segundo Rocha-Peixoto (2006, p.216) “O fazendeiro exerceu, assim, em seus domínios, uma função implicitamente

delegada pelo Estado Imperial a que correspondeu a concessão pessoal de um título de nobreza – normalmente de barão”.

Diante disso, os proprietários se revestiam de um *status* diferenciado. A sua proximidade com a corte e com o poder Imperial estabelecia uma nova condição para esses senhores, os quais se esforçavam por evidenciar o seu poder através de recursos como a aparência de suas casas. Essas se revestiam de características que pudessem aproximá-las das edificações mais sofisticadas da corte, adotando uma série de detalhes que poderiam identificar a distinção do seu proprietário.

Essas fazendas, embora isoladas geograficamente umas das outras, estavam fundadas nos mesmos valores básicos, nos mesmos interesses e em um modo de vida assemelhado. Veremos, em seguida, como o conjunto das mais de 200 fazendas do vale do Paraíba constituiu um sistema articulado de edifícios inter-relacionados. O caráter individual era tão importante quanto a existência de similaridades entre eles e com as formas arquitetônicas características do poder central no Rio de Janeiro. A maioria das sedes estabelece suas diferenças individualizantes sobre algumas características comuns de linguagem arquitetônica: horizontalidade, brancura, ritmo constante de fenestração, solidez de construção e de aspecto, simplicidade majestosa e imponente, austeridade ornamental classicizante, amplo domínio visual sobre o entorno para controle de acesso e das etapas de produção e para visibilidade universal da sede desde os diferentes domínios do terreno. O que permite reunir essas moradas em uma coleção significativa é justamente o fato de que eles procuram se assemelhar, embora de modo ingênuo, a um modelo de edifício sede-de-poder desenvolvido a partir de exemplares da Corte Imperial e a evidência de que as sedes emulam umas as outras. Muitos senhores de fazendas conseguiram erguer construções com maior imponência, condições de conforto e luxo do que os palácios, relativamente singelos, do imperador, em São Cristóvão e em Petrópolis. (ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 216-218).

As casas dos proprietários de fazendas de café deveriam refletir a sua condição de membros importantes da sociedade brasileira. Diante disso, os artifícios para exibir esta condição diferenciada deveriam estabelecer uma relação direta com a estética da capital e do governo, pois a intenção era reforçar esta ligação com o poder Imperial. Assim, os mecanismos de distinção precisavam ser trabalhados em duas instâncias: primeiro distinguindo os grandes fazendeiros dos demais proprietários menores, estabelecendo-se uma relação entre a estética adotada nos edifícios oficiais e das elites do Rio de Janeiro, com a sede da fazenda. Segundo, instituindo uma diferenciação entre os fazendeiros de café, numa espécie de “competição” entre eles que encontra suas bases nos hábitos de ostentação existentes desde o

período colonial no Brasil. Assim, os proprietários destas fazendas procuravam diferenciar-se uns dos outros seguindo o receituário básico de elementos que caracterizavam o estilo oficial, tais como o número de janelas localizadas na fachada principal, a relação de imponência da casa com o restante do entorno, a sofisticação dos interiores, o número de cadeiras existentes na sala de jantar, o número de palmeiras imperiais plantadas na parte frontal da edificação, dentre outros (ver ROCHA-PEIXOTO, 2006). Era necessário evidenciar a riqueza, o poder e o prestígio e, neste caso, a residência continuava sendo um meio importante para ostentar tais atributos, sendo que, no século XIX, as diferenças qualitativas são somadas às diferenças quantitativas.



FIGURA 57: [Vista da Fazenda do Pinhal, São Carlos (SP)]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 219.



FIGURA 58: [Vista da Fazenda do Secretário, Vassouras (RJ), construída por volta de 1830]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 220.



FIGURA 59: Interior da Casa da Fazenda São Fernando, Vassouras (RJ)
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 222.



FIGURA 60: [Interior do salão da Casa da Hera, Vassouras (RJ)]
Fonte: ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 225.

As casas urbanas das regiões cafeeiras apresentavam as mesmas características observadas nas sedes das fazendas. O lucro do café fez com que algumas localidades urbanas se desenvolvessem bastante nesse período, sendo a mais importante delas a cidade de São Paulo. Esse núcleo urbano não havia se destacado no contexto brasileiro até o desenvolvimento da cultura do café nas fazendas da região. Mas, com os lucros advindos dessa produção e com a implantação da ferrovia, na segunda metade do século XIX, essa cidade experimentou um crescimento vertiginoso tornando-se um dos principais centros do período.

As estradas de ferro foram implantadas em diversos trechos dos eixos mais importantes do século XIX e contribuíram, de forma determinante, para uma série de transformações na arquitetura. Esse novo meio de transporte permitiu que as regiões rurais e os núcleos mais distantes dos principais centros portuários tivessem acesso aos produtos industrializados que chegariam com custos mais baratos, em função da rapidez e da grande capacidade de carga dos trens. Assim, as notícias, as novas modas, os objetos, as revistas, as peças de vestuário, dentre outros, chegavam a mais lugares e se tornavam mais acessíveis.

Com móveis e roupas chegaram também elementos prontos de arquitetura industrializada: varandas e escadas de ferro, formas para estuques, papéis e tecidos de parede e artefatos de *pedra artificial* moldados em concreto de *cimento portland*. Um novo universo de formas decorativas invadiu os campos e as cidades. O que os reúne em um conjunto não é mais a uniformidade estilística ou o convencionalismo construtivo, mas o patrocínio do café. (ROCHA-PEIXOTO, 2006, p. 227)

A implantação das ferrovias também inaugurou um novo programa arquitetônico: as estações de trem. Essas tiveram um papel importante na divulgação das novas técnicas de construção que passaram a ser incorporadas às diversas outras tipologias construtivas, como residências, por exemplo. O uso da alvenaria de tijolos se difundiu nesse momento. Rocha-Peixoto (2006) chama a atenção para o fato de que as estações de trem adotavam, frequentemente, o sistema de alvenaria de tijolos cozidos maciços aparentes. Além disso, essas construções tornaram o uso de elementos metálicos mais recorrente, pois em várias delas poderiam ser encontrados artefatos como coberturas, por exemplo, com componentes metálicos.

As inovações vão chegando cada vez mais rápido com as ferrovias e, nesse contexto, as diferenças qualitativas vão se tornando cada vez mais determinantes. A maior facilidade ao acesso de produtos importados soma-se às novas ideias que vão chegando e aumentam as possibilidades de escolhas tanto em relação aos produtos e materiais, quanto em relação às modas e às ideias. A disseminação das novas técnicas construtivas e o uso de novos materiais estimulam novas possibilidades construtivas que antes não haviam sido experimentadas. Neste contexto, a segunda metade do século XIX vê chegar a seus núcleos urbanos e rurais um novo estilo: o ecletismo, que vai explorar as possibilidades da alvenaria de tijolos e, os elementos

metálicos, da mesma forma, vão oferecer novas oportunidades de composições que os outros materiais não permitiam.

A Abolição da Escravatura constituiu um dos principais acontecimentos do século XIX, instituindo mudanças significativas na sociedade brasileira do período. Os fazendeiros que ainda não haviam extinguido o trabalho escravo em suas propriedades por conta própria sofreram com a mudança repentina na estrutura de trabalho em suas terras. Os proprietários menores foram os que mais tiveram perdas com essa determinação, pois não contavam com tantos recursos como os grandes fazendeiros.

Essa transformação na organização do trabalho não teve repercussões apenas nas atividades ligadas à terra, mas a todos os serviços que antes eram executados pelos escravos, como, por exemplo, o trabalho doméstico. Esse fato provocou uma revisão do espaço residencial, pois até maio de 1888 toda a dinâmica doméstica estava apoiada no trabalho dos cativos que realizavam todo o tipo de atividades, o que tornava a casa, até aquele momento, habitável. Com o fim do uso da mão-de-obra escrava, a moradia brasileira se viu diante de uma nova situação, pois, até então, não se havia pensado em soluções e alternativas mais elaboradas que pudessem facilitar ou diminuir esse trabalho. Carlos Lemos (1979) afirma que, desde a Lei do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), algumas adaptações foram sendo feitas aos poucos no ambiente residencial. As famílias que tinham condições procuraram contratar criadas para cuidar dessas tarefas e, assim, a estrutura tradicional das casas foi mantida. Contudo, tais medidas eram soluções de adaptações e não poderiam ser consideradas como respostas satisfatórias para a nova conjuntura. A casa tradicional apresentava grandes distâncias a serem percorridas na execução das tarefas, os recursos eram precários e os inconvenientes se multiplicavam. A contratação de criados para a realização desses serviços era uma solução, mas essa mão-de-obra era remunerada e não seria possível contar com o mesmo número de empregados que havia na casa antes da Abolição da Escravatura. Seriam necessárias mudanças para otimizar o serviço que passaria a ser executado por um número menor de trabalhadores remunerados ou pelos próprios moradores, especialmente pela dona da casa, no caso das famílias menos abastadas.

A casa, então, começa a se modificar. Seus espaços ficam mais compactos, diminuindo-se o tamanho dos cômodos e as distâncias a serem percorridas para a realização das tarefas. Dentro desse contexto, as principais mudanças se encontram na área de serviços, especialmente na cozinha, que passa a ser frequentada pela dona da casa que, muitas vezes, é a responsável por todas as atividades que ocorrem nesse local. Nas famílias mais abastadas, as senhoras contam com empregadas e com governantas, em algumas situações. Mas, na maioria dos casos, a dona da casa precisava frequentar esse setor da residência, pois era necessária a sua supervisão. Essa presença da dona da casa na cozinha contribuiu para a modernização da mesma. Assim, observa-se que esse espaço já conta com água corrente e também com ladrilhos hidráulicos para revestimento do piso¹¹. Em algumas casas, já há a substituição do fogão a lenha pelo fogão a gás e os materiais e equipamentos passam a ser mais elaborados apresentando uma certa preocupação formal. Nas casas urbanas, os quintais têm o seu tamanho reduzido e há a delimitação de uma área destinada à realização de serviços de limpeza, como um tanque e espaço para lavar, secar e passar roupas, dentre outras atividades. A acomodação dos empregados também passa por alterações, mas é mantida a relação de preconceito com os serviçais da casa. Os criados são alojados em pequenos cômodos, denominados edículas, que se localizam, frequentemente, nos fundos dos quintais separados da edificação principal, ou seja, da casa propriamente dita.

O contato com as inovações técnicas e tecnológicas contribuiu também para a incorporação do banheiro nas casas brasileiras do século XIX. Porém, os materiais necessários como tubulações e peças de ferro esmaltado ou louças eram caros, de modo que sua utilização teve início apenas nas casas mais ricas e sua localização era determinada pela proximidade com a cozinha, que também precisava das tubulações para a água encanada na pia. Diante dessas limitações, a organização dos espaços e das circulações internas deveria atender a essa demanda de proximidade entre esses dois cômodos. Tal situação alterava também os hábitos de

¹¹ Cabe destacar que os ladrilhos hidráulicos não eram de todo desconhecidos, tendo sido utilizados em algumas casas coloniais. Entretanto, seu uso se tornou mais recorrente no século XIX.

higiene tradicionais, pois, até aquele momento, as atividades relacionadas ao banho eram realizadas em local separado da retrete ou latrina.

A sala de viver (ou varanda), presente em várias residências do século XIX, é eliminada na casa eclética da elite. Com as transformações sociais ocorridas no final desse século, esse cômodo deixa de existir e a sala de jantar ganha maior destaque tornando-se também um espaço de encontros sociais. Entretanto, surge uma nova dependência dentro da moradia que articula a sala de jantar e a cozinha. Trata-se da copa ou da sala de almoço, local onde a família se reúne para fazer as refeições cotidianas, além de ser importante como apoio para transição de pratos e louças em situações em que os proprietários recebem convidados para jantar. Nesse contexto, o receber ainda é muito valorizado pela sociedade do período, sendo que a decoração desses espaços permanece com o mesmo cuidado e apuro já observado desde a chegada da corte e a abertura dos portos.

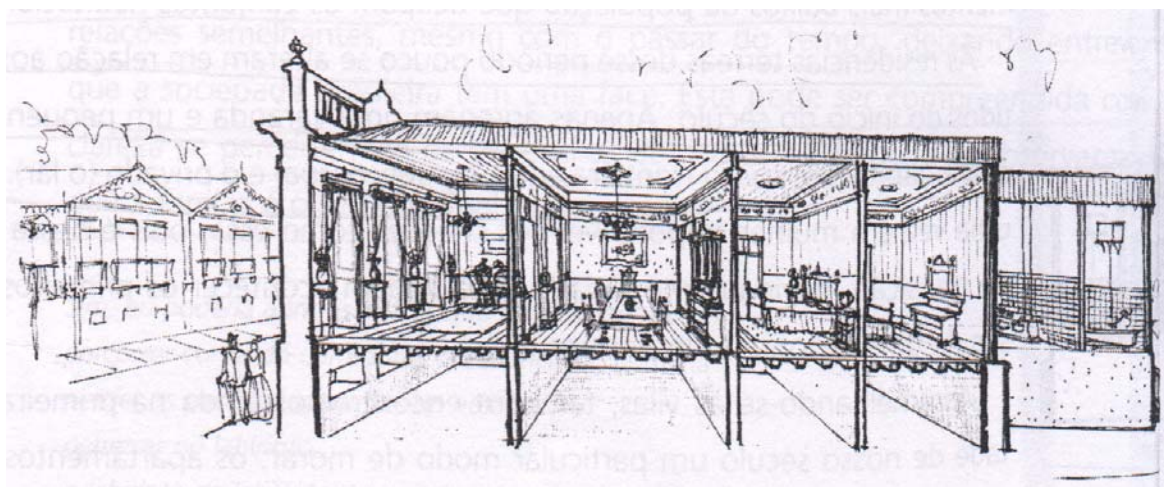


FIGURA 61: [Desenho esquemático do interior de uma residência urbana do final do século XIX]
Fonte: VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 26.

A implantação das residências também experimenta algumas modificações. As casas urbanas, desde o período colonial, eram edificadas sobre o alinhamento e os limites laterais do lote, de modo que apenas os cômodos voltados para a rua ou para o quintal poderiam contar com iluminação e ventilação natural e direta. Com os novos conhecimentos do século XIX, foi dada maior importância a esses aspectos, evitando-se cômodos que não recebiam ar e luz diretamente. Assim, a implantação das casas passa a contar com um corredor lateral para onde se abriam as janelas dos cômodos que antes não contavam com essas aberturas. Entretanto, a

privacidade e o resguardo da família não foram prejudicados, pois esses corredores laterais não eram acessíveis às pessoas de fora, sendo que seu acesso era feito através do quintal ou da área de serviço, sem contato direto com a entrada principal da residência. Essa se apresentava, frequentemente, com porão alto, inovação do início do século que foi mantida em função das vantagens que trazia ao isolar o piso da umidade do solo. Os óculos ou seteiras presentes nos porões garantiam a sua ventilação e eram frequentemente fechados com gradis de ferro, que garantiam a sua vedação sem impedir a circulação de ar por esse espaço. Além disso, os porões faziam com que a edificação apresentasse uma altura mais elevada em relação à rua, fato que contribuía para preservar a intimidade dos moradores, uma vez que os transeuntes não teriam acesso visual ao interior dos espaços através das janelas.

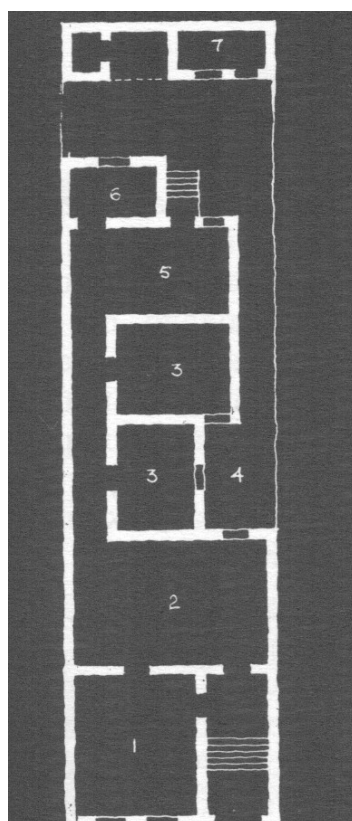


FIGURA 62: [Desenho esquemático de planta de uma residência, com entrada lateral descoberta; cerca de 1900]

1. Sala de visitas
2. Sala de jantar e estar
3. Dormitórios
4. Pátio para iluminação e aeração das peças internas
5. Cozinha
6. Banheiro
7. Dormitório para criada

Fonte: REIS FILHO, 2006, p. 49.

Com essa nova implantação, o acesso principal à moradia foi muitas vezes deslocado para a lateral, onde era localizada a escada que dava acesso a uma varanda ou a um alpendre. Este espaço antecedia a porta da sala de visitas e também recebia um tratamento cuidadoso. Além disso, recuperava a varanda como espaço de transição entre o espaço público e o privado, pois essa não era comum nas casas coloniais ou do início do século XIX no meio urbano. Como essas casas eram implantadas sobre o alinhamento e os limites laterais, a presença da varanda não era muito comum, nem nas casas térreas, nem nos sobrados. Mas, a introdução do porão-alto e o afastamento da edificação de pelo menos um dos limites laterais permitiram que as varandas ou alpendres se tornassem mais comuns nas residências urbanas.

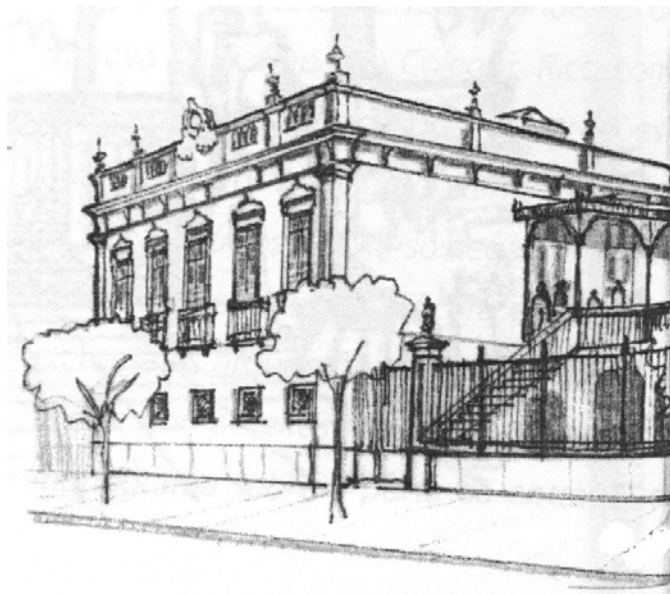


FIGURA 63: [Casa do final do século XIX, com porão alto e entrada lateral realizada através do alpendre antecedido pela escada]
Fonte: VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 32.

A Proclamação da República ocorreu logo depois da Abolição da Escravatura e também contribuiu para as transformações sociais que ocorreram no final do século XIX. O ecletismo, que já tinha começado a se manifestar no Brasil, ganha mais força e assume a preferência nacional como o estilo da nova ordem. O neoclássico havia se firmado como o estilo oficial do Império e, uma vez rompido esse sistema de governo, o estilo das edificações do novo tempo não podia continuar com a mesma linguagem. Assim o ecletismo adquire mais evidência, juntamente com o fato de que

a sua maior versatilidade favorecia a incorporação das inovações tecnológicas que chegavam.

Na Europa, o ecletismo se estabeleceu por um longo período da arquitetura que, segundo Patetta (1987), durou mais de 150 anos. Suas manifestações não foram homogêneas, apresentando diferentes direções que, em alguns casos, chegavam a ser contraditórias. Esse estilo se afirmou no momento em que a burguesia se consolidava e, ao mesmo tempo, passava a exigir melhores condições para suas residências, o que envolvia conforto e inovações técnicas e tecnológicas que pudessem proporcioná-lo. Essas inovações foram providenciadas pelos progressos da indústria que avançava de forma significativa nesse período. Além disso, o cenário europeu no século XIX apresentava uma maior diversidade, o que demandava uma nova postura que conseguisse abarcar toda a heterogeneidade da nova situação.

A acomodação se tornou no século XIX uma atitude necessária. O crescimento das populações urbanas forçou o aumento da tolerância conciliatória de diferenças. As cidades tinham não somente mais gente mas, sobretudo, eram formadas de pessoas de origens culturais diferentes. A curiosidade pelo exótico, o gosto pelas viagens a terras desconhecidas e a avidez européia por apropriar-se de elementos de culturas estranhas e absorvê-los em seu sistema cultural, cada vez mais amplo e civilizado, encontraram apoio na máquina a vapor. Aplicada aos navios e trens ela diminuiu as distâncias globais e gerou uma aproximação de culturas diferentes. O mesmo maquinário, aliado à preponderância militar das potências industriais, acarretou um novo tipo de colonialismo europeu, forçou a partilha da África e atingiu o Oriente. Indianos circulavam em Londres, ingleses na África do Sul. Havia franceses na Argélia e libaneses em Paris. Essas diferenças culturais deviam ser acomodadas e provocar, por bem ou por mal, a coexistência e as trocas. (ROCHA-PEIXOTO, 2000b, p.5).

Ao mesmo tempo, novas questões e reflexões invadiam o cenário do século XIX, de modo que a exclusividade das referências da Antiguidade grega e romana não satisfazia mais a todos. Os interesses se diversificaram e outros estilos históricos, ou de regiões distintas, também passaram a ser estudados e incorporados nas novas produções. Desse modo, o século XIX europeu experimentava uma maior variedade de referências, as quais conviviam lado a lado na mesma cidade ou até mesmo no mesmo edifício. A classe burguesa, que tinha gosto pelo luxo e pelas novidades, não tinha um compromisso mais decisivo com as orientações dos estilos aos quais revisitava para as composições de suas obras. Nesse sentido, Patetta (1987)

constata que, para essa burguesia, aspectos como a moda e o gosto passaram a ser referenciais para as suas produções. Contudo, essa tolerância a vocabulários estilísticos diversos, não significa que os arquitetos haviam abandonado completamente os preceitos acadêmicos nas suas obras. O ecletismo europeu ainda mantinha algumas características fundamentais como composição e proporção, por exemplo (ver ROCHA-PEIXOTO, 2000b).¹²

No Brasil, o ecletismo surgiu como mais uma novidade européia, que trazia uma nova moda, novas ideias e um novo estilo, juntamente com as inovações tecnológicas que continuavam chegando aos portos e eram disseminadas pelos principais centros através das ferrovias. Foi inicialmente um estilo incorporado pelas elites que tinham acesso não só aos bens e tecnologias importados, mas também aos arquitetos habilitados a executar obras nesse novo estilo. Aqui o ecletismo teve início como um estilo completamente importado, pois, além de trabalhar com um repertório formal totalmente relacionado aos estilos históricos de outros povos (principalmente europeus, como o gótico, por exemplo), dependia de materiais que não existiam no Brasil e de mão-de-obra especializada.

Nessa hora, o nosso patrimônio cultural viu-se invadido: o dinheiro do café, por exemplo, importou arquitetos, mestres de obras, pedreiros e toda sorte de material de construção – tudo, absolutamente tudo, vinha da Europa e dos Estados Unidos. Essas construções ecléticas, portanto, nada tinham a ver com o nosso elenco de elementos fornecidos naturalmente pelo meio ambiente. (LEMOS, Carlos, 1989b, p. 51)

A elite brasileira, sempre interessada em ostentar riqueza e *status* de modernidade, logo se interessou por este estilo. Suas casas eram projetadas e construídas pelos melhores profissionais estrangeiros que instituíram também algumas mudanças no partido arquitetônico tradicional. Assim, a velha organização espacial interna passa por algumas transformações, especialmente no que dizia respeito às circulações. Com os novos partidos, surgia nas casas ecléticas da elite brasileira um sistema de circulação interna apoiada no vestíbulo ou *hall*. Esse espaço era considerado uma zona “neutra” que distribuía os fluxos, evitando-se cômodos de passagem obrigatória, como eram as salas de viver no período colonial. No novo partido, as zonas da casa eram separadas pelas afinidades das atividades e existia

¹² Para uma análise mais aprofundada sobre o ecletismo europeu, ver Patetta (1987) e Rocha-Peixoto (2000b).

independência entre elas, sendo possível transitar de uma para a outra sem a necessidade de passar pela terceira.

O ecletismo também introduziu mudanças na decoração e na ornamentação das fachadas das residências, que deveriam estabelecer vínculos com os preceitos estéticos mais modernos instituídos pela Europa. Tais características eram observadas através do uso de elementos como colunas, cornijas, faixas, frisos e outros detalhes na composição das fachadas e das platibandas, as quais já existiam desde o período Imperial, mas com a chegada do ecletismo passaram a apresentar um repertório mais rico de elementos decorativos. As aberturas, como as portas e janelas, também se apresentam de forma mais elaborada. As portas eram, frequentemente, em duas folhas com almofadas e as janelas já contavam com vidros coloridos na vedação dos vãos e com montagens metálicas, em alguns casos. Havia também as venezianas, que foram utilizadas inicialmente nos dormitórios. Os gradis e os elementos em ferro também se tornaram mais recorrentes no fechamento das aberturas dos porões-altos, nos portões e também nas estruturas dos alpendres laterais. Tais elementos apresentavam belas composições de desenhos em ferro, contribuindo para o requinte e sofisticação das moradias nas quais eram aplicados. Nas casas mais ricas, era possível encontrar, nas áreas externas e nos jardins, outros elementos metálicos como bancos, chafarizes, quiosques e estufas. Entretanto, fora nestas situações, os elementos metálicos nem sempre ficavam evidentes. Era comum a utilização de elementos estruturais em ferro que seriam, em seguida, cobertos com argamassa, tijolos ou pedras, com a intenção de se esconder o verdadeiro sistema estrutural do edifício, buscando-se, assim, uma harmonia com os estilos utilizados como referências para a composição da obra.

A ornamentação no ecletismo tem um papel diferente do observado nas obras do período neoclássico. Escondiam-se as inovações trazidas pelo ferro, pois ele, ao exercer seu papel estrutural, não combinava com as demais características de composição e proporção das obras ecléticas. Era necessário respeitar os preceitos compositivos e, por isso, cobriam-se os elementos metálicos responsáveis pelo funcionamento mecânico da construção. Nesse caso, observa-se que a inovação tecnológica era utilizada, mas ela não assumia a aparência de modernidade desejada naquele período. Seu papel, do ponto de vista funcional, estava sendo

exercido, mas não era condizente com a estética pretendida. Diante disso, o elemento metálico era empregado na construção, mas não deveria ser visto executando esse papel. A ornamentação se encarregava, então, de garantir a aparência estilística desejada, permitindo assim que essas inovações fossem utilizadas sem prejuízo da estética pretendida, nem da funcionalidade estrutural da obra.

A importância dada à aparência dos edifícios ficava evidente através de uma característica fundamental do ecletismo: o conceito de *architecture parlante*, ou “arquitetura falante”, o qual considerava que a obra deveria expressar a função do edifício através das suas características externas. Assim, o museu de uma cidade deveria ser imediatamente identificado como “museu”. Da mesma forma, um banco, um teatro, uma escola, deveriam ser facilmente reconhecíveis através de seus respectivos aspectos externos. Diante disso, recorria-se aos diversos estilos utilizados como referência no ecletismo com o intuito de escolher aquele cujo vocabulário estilístico apresentasse os elementos que melhor traduziriam a mensagem que se intencionava transmitir. (ROCHA-PEIXOTO, 2000b; BRENNAN, 1987).

As edificações oficiais e as obras da elite acabaram se tornando modelos para a classe média que também tinha intenção de estabelecer vínculos com a nova estética. Assim, copiava as características desses edifícios, vulgarizando determinados aspectos que eram incorporados sem maiores cuidados e atenção em relação à composição e à proporção. A ornamentação mais uma vez assume seu papel de destaque, buscando conferir modernidade para as edificações residenciais dessa classe social.

A chegada de um grande número de imigrantes no país¹³ na segunda metade do século XIX exerceu grande influência na introdução do ecletismo por aqui. Oriundos de diversos países europeus, esses imigrantes vinham suprir a carência de mão-de-obra nas fazendas, mas um grande contingente acabou se transferindo para as cidades, atuando de forma determinante no desenvolvimento da indústria e também

¹³ Especialmente em São Paulo e na região Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná).

do comércio. Esses trabalhadores, ao chegarem às cidades, construíram suas casas de acordo com as técnicas construtivas tradicionais de seus povos, introduzindo aqui, o elemento estrangeiro através de uma outra via, diferente da exercida pela elite, que incorporava os aspectos importados com o intuito de se modernizar, aproximando-se da Europa e afastando-se das tradições locais.

Essa dinâmica, observada no caso dos imigrantes que chegaram ao Brasil no século XIX, é recorrente também em outros lugares, segundo Rapoport (1972). Para esse autor

Una indicación de la naturaleza simbólica de la casa está en el hecho de que muchos inmigrantes traen consigo su arquitectura e insisten en su uso, aunque, frecuentemente, no sea adecuada a la nueva área en que viven. Sin embargo, el carácter simbólico es muy importante para ellos; es un pedazo del hogar y es, por lo tanto, familiar en términos simbólicos.¹⁴ (RAPOPORT, 1972, p.72)

Esta intenção dos imigrantes de trazer um pedaço da sua terra natal para o novo país encontrou, no Brasil do final do século XIX, um campo apropriado para o desenvolvimento dessa arquitetura. Aqui, os brasileiros estavam interessados pelas novidades formais e pelas técnicas construtivas que acabaram influenciando também os habitantes das classes médias, pois esses não tinham acesso aos arquitetos e aos demais profissionais que as elites mandavam vir de fora para executar as suas obras. Mas com a chegada dos imigrantes que vieram para trabalhar no campo ou na indústria ou em outras atividades de comércio e de serviço nas cidades, o seu “saber fazer” europeu ficava mais acessível aos membros das classes médias brasileiras. Assim, observa-se que o ecletismo se instituiu no Brasil através de diversas frentes: das obras oficiais, das obras residenciais da elite e das obras dos imigrantes, mais simples, mas que traziam para o país inovações importantes no modo de construir e de morar. Diante desse contexto, a classe média foi influenciada tanto pelas construções da elite, quanto pelas construções dos operários e trabalhadores imigrantes.

¹⁴ “Uma indicação da natureza simbólica da casa está no fato de que muitos imigrantes trazem consigo sua arquitetura e insistem em seu uso, embora, frequentemente, não seja adequada à nova área em que vivem. No entanto, o caráter simbólico é muito importante para eles; é um pedaço do lar e é, portanto, familiar em termos simbólicos”. (Tradução nossa)

Ao contrário do que ocorreu em outras ocasiões, como no litoral canavieiro colonial ou em Minas, quando as lições e modelos vinham de cima para baixo, servindo a classe média de ponte entre as manifestações ricas e disciplinadas da classe dominante e as inevitáveis interpretações e reinterpretações do grande povo, na São Paulo do século passado [século XIX] a novidade arquitetônica, ao contrário, surgiu tanto na classe alta, através de renomados arquitetos, como na classe operária auto-suficiente imigrante, restando à burguesia quatrocentona o papel de simples espectadora destinada a absorver lições de ambos os extremos sociais. (LEMOS, Carlos, 1989a, p.10-11)

Os imigrantes das classes operárias e trabalhadoras não tinham interesse em se afirmar imitando as elites ou as classes médias. A sua referência era o seu povo, a sua terra natal, de modo que trouxeram para o Brasil as suas tradições construtivas e as reproduziram aqui na medida do possível, lidando com as limitações oferecidas pelo novo meio. Contudo, mesmo com as eventuais dificuldades de clima, materiais, e outras, conseguiram reproduzir suas tradições e introduziram, assim, o elemento estrangeiro através de uma via inédita para o país, ou seja, através de uma classe de trabalhadores.

As influências dessa classe de imigrantes não se restringiram apenas aos aspectos construtivos das suas residências. Esses novos moradores das cidades e das áreas rurais brasileiras introduziram também mudanças nos programas de necessidades das casas, principalmente nas áreas de serviço, diminuindo o seu tamanho e facilitando a realização das tarefas. Além disso, influenciaram a nossa língua, com novas expressões e interferências na pronúncia do nosso idioma, ao mesmo tempo em que introduziram novos hábitos alimentares e novas maneiras de cozinhar e de preparar os alimentos. Essas não se restringiram apenas às cozinhas dos lares, estendendo a sua influência na criação de novas atividades de comércio e de serviço como o beneficiamento de gêneros alimentícios fora das residências, que tinha o objetivo de comercializar essa produção. Assim, surgia um tipo de indústria alimentícia que era inédita para o país. Queijos, cremes, manteigas, doces, linguiças, dentre outros, passaram a ser produzidos em fábricas ou em pequenas produções que tinham o intuito de comercializar tais mantimentos.

A nova dinâmica de atividades estabelecida com os alimentos não se restringiu apenas a esses gêneros, pois os imigrantes introduziram e intensificaram no país uma série de atividades comerciais e de serviço modificando a relação dos

brasileiros com o trabalho. Esses haviam se acostumado com a relação de preconceito com o trabalho manual, ou com outra atividade que exigisse muito esforço, em função da estrutura vigente até a Abolição da Escravatura no final do século XIX. Tal situação, combinada com o desejo de ostentar riqueza e *status* social, fez com que muitas pessoas rejeitassem esses tipos de trabalho, buscando outras atividades e ocupações que dessem mais prestígio. Segundo Mattoso (1997, p. 176) “A escravidão deu ao homem livre na Bahia um sentimento de superioridade e de desprezo pelo trabalho, desprezo não só pelo trabalho manual, mas por todo trabalho longo ou muito cansativo, seja este qual for.” Essa dinâmica era observada não apenas na Bahia, mas na maioria das localidades do Brasil. Assim, quando os imigrantes europeus chegaram, logo encontraram oportunidades de ocupação e de desenvolvimento de uma série de atividades, que não recebiam muita consideração por parte dos brasileiros até então. A relação com o trabalho começa a ser modificada tendo grande influência dos imigrantes que desempenhavam as mais variadas atividades e serviços. Além disso, o surgimento das primeiras indústrias, de empresas dedicadas à prestação de serviços, dos bancos e das atividades relacionadas às ferrovias, inaugurou novos tipos de serviços e de trabalho remunerado. Assim, começava a mudar a postura tradicional diante do trabalho, de modo que esse passava a receber mais prestígio e reconhecimento nesse novo cenário.

No que diz respeito à arquitetura e às construções, observa-se também uma inovação no quadro do final do século XIX com a fundação do Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo. Essa instituição tinha como objetivo investir na educação e na formação de oficiais mecânicos, profissionais que iriam atuar nas mais diversas áreas relacionadas às construções que, nesse momento, já não podia mais contar com mão-de-obra pouco qualificada. Assim, o setor construtivo brasileiro ia se tornando aos poucos menos dependente dos profissionais estrangeiros, além do fato de que o Liceu também contava com uma oficina, a qual produzia e fornecia peças e elementos importantes para a execução das obras.

Os profissionais formados no Liceu também contribuíram de forma decisiva para a disseminação do ecletismo nas obras da classe média e da classe média baixa. Como os membros dessas classes não tinham condições de contratar arquitetos ou

mestres estrangeiros, eles contavam com os profissionais nacionais, cuja formação permitia que eles executassem obras dentro da nova estética. Assim, as obras dessas classes seguiam o receituário estilístico disseminado pelas elites e utilizava mão-de-obra local devidamente instruída em relação às novas técnicas construtivas, as quais eram também praticadas pelos trabalhadores imigrantes. Além disso, circulavam pelo país catálogos, álbuns, revistas e outros que traziam exemplos de projetos e detalhes das construções ecléticas, principalmente européias. Essas publicações contribuíram significativamente para a disseminação do ecletismo no Brasil e para a assimilação das características e detalhes desse estilo, sendo que, não raras vezes, os modelos que constavam nos álbuns e revistas importados eram copiados aqui no Brasil.

Diante desse contexto, as obras ecléticas foram se multiplicando pelas cidades e pelas residências rurais mais importantes. A variedade de opções que esse estilo admitia abriu espaço para que surgissem composições muito diversas umas das outras e, nesse cenário, ganhava espaço a tipologia do chalé. Esse tipo de edificação já podia ser encontrado, eventualmente, no período do Segundo Império, sendo que sua influência sobre as elites e a classe média permanece e se intensifica mesmo depois da Proclamação da República e da maior valorização dada às obras ecléticas. Os chalés seduziram as pessoas que os escolhiam como modelo para suas moradias em função do seu caráter de modernidade combinado com a referência que faziam às habitações rurais européias, especialmente às suíças. Contudo, estas edificações brasileiras não apresentavam grande proximidade com as casas rurais da Europa, sendo executadas com recursos e técnicas locais e com algumas limitações em relação ao uso dos materiais e elementos decorativos. Mas, mesmo assim, a sua aparência encantava os seus proprietários. Essas edificações contavam com telhados em duas águas com as empenas voltadas para a rua, ou seja, no sentido oposto ao da tradição colonial brasileira. Desse modo, as águas das chuvas corriam para as laterais da casa, o que tornava necessário o isolamento da construção no terreno, afastando-a dos limites laterais. Esses telhados eram arrematados por lambrequins de madeira que exerciam ainda um papel decorativo importante na caracterização dessa tipologia. Esse detalhe combinava ainda com as demais ornamentações da fachada, feitas em estuque, e com os elementos em ferro

que compunham as estruturas dos alpendres, as escadas e demais peças que poderiam compor o jardim.



FIGURA 64: [Residência em Taubaté (SP) construída segundo a tipologia do chalé]
Fonte: REIS FILHO, 2006, p. 175.

A movimentação do telhado é um detalhe importante nesse período. Com a valorização das condições de higiene e salubridade das edificações, os cômodos sem luz e ventilação direta, frequentes nas casas urbanas do período colonial, passaram a ser desaconselhados no século XIX, sendo necessário encontrar soluções de implantação que permitissem a abertura de janelas nos cômodos localizados no centro da planta. Essa demanda afastou a residência de pelo menos um dos limites laterais do lote o que permitiu, além da abertura das janelas, o surgimento do alpendre lateral, dos jardins nas propriedades maiores e também inaugurou a possibilidade de movimentar mais a planta, o que permitia novas experimentações formais em relação às coberturas, que poderiam apresentar uma volumetria mais interessante¹⁵. Assim, arquitetos importantes do período, como

¹⁵ No período colonial, já existiam residências afastadas dos limites do terreno, porém estas eram encontradas apenas nas fazendas ou nas chácaras, sem apresentarem, contudo, uma maior movimentação da planta ou do telhado. No meio urbano colonial as casas eram construídas sobre os alinhamentos. No século XIX, estas mudanças em relação à implantação inauguram novas possibilidades para as habitações urbanas.

Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) e Victor Dubugras (1868-1933), por exemplo, desenvolveram vários projetos em que as obras não eram mais tratadas apenas como problemas bidimensionais, mas sim como problemas tridimensionais. Diante disso, as arquiteturas desses profissionais, e de outros que desenvolveram as suas obras no mesmo sentido, se apresentavam de forma mais rica, sendo possível explorar as possibilidades tanto estéticas quanto construtivas dos telhados, das fachadas, das plantas, dos materiais e dos elementos como portas e janelas, que passaram a ter um contato mais direto e dinâmico com as áreas externas que, nas casas maiores, contavam com jardins circundantes à edificação.



FIGURA 65: [Desenho do projeto para a residência Cândido de Moraes, São Paulo (SP), 1892, projeto de Ramos de Azevedo]
Fonte: CARVALHO, 2000, p. 331.

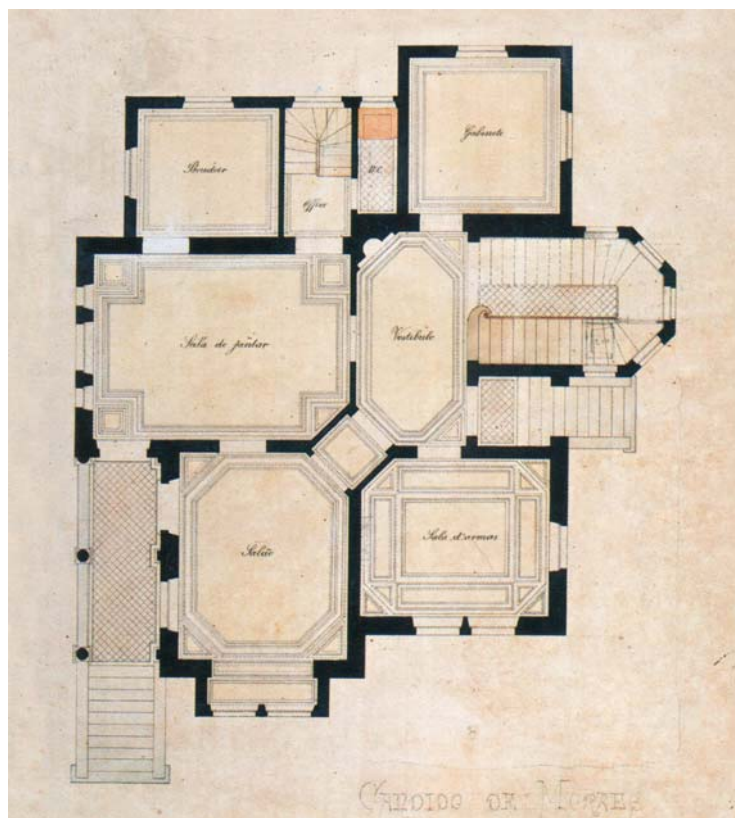


FIGURA 66: [Planta do pavimento térreo da residência Cândido de Moraes, São Paulo (SP), 1892, projeto de Ramos de Azevedo]
 Fonte: CARVALHO, 2000, p. 332.

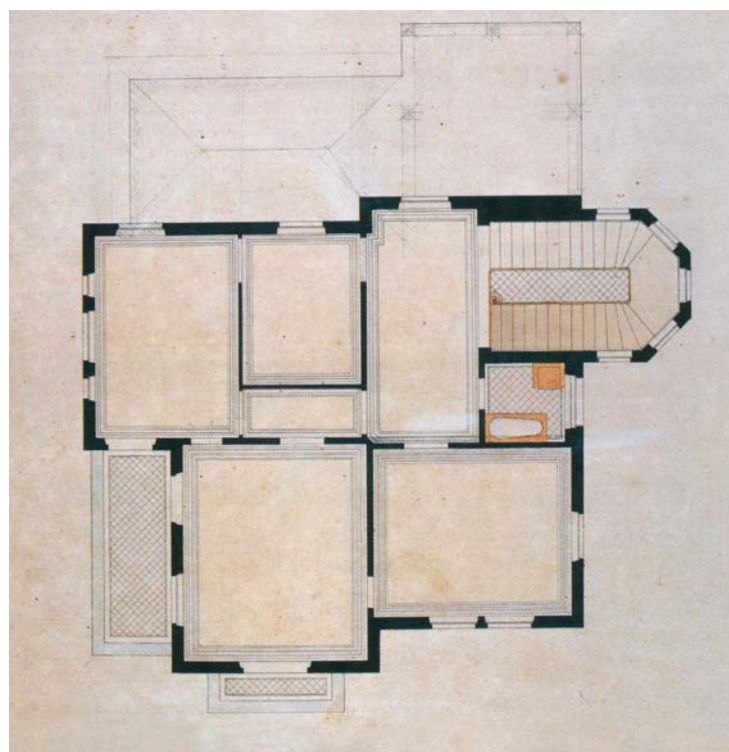


FIGURA 67: [Planta do pavimento superior da residência Cândido de Moraes, São Paulo (SP), 1892, projeto de Ramos de Azevedo]
 Fonte: CARVALHO, 2000, p. 333.

Essas inovações eram incorporadas especialmente nas casas da elite, que tinham condições de adquirir propriedades maiores, as quais apresentavam mais possibilidades de experimentações do espaço, ao mesmo tempo em que poderiam contar com uma gama maior de opções de materiais e de elementos de decoração e ornamentação. Já a classe média nem sempre dispunha de recursos para construir edificações mais elaboradas e sofisticadas, sendo que, muitas vezes, recorriam às casas de aluguel. Essas habitações existiam em grande quantidade nas cidades mais importantes do final do século XIX e apresentavam um repertório decorativo condizente com as expectativas estéticas da época, sendo que, em alguns casos, contavam também com alpendres laterais e pequenos jardins. A construção dessas moradias para a classe média era considerada uma boa fonte de lucros por parte de quem tinha dinheiro para investir. Assim, em São Paulo, surgiram novos bairros destinados aos habitantes desta classe social, como o da Bela Vista, de Santa Ifigênia, da Barra Funda, dentre outros.

As plantas e os telhados das casas da classe média nem sempre tinham condições de apresentar maiores movimentos e experimentações espaciais e formais como as das casas da elite, isoladas nos seus lotes e, por isso, mais propícias a volumetrias diversas. As moradias da classe média apresentavam sempre o corredor lateral externo para garantir iluminação e ventilação dos cômodos localizados no centro das plantas, mas muitas vezes, apresentavam-se coladas a um dos limites laterais, sendo recorrentes as casas geminadas. A organização espacial interna já apresentava distinções em relação ao modelo do período colonial. Em alguns casos, as plantas contavam com um vestíbulo ou corredor distribuidor dos passos, além da presença do banheiro próximo da cozinha e da maior valorização dada à sala de jantar. Essas casas procuravam seguir os modelos da elite, mesmo que com algumas limitações em relação à maior sofisticação dos espaços e às novas possibilidades de uso de materiais e de movimentação de coberturas e de plantas. Já as classes médias baixas e os operários não tinham condições de acompanhar essas mudanças e transformações de forma mais decisiva. Assim, nas suas moradias, o partido e a distribuição interna dos espaços permaneciam, muitas vezes, vinculados às tradições coloniais.

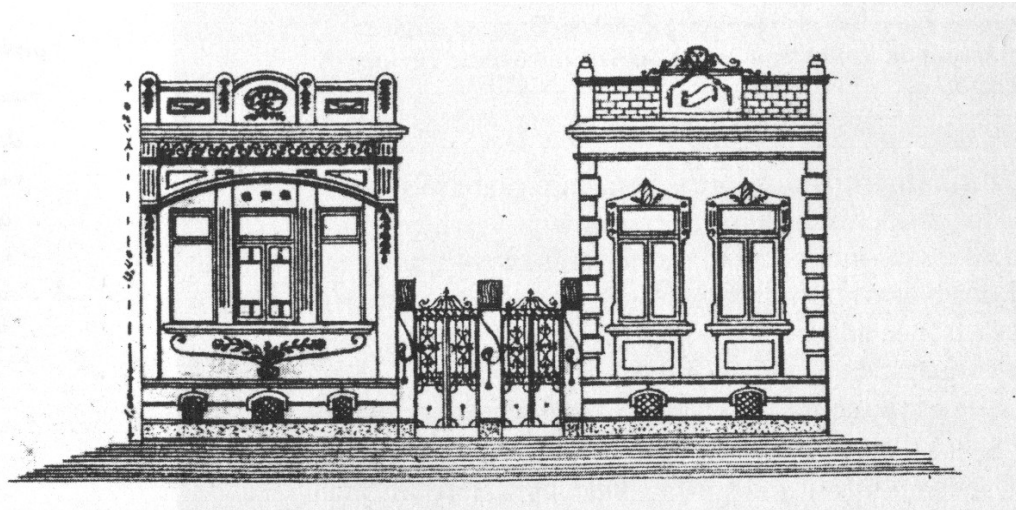


FIGURA 68: [Fachadas de casas de aluguel em São Paulo (SP), projeto de Ramos de Azevedo]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1989a p. 79.

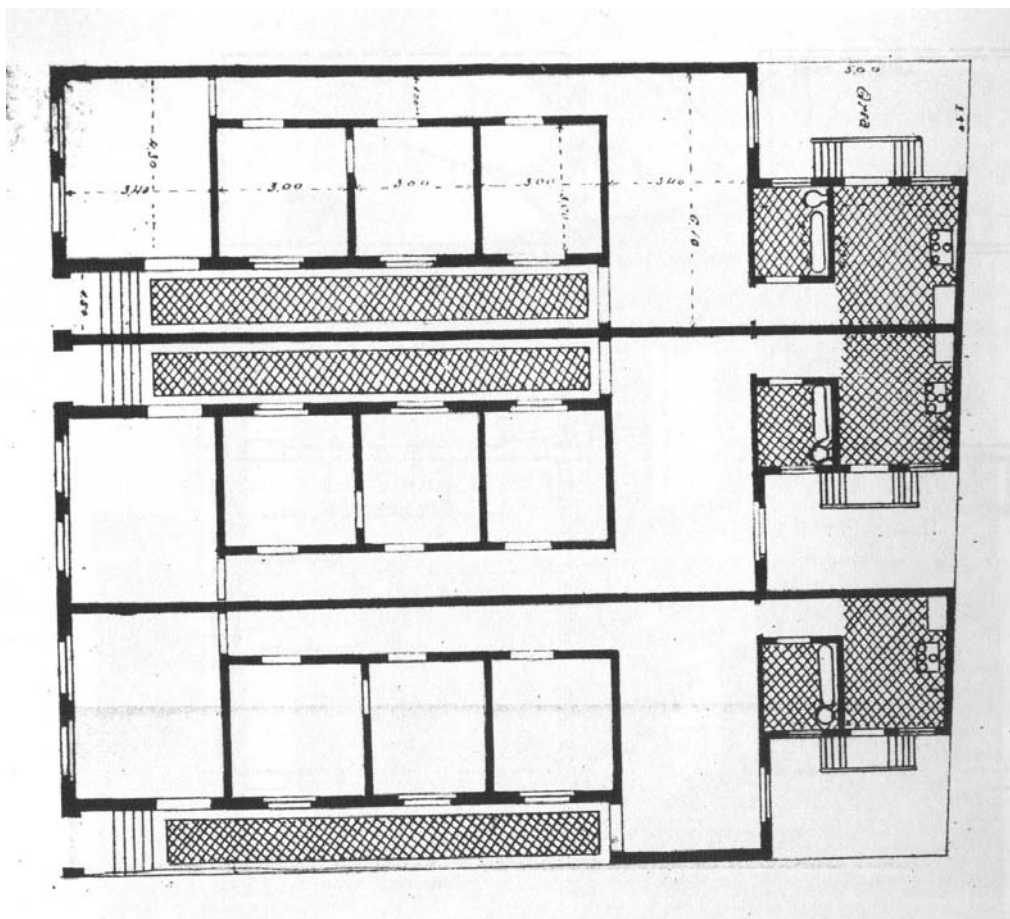


FIGURA 69: [Plantas de casas de aluguel em São Paulo (SP), projeto de Ramos de Azevedo]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1989a p. 79.

No século XIX surgiu ainda um outro tipo de habitação para a população de baixa renda: o cortiço. Este tipo de moradia começou a aparecer num momento em que a

população de algumas cidades crescia num ritmo mais acelerado, agravando o problema da falta de moradias. Diante dessa situação, alguns especuladores construíram edifícios compostos por uma ou duas fileiras de pequenos cômodos em sequência, os quais eram destinados para a habitação das pessoas. Também eram conhecidas como cortiços as grandes residências abandonadas que passavam a funcionar como casas de cômodos. Em ambas as situações, as instalações sanitárias e os tanques eram de uso comum a todos os moradores (LEMOS, Carlos, 1989a). Esse tipo de habitação coletiva não oferecia boas condições de vida e eram condenados do ponto de vista social pelo caráter de promiscuidade que apresentavam. Além disso, as condições mínimas oferecidas por esses locais não permitiam que tais habitações apresentassem qualquer preocupação formal ou de setorização do espaço. O cômodo único deveria atender a todas as funções da casa, sendo que, nesse caso, o que preponderava era a função abrigo, mesmo que fosse nessas condições precárias. Percebe-se assim, que as novidades e novos recursos que o século XIX havia introduzido na sociedade brasileira não chegaram até estas pessoas. A sua condição financeira e social não lhes permitia participar desse novo, de modo que não tiveram acesso aos benefícios dessa modernidade. Assim, o ecletismo e todas as novidades que chegavam nesse período só puderam ser desfrutados pela elite e pelas camadas médias.

As inovações, tanto estéticas quanto de partido, de técnicas e de materiais, eram incorporadas às moradias sempre que seus proprietários tinham condições para tanto. Esses aspectos eram muito importantes para a sociedade da época que tinha gosto pelas novidades européias e queria se inserir no universo da modernidade do período. Não bastava conhecer e se inteirar das novidades, mas era preciso incorporá-las a vida cotidiana, sendo a residência da família o melhor lugar para ostentar esses atributos. A casa no final do século XIX e início do século XX não era considerada apenas o local de abrigo e repouso de seu proprietário e de sua família, mas exercia um papel determinante na vida social dos mesmos. Essa condição existia desde o período colonial, mas foi adquirindo cada vez mais destaque e evidência na medida em que as distinções entre as classes foram se tornando qualitativas ao invés de serem apenas quantitativas. Além disso, a valorização do receber e o fato de a residência ter adquirido a função de cenário para esses encontros sociais, fez com que sua importância aumentasse significativamente, pois

ela passou a receber mais visitantes e pessoas estranhas à família. Contudo, não existiam alterações nessa estrutura nos casos de famílias com poucos membros ou de pessoas que, porventura, morassem sozinhas. Carvalho (2000) chama a atenção para este fato quando analisa a casa da Marquesa de Itu em São Paulo, projetada por Ramos de Azevedo. Segundo a autora,

O programa da casa, bem como sua distribuição, poderia, eventualmente, sugerir algumas peculiaridades advindas da condição da Marquesa, viúva sem filhos. No entanto, ao estudá-lo nada parece indicar que ali vivesse uma pessoa solitária. Ao contrário, é o programa típico de uma residência familiar rica de final de século, com seus agenciamentos também dos mais usuais. Isso parece contradizer a premissa de um projeto voltado especialmente para o cliente, mas é necessário lembrar o papel da residência no cenário de representações e como símbolo da condição social de seu proprietário. (CARVALHO, 2000, p.278-279).



FIGURA 70: [Vista da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX]
Fonte: CARVALHO, 2000, p. 270.

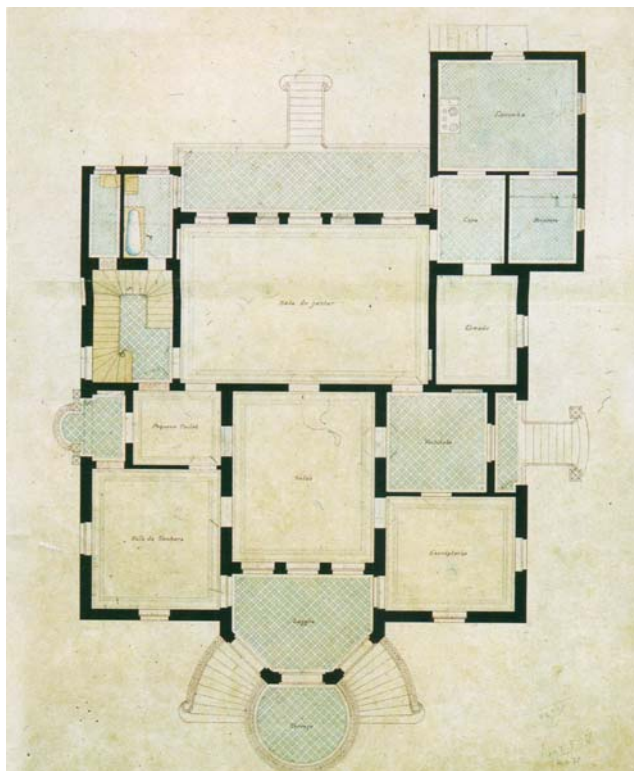


FIGURA 71: [Planta do pavimento térreo da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX]
 Fonte: CARVALHO, 2000, p. 274.

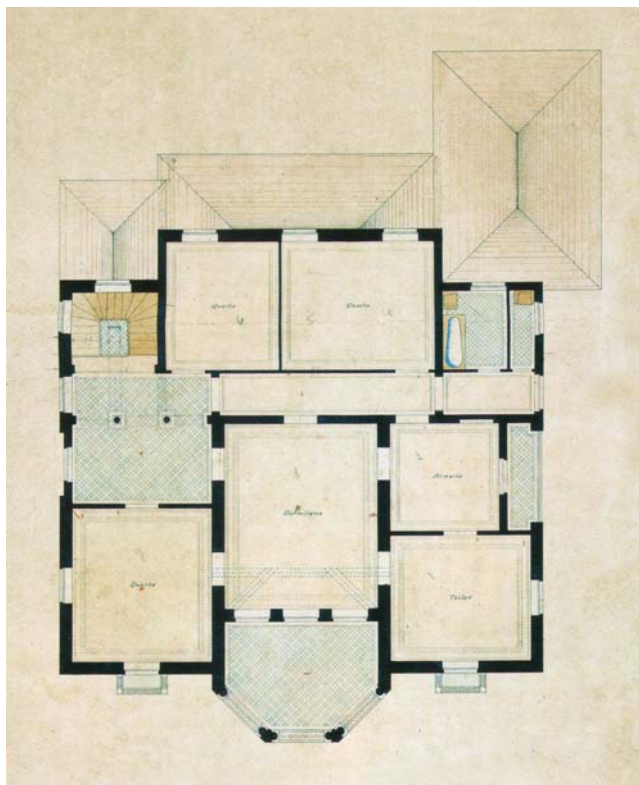


FIGURA 72: [Planta do pavimento superior da casa da Marquesa de Itu, São Paulo (SP), final do século XIX]
 Fonte: CARVALHO, 2000, p. 275.

O ecletismo no Brasil valorizava o conforto, o luxo e o requinte. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira do período valorizava as aparências e a ostentação de riqueza, de modernidade e de uma condição social privilegiada. Assim, as produções residenciais da época foram edificadas, sempre que possível, de acordo com essas premissas, sendo que, às vezes, aconteciam situações como a do palacete da Marquesa de Itu, a qual apresentava uma estrutura muito maior da que seria necessária, mas que exercia o importante papel de exteriorizar a riqueza e a posição social de sua proprietária.

As obras ecléticas avançaram até o final do século XIX, adentrando o século XX com grande aceitação entre os brasileiros. Contudo, em meados dos anos 10 do século XX, surgia no Brasil um movimento que pregava a valorização das tradições locais, ao invés de se copiar os estilos e tradições estrangeiros. Esse movimento teve início com uma conferência proferida pelo arquiteto português Ricardo Severo da Fonseca e Costa (1869-1940) em 1914 na Sociedade de Cultura Artística, quando ele defendia que fossem valorizados e adotados como referências os estilos tradicionais locais. Essas ideias agradaram grande parte dos brasileiros que logo adotaram esses novos conceitos na composição de suas moradias. Diante disso, Carlos Lemos (1979, p. 130) observa que

Nessa hora em que as famílias antigas viam meio assustadas os imigrantes ascenderem enriquecidos e construir seus palácios florentinos ou árabes na Avenida Paulista, talvez fosse muito natural a lembrança da revitalização de suas próprias soluções arquitetônicas.

Este tipo de movimento nacionalista foi observado também em outros lugares da América como na Argentina, no México e nos Estados Unidos, segundo Rocha-Peixoto (2000b). No Brasil, estas manifestações de valorização das tradições nacionais ocorreram no momento em que os reflexos da Primeira Guerra Mundial começaram a se fazer sentir no país, o que provocou uma diminuição no ritmo das construções e a escassez de bens e materiais importados devido às dificuldades de comunicação marítima com a Europa. Entretanto, mesmo com a queda no número de obras, os arquitetos interessados por essa nova postura estética, como Ricardo Severo, empreenderam esforços em estudos sobre as tradições construtivas brasileiras, sendo que esse é considerado o patrocinador das viagens do pintor José

Wasth Rodrigues (1891-1957), que percorreu diversas localidades, pesquisando e registrando em detalhes a arte colonial brasileira (LEMOS, Carlos, 1979). Esses estudos constituíram-se em um valioso registro de nossa arte e arquitetura colonial e, na época em que foram produzidos, serviram de receituário de modelos e de detalhes para os projetos neocoloniais.

Contudo, as obras de Ricardo Severo que seguiam o estilo “tradicionalista” defendido por ele, não reproduziam as tradições brasileiras. Seus projetos, sobretudo os residenciais, apresentavam maiores semelhanças com os edifícios tradicionais portugueses, e não com os brasileiros. É necessário ressaltar que a arquitetura colonial no Brasil recebeu influências diretas de Portugal, mas as obras produzidas aqui não eram idênticas às daquele país europeu, de modo que apresentavam as suas peculiaridades locais. Diante disso, autores como Carlos Lemos (1979) ressaltam a semelhança das obras de Severo com as mansões e demais construções portuguesas, em detrimento de uma aproximação maior com as obras coloniais e tradicionais brasileiras. Essa crítica pode ser reforçada ao se observar que também em Portugal existiram arquitetos, e demais profissionais ligados à construção civil, que defendiam uma maior valorização de sua arquitetura tradicional. A publicação “Edificações” da Biblioteca de Instrução Profissional, que circulou por Portugal e também pelo Brasil na primeira metade do século XX, traz, dentre outras informações, exemplos de edifícios que poderiam ser tomados como exemplos. Essa seção é introduzida por algumas observações, sendo que, no que diz respeito às obras residenciais, é dado destaque às características das obras portuguesas tradicionais que são apresentadas na sequência da publicação.

Nos exemplos de casas que vamos apresentar contam-se algumas projectadas e construídas por artistas nacionais, sôbresaindo nessas construções de variado aspecto, alguns dos mais notáveis motivos da nossa arquitectura, por tanto tempo esquecida e mal apreciada entre nós. Nas suas linhas gerais e nas minúcias dos seus motivos essas casas avantajam-se em muito aos inúmeros modelos copiados do estrangeiro, que pejam as ruas das nossas principais cidades. (BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL, [19--?]a, p.154)

Percebe-se, por essas palavras, que havia, também em Portugal, uma tendência a se valorizar a arquitetura tradicional e, através da observação dos projetos

apresentados nessa publicação, é possível constatar uma semelhança formal com os projetos executados por Ricardo Severo aqui no Brasil.



FIGURA 73: [Residência de Numa de Oliveira, São Paulo (SP), projetada por Ricardo Severo para o escritório de Ramos de Azevedo]
Fonte: LEMOS, Carlos, 1979, p. 131.

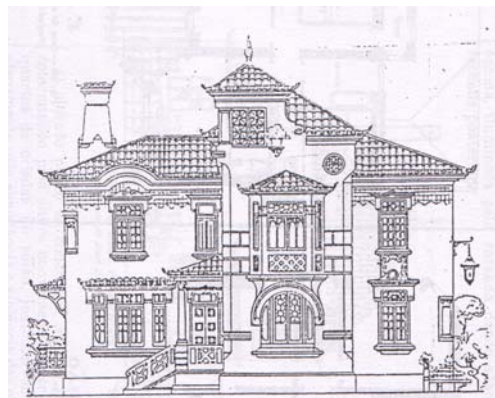


FIGURA 74: [Fachada principal de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]
Fonte: BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL, [19--?]a, p. 162.

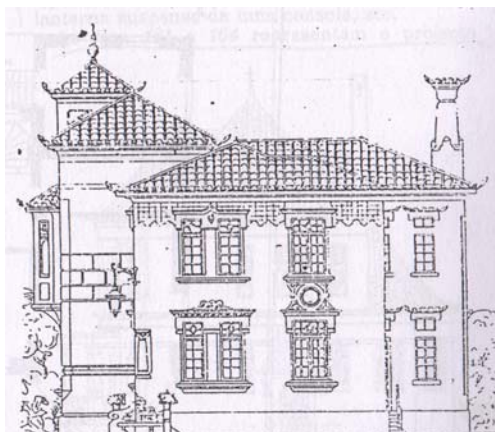


FIGURA 75: [Fachada lateral de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]
Fonte: BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL, [19--?]a, p. 163.

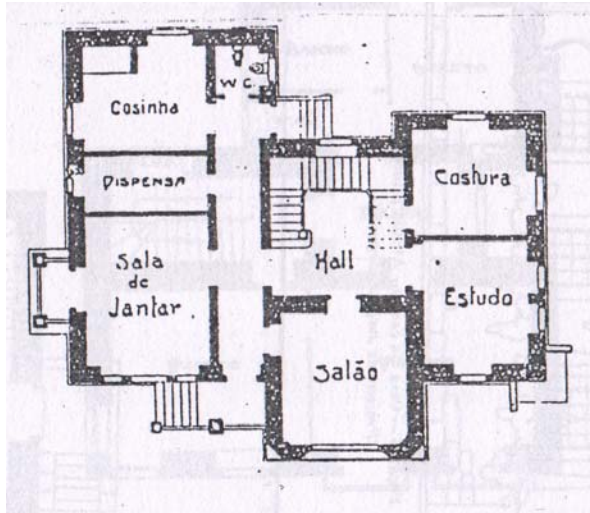


FIGURA 76: [Planta do pavimento térreo de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]
 Fonte: BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL, [19--?]a, p. 164.

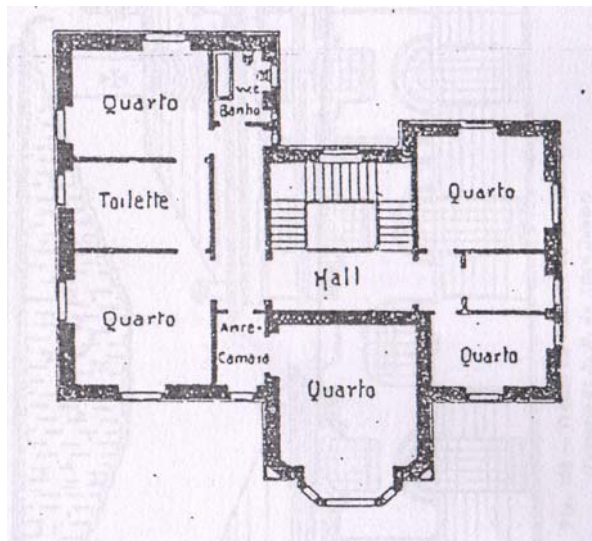


FIGURA 77: [Planta do primeiro pavimento de casa projetada por Antônio Rodrigues da Silva Junior, Portugal]
 Fonte: BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL, [19--?]a, p. 165.

Esse projeto do arquiteto e engenheiro português Antônio Rodrigues da Silva Junior (1868-1937), exposto nessa publicação da Biblioteca de Instrução Profissional ([19--?]a), apresenta uma solução em planta semelhante à observada nas obras brasileiras do mesmo período. Contudo, tal proximidade não deve ser confundida com a mesma influência exercida por essa arquitetura nos aspectos formais e decorativos nas obras de Ricardo Severo. Essas semelhanças nas características das soluções em planta devem-se antes a uma influência européia, sobretudo francesa, do tempo do ecletismo, que introduziu o vestíbulo ou *hall* nos lares

brasileiros, modificando o sistema de circulação, ao mesmo tempo em que instituiu novas possibilidades de técnicas construtivas e tecnológicas, que permitiram aos arquitetos mais possibilidades de experimentações dos espaços nos projetos, tratando as obras do ponto de vista tridimensional.

Sobre a obra tradicionalista de Ricardo Severo há ainda uma dura crítica feita por autores brasileiros. Esses identificam uma grave incoerência entre o discurso do arquiteto e a sua prática, no que diz respeito à consideração e real valorização das obras coloniais brasileiras. Segundo Carlos Lemos (1989a), Severo desenvolveu um projeto para a Faculdade de Direito que destruía o convento franciscano de São Paulo, o qual constituía um importante conjunto colonial seiscentista juntamente com as igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira. No projeto do arquiteto, estava previsto um edifício neocolonial que, além de destruir o antigo convento, desrespeitou as relações de escala existentes no conjunto original, comprometendo de forma decisiva as características do colonial original. Assim, ressalta-se mais uma vez que o compromisso desse arquiteto, e de muitos outros que praticavam o novo estilo, não estava relacionado de forma profunda com as características originais da arquitetura colonial. O que se verificava, na maioria dos casos, era a construção de novas edificações que incorporavam elementos decorativos retirados de exemplares arquitetônicos do período colonial, sobretudo das igrejas. As relações de escala e a simplicidade das edificações residenciais não foram reproduzidas, nem tomadas como referência.

A disseminação desse estilo contou também com a contribuição de Victor Dubugras, que foi convidado pelo então prefeito de São Paulo Washington Luís Pereira de Souza (1869-1957), em 1915, para realizar uma série de visitas pelo interior do estado com o intuito de estudar e reconhecer a arquitetura bandeirante, tradicional daquela região. Através desses estudos, Victor Dubugras criou uma série de detalhes inspirados na arquitetura colonial, mas que, na realidade não existiam na nossa tradição, constituindo-se em repertório inventado pelo arquiteto, mas que foi largamente utilizado por ele, além de servir de modelo para tantos outros arquitetos, mestres-de-obras, construtores e pelas pessoas comuns que construía suas próprias casas. Tal situação reforça a crítica de que a arquitetura neocolonial pouco trazia de referências verdadeiramente coloniais brasileiras. Essas obras constituíam-

se, na maioria dos casos, em invenções e novas composições que se utilizavam de um vocabulário de elementos decorativos (copiados da tradição colonial ou simplesmente inventados) executados sem maiores cuidados e atenções a alguma regra de composição que estivesse apoiada na arquitetura colonial brasileira.

A obra neocolonial de Victor Dubugras foi caracterizada pela experimentação, mas, segundo Reis Filho (2005) toda a produção desse arquiteto pode ser caracterizada por experimentações e pesquisas em relação aos aspectos formais sempre vinculados a estudos relacionados aos aspectos construtivos. Nesse sentido, a produção neocolonial desse arquiteto era caracterizada por sua especificidade, uma vez que ele buscava novas possibilidades de soluções através do uso de técnicas tradicionais, o que o levou a invenções a partir de elementos tradicionais, constituindo um repertório novo, que não repetia nem copiava as obras coloniais, mas buscava nelas as suas referências.

O Neocolonial de Dubugras era sem dúvida muito peculiar. Sua preocupação central era que a arquitetura revelasse a racionalidade possível no uso das técnicas construtivas correntes. Não as dos grandes edifícios na área central ou das obras de maior porte, em concreto armado, mas as técnicas construtivas das residências comuns. E, nesse processo, seu Neocolonial apresentava paredes com tijolos e pedras aparentes. Tais soluções, devemos repetir, nada tinham a ver com a arquitetura do Período Colonial. (REIS FILHO, 2005, p. 82)



FIGURA 78: [Fachada da residência para a Baronesa de Arari, São Paulo (SP), 1916, projeto de Victor Dubugras]
Fonte: REIS FILHO, 1997, p. 114.

Dubugras buscava sempre trabalhar com os materiais e as técnicas de modo racional, com o objetivo de que seus projetos refletissem a verdade construtiva da obra. Assim, ele trabalhava com as técnicas construtivas livremente, experimentando as suas possibilidades, ao mesmo tempo em que os detalhes e as características ornamentais apareciam em conjunto com as soluções adotadas do ponto de vista construtivo. Diante disso, as pesquisas, estudos, e as obras desse arquiteto foram determinantes para o desenvolvimento da arquitetura brasileira, pois instituíram novas possibilidades e valorizavam a experimentação, que promoveu avanços importantes.

Segundo Reis Filho (1997, p.27) “Victor Dubugras foi o grande precursor do Modernismo no Brasil e do uso do concreto com objetivos de modernização e racionalização do projeto arquitetônico”. Sua obra transitou por vários estilos, tendo trabalhado com o ecletismo, com o neocolonial, além de experimentações com o art-nouveau e com os primórdios de uma estética moderna. Contudo, a importância maior de seu legado consiste na maneira como ele trabalhou as suas obras, sempre enfatizando o projeto arquitetônico, buscando boas soluções espaciais combinadas com boas propostas construtivas.

O período do ecletismo no Brasil inaugurou uma série de novidades e introduziu no país não apenas um novo estilo e inovações tecnológicas, mas também novos materiais e técnicas que proporcionaram novas possibilidades construtivas, ao mesmo tempo em que trouxe também profissionais e um novo “saber fazer” que instituíram mudanças importantes na nossa arquitetura residencial. As casas passaram, assim, por mudanças importantes no século XIX, mas essas não se deveram apenas aos fatores relacionados diretamente aos aspectos construtivos. Situações como a Abolição da Escravatura instituíram uma nova ordem social não só nas lavouras das fazendas, mas também nos lares brasileiros, que passariam a se organizar de forma independente dessa mão-de-obra, substituída por empregados remunerados ou pelos próprios moradores.

As mudanças na organização espacial interna das casas, nas novas técnicas e tecnologias relacionadas à construção, além das transformações gerais pelas quais

passou o país nesse século, foram determinantes para o desenvolvimento da arquitetura brasileira e para o estabelecimento das bases e das condições fundamentais para o surgimento de novas possibilidades para a arquitetura discutidas no século XX. O ecletismo, assim, constituiu-se em uma importante etapa da arquitetura brasileira, que introduziu e elaborou transformações de grande relevância para as construções e para os modos de vida das pessoas.

4 A CASA EM BELO HORIZONTE – PRIMEIRAS DÉCADAS

O século XIX foi palco de uma série de transformações na sociedade brasileira, envolvendo aspectos políticos, econômicos e sociais. Tais mudanças modificaram de forma significativa o quadro do país sendo que, em Minas Gerais, esse cenário provocou o ressurgimento das ideias de transferência da capital para uma nova localidade, fato que contribuiu para que as raízes neoclássicas e, sobretudo, o ecletismo entrassem com mais força no estado. A construção da nova capital introduziu um novo tempo em Minas, que se viu conectada de forma mais decisiva com as novidades já verificadas em outros centros do país. Assim, as transformações não se restringiram apenas aos aspectos urbanísticos, estendendo-se para o campo da arquitetura, das artes e também do modo de vida, o qual se viu influenciado por novas modas e costumes. As casas, dentro dessa dinâmica, apresentaram papel determinante, pois os aspectos relacionados à sua construção também foram motivo de estudos e figuraram nos planos e projetos da nova capital. Além disso, essas moradias refletiram a maneira como as novidades foram incorporadas pelos moradores, evidenciando, ao mesmo tempo, quais aspectos tradicionais foram mantidos. Assim, um estudo sobre essas casas pode auxiliar na compreensão de como se deu o diálogo entre a modernidade e a tradição na nova capital.

4.1 Projeto e construção da cidade – influências e exigências sobre as casas

No final do século XIX, principalmente após a Proclamação da República, havia no país um desejo por mudanças mais profundas, as quais deveriam atingir pontos importantes da estrutura do Brasil. As cidades foram um dos alvos das principais discussões, pois iam ao encontro dos desejos por modernização e instituição de novas alternativas que promoveriam o progresso do país. Assim, os governos estaduais estudavam possibilidades de dotar as suas capitais com os recursos necessários para o desenvolvimento pretendido. Ao mesmo tempo, capitais tradicionais, como o caso de Ouro Preto em Minas Gerais, por exemplo, além de apresentarem empecilhos de ordem estrutural para os avanços almejados, estavam por demais carregadas de referências antigas, vinculadas ao tempo da colônia e ao tempo do Império. Essa situação, em Minas, fez com que os antigos desejos de mudança da capital ganhassem novos estímulos. Tal ideia já circulava pela província

desde a Inconfidência Mineira, sendo verificadas diversas novas tentativas de transferir a capital para uma outra localidade de Minas em vários momentos do século XIX. Contudo, além da forte resistência dos ouro-pretanos em relação a tal projeto, a situação política do país no período do Império representava um dos principais entraves para o avanço dessa proposta. O fato de o Brasil ser governado por um imperador dificultava um empreendimento dessa natureza, tendo em vista que tal ideia não havia partido do rei, mas sim do governo da província (ver BARRETO, A., 1995). Nesse sentido, a conjuntura política nacional não favorecia o florescimento de tais projetos.

Entretanto, com a Proclamação da República, a ideia é colocada em discussão novamente. Os partidários da mudança divulgavam as suas pretensões ao passo que já se especulavam possíveis localidades para onde poderia ser transferida a sede do governo de Minas. Em 1891, uma lei decide pela formação de uma ou mais comissões para estudar cinco locais candidatos à nova capital: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora. O presidente do estado, Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909), eleito em 1892, decide nomear o engenheiro Aarão Reis (1853-1936) para coordenar esses estudos e trabalhos. O desenvolvimento de tal tarefa deveria seguir um conjunto de instruções que haviam sido aprovadas pelo governo em dezembro daquele ano, sendo que os resultados deveriam ser apresentados ao Congresso, em uma reunião que ocorreria no ano seguinte, em 1893. O engenheiro teria ainda que realizar um relatório reunindo todos os estudos desenvolvidos, além de apresentar uma conclusão a respeito de qual seria a melhor opção para a instalação da nova capital (ver BARRETO, A., 1995).

Aarão Reis começou logo os trabalhos necessários, reunindo os profissionais que julgava fundamentais para a realização dos serviços que envolveram análises de diversas naturezas. Foram estudados aspectos topográficos, o clima, o solo, o subsolo, características relacionadas às águas (como qualidade das mesmas e sua disponibilidade), além de análises a respeito das condições de saneamento, recursos disponíveis para a realização das novas construções, dentre outros. Todos os resultados e as conclusões obtidas foram reunidos em um relatório que, segundo Abílio Barreto (1995), foi entregue ao governo do estado em 16 de junho de 1893. Ao final desse relatório, Aarão Reis apresentou uma conclusão geral, em que

expressava a sua opinião a respeito das potencialidades e dos inconvenientes de cada localidade diante do objetivo de receber a nova capital do estado. O engenheiro descartou Barbacena, Paraúna e Juiz de Fora, manifestando, porém, uma dúvida entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal alegando que ambas apresentavam boas condições para o empreendimento.

4º) entre a *Várzea do Marçal* e o *Belo Horizonte* é difícil a escolha. Em ambas, a nova cidade poderá desenvolver-se em ótimas condições topográficas, em ambas, é fácil o abastecimento de água a instalação dos esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção em geral, e se, na atualidade a *Várzea do Marçal* representa melhor o *centro de gravidade* do *Estado* e acha-se já ligada, por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui a algumas dezenas de anos *Belo Horizonte* melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro.

É, porém, de notar que na *Várzea do Marçal* há muito maior área de terrenos devolutos dentro do próprio perímetro da futura cidade, e a execução das obras indispensáveis à instalação desta exigirá menor dispêndio, acrescentando que, em *Belo Horizonte*, será mister, desde logo, construir *um ramal férreo de 15 quilômetros*, ligando-a à *Estrada de Ferro Central do Brasil*. (REIS, 1893 *apud* BARRETO, A., 1995, p. 396).

Aarão Reis decide, então, por Várzea do Marçal. Contudo, o Congresso, reunido em Barbacena, acaba decidindo pela mudança da capital para Belo Horizonte, após alguns debates. Logo depois, no dia 17 de dezembro de 1893, é promulgada a Lei n. 3, adicional à Constituição, que apresenta a redação final do projeto. Esse estabelece que a mudança da capital deveria ser realizada dentro do prazo máximo de quatro anos, a contar da data da promulgação daquela Lei. Além disso, apresenta outras decisões, como, por exemplo, a autorização ao governo para executar as desapropriações necessárias, bem como a concessão de terrenos para os funcionários públicos que precisavam residir na capital do estado. (Ver Anexo A).

As atividades relacionadas à construção da nova capital têm início logo em seguida, tendo em vista a brevidade do prazo que foi concedido para a realização de tamanho empreendimento. Para organizar e dirigir a Comissão Construtora da nova capital, o presidente do estado, Afonso Pena, convida Aarão Reis, que aceitando o convite, vai para Belo Horizonte, ainda em janeiro de 1894, e toma as primeiras providências para a instalação da Comissão e de seus membros que deveriam se transferir para a localidade. Em 14 de fevereiro de 1894 é promulgado o Decreto n. 680 criando a Comissão Construtora além de apresentar os regulamentos dos

serviços a serem realizados. É aprovado também um outro decreto que nomeava o engenheiro Aarão Reis para chefe da Comissão (ver BARRETO, A., 1996).

A Comissão se instala em Belo Horizonte em março de 1894, e logo se iniciam os trabalhos, dentre eles, os relativos à implantação de um ramal férreo ligando a nova capital à Estrada de Ferro Central do Brasil. Esse empreendimento era de fundamental importância para o andamento das obras, tendo em vista a necessidade de uma melhor comunicação entre Belo Horizonte e as demais regiões do estado e do país, sobretudo no que dizia respeito ao transporte de materiais para as novas construções. Assim, Aarão Reis encarou essa questão como uma de suas prioridades, sendo que no dia 1º de fevereiro de 1895 era colocada a pedra fundamental da Estação de General Carneiro, localizada na foz do Ribeirão Arrudas, no Rio das Velhas, em um entroncamento do ramal férreo que fazia a ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil com a nova capital (ver BARRETO, A., 1996). Nesse mesmo dia, abria-se também o tráfego de trens por aquele ramal, sendo possível a chegada e a partida de passageiros e cargas. Além disso, o telégrafo foi inaugurado nesse mesmo dia, estabelecendo-se como mais um importante recurso que chegava a Belo Horizonte. Essas novidades eram celebradas com bastante alegria, pois, além dos benefícios práticos que traziam, elas representavam também indícios de que o progresso e a modernidade estavam chegando àquela região.

Os trabalhos da Comissão continuavam e chegou o momento em que se fazia necessário a realização das desapropriações de terrenos particulares para dar prosseguimento aos serviços. Essas foram feitas pelo engenheiro-chefe que obteve autorização do governo para negociar com os proprietários a substituição da indenização em dinheiro por lotes da nova capital, os quais não poderiam exceder um terço do terreno desapropriado (ver BARRETO, A., 1996). Contudo, as desapropriações se tornaram um assunto sério para a Comissão que teve de encarar esse pesado encargo, o qual não dizia respeito apenas à questão financeira. Havia também a situação dos antigos moradores que, por mais que tivessem recebido uma indenização, se viram diante de uma circunstância angustiosa, uma vez que teriam de deixar as suas casas e plantações, lugares que guardavam sua história e seus costumes.

Os antigos moradores do arraial Belo Horizonte construíram as suas vidas naquelas terras. Estabeleceram vínculos com o lugar e relações entre eles, de modo que as desapropriações não chegaram até eles como simples perda de patrimônio físico. As suas propriedades não diziam respeito apenas ao bem material edificado e ao pedaço de terra que era cultivado. A sua relação com o lugar ia além desses fatos, pois era ali que eles tinham construído as suas vidas. As suas casas eram os seus abrigos, locais onde eles se protegiam das intempéries, mas, ao mesmo tempo, eram nesses espaços que eles constituíram suas famílias e estabeleceram laços com as pessoas. A casa não era um edifício isolado, mas estava inserido dentro de um contexto, formava uma comunidade que havia contribuído para a construção das histórias daquelas pessoas. Por isso, a sensação de perda que aqueles moradores experimentaram ia muito além dos seus bens imóveis. Em nome da construção da nova cidade e do progresso, que viria em seu encalço, aquelas pessoas teriam que deixar para trás parte do que haviam construído e recomeçar em um novo lugar. Assim, o processo de construção da nova capital traz na sua história este fato. A modernidade pretendida para a região não admitiu continuidade com a dinâmica tradicional existente naquele local. Os planos envolviam a construção de uma nova cidade e, diante disso, os espaços antigos teriam de ser substituídos por novas obras. Assim, as desapropriações se faziam necessárias de acordo com os planos e projetos elaborados. Num primeiro momento, as edificações desapropriadas seriam destinadas aos funcionários da Comissão que iriam ocupar essas habitações pagando aluguéis ao estado; num segundo momento, esses edifícios seriam destruídos para dar lugar às novas obras.

Tendo sido realizadas todas as desapropriações, chegavam em Belo Horizonte novos funcionários da Comissão. Foram expedidas, em seguida, as Instruções Regulamentares para a realização dos serviços de cada uma das seis Divisões e suas respectivas seções. Dessas, destacam-se as atividades da 3ª seção da 3ª Divisão, cujas atribuições são expostas no Art. 15 do Capítulo II das Instruções Regulamentares:

Art.15 À 3ª seção da 3ª Divisão, a cargo do engenheiro-arquiteto, incumbirá:
§ 1º a organização de todos os projetos de edifícios, monumentos, jardins, bosques, avenidas e mais construções arquitetônicas, que tenham de ser executadas na nova capital;

§ 2º a indicação das regras arquitetônicas, que devem ser observadas nas edificações particulares;

§ 3º a organização dos tipos gerais de prédios que convenha adotar, em diversos pontos da nova cidade, para garantia do efeito artístico dos monumentos ou dos edifícios aí levantados;

§ 4º a redação da memória justificativa e descritiva de cada obra projetada, com especificação minuciosa de todos os seus detalhes. (MINAS GERAIS, 1985a *apud* BARRETO, A., 1996, p. 145)

Observa-se, por essas determinações, que havia uma preocupação em se estabelecer uma unidade na paisagem da cidade, pois todos os projetos que cabiam ao governo seriam executados pelo grupo dos funcionários dessa seção. Além disso, esses mesmos profissionais seriam responsáveis pela elaboração das regras que deveriam orientar as construções particulares, de modo que, assim, garantiriam o cumprimento de preceitos de higiene e salubridade, mas, ao mesmo tempo, poderiam estabelecer exigências para se certificar de que a paisagem da nova cidade seria construída dentro dos princípios que eram considerados prioritários. A atribuição apresentada no § 3º do Art. 15 também evidencia uma intenção de cuidado com a paisagem da cidade, pois manifesta uma preocupação com o efeito artístico tanto das edificações, quanto dos monumentos. Observa-se que tudo culminava para a criação de belos cenários e belas paisagens, mas que precisavam de uma supervisão para serem garantidos.

Da mesma forma, a 2ª seção da 6ª Divisão também apresentava atribuições semelhantes, uma vez que ficaria responsável pela execução das obras de edificações públicas e fiscalização das construções particulares, garantindo assim o atendimento às regras e exigências estabelecidas pela 3ª seção da 3ª Divisão.

Art. 22. À 2ª seção da 6ª Divisão incumbirá:

§ 1º a construção dos edifícios públicos;

§ 2º a fiscalização das edificações particulares, velando pela observância dos regulamentos, tipos e mais condições higiênicas, arquitetônicas e sanitárias que forem adotadas. (MINAS GERAIS, 1985a *apud* BARRETO, A., 1996, p. 147).

Além dessas atribuições estabelecidas pelas Instruções Regulamentares, Aarão Reis definiu também especificações gerais para a execução dos serviços da 2ª seção da 6ª Divisão. Essas envolviam orientações a respeito dos trabalhos preparatórios (como movimento de terras, por exemplo), da execução das

fundações, das alvenarias das paredes, das argamassas, dos madeiramentos, das esquadrias, dentre outros.

Os trabalhos de todas as Divisões seguiam em desenvolvimento e, no dia 11 de janeiro de 1895, era expedido o Decreto n. 803 cujo texto apresentava um regulamento que versava sobre diversos pontos, entre os quais se destacam os referentes à planta da nova capital. Neste regulamento, ficava determinado que a planta da cidade deveria apresentar a indicação dos terrenos destinados aos edifícios públicos assim como a demarcação dos lotes que seriam reservados para os funcionários públicos, para os proprietários de casas em Ouro Preto e para os antigos moradores de Belo Horizonte que, nas negociações das desapropriações, optaram por terrenos na nova capital. Os funcionários e os proprietários de Ouro Preto receberiam seus lotes, escolhidos através de sorteio, e teriam que realizar as construções de suas casas no prazo máximo de dois anos. Essas teriam de ser edificadas dentro das exigências relacionadas às futuras construções da nova capital (ver BARRETO, A., 1996).

Da mesma forma, as pessoas que adquirissem lotes através da compra por meio das hastas públicas que seriam organizadas, também teriam que atender a algumas exigências que, se não fossem cumpridas, implicariam na caducidade da venda, de modo que o dono perderia a propriedade do terreno.

Art. 27. O adquirente de lote, nos termos deste regulamento, além de sujeitar-se às regras de construção, higiene e segurança dos prédios que forem posteriormente estabelecidas, ainda se sujeitará por declaração expressa no respectivo título de venda, às seguintes cláusulas:

“1ª) O adquirente de lotes para prédios urbanos os edificará dentro de prazo fatal de quatro anos, contados da data do respectivo título de compra, cercando porém a frente com muro ou jardim e fazendo o passeio na rua dentro de dois anos, contados da mesma data; e quando os lotes sejam contíguos, até o número de três, poderá fazer uma só edificação ou casa, mas com a obrigação de cultivar flores, árvores frutíferas, hortaliças, pelo menos na metade de todo o terreno.”

“2ª) O adquirente de lotes para prédios suburbanos os edificará também dentro do prazo fatal de quatro anos, contados da data do respectivo título de compra, cercando, porém todo o terreno com arame farpado ou muro, dentro do prazo de um ano, contado da mesma data; e quando os lotes sejam contíguos poderá fazer uma só edificação ou casa, mas com a obrigação de cultivar efetivamente, pelo menos, a metade de todo o terreno.” (MINAS GERAIS, 1895c apud BARRETO, A., 1996, p. 237).

Pelo exposto no Art. 27, observa-se que tais exigências também contribuíam para a conformação da paisagem da nova cidade. Essas determinações, além de exigirem a obediência às regras e preceitos relacionados à higiene, construção e segurança, proporcionavam a criação de áreas verdes particulares. Assim, as autoridades buscavam controlar e orientar a construção da paisagem, impedindo um adensamento excessivo e indesejável, ao mesmo tempo em que buscavam proporcionar um pouco mais de qualidade ambiental para a cidade, através de exigências dessas áreas verdes nos casos das propriedades maiores.

Os funcionários e proprietários de Ouro Preto também obtiveram um estímulo em relação ao estabelecimento de áreas verdes particulares, pois, apesar de terem recebido apenas um lote, eles obtiveram um incentivo para a aquisição de um terreno adjacente ao que tinham recebido. A Comissão, ao organizar o sorteio dos lotes (destinados aos funcionários e proprietários de Ouro Preto) e as posteriores hastas públicas, teve o cuidado de reservar os terrenos contíguos aos que foram sorteados. Estes lotes não seriam disponibilizados na primeira concorrência, ficando reservados, num primeiro momento, para os funcionários e proprietários ouro-pretanos que tivessem interesse na compra de mais um lote, o qual poderia ser aproveitado para a implantação de jardins e demais ambiências externas. Tal providência contribuiu para a conformação das casas que foram edificadas em seguida, pois várias delas contavam com jardins laterais implantados em lotes adjacentes aos que haviam sido designados para a edificação das moradias. Esses jardins, verificados em várias propriedades das primeiras décadas da nova capital, constituíram-se em uma das principais características das casas daquele período, como se verá mais adiante.

A planta da nova capital foi concluída, segundo Abílio Barreto (1996), no dia 23 de março de 1895 tendo sido apresentada ao governo para a devida aprovação. O engenheiro-chefe apresentou ainda um ofício, no qual expressava as suas intenções e esclarecimentos a respeito da planta elaborada. De acordo com Aarão Reis, a nova cidade seria organizada em três zonas distintas: urbana, suburbana e rural. A primeira apresentaria quarteirões de 120mx120m, os quais seriam organizados dentro de uma malha viária formada por ruas que se cruzariam em ângulo reto, além das largas avenidas, que cortariam as ruas em ângulos de 45°. Essa zona seria

circundada por uma avenida que delimitaria seu perímetro sendo que, para além de seus limites, se encontraria a zona suburbana, que apresentaria quarteirões mais irregulares, lotes de áreas diferentes uns dos outros e ruas mais estreitas do que as previstas para a zona urbana. Já a zona rural ficaria ao redor dessa zona suburbana e contaria com propriedades destinadas à lavoura (ver BARRETO, A., 1996).

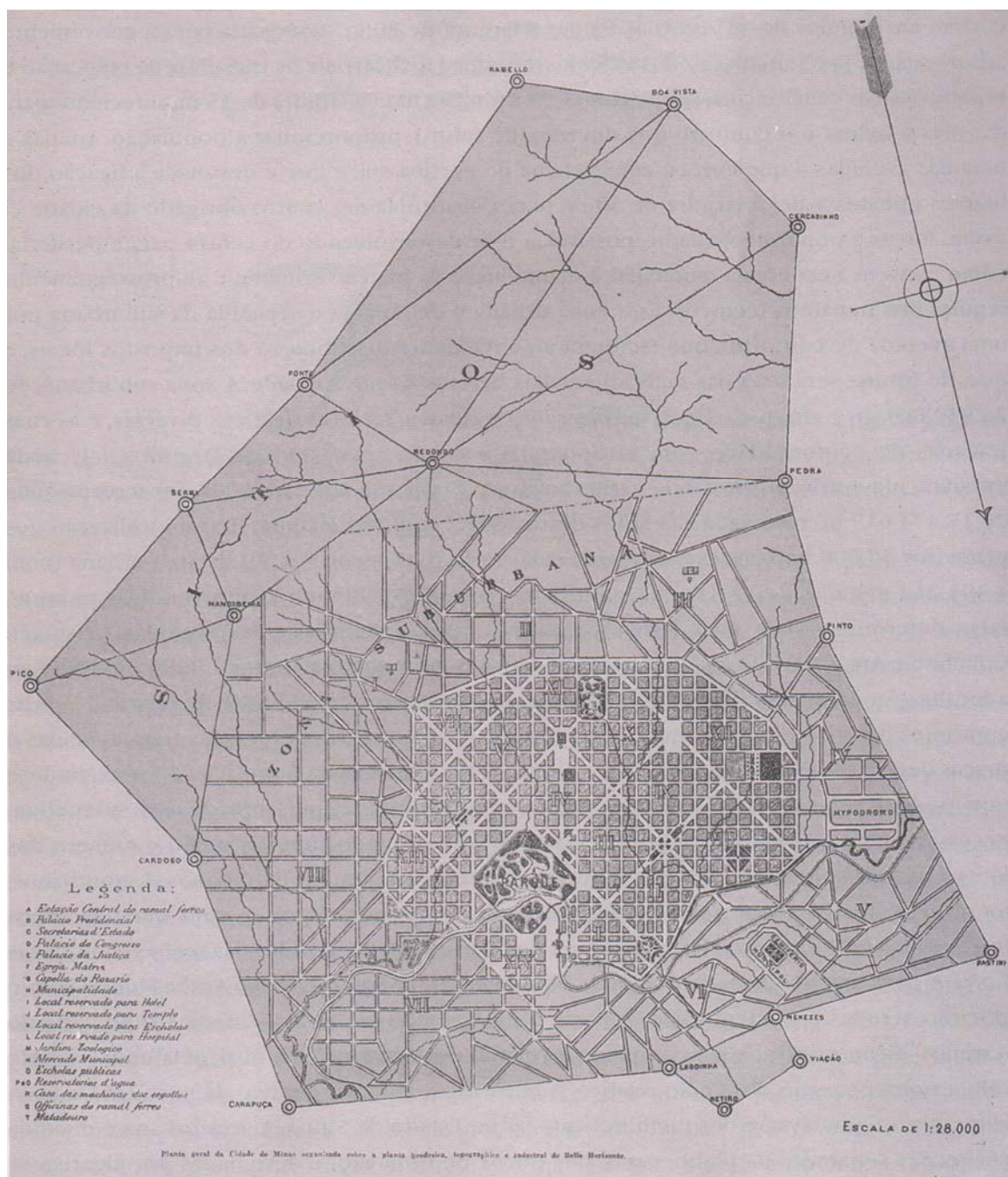


FIGURA 79: Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte
 Fonte: BARRETO, A., 1996, p.252.

Esse zoneamento apresentava uma hierarquia bem definida e reforçada pelas diferenças estabelecidas entre as três zonas. A área urbana deveria receber o centro administrativo, as atividades comerciais e as primeiras residências das pessoas importantes que viriam de Ouro Preto. Nesse sentido, era a zona de maior destaque no contexto da nova cidade, de modo que recebeu um tratamento diferenciado, como fica evidente pelas distinções entre o seu traçado e o verificado nas demais zonas. Segundo Celina Lemos (1998, p. 83)

Através de uma integração da malha ortogonal, definida pelas ruas, e da malha diagonal, definida pelas avenidas, o autor reiterou o urbanismo moderno neoclássico. A criação de eixos monumentais, hierarquizados topograficamente e em termos de usos, remete o traçado da nova capital tanto ao plano urbanístico de Washington, quanto à remodelação de Paris. Na busca de perfeita eficácia perspéctica e funcional, um estudo detalhado da topografia local previu uma organização localizacional e estética estrategicamente distribuída no espaço. Acompanhando a ordem e o racionalismo da concepção espacial e ocupacional, o positivista Aarão Reis, como interventor do espaço, e os especialistas que integravam a Comissão atuavam como técnicos e higienistas sociais e políticos. Viam o meio-ambiente como responsável pela saúde do corpo social e de cada indivíduo – idéias aplicadas nos projetos de saneamento, iluminação, sistema viário e de transporte, objetivando boas condições de vida, conforto e beleza da cidade.

Estes aspectos, relacionados à zona urbana, evidenciavam as pretensões dos construtores da nova capital, que ansiavam pela criação de uma cidade moderna, e que seria um dos principais referenciais para a nova ordem que surgia no cenário nacional. Segundo Celina Lemos (1998), havia a intenção de se estabelecer um novo *modus vivendi* e, nessa dinâmica, o papel do urbanismo e da arquitetura seria determinante.

Entretanto, a hierarquia estabelecida no plano da nova capital não dotava a cidade de características homogêneas. Havia diferenças significativas entre as três zonas, o que introduzia, desde já, o elemento de segregação na nova cidade. Os cuidados implementados no projeto da zona urbana não foram observados da mesma maneira na zona suburbana, a qual não recebeu o mesmo tratamento no planejamento de seu traçado. Esta zona seria destinada à ocupação de chácaras e outras propriedades do gênero e, segundo Salgueiro (1987) não recebeu a mesma infra-estrutura implantada na zona urbana. Essa autora ressalta ainda as críticas que foram feitas, na segunda metade do século XX, em relação ao plano de Aarão Reis,

destacando o fato de não terem sido previstas áreas para ocupação da população de baixa renda. Outro ponto ressaltado por Salgueiro (1987) diz respeito às diferenças entre as zonas, o que acabou influenciando na valorização dos terrenos das mesmas, interferindo, assim, na dinâmica da ocupação da cidade. Segundo a autora

Os lotes da zona urbana tornam-se supervalorizados, inacessíveis à maioria da população. Nos primeiros anos o povoamento é difuso, com grandes vazios entre as construções das ruas e avenidas, quase desertas e sem calçamento. (SALGUEIRO, 1987, p.112).

Diante disso, a ocupação na nova cidade não seguiu o previsto no plano de Aarão Reis, que pretendia um crescimento orientado no sentido centro-periferia. O engenheiro, ao apresentar a planta, manifestou a intenção de que os primeiros habitantes ocupassem apenas duas das seções da zona urbana e duas das seções da zona suburbana (ver BARRETO, A., 1996). Contudo, não foi exatamente desse modo que ocorreram as primeiras ocupações.

As características da planta da nova cidade, sobretudo da zona urbana, contribuíram, ainda, para a conformação das edificações particulares, especialmente as moradias, que seriam construídas em lotes que apresentavam pequena dimensão na sua face frontal, cerca de 10m, e grande extensão na face que definia a sua profundidade (cerca de 50m). Diante disto, Salgueiro (1987) afirma que estes terrenos acabaram condicionando a implantação das casas, as quais apresentavam partidos caracterizados pelo desenvolvimento da planta em profundidade, restando poucas opções de modificações nessa estrutura básica. A possibilidade de adquirir um terreno adjacente para a implantação de um jardim permitia a criação de uma área externa integrada à varanda. Porém, as características fundamentais das plantas das casas não se modificavam.

As atividades da Comissão prosseguiram e, no dia 15 de abril de 1895, o governo estadual promulgou o Decreto n. 818, o qual contava também com um regulamento que trazia as normas estabelecidas para a construção das habitações dos funcionários públicos. Nesse regulamento ficava definido que os tipos de casas a serem construídos corresponderiam aos salários de cada funcionário, sendo o valor

da casa descontado de seus pagamentos em parcelas que poderiam ser divididas em 10, 15, 20, 25 e 30 anos, com juros de 5% ao ano em qualquer uma das opções de parcelamento. (Ver Anexo B).

Esse regulamento foi alterado pelo Decreto n. 849, de 29 de agosto de 1895 (ver Anexo C), período em que a Comissão já se encontrava sob o comando de Francisco de Paula Bicalho (1847-1919) tendo em vista que Aarão Reis havia pedido exoneração do cargo, a qual lhe foi concedida em maio de 1895. Esse, ao deixar as suas atividades de engenheiro-chefe da Comissão Construtora da nova capital, apresentou um relatório ao governo estadual, no qual registrava tudo o que havia sido feito, enquanto os trabalhos daquela Comissão se encontravam sob sua chefia. Dentre os pontos apresentados, destacam-se os referentes à 3ª seção da 3ª Divisão. Segundo Aarão Reis, essa seção havia desenvolvido os projetos de diversas construções públicas, além dos projetos dos tipos de casas para os funcionários públicos. Contudo, as obras de tais habitações ainda não haviam sido iniciadas, tendo em vista que a descrição das atividades da 2ª seção da 6ª Divisão (responsável pela execução das obras públicas e fiscalização das particulares) não aponta nenhuma atividade relativa à construção das casas (ver BARRETO, A., 1996).

A Comissão Construtora é então reorganizada sob a chefia do engenheiro Francisco Bicalho, que estabelece uma nova estrutura de organização dos trabalhos, os quais ficariam distribuídos em 10 Divisões. Dessas, destacam-se as atividades da 10ª Divisão, a qual ficaria responsável pelas construções das casas particulares para funcionários, que seriam executadas pelo governo e depois pagas pelos seus respectivos proprietários.

Os serviços prosseguiram e as atividades para a construção do ramal férreo que ligaria a Estação de General Carneiro à Belo Horizonte foram concluídas na segunda metade do ano de 1895. Essa obra tinha uma grande importância para a Comissão, pois agilizaria ainda mais o transporte dos materiais necessários às construções. Sua instalação tinha grande valor e significado para os moradores de Belo Horizonte, pois os trens não traziam apenas recursos materiais para as novas

obras, mas transportavam também as pessoas, além de trazerem notícias e outros tipos de bens que as pessoas poderiam consumir.

Com o papel de estabelecer a ligação entre Belo Horizonte e outras cidades, a Estação da Central do Brasil teve seu projeto aprovado em 1895. Este foi idealizado por José de Magalhães e implantado no Centro Comercial, na Praça Rui Barbosa, que logo se transformou em “Praça da Estação”. Como lugar de chegada de pessoas e coisas, acaba por transportar o sonho do “infinito artificial” que integra a cidade de então. É o lugar marcado da chegada do espetáculo, dos labirintos da esperança e do desalento. Como fantasmagoria do novo, a Estação é o marco de uma nova era para a Capital, viabilizando a chegada e circulação de produtos industrializados. Ao mesmo tempo, suas máquinas sofisticadas materializam a própria chegada do progresso. (LEMOS, Celina, 1998, p. 101)

À medida que a cidade ia sendo construída, ela ganhava novos ares, novas perspectivas diante das inovações que chegavam. A ferrovia, nesse sentido, era peça fundamental dessa dinâmica, pois era através dela que chegavam tais novidades e recursos para a realização das obras que marcariam um novo tempo para Minas Gerais. Assim, o edifício dessa estação também deveria ser erigido dentro dos preceitos mais modernos do período que, no caso, correspondiam ao ecletismo.

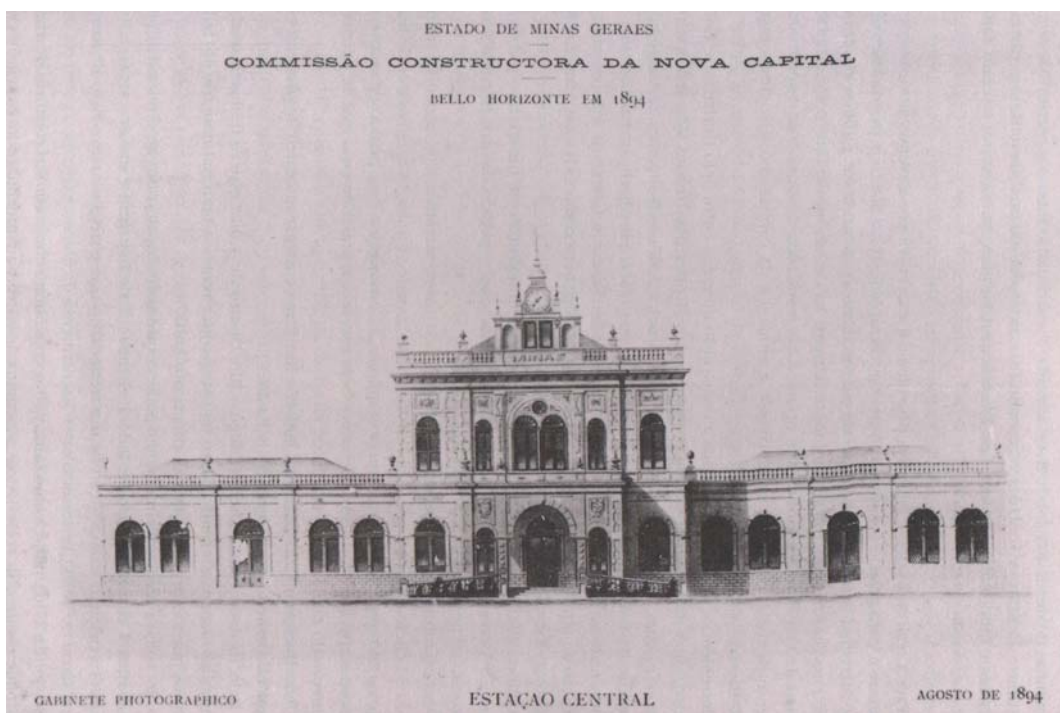


FIGURA 80: A Estação de Minas que se construiu nos primeiros dias da cidade e mais tarde foi demolida para, em seu lugar, se construir a atual
Fonte: BARRETO, A., 1996, p.361.

Esse estilo orientou os projetos de praticamente todas as edificações importantes da nova capital. Segundo Celina Lemos (1998), a nova cidade apresentava um traçado neoclássico e um repertório arquitetônico eclético e, nesse sentido, representava um marco para Minas Gerais, uma vez que se tornou a responsável pela entrada oficial do ecletismo no estado. Até então, as experiências neoclássicas e ecléticas observadas nas demais cidades de Minas eram tímidas. Vasconcellos (2004a) afirma que, em Minas Gerais, a arquitetura não apresentava indícios de uma influência mais significativa dos novos preceitos que orientavam as novas construções em outros centros importantes do Brasil no século XIX. Segundo ele, em Minas existiram apenas adaptações criadas a partir das novidades que chegavam às cidades, incorporando detalhes como grades de ferro e guilhotinas de vidro, por exemplo.

É certo que em algumas localidades mineiras existiram edificações que foram erigidas de acordo com os princípios estéticos trazidos tanto pela Missão Francesa, quanto pelos arquitetos e demais profissionais que difundiram o ecletismo no Brasil na segunda metade do século XIX. Contudo, destaca-se que tais construções em Minas ocorreram em número inferior ao verificado em outros locais como Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, embora não se possam generalizar as observações a respeito da inexistência de obras neoclássicas e ecléticas em Minas, anteriores a construção da nova capital, não se deve também desconsiderar a raridade dessas construções. Nesse sentido, reforça-se a importância de Belo Horizonte como um novo centro irradiador dessas novidades para todo o estado.

Os edifícios públicos foram construídos por profissionais que traziam referências diversas. Dentro da equipe responsável pelos projetos, havia aqueles que trabalhavam sob a influência de instituições como a *École des Beaux-Arts*, além dos profissionais estrangeiros que também traziam as influências arquitetônicas e artísticas de seus países. Em Belo Horizonte, destacava-se a presença de italianos, os quais ocuparam diversas funções nos processos de construção da cidade. Havia tanto os profissionais especializados, como arquitetos, construtores, escultores e pintores, quanto operários mais simples, que trabalhavam diretamente na construção. Assim, também em Belo Horizonte se verificava a forte presença do

elemento estrangeiro na concepção das novas construções, a qual se verificava tanto na execução dos projetos, quanto na realização das obras.

As construções demandavam ainda uma série de materiais importados, o que reforçava ainda mais a influência européia característica do ecletismo no Brasil. Para a concretização dos planos e projetos para a nova capital, fez-se necessário providenciar a vinda de profissionais qualificados e com experiência nos preceitos da nova estética, bem como dos materiais e manuais práticos que traziam orientações sobre aspectos relacionados, sobretudo, à ornamentação e acabamento. Observa-se, assim, uma intenção clara em romper com a estética anterior, marcada pelas características do período colonial. Tudo na nova capital haveria de ser novo e moderno, além de simbolizar o progresso. Entretanto, o país ainda não se encontrava em uma situação que lhe permitisse providenciar todos os meios necessários para a concretização plena desses anseios. Nesse sentido, verifica-se essa situação caracterizada por uma forte ligação de referência e de dependência da Europa, uma vez que o Brasil ainda não tinha condições de produzir os materiais industrializados necessários para as novas construções. Além disso, o desejo por se aproximar cada vez mais dos principais centros culturais e artísticos do mundo ocidental estimulou uma forte busca por referências nos estilos europeus, sobretudo os franceses. Assim, as importações transcendiam o domínio dos bens de consumo e avançavam cada vez com mais força sobre os bens imateriais relacionados a aspectos culturais, artísticos e estéticos. Diante desse contexto, a arquitetura e as artes foram fortemente influenciadas por essa postura, ao mesmo tempo em que contribuíram para difundir esses novos valores.

Essa dinâmica era verificada nos principais centros do Brasil e não foi diferente na construção da nova capital de Minas. Segundo Carneiro (1998), a nova cidade trazia o desejo de rompimento com o passado, o que teria sido reforçado pela Proclamação da República que estimulou os anseios pelo progresso. Contudo, a autora pondera que

[...] as transformações no processo de modernização do Brasil estavam limitadas pela sua condição de dependência econômica, própria de um país subdesenvolvido. Assim, a nova capital surgia em um contexto contraditório, marcado por uma política conservadora e ao mesmo tempo

por um desejo romântico de uma cidade ideal que pudesse resolver todos os conflitos sociais existentes. (CARNEIRO, 1998, p.108).

Assim, tudo foi construído a partir do que vinha de fora: ideias, estética, profissionais, materiais, orientações construtivas, decoração, ornamentos, paisagismo. A modernidade do país vinha a partir da importação dos elementos estrangeiros, os quais contribuiriam para construção do novo brasileiro. Contudo, não se deve desconsiderar essa produção alegando que ela não tinha vínculos com a tradição nacional e que se fazia a partir de cópias e simples incorporações européias no cenário brasileiro. O ecletismo representa um momento importante na história do país, uma vez que se institui num contexto em que o Brasil havia promovido mudanças importantes na sua estrutura, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Tais acontecimentos tornaram-se marcos importantes do rompimento com o passado colonial e imperial, que ainda traziam reminiscências do vínculo com Portugal. Uma vez rompidos esses limites, o país buscava se inserir no cenário mundial com um outro aspecto, que tivesse compromisso com o progresso e com a modernidade. Por isso, a tentativa de aproximação com as principais cidades européias era fundamental e, dentro desse processo, a arquitetura, a arte e a cidade desempenharam um papel determinante na incorporação e disseminação de tais propósitos. Assim, o ecletismo não deve ser avaliado como uma simples cópia das produções européias, esvaziadas de sentido e significado. O papel que tais posturas desempenharam no Brasil foi muito importante na tentativa de se estabelecer um novo contexto para o país, na busca de uma nova identidade. E, nesse cenário, nos primeiros anos da república, Belo Horizonte surge como uma manifestação de todos esses ideais, sendo idealizada e construída de acordo com os preceitos considerados os mais modernos e que expressavam um compromisso com o progresso, tanto no que dizia respeito à cidade, quanto à arquitetura. Assim, juntamente com o traçado e a infra-estrutura planejada, a arquitetura vinha complementar a paisagem da nova capital, tornando-se referência importante para todos os seus habitantes. Suas linhas, volumes, implantação, cores, materiais, ornamentos, aspectos construtivos, tudo contribuía para ressaltar a diferença com a produção da antiga capital, vinculada à estética anterior. Desse modo, a arquitetura oficial verificada nos edifícios públicos expressava também um novo tempo, seduzindo os moradores e visitantes, convidando-os a participar da modernidade que a nova cidade oferecia.



FIGURA 81: Fachada da Secretaria da Viação [Praça da Liberdade, Funcionários]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Os preceitos estéticos verificados nos edifícios públicos influenciaram as obras das casas particulares. As características estéticas, construtivas, e os novos conhecimentos e exigências acerca da salubridade das edificações foram observados nas construções públicas e estenderam sua influência às obras privadas. Além disso, o mesmo grupo de profissionais da Comissão Construtora que ficou responsável pela elaboração dos projetos das edificações públicas, também ficou incumbido de desenvolver os projetos das casas-tipo¹⁶, destinadas às habitações dos funcionários públicos do estado. Assim, os projetos das primeiras

¹⁶ Segundo Abílio Barreto (1996) os projetos das casas-tipo foram elaborados pelos profissionais da Comissão Construtora e enviados a Ouro Preto a fim de que cada funcionário pudesse escolher, analisar e sugerir eventuais alterações que desejasse na sua moradia. Além disso, havia as determinações do Decreto n.818 de 15 de abril de 1895 que estabelecia qual era a previsão da Comissão para o número de construções de cada um dos tipos de casas elaborados, previsão esta que também apresentava relação com os gastos planejados para essas obras. (Ver anexo D).

moradias da nova capital foram feitos seguindo os preceitos considerados mais modernos e também exerceram o papel de servirem como modelos de sofisticação, beleza e modernidade, que iriam influenciar os projetos das residências dos demais futuros moradores da nova capital. Desse modo, essas casas-tipo também contribuíram para a disseminação das novas ideias arquitetônicas que se pretendiam para toda a cidade.

A Comissão Construtora, durante os seus trabalhos, também providenciou estudos e obras com o intuito de dotar as edificações da nova capital com os recursos de abastecimento de água e instalações de esgoto. Uma cidade planejada e construída dentro de tal contexto não poderia deixar de oferecer recursos dessas naturezas, de grande importância dentro dos preceitos de higiene e conforto. Além disso, os conhecimentos a respeito das instalações técnicas já haviam se desenvolvido a ponto de poder proporcionar a incorporação das mesmas nos projetos das edificações da nova cidade. A respeito do abastecimento de água, Abílio Barreto (1996, p.558) afirma que

Ao inaugurar-se a cidade, estava funcionando o serviço de abastecimento de água, ainda que com muitas deficiências e imperfeições, que se foram corrigindo. Todas as casas tinham as suas instalações, notando-se excessiva pressão do líquido nas torneiras, que eram livres, em alguns pontos. Em outros pontos a distribuição era feita pelo sistema das *penas de água*, tendo ficado adiada a adoção dos hidrômetros, por motivos diversos.

Além destas instalações, a Comissão procurou promover as obras necessárias para a implantação do sistema de energia elétrica, o qual já figurava no relatório de Aarão Reis apresentado ainda na fase de estudos acerca das localidades candidatas a receberem a nova capital (ver BARRETO, A., 1995). Sob a chefia de Francisco Bicalho, foram empreendidos todos os esforços no sentido de concretizar esse sistema de iluminação, concluído na véspera da inauguração da capital. Porém, nesse primeiro momento, só estavam concluídos os trabalhos relacionados à iluminação pública. As primeiras ligações em propriedades particulares só foram efetuadas após a instalação da Prefeitura.

A nova capital é então inaugurada com o nome “Cidade de Minas”¹⁷ em 12 de dezembro de 1897, cumprindo assim o prazo de quatro anos estipulado pela Lei n.3, adicional a Constituição¹⁸. Entretanto, nem tudo se encontrava terminado, de modo que havia alguns edifícios públicos ainda em construção e outros que nem sequer haviam sido iniciados. Porém, esse fato não impediu a transferência da capital, tendo em vista que as instalações fundamentais já se encontravam concluídas ou em condições de serem improvisadas. Já em relação às casas para os funcionários, o relatório que o engenheiro-chefe Francisco Bicalho apresentou ao governo do estado, em maio de 1898 (ver BARRETO, A., 1996), acusava a existência de 200 casas em estágios diferentes de construção. De acordo com o quadro apresentado, no trecho que relata as atividades da 10ª Divisão, havia 84 casas concluídas, 48 em fase de pintura e 68 que se encontravam atrasadas (ver Anexo E). Contudo, essas não eram as únicas habitações que estavam concluídas ou em processo de construção na inauguração da cidade. Segundo o relatório do engenheiro-chefe, a 3ª Divisão, responsável por serviços municipais, havia realizado um número superior de aprovações de plantas e expedição de alvarás de licenças para construções.

Essas obras encontravam-se implantadas em lotes tanto da zona urbana quanto da zona suburbana. A ocupação da nova capital não ocorreu de forma concentrada, existindo assim trechos vazios entre as áreas edificadas. Contudo, mesmo diante dessa dispersão na ocupação inicial, a cidade contava com uma certa concentração na região próxima da Praça da Liberdade (Bairro Funcionários) e outra nas imediações da Avenida Afonso Pena e da Rua da Bahia, a qual desempenhava um importante papel de ligação entre a Praça da Estação e a Praça da Liberdade, região de um centro comercial que começava a se formar (Ver LEMOS, Celina, 1988).

As residências implantadas nesses dois pontos apresentavam aspectos semelhantes que podem caracterizar a produção residencial dos primeiros anos da nova capital. Estas moradias e suas especificidades serão analisadas a seguir.

¹⁷ Esse nome foi alterado para “Belo Horizonte” em 30 de junho de 1901.

¹⁸ O prazo máximo correspondia à data de 17 de dezembro de 1897, exatamente quatro anos após a promulgação da Lei n.3, adicional a constituição (17 de dezembro de 1893).

4.2 As casas belo-horizontinas nas primeiras décadas da cidade

As casas da nova capital apresentavam algumas características fundamentais, que rompiam com aspectos verificados nas habitações existentes no antigo arraial, antes da instalação dos novos edifícios. Quando os membros da Comissão Construtora chegaram ao local, encontraram as moradias em condições muito simples e sem os recursos que já se observavam em outras localidades mais desenvolvidas do país. Segundo relatos do período, (ver BARRETO, A., 1996) a maioria das casas contava com piso de terra batida, sendo raras as habitações que contavam com soalhos de madeira. Os partidos dessas habitações eram predominantemente retangulares, com telhados em duas ou quatro águas, e as aberturas apresentavam, em sua maioria, vergas retas. As superfícies eram caiadas, mas nem todas as edificações apresentavam esse tratamento¹⁹. Contudo, existiam alguns poucos exemplares mais bem elaborados, como o sobrado que foi escolhido para abrigar o Escritório Central da Comissão Construtora. Essa edificação apresentava algumas adaptações mais modernas, como as aplicações em relevo nas sobrevergas e o uso de janelas de guilhotina. Entretanto, tais habitações não foram tomadas como referências para a construção das novas casas que abrigariam os habitantes da nova capital.



FIGURA 82: Casa da Rua General Deodoro [arraial Belo Horizonte]
Fonte: BARRETO, A., 1996, p.55.

¹⁹ As condições de vida, num primeiro momento, também não eram muito boas. Os novos habitantes que chegavam em Belo Horizonte para trabalhar nas obras da construção da nova capital também enfrentaram problemas com o custo de vida muito elevado. Os gêneros alimentícios, por exemplo, eram muito caros e havia pouca variedade, além das condições das hospedarias que nem sempre eram as mais adequadas (ver BARRETO, A., 1996).



FIGURA 83: Sobrado colonial da Rua General Deodoro onde se instalou o Escritório Central da Comissão Construtora da Nova Capital e onde se instalou também a Prefeitura, em 1898
Fonte: BARRETO, A., 1996, p.30.

As novas moradias deveriam ser construídas de acordo com os novos conhecimentos acerca de salubridade, higiene, conforto, além das inovações técnicas, dos novos materiais e dos preceitos estéticos mais modernos. Nesse sentido, a Comissão tomou as devidas providências para orientar as novas construções particulares, estabelecendo normas e regras que deveriam ser atendidas pelos proprietários. Além disso, os profissionais da Comissão elaboraram os projetos das casas-tipo destinadas aos funcionários públicos. Essas seriam as primeiras residências da nova capital e serviram também como modelos a serem seguidos. Nesse sentido, a importância dessas casas-tipo transcende a primeira demanda, que era proporcionar a moradia para os funcionários públicos do estado. Elas se instituíram como referências que, assim como os edifícios públicos, divulgavam os preceitos orientadores da paisagem da nova capital. Contudo, ao contrário desses, elas eram edificações residenciais e, assim, já apresentavam para os moradores da cidade a maneira como incorporar os novos conhecimentos e aspectos estéticos nas moradias.

Foram elaborados, durante o período em que a Comissão estava sob a chefia de Aarão Reis, sete tipos de casas para os funcionários públicos que residiriam na nova capital. Contudo, apenas seis destes tipos chegaram a ser construídos, os quais foram identificados pelas letras A, B, C, D, E, F. Esses apresentavam características diferenciadas com o intuito de atender aos funcionários de diferentes graduações dentro da hierarquia do serviço público. Além disso, os tipos das casas envolviam aspectos como características de implantação, área do edifício, materiais, dentre outros (ver LEMOS, Celina, 1998). Assim, havia as habitações mais simples, como as do tipo A e as mais sofisticadas como as do tipo E e F que eram consideradas palacetes.

O enquadramento da casa tipo A era o mais simples, possuindo, na fachada frontal, apenas uma ou duas janelas. Já a casa tipo B tinha um enquadramento mais amplo, possuindo duas ou três janelas frontais e porão baixo. A casa tipo C possuía três ou quatro janelas, sendo duas delas geminadas, e, além do porão baixo, já apresentava também uma pequena varanda. A casa tipo D possuía quatro ou mais janelas e apresentava varanda ampla, em geral ocupando uma das fachadas laterais; seu porão passa ser habitável, podendo ser utilizado como área funcional da residência. A casa tipo E era considerada um palacete, tendo dois pavimentos, com varanda totalmente incorporada à plástica do prédio. Finalmente, a casa tipo F, ainda mais ampla que a anterior, ocupava um terreno de área bem maior. (LEMOS, Celina, 1998, p.107).

As casas tipo E e F, além de serem mais elaboradas e sofisticadas, foram previstas em um número mais reduzido do que as demais²⁰. Isso porque essas residências, além de apresentarem custo mais elevado, eram edificações de destaque na paisagem. Diante disso, para garantir o efeito de proeminência, elas não poderiam ser corriqueiras e recorrentes em qualquer ponto da cidade. O seu número reduzido era tão importante quanto a sua arquitetura mais marcante e seus ornamentos mais apurados, pois, assim, acentuavam o destaque através da raridade, da exceção no meio de um contexto formado por edificações mais prosaicas. Neste sentido, tais palacetes seriam como jóias da cidade e, assim como os edifícios públicos, constituíam as principais obras referenciais na paisagem de Belo Horizonte. Celina Lemos (1998, p.107) afirma que “Imitando os prédios públicos, tanto a casa tipo E

²⁰ De acordo com o Decreto n.818 de 15 de abril de 1895 (ver Anexo D), as obras das casas-tipo não deviam exceder a 52 casas do tipo A; 70 do tipo B; 35 do tipo C; 27 do tipo E e 9 do tipo F. Contudo, pelo exposto no relatório do engenheiro-chefe, Francisco Bicalho, apresentado ao governo do estado em maio de 1898 (ver Anexo E), as obras da 10ª Divisão contavam 53 casas do tipo A; 65 do tipo B; 37 do tipo C; 22 do tipo E; 9 do tipo F e 1 do tipo F2 (uma modalidade alternativa ao tipo F).

quanto a tipo F atuavam como pontos singulares, ratificando a idéia neoclássica de composição da cidade como obra de arte”.



FIGURA 84: Fachada de 1965 do Palacete Dantas

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1965.

As casas construídas para os primeiros habitantes da nova capital, fossem eles funcionários públicos ou não, apresentavam algumas características semelhantes. Tal fato se deve tanto à influência exercida pelas casas-tipo quanto às exigências dos órgãos públicos em relação à observância de preceitos de salubridade, higiene e outros. Assim, a maioria das residências apresentava apenas um pavimento e contava com um porão alto que a isolava da umidade do solo. Esse porão era sempre ventilado através de pequenas aberturas gradeadas voltadas para a rua. A implantação dessas habitações era, frequentemente, realizada no alinhamento da

via pública, apresentando um recuo lateral onde se instalava a entrada principal nas situações em que as dimensões do terreno admitiam a construção de um alpendre lateral. Essa opção de acesso era a mais recorrente nas casas belo-horizontinas dos primeiros anos da cidade, sendo que havia também propriedades em que a entrada acontecia pela fachada frontal. Nesses casos, era comum a instalação de uma pequena varanda que antecedia a porta de entrada, criando assim uma pequena área de transição entre a rua e a residência.



FIGURA 85: [Residência na Rua Varginha com entrada através de alpendre lateral]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 86: [Residência na Rua Silva Jardim com entrada localizada na fachada frontal]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

O fato de as residências serem elevadas do solo, através do porão alto, criava a demanda de uma escada para a transposição do nível da rua para o nível do pavimento de entrada. Esse elemento acabava contribuindo para reforçar a posição de destaque do primeiro pavimento em relação ao porão, que, na maioria dos casos, servia apenas para isolar a edificação do solo, mas, em algumas situações, apresentava altura suficiente para ser habitável. Contudo, a sua posição na casa era sempre secundária, sendo o primeiro pavimento considerado o andar principal.

A fachada frontal (voltada para a via pública) constituía-se em um dos principais elementos dessas casas. Ela recebia maiores atenções por parte dos projetistas e dos proprietários por ser a comunicação da residência com a rua, ou seja, era através dela que os visitantes ou transeuntes tinham o primeiro contato com a edificação. Diante disso, ela também contribuía de forma significativa como recurso para se evidenciar as posses da família e a importância do seu dono. Assim,

essa fachada apresentava ornamentação diversificada e sofisticada, contando com elementos oriundos de diferentes referências. Segundo Vasconcellos (2004c, p.44)

São várias as “ordens” e o sentido usado, pilastras jônicas, coríntias, arcos romanos, frisos, ramagens, almofadados, molduras e as iniciais do proprietário ou a data da construção colocadas ao alto em centro de composição. [...].

Outras vezes para mais brilhar vinham coisas sobre a platibanda.

Essas ornamentações eram confiadas a profissionais experientes, sendo que vários deles eram estrangeiros que trouxeram para Belo Horizonte novas técnicas de estucaria, por exemplo. Os profissionais que se dedicavam à decoração dessas superfícies contavam com o auxílio dos manuais práticos sobre ornamentação e decoração, que contribuíam para enriquecer a formação dos mesmos e para ampliar o seu repertório de modelos. Além disso, havia ainda os moldes pré-fabricados que chegavam à nova capital através das importações. Assim, as obras de ornamentação das fachadas das residências poderiam ser executadas nos mais variados modelos, com o auxílio desses recursos.



FIGURA 87: [Fachada de residência na Rua Tabaiães]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 88: Fachada de residência na Rua Uberlândia
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 89: Fachada de residência
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

A influência das casas-tipo fez-se sentir também na valorização da fachada frontal. Essas residências foram projetadas em categorias que acabavam distinguindo seus proprietários, de acordo com as características de suas habitações. Dentro desse contexto, a fachada era um elemento determinante, pois era principalmente através das suas características que se identificava o tipo da moradia e, assim, a qualificação e a importância do seu dono. Diante disso, a valorização da fachada frontal aumenta, passando a ser uma das principais preocupações dos projetistas e dos proprietários.

Essa valorização da fachada principal já existia nas casas brasileiras desde o período colonial. Contudo, as casas-tipo contribuíram para potencializar as ações relacionadas a esse costume. Assim, a sua importância dentro do contexto da nova cidade foi determinante, pois elas acabaram se instituindo como modelos que traziam critérios previamente estabelecidos sobre o que era sinal de requinte, sofisticação e alto poder aquisitivo.

Dentre os elementos que compunham a fachada principal era recorrente o uso da platibanda, que arrematava a parte superior da superfície vertical, escondendo o telhado, que, na maioria das vezes, era de duas ou mais águas, construído com telhas cerâmicas. Contudo, para o emprego das platibandas, esse sistema de cobertura demandava a utilização de calhas e condutores, objetos que as importações se encarregavam de proporcionar. Assim, se tornava possível a incorporação da platibanda à fachada, a qual era edificada em alvenaria e contava com os mais diversos recursos ornamentais. Havia os casos em que se apresentavam mais simples, contando com alguns trabalhos em relevo, formando composições mais discretas. Já em outras situações, elas apresentavam elementos mais elaborados, como frontões, balaustradas, pináculos, estátuas, dentre outros. Em todos os casos, porém, era recorrente o uso do estuque que proporcionava as mais variadas possibilidades decorativas, as quais eram auxiliadas, ainda, pelas instruções dos manuais práticos e pelos moldes pré-fabricados.



FIGURA 90: [Fachada de residência com elementos diversos na composição da platibanda]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 91: [Fachada de residência com pequeno frontão na platibanda]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Outro elemento de grande importância na composição das fachadas principais das residências dizia respeito às aberturas. Dessas, as janelas se apresentavam com significativo destaque, pois, nos casos em que a entrada principal era deslocada

para a fachada lateral, eram elas as únicas aberturas presentes na fachada frontal e as principais responsáveis por reger a composição desta superfície vertical. As janelas apresentavam-se nos mais diversos modelos e eram implantadas em diferentes combinações.

As janelas retangulares possuíam bandeira em arco pleno e, às vezes, eram sóbrias. Dispunham-se na fachada de forma simétrica e/ou geminada, muitas vezes formando um conjunto de janelas grandes e pequenas. Eram comuns também janelas do tipo “terral palladiana”, com abertura semicircular e vidros recortados coloridos. (LEMOS, Celina, 1988, p.119).

As janelas, na maioria dos casos, contavam com sistema de abertura em duas folhas e apresentavam altura em maiores dimensões do que a largura, caracterizando-se por formas retangulares estreitas e compridas. Estas proporções eram influenciadas pelos altos pés-direitos que, naquele período, variavam entre 4,00m e 5,00m. A fim de evitar folhas muito finas e compridas, surge a bandeira na parte superior das esquadrias que acabava contribuindo para a decoração da fachada, uma vez que era frequente utilizar-se da sua forma como ponto de partida para as ornamentações aplicadas, que acabavam se estendendo para as bases e laterais das janelas, em alguns casos.



FIGURA 92: [Fachada de residência composta por janelas com bandeira em arco pleno]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 93: [Fachada de residência composta por janelas com verga reta]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 94: [Detalhe da fachada de residência na Rua Timbiras composta por janela com bandeira em arco pleno]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1967.



FIGURA 95: [Detalhe da fachada de residência composta por janela com modelo de bandeira diferenciado]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Nesse período, já era recorrente o uso do vidro como vedação das esquadrias, material que, além de apresentar a vantagem de proporcionar uma melhor iluminação dos ambientes internos, também contava com opções decorativas variadas. Existiam os vidros coloridos que eram muito usados em composições nas janelas principais, além dos modelos trabalhados em jatos de areia ou ácido (ver MENEZES, 1997), que conferiam à vedação um tratamento especial. Era frequente a combinação do vidro com outros materiais nas vedações das janelas, sendo comum o uso das venezianas, que, combinadas com o vidro, proporcionavam aos moradores diversas opções em relação à entrada de luz e ar nos ambientes internos, sendo possível escolher a melhor alternativa para cada situação.



FIGURA 96: Detalhe de vidro na varanda de residência na Rua Pernambuco
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Todos esses elementos contribuíam para a composição mais rica da fachada frontal. Já as fachadas laterais não recebiam o mesmo tratamento apurado. Essas ficavam quase sempre a cargo do mestre de obras, que cuidava de dar a elas a melhor solução do ponto de vista construtivo. Assim, não recebiam elementos decorativos, nem trabalhos em estuque, sendo simples paredes de alvenaria revestidas por pintura lisa. A ausência de platibandas, nessas superfícies, colocava em evidência a solução do telhado, que admitia a presença dos beirais e dos cachorros que faziam parte da sua composição.

A simplicidade verificada nas fachadas laterais era quebrada apenas no trecho onde se implantava o alpendre, que proporcionava o acesso principal da moradia. Na maioria das residências da nova capital, ele havia se deslocado para a lateral das mesmas, estabelecendo assim uma disposição diferente, caracterizada pelo alpendre que antecedia a porta de entrada. Assim, esse espaço não tinha a mesma qualificação secundária das fachadas laterais. Ao contrário, ele se instituiu como um

dos principais elementos da casa, uma vez que era ali que se localizava o acesso principal.



FIGURA 97: [Vista das fachadas lateral e frontal de residência na Rua Gonçalves Dias]
Fonte: MENEZES, 1997, p.47.

Os alpendres laterais, localizados no mesmo nível do primeiro pavimento, eram antecedidos por escadas que se apresentavam de diversas maneiras, contribuindo de forma significativa para a riqueza da composição desse espaço de acesso. Havia exemplares em formas circulares (com preferência dos modelos helicoidais) e retilíneas, sendo que essas apresentavam diversas opções de implantação, encontrando-se escadas de um ou mais lances, organizados de maneiras diversas. Os materiais mais empregados eram o ferro e a alvenaria, os quais eram arrematados por pedras de mármore nos pisos dos exemplares mais sofisticados. Os guarda-corpos, tanto das escadas, quanto dos alpendres, apresentavam composições em desenhos variados, o que contribuía para uma maior leveza desses elementos.



FIGURA 98: [Escada em helicóide de residência na Rua Goitacazes]
Fonte: MENEZES, 1997, p.70.



FIGURA 99: Escada e gradil de residência
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 100: Escada de ferro de residência

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Os alpendres contavam ainda com outros recursos de decoração como os lambrequins, que correspondiam aos arremates de extremidades localizados, sobretudo, nas abas dos telhados e eram feitos através de recortes em madeira²¹, formando desenhos variados. Tais detalhes conferiam um acabamento delicado para as coberturas dos alpendres que se tornavam ainda mais sofisticados com os tratamentos dados aos forros, que se apresentavam, na maioria dos casos, em tábuas de madeira pintadas, sendo recorrente o modelo saia-e-camisa. Havia, contudo outras opções para os acabamentos dos forros, como o cartão *foncé*, por exemplo (ver MENEZES, 1997).

As coberturas dos alpendres correspondiam a pequenos telhados que davam preferência para o emprego das telhas francesas, ou marseilhas, importadas da Europa. Esses telhados eram sustentados por colunas esbeltas que faziam o uso do ferro fundido, da alvenaria, ou então da madeira. Essas colunas, por vezes, também recebiam ornamentos na sua parte superior, que poderiam ser prolongamentos dos lambrequins ou então novos elementos incorporados que complementavam o efeito decorativo dos mesmos. Em algumas residências, entretanto, os alpendres

²¹ Existiam também, em algumas situações, lambrequins feitos em ferro.

apresentavam-se fechados por janelas de vidro em cores diversas. Tais vedações, além de proporcionarem mais intimidade para esses espaços, contribuíam também para ornamentação dos mesmos que contavam com belas composições coloridas.



FIGURA 101: Forro [e lambrequim] da varanda de residência na Rua Pouso Alegre

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 102: Forro de saia e camisa [e lambrequim] da varanda de residência

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 103: [Forro e colunas da varanda de residência na Rua Itapecerica]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

A porta de entrada das casas localizava-se, na maioria dos casos, articulada com o alpendre lateral e, por ser responsável pelo acesso principal da moradia, ela também recebia um tratamento especial. O material mais empregado para a confecção dessas esquadrias era a madeira, a qual se apresentava, frequentemente, com almofadas e trabalhos de marcenaria e entalhe nos casos mais sofisticados. Havia também algumas situações, não muito comuns, em que essas portas eram compostas por almofadas de madeira na parte inferior e vidro na parte superior.

Além das portas, havia situações em que os alpendres laterais também apresentavam janelas, as quais recebiam um tratamento mais apurado. Assim, portas e janelas correspondiam aos principais elementos compositivos e ornamentais das superfícies verticais desses espaços. Contudo, as pinturas parietais decorativas foram se tornando cada vez mais comuns nos primeiros anos da nova capital, contribuindo para enriquecer ainda mais esse espaço que recebia tantos cuidados, como a fachada principal. Essas pinturas eram realizadas pelos mais diversos artistas, existindo exemplares da autoria de pintores renomados, como Amílcar Agretti (1887-1968), por exemplo, e outras de pintores menos conhecidos. Os temas variavam em torno de cenas campestres, natureza morta, sendo comum a

presença de barcos, pessoas, igrejas, pontes, dentre outros. Segundo Menezes (1997) alguns desses painéis podem ter sido inspirados em paisagens registradas em cartões postais ou em locais da terra natal do proprietário.



FIGURA 104: Pintura da varanda de residência na Rua Bauxita
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 105: [Gradil, lambrequim e pintura na varanda de residência]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

O piso do alpendre também contribuía para a sofisticação desse espaço. Esses eram revestidos por ladrilhos hidráulicos das mais diversas cores e formavam diferentes tipos de desenhos. Segundo Menezes (1997, p.59-61),

Os pisos formam, geralmente, tapetes coloridos, compostos pelos ladrilhos hidráulicos importados, de coloridos fortes, vermelho, verde, amarelo, preto, branco etc. Os desenhos são os mais variados, estelares, florais estilizados, quadrados em cores alternadas, geométricos, composições complexas, cubos sugerindo perspectiva. Compõem-se, muitas vezes, em mosaicos ou pastilhas, para o que, na superfície do ladrilho, são feitos sulcos, enquanto o desenho desejado é obtido pela coloração dos diversos mosaicos. Alguns desenhos necessitam da junção de quatro e, às vezes, até nove ladrilhos para comporem o todo do desenho.



FIGURA 106: [Piso em ladrilho hidráulico da varanda de residência]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 107: [Piso em ladrilho hidráulico da varanda de residência]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Assim, tais elementos complementavam esse espaço de grande importância na conformação das residências do período em Belo Horizonte. O alpendre lateral tinha destaque quase tão relevante quanto o da fachada frontal, pois antecedia a entrada principal da casa, constituindo-se, assim, uma das peças de recepção da residência. Além disso, exercia o papel de filtro entre o interior e o exterior da moradia, apresentando, contudo, uma atmosfera mais sofisticada e mais leve, proporcionada tanto pelos seus elementos decorativos, quanto pelo seu contato com a área externa da propriedade. Nos casos das residências instaladas em terrenos maiores, essa área externa lateral, para qual o alpendre se voltava, era mais ampla, sendo, portanto, utilizada para a instalação de jardins²², os quais apresentavam plantas de espécies frequentemente ornamentais, sendo comum a adoção de formas geométricas ou figurativas nas composições (ver MENEZES, 1997). Outros elementos, como quiosques, viveiros e fontes complementavam esses espaços, contribuindo tanto para a criação de pontos agradáveis, para a permanência das pessoas, quanto para enriquecer os cenários criados. Esses jardins contavam ainda com a presença dos gradis de ferro, os quais garantiam a separação desses espaços externos das áreas públicas das ruas. Todavia, além de exercerem tal função, estes elementos também contribuíam para a conformação das ambiências externas, uma vez que apresentavam desenhos ornamentais que enriqueciam e sofisticavam ainda mais estes espaços. Cabe destacar que, apesar da maioria das residências apresentarem gradis metálicos, havia situações em que essa separação, entre o jardim e a rua, era feita por elementos em alvenaria ou em balaustres, ou ainda com o uso de elementos vazados de cimento, formando desenhos variados (ver MENEZES, 1997).

22 Estas propriedades maiores correspondiam aos casos em que o dono contava com lotes contíguos. Porém, cabe destacar que o aproveitamento destes lotes adjacentes para a implantação de jardins tem relação com exigências do governo. Esse, ao estabelecer regras que orientariam as construções na nova capital, determinou que nos casos de lotes contíguos o proprietário só poderia construir uma edificação, sendo obrigado a cultivar pelo menos metade do terreno com flores, hortaliças ou árvores frutíferas (ver sub-seção 4.1 deste Capítulo 4 ; ver também MINAS GERAIS, 1985c *apud* BARRETO, A., 1996).



FIGURA 108: Quiosque de residência na Avenida Augusto de Lima
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 109: Detalhe do portão de ferro de residência [Rua Itapecerica]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 110: Grade de cimento na varanda de residência

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1967.

Estes jardins localizavam-se quase sempre nas laterais das propriedades devido às características de implantação das primeiras casas da nova capital. Contudo, havia algumas situações, menos frequentes, em que a residência apresentava-se mais solta dentro do terreno, de modo que seus jardins não eram implantados apenas em uma área lateral, mas circundavam a edificação. As casas construídas para os Secretários e Auxiliares Imediatos do Governo estadual apresentavam implantação mais afastada do alinhamento da rua e tratamento mais sofisticado de suas feições externas²³.

Entretanto, essa modalidade de implantação não era verificada apenas nesses poucos exemplares que tinham destaque na paisagem da cidade. Havia também moradias mais simples que exploraram essa possibilidade, sobretudo, as residências que foram erigidas segundo a tipologia do chalé. Essas residências,

²³ Segundo Menezes (1997) foram executadas três destas residências na Avenida Liberdade (atual Avenida João Pinheiro) e uma na Rua Bernardo Guimarães.

inspiradas nos modelos de casas rurais européias²⁴, caracterizavam-se pelos telhados aparentes em duas águas no sentido oposto ao da tradição colonial brasileira, ou seja, a empena se encontrava voltada para a rua. Tais telhados apresentavam forte inclinação e faziam o uso de telhas francesas, ou marselhas, sendo arrematados por lambrequins. Além disso, a implantação dessas casas era feita de modo que elas ficavam em posição afastada dos limites do terreno, o que permitia o espraiamento dos jardins que não ficavam restritos apenas às áreas laterais e dos fundos.

Apesar das características diferenciadas, sobretudo no que dizia respeito à implantação, a planta desses chalés não apresentava diferenças significativas em relação às demais obras residenciais que predominavam nos primeiros anos da nova capital, visto que o partido delas, bem como a sua organização espacial interna, eram bem semelhantes. Prevalencia ainda a divisão tradicional nos três setores: zona de receber; de estar/íntima e de serviço; mas a sua estrutura já não se apresentava de forma tão rígida. Alguns exemplares apresentavam mudanças nas composições e organizações dos cômodos, o que permitia algumas pequenas alterações nessa estrutura.

A zona de receber correspondia à sala de visitas e a sala de jantar, as quais se localizavam na parte anterior da moradia. A zona de estar/íntima era formada pelos quartos, copa ou sala de almoço, e instalações sanitárias. Esses cômodos localizavam-se em diversas partes da moradia, podendo ser encontrados dormitórios tanto na parte anterior, quanto no centro ou nos fundos da habitação. Já a copa e as instalações sanitárias localizavam-se sempre próximas da cozinha, que juntamente com a despensa e demais espaços de realização dos afazeres domésticos, constituíam a zona de serviço. Tais ambientes eram implantados sempre na parte dos fundos da casa, apresentado contato direto com os quintais.

²⁴ Ver Capítulo 3 desta Dissertação.



FIGURA 111: [Residência segundo a tipologia de chalé na Rua Alagoas, projeto de Luiz Olivieri, aprovado em 1900, demolida]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

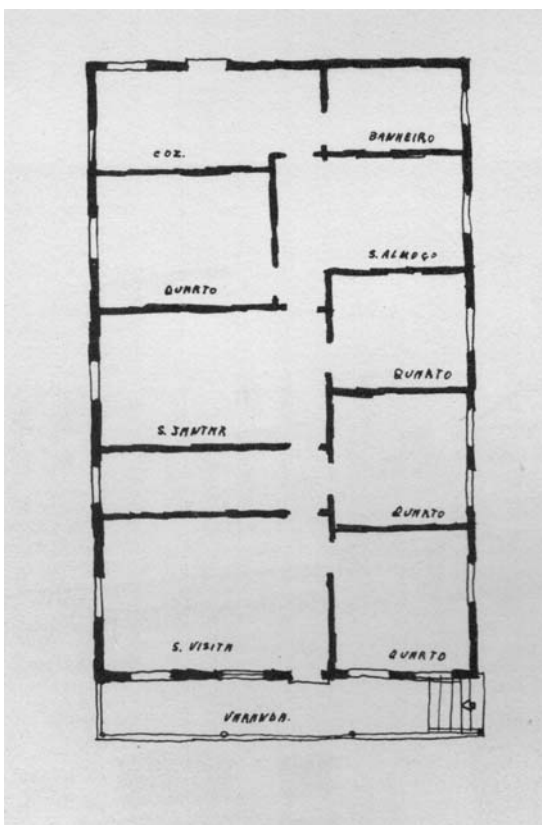


FIGURA 112: [Planta da residência segundo a tipologia de chalé na Rua Alagoas, projeto de Luiz Olivieri, aprovado em 1900, demolida]
Fonte: MOURA, 1961, não paginado.



FIGURA 113: [Residência na Avenida João Pinheiro, aprovada em 1900, demolida]

Fonte: MOURA, 1961, não paginado.

Nota: Segundo MOURA (1961) e MENEZES (1997) o autor do projeto é Joseph Verducem, mas segundo INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (1997) a autoria do projeto corresponde a José Piffer.

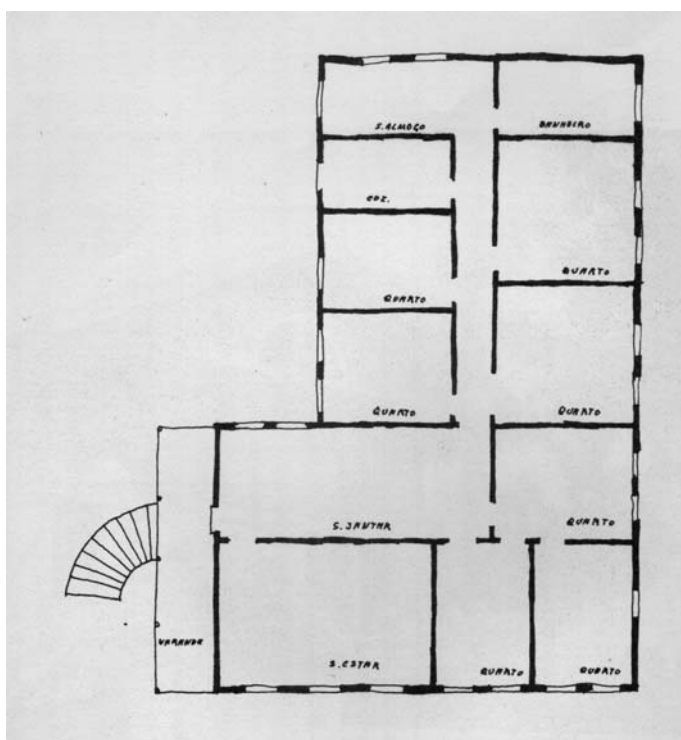


FIGURA 114: [Planta da residência na Avenida João Pinheiro, aprovada em 1900, demolida]

Fonte: MOURA, 1961, não paginado.

Nota: Segundo MOURA (1961) e MENEZES (1997) o autor do projeto é Joseph Verducem, mas segundo INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (1997) a autoria do projeto corresponde a José Piffer.

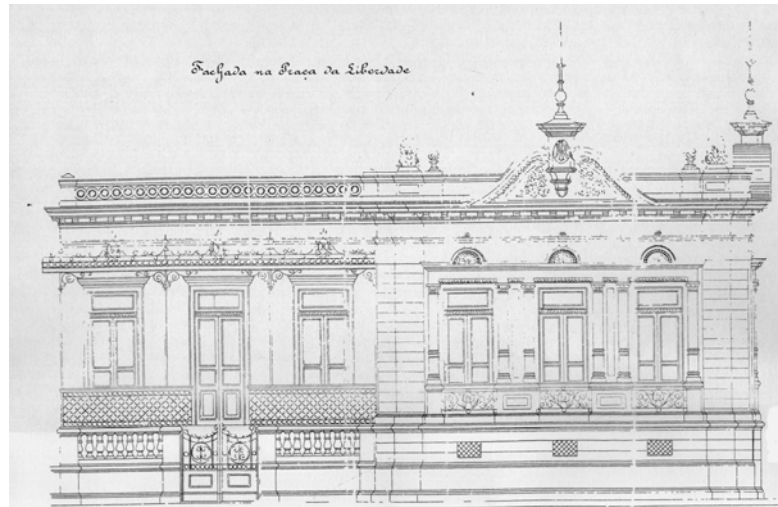


FIGURA 115: [Residência na Avenida João Pinheiro esquina com Praça da Liberdade, projeto de Edgard Nascentes Coelho, 1898, demolida]
 Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.77.

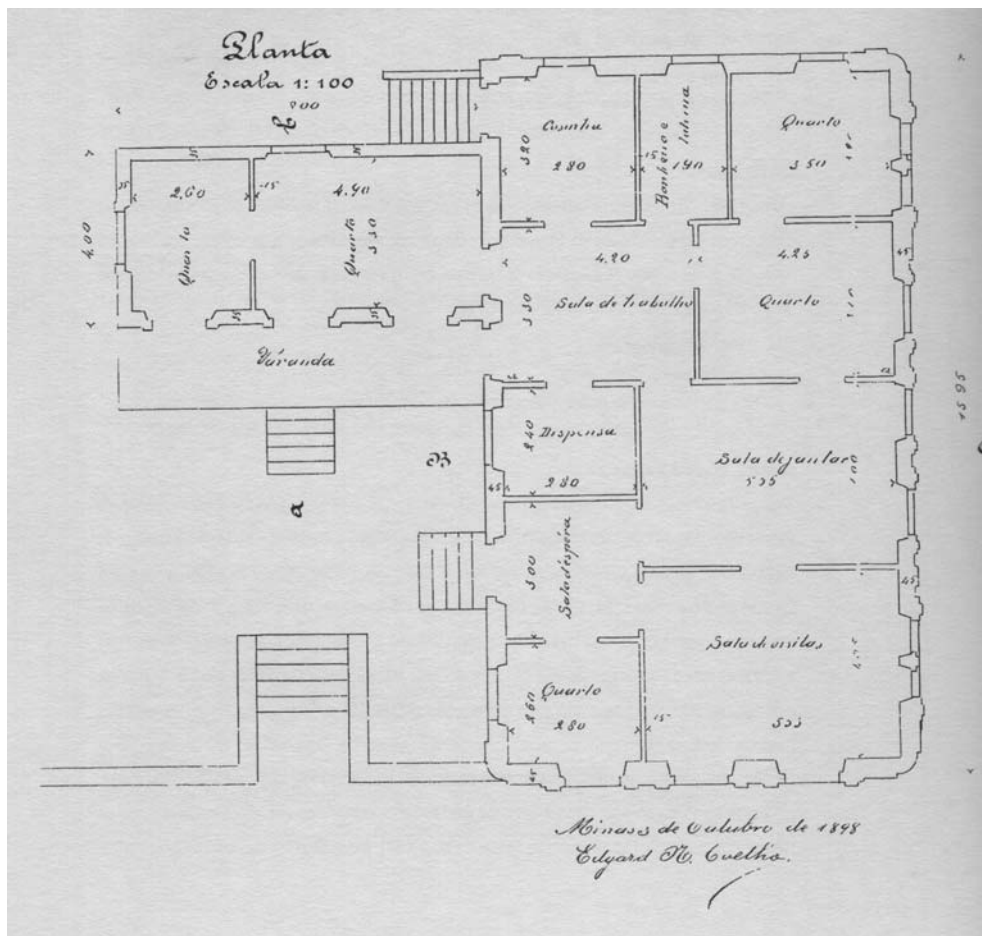


FIGURA 116: [Planta da residência na Avenida João Pinheiro esquina com Praça da Liberdade, projeto de Edgard Nascentes Coelho, 1898, demolida]
 Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.76.

Os cômodos da zona de recepção da casa eram os primeiros aos quais se tinha acesso quando nela se entrava. Esses correspondiam à sala de visitas e à sala de jantar, sendo que, em alguns casos, observa-se a existência de um dormitório próximo desses ambientes, o que levanta a hipótese de que tal aposento poderia ser destinado a eventuais hóspedes. Contudo os costumes urbanos do final do século XIX e do início do século XX já apresentavam mudanças significativas em relação aos hábitos do período colonial, época em que esses quartos de hóspedes junto à zona de recepção eram fundamentais. Neste sentido, não se pode deduzir que esses quartos localizados próximos da sala de visitas dessas casas belo-horizontinas eram designados a visitantes. Ao contrário, é possível que eles fossem destinados a algum membro da família.

A sala de visitas era o principal cômodo da zona de receber, sendo o local onde se recebiam os convidados. Nesse espaço havia um cuidado maior com os detalhes de decoração, de modo que os forros, os pisos e as paredes recebiam tratamentos diferenciados.

Assim é que a sala de visitas apresenta forro de saia-e-camisa ou liso, recoberto por tela pintada e decoração em "*papier maché*", ou ainda forros de caixonetes com pinturas entre filetes dourados, ou em cartão "*foncé*", do centro pendendo lustre metálico, o mais das vezes com várias lâmpadas e decoração *art nouveau*. As paredes são pintadas, lisas, raramente paisagens decorativas ou, mais comumente, em colorido, usando-se a técnica da chapa decorada e, posteriormente, a futurista. Alguns construtores aplicavam nas paredes o papel decorado, importado da França, em desenhos os mais bonitos, de colorido firme e durabilidade muito vantajosa, em temas geralmente florais. O piso era em pinho de riga, no mais das vezes, ou em madeiras escolhidas, de tonalidades diversas, devidamente entabeados, aparecendo, excepcionalmente, o piso trabalhado de diversas madeiras, decorativo [...] (MENEZES, 1997, p. 91).

A sala de jantar também contava com detalhes de decoração e acabamentos semelhantes aos observados na sala de visitas, sobretudo nas casas das famílias mais abastadas. Estes ambientes apresentavam forro de madeira no modelo saia-e-camisa, ou em painéis, ou então em tabuado liso, sendo que, em alguns casos, recebia pintura decorativa. Os pisos eram, comumente, revestidos com pinho de riga e as paredes recebiam pintura lisa ou decorativa (ver MENEZES, 1997). Já em

relação ao mobiliário tanto as salas de visitas quanto as salas de jantar recebiam, sempre que possível, peças requintadas e sofisticadas.



FIGURA 117: Forro de residência [Rua da Bahia]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 118: [Detalhe do forro de residência na Rua da Bahia]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 119: Piso de parquet figurativo no Palacete Dantas [Praça da Liberdade]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

A comunicação dos cômodos da zona de recepção, com as demais dependências da casa, variava entre duas alternativas principais. No primeiro caso, a residência apresentava um corredor frequentemente localizado no centro da planta em sentido perpendicular ao alinhamento da rua, de modo que assim dividia a casa em duas faixas de cômodos que eram acessados através desse corredor. Já em outras situações, o trânsito entre os ambientes era realizado através de comunicação entre as dependências, caso em que esses cômodos acabavam sobrepondo às suas funções principais a função de circulação, existindo situações em que os quartos, por exemplo, eram acessados através da sala de jantar, da copa, de outros quartos ou até mesmo através de outras dependências, como as cozinhas. Havia ainda casos em que as plantas das moradias combinavam essas opções de circulação, apresentando tanto os corredores, quanto as comunicações internas entre os ambientes. Contudo, mesmo diante dessas situações, a zona de receber, sobretudo a sala de visitas, se apresentava mais isolada. Na maioria dos casos ela não tinha

comunicação direta com ambientes da área de estar/íntima da casa, como os dormitórios, por exemplo²⁵.

A zona de estar/íntima não se apresentava mais entalada no centro da moradia como ocorria nos exemplares da tradição colonial. As inovações inauguradas no século XIX, juntamente com os novos conhecimentos a respeito de salubridade e higiene relacionados às edificações, promoveram mudanças nas casas dos principais centros do período no Brasil. Os profissionais responsáveis por elaborar as normas e determinações, que orientariam as construções da nova capital de Minas, incorporaram tais conhecimentos nas exigências estabelecidas. Assim, observa-se que as plantas das habitações aprovadas e construídas já não apresentavam cômodos sem janelas, as tradicionais alcovas que, desde o século XIX, já vinham sendo combatidas pelos estudiosos do assunto. Todos os cômodos eram dotados de aberturas para a área externa, podendo contar com luz natural e ventilação diretas.

Em relação aos acabamentos, os espaços dessa zona recebiam tratamento bastante simples. Os quartos apresentavam piso em tábuas corridas e forro de madeira em saia-e-camisa. Suas paredes eram caiadas e sem ornamentação, sendo raros os exemplares que apresentavam detalhes decorativos nessas superfícies. Já na copa, ou sala de almoço, os pisos eram revestidos com ladrilhos hidráulicos e as paredes eram caiadas, recebendo pintura a óleo apenas na parte inferior, com o intuito de torná-las impermeáveis. Os forros eram realizados em madeira, sendo utilizado, quase sempre, o modelo saia-e-camisa (ver MENEZES, 1997).

A copa era uma nova ambiência da casa inaugurada no século XIX. Com a eliminação da sala de viver, existente nas moradias coloniais, a sala de jantar ganhava mais destaque ao mesmo tempo em que surgia a copa como local em que os moradores faziam as suas refeições diárias. Esse espaço era um dos lugares de permanência cotidiana dos moradores, apresentando, portanto, relação com a zona de estar/íntima da casa. Além disso, a copa também tinha um contato mais direto com a cozinha, fato que a aproximava da zona de serviço. Já as dependências

²⁵ Existiam, entretanto, algumas poucas exceções, como os casos de quartos com acesso através da sala de visitas, sobre os quais se levantou a hipótese da sua destinação a eventuais hóspedes.

dessa zona experimentaram algumas transformações no século XIX, sobretudo após a Abolição da Escravatura, acontecimento que contribuiu para que as áreas de serviço passassem a ser mais frequentadas pelos membros da família, especialmente pela dona de casa. Tal mudança no comportamento tradicional também colaborou para uma maior preocupação com as instalações desses espaços, os quais passaram a receber um tratamento melhor do que o verificado no período colonial.

As dependências da área de serviço das habitações da nova capital de Minas também incorporaram essas mudanças. Ao mesmo tempo, as novidades advindas dos novos conhecimentos técnicos e das inovações tecnológicas também foram introduzidas nos projetos e nas obras das residências de Belo Horizonte. Diante disso, as áreas de serviço contavam com água encanada²⁶, por exemplo, o que contribuiu para melhorar a qualidade da execução das tarefas realizadas nestes locais. Além disso, outras inovações foram incorporadas, especialmente na cozinha, como, por exemplo, o revestimento do piso com ladrilhos hidráulicos e os novos materiais e utensílios domésticos, que já se encontravam mais acessíveis às famílias brasileiras. Entretanto, essas inovações incorporadas ao espaço da cozinha não modificaram a sua localização dentro da casa, de modo que essa permanecia implantada nos fundos da edificação, mas já completamente inserida no corpo principal da moradia e na sua dinâmica cotidiana.

Outra novidade inaugurada no século XIX, e que também se fez presente nas habitações da nova capital de Minas, dizia respeito às mudanças implementadas nas instalações sanitárias. Os novos recursos e tecnologias para o fornecimento de água encanada nas residências também privilegiaram o banheiro, o qual passou a contar com os benefícios da água corrente nas suas instalações. Assim, todas as atividades relacionadas à higiene corporal foram agrupadas em um único cômodo que teve sua localização deslocada para próximo da cozinha, tendo em vista a economia dos encanamentos que eram muito caros no período. Além disso, o acesso às novas tecnologias e aos novos materiais importados, também possibilitou

²⁶ Nos projetos para a construção da nova capital foram previstos estudos e obras que objetivavam oferecer às edificações da cidade o abastecimento de água e serviços de esgoto (ver sub-seção 4.1 deste Capítulo 4).

o uso de peças de ferro esmaltado e louças nesses espaços, sendo que algumas apresentavam grande sofisticação nos detalhes de acabamento. Tais peças também foram utilizadas nos banheiros das residências belo-horizontinas, no início do século XX, os quais contavam ainda com piso revestido em ladrilhos hidráulicos. As paredes apresentavam caiação lisa e barra de azulejo importado, ao passo que os forros, frequentemente em madeira no modelo saia-e-camisa, eram revestidos com pintura a óleo lisa. Segundo Menezes (1997) esses tratamentos verificados nas paredes e nos forros dos banheiros eram os mesmos observados nas cozinhas.



FIGURA 120: Vaso sanitário de residência na Rua Guajajaras
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

As casas contavam ainda com pequenos cômodos destinados à despensa, os quais se encontravam sempre próximos das cozinhas. Já as demais dependências de serviço eram implantadas, frequentemente, nas áreas externas e quintais existentes nos fundos das casas. Tais espaços, de grande extensão na maioria das propriedades em função da profundidade dos lotes, eram cultivados com árvores e plantas diversas na maioria dos casos, tornando-se, assim, locais aprazíveis onde as crianças brincavam.

Além dessas casas, havia algumas propriedades que incorporavam, tanto o espaço para habitação, quanto uma área destinada para o desenvolvimento de atividades comerciais ou de serviço. Num primeiro momento, essas edificações eram erguidas em um único pavimento, em porão alto, mas procurando sempre uma solução de implantação em que seria possível estabelecer entradas separadas para a habitação e para a atividade comercial ou de serviço, que apresentavam total independência entre si, não havendo comunicação interna entre elas. A parte destinada à moradia apresentava planta organizada em estrutura semelhante às demais habitações da cidade. Contudo, essas nem sempre poderiam contar com grandes áreas, tendo em vista que parte do terreno ficava ocupado pela atividade comercial ou de serviço. Mas, de qualquer forma, apresentava a zona de receber separada dos dormitórios, embora nem sempre fosse possível evitar a comunicação direta entre esses espaços. Já a cozinha e o banheiro localizavam-se nos fundos e com a proximidade existente em todas as habitações do período, a qual proporcionava a economia dos encanamentos. Em relação aos exteriores, observa-se que também nesses casos havia uma preocupação com o tratamento dado à fachada principal, que recebia trabalhos ornamentais por toda a superfície, inclusive nas platibandas.

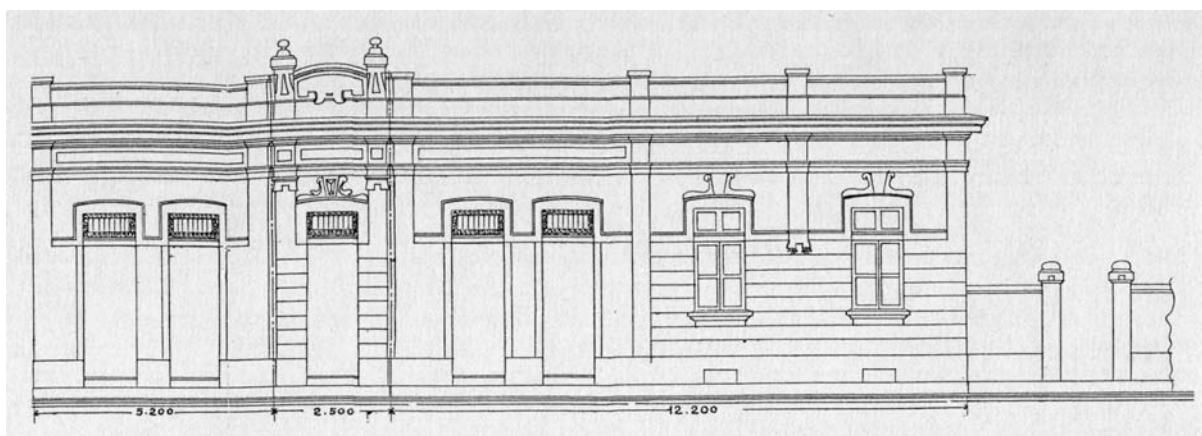


FIGURA 121: [Propriedade na Rua Carijós, projeto de Francisco Izidro Monteiro e construção de J. Gerspacher e J. Salse, 1910, demolida]

Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.217.

Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

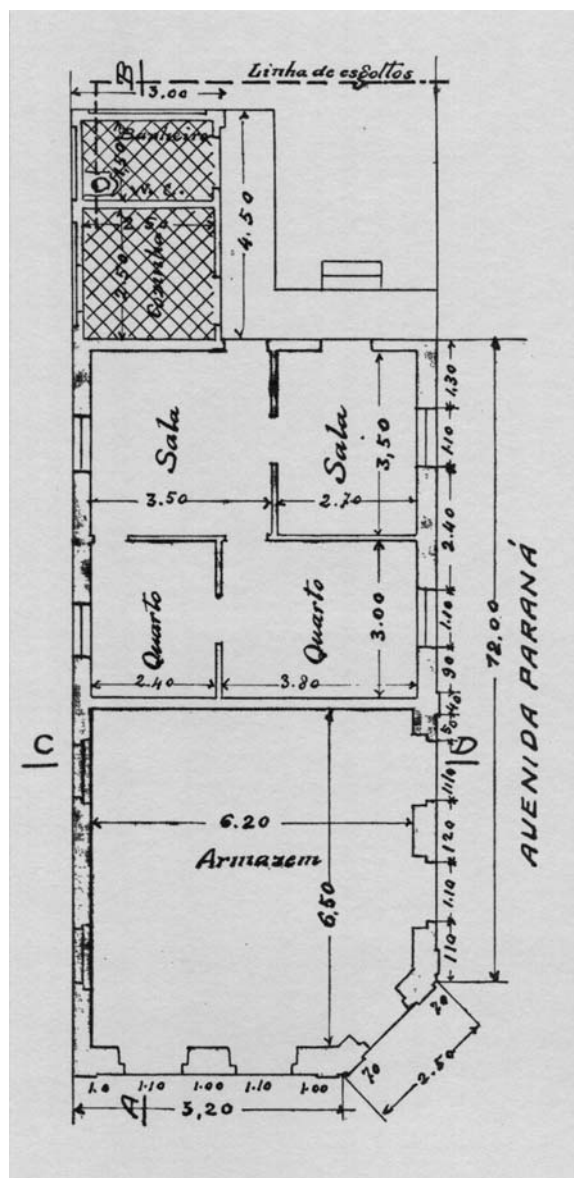


FIGURA 122: [Planta da propriedade na Rua Carijós, projeto de Francisco Izidro Monteiro e construção de J. Gerspacher e J. Salse, 1910, demolida]
 Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.217.

Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

Com o passar dos anos, sobretudo na década de 20 do século XX, surgiu uma nova tipologia que combinava habitação e atividades comerciais e de serviço. Tratava-se dos palacetes-comércio, edificações de dois andares localizadas no Centro Comercial da nova capital, que apresentavam espaço para loja ou outra atividade de serviço no pavimento térreo, enquanto o pavimento superior era destinado para a moradia da família. Esses edifícios também eram erigidos no alinhamento da via pública e contavam com fachadas requintadas e bem elaboradas, assim como as casas de porão alto destinadas apenas à habitação. Suas plantas apresentavam

semelhanças com as edificações exclusivamente residenciais, de modo que o segundo pavimento, onde era moradia, apresentava organização espacial interna estruturada de acordo com os preceitos observados nas demais residências da nova capital. Contudo, os palacetes-comércio não apresentavam entrada deslocada para um alpendre lateral. O acesso à moradia acontecia através de uma escada localizada em algum trecho do primeiro pavimento, a qual era antecedida por uma porta voltada diretamente para a rua. Da mesma forma, nos casos em que havia um quintal nos fundos, esse era acessado através de uma escada ligada à cozinha ou a outra dependência da área de serviços. Já o primeiro pavimento era organizado de acordo com a demanda da atividade comercial ou de serviço, podendo apresentar depósitos ou outros tipos de dependências na parte posterior da planta.

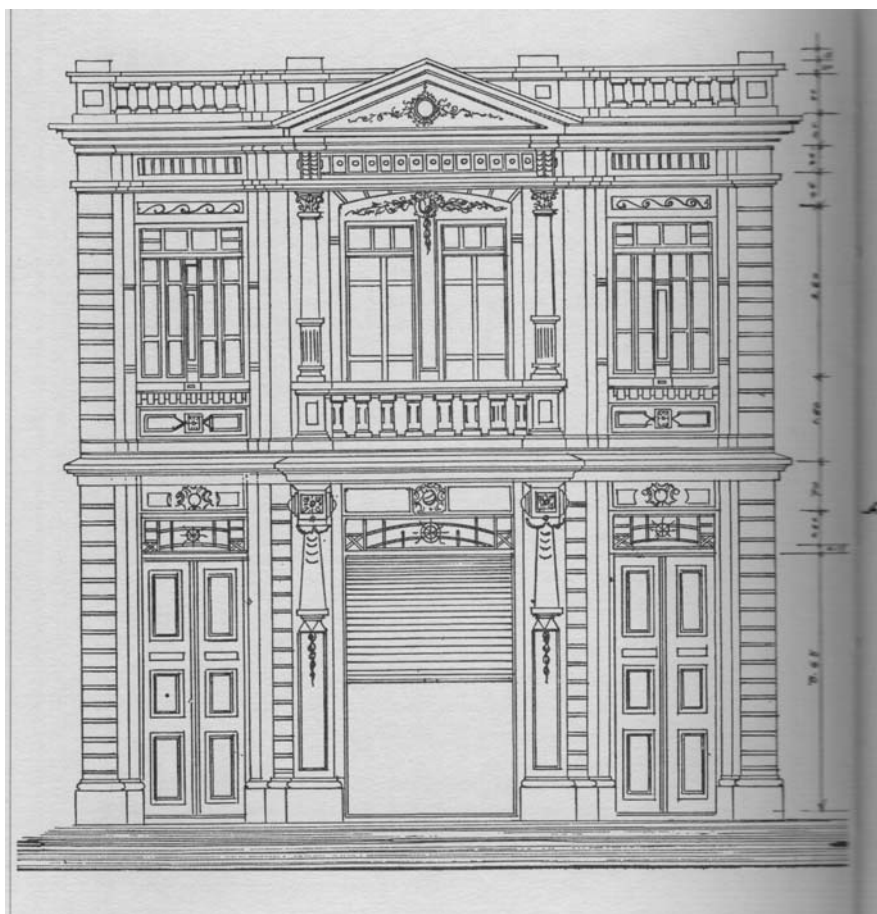


FIGURA 123: [Propriedade na Rua Guarani, projeto de Miguel Noce, 1925, demolida]
Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.202.
Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

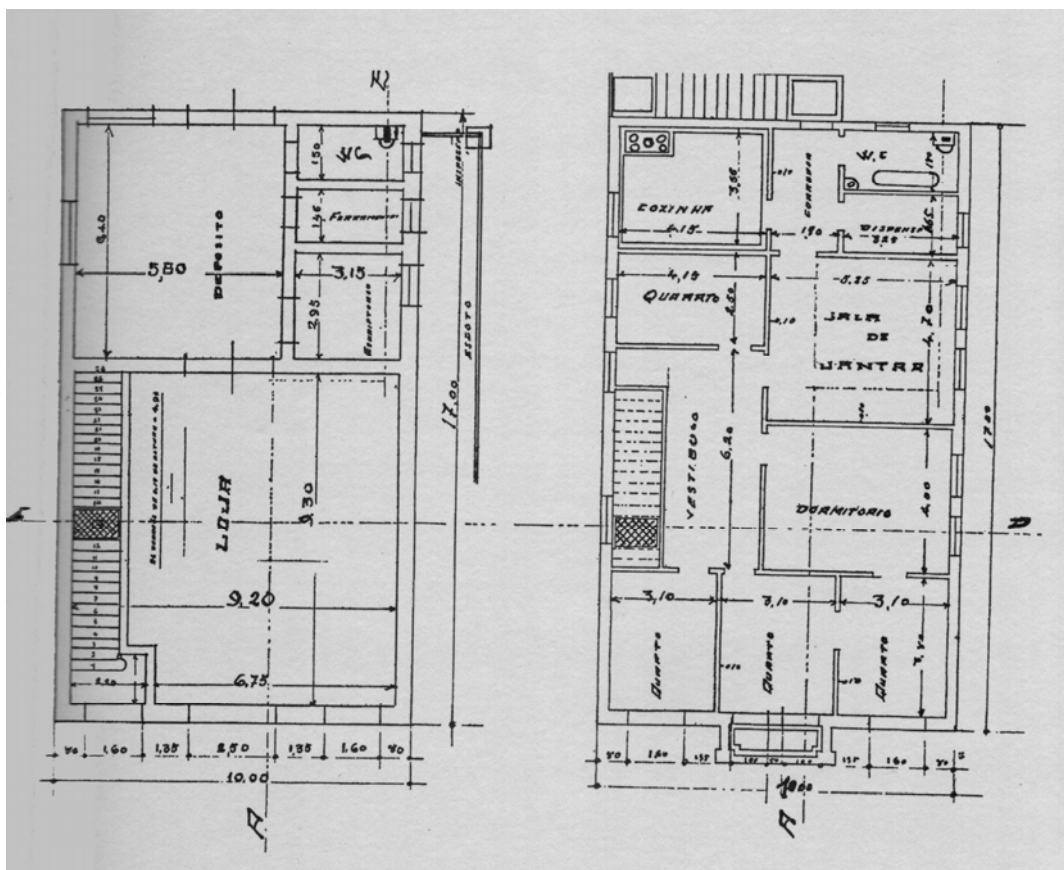


FIGURA 124: [Plantas do primeiro e segundo pavimentos da propriedade na Rua Guarani, projeto de Miguel Noce, 1925, demolida]

Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.203.

Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

Tais edificações apresentavam destaque no cenário da cidade e foram se multiplicando nesse período. Suas fachadas, decoradas com grande sofisticação e requinte, chamavam a atenção dos transeuntes e conferiam *status* diferenciado para seus proprietários. As referências utilizadas para as ornamentações também se diversificavam, surgindo modelos inspirados em diferentes estilos europeus. Sobre os palacetes-comércio, Celina Lemos (1988, p.120) afirma que

A elegância refinada destes se inspirava nos estilos neo-rococó, neo-renascença, chegando ao “Luiz isto e aquilo”, quase todos modificados pelo espírito francês ligado ao classicismo. Muitas vezes, o estilo se tornava mais suave, visto que os mestres-de-obras e construtores eram, em sua maioria, portugueses e italianos, que buscavam os recursos do romântico, rococó, *art-nouveau*. Essas edificações, devido à margem de liberdade observada nos detalhes criativos, sugerem uma modalidade da experiência brasileira que se caracteriza, principalmente, pela criatividade variada.

Tais produções ornamentais contavam ainda com a influência dos catálogos que divulgavam os novos estilos e as novas modas. Assim, as fachadas contavam com diversas possibilidades de recursos decorativos, os quais eram incorporados nas platibandas, nas janelas e demais pontos da fachada. Além disso, os interiores também apresentavam decoração sofisticada e eram enriquecidos com os materiais importados que chegavam à cidade, tais como peças de mobiliário, louças, cristais, além dos moldes pré-fabricados para decoração. Ao mesmo tempo, os materiais usados nas construções também contavam com grande número de produtos importados como ferragens, telhas francesas, tintas, cimento, travejamentos de aço e até mesmo madeiras (ver LEMOS, Celina, 1988).

Os palacetes-comércio, em algumas situações, assumiam a função apenas comercial, sendo que, nesse período, muitos proprietários aproveitavam as esquinas para implantá-los. Nesses casos, segundo Celina Lemos (1998), esses edifícios incorporavam o estilo dos modelos existentes na Paris de Haussmann, onde as edificações eram construídas de acordo com a curvatura de 45° das esquinas. Além dessas novas tipologias que surgiam na cidade, especialmente no Centro Comercial, as edificações exclusivamente residenciais de porão alto continuaram a ser construídas, seguindo as mesmas diretrizes e orientações verificadas nos primeiros anos da nova capital. Elas ainda se apresentavam, predominantemente, implantadas no alinhamento da rua, com acesso através de alpendre lateral, e suas plantas mantendo a organização espacial interna bastante semelhante a dos primeiros exemplares. Contudo, algumas casas já começavam a apresentar pequenas mudanças. Havia exemplares que contavam com um pequeno corredor ou vestíbulo, logo após a entrada, espaço que distribuía os passos, orientando a circulação para a sala de visitas, ou para a sala de jantar (que dava acesso à área íntima da casa) ou para o escritório. Esse aposento não era encontrado em todas as residências do período, não sendo, contudo, possível dizer que se tratava de uma situação rara. Alguns profissionais optaram pela implantação de um escritório em casa e, como esse espaço estava destinado a receber pessoas de fora do núcleo da família, o mesmo deveria ser localizado junto à zona de recepção, a fim de evitar um contato mais próximo com as demais áreas da casa.



FIGURA 125: [Residência na Rua Caetés, projeto de Francisco Farinelli, 1923, demolida]

Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.103.

Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

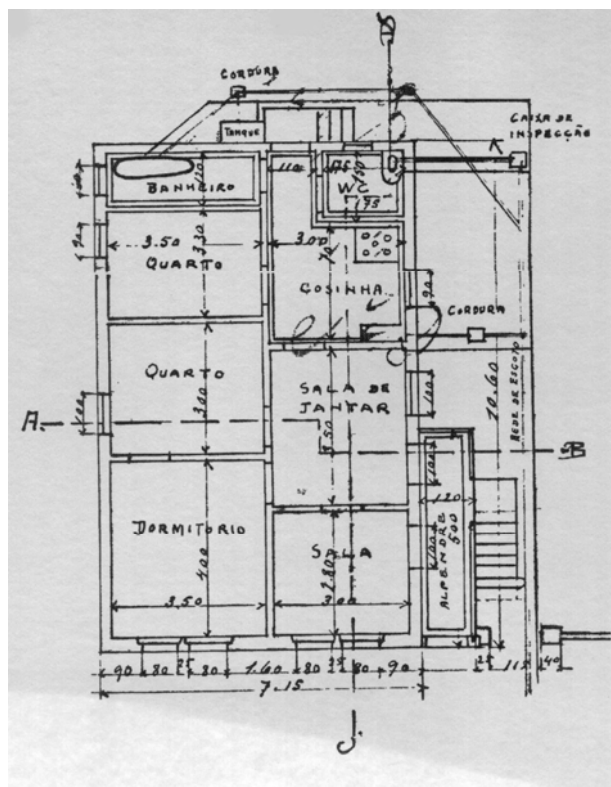


FIGURA 126: [Planta da residência na Rua Caetés, projeto de Francisco Farinelli, 1923, demolida]

Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.103.

Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

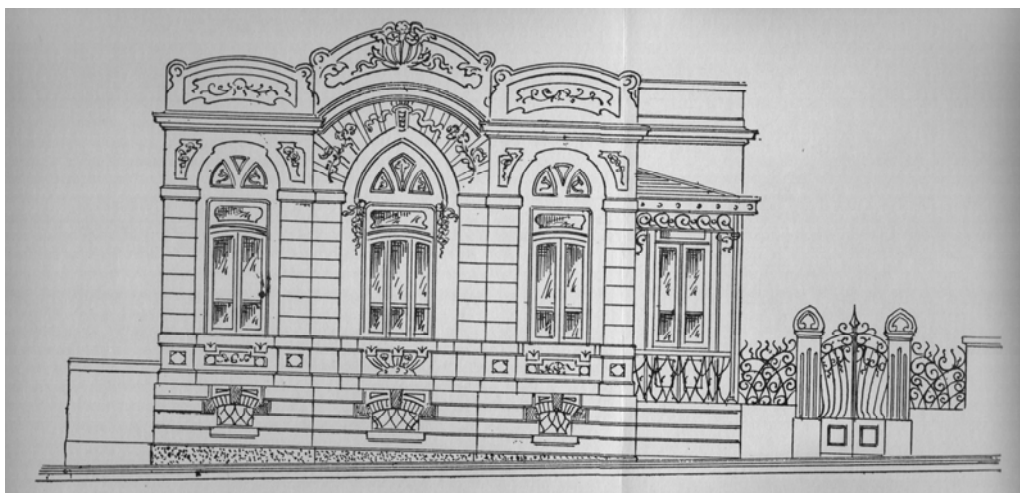


FIGURA 127: [Residência na Rua Espírito Santo, projeto de Luiz Olivieri, 1923, demolida]
Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.183.
Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

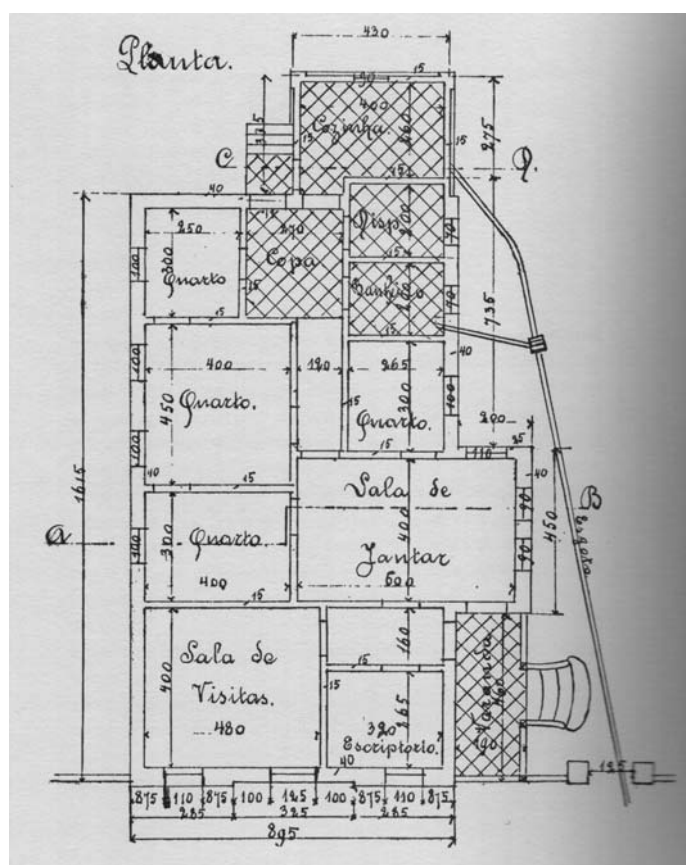


FIGURA 128: [Planta da residência na Rua Espírito Santo, projeto de Luiz Olivieri, 1923, demolida]
Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.182.
Nota: Os desenhos originais deste projeto, aos quais a autora desta Dissertação teve acesso, constam do acervo do APCBH / SMARU.

A segunda década do século XX, especialmente nos seus últimos anos, começava a apresentar novas possibilidades e alternativas para as construções residenciais. As influências dos diversos estilos introduziram novos elementos, tanto na composição das fachadas, quanto nos interiores. Além disso, aumenta o número de edificações afastadas do alinhamento frontal, o que contribuiu para um tratamento diferenciado de alguns edifícios, considerando novas possibilidades volumétricas. Assim, surgiram casas com torreões, varandas na parte anterior da moradia, além das construções no modelo dos *bungalows*. Segundo Celina Lemos (1998, p.109), “Os *bungalows*, com amplo *décor* nas fachadas, apresentavam beirais sustentados por consolos artificiais, empenas falsas e pequenos pórticos, na entrada da residência, com telhados apoiados por mão-francesa”. As influências do *art nouveau* também foram incorporadas de forma mais intensa nas edificações desse período, de modo que, em várias destas construções, buscava-se suavizar os ornamentos e elementos decorativos.



FIGURA 129: [Residência do tipo *bungalow* na Avenida Getúlio Vargas]
Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].
Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 130: [Residência na Rua Varginha]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.



FIGURA 131: Janela de residência na Rua Varginha

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

Dentro desse contexto de várias referências concomitantes, surgia um movimento que buscava resgatar as tradições construtivas brasileiras e trazê-las para o cenário arquitetônico do momento. Tratava-se do neocolonial, que teve início com uma conferência de Ricardo Severo, proferida em São Paulo²⁷, e que logo se difundiu pelos principais centros do país, chegando também a Belo Horizonte. Segundo Celina Lemos (1998), esse estilo teve início na arquitetura residencial, especialmente nas obras dos grupos privilegiados da população, sendo depois incorporado em outras tipologias de edificações, como escolas, igrejas e outros.



FIGURA 132: [Residência em estilo neocolonial]

Fonte: LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS, [200-].

Nota: A fotografia é de autoria de MAZONNI, Marcos de Carvalho; MAZONNI, Gui Tarcisio, e foi tirada em 1960.

²⁷ Ver Capítulo 3 desta Dissertação.

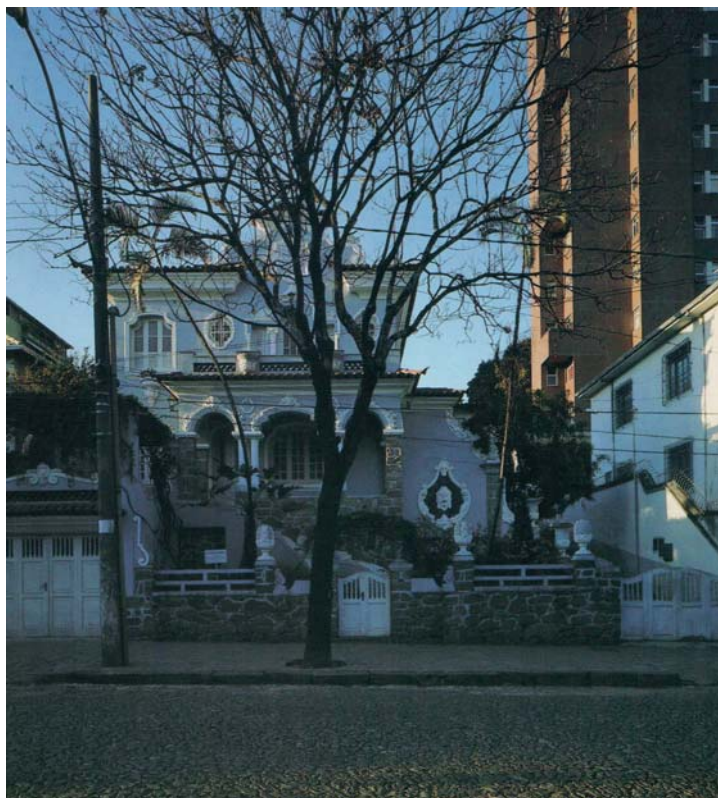


FIGURA 133: [Antiga residência na Rua Marechal Deodoro, projeto de Caetano Franco, 1936]

Fonte: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1997, p.109.

Nas obras residenciais belo-horizontinas, esse estilo introduziu algumas modificações nas casas, mas manteve várias das características observadas nas moradias dos primeiros anos da capital. Segundo Celina Lemos (1998, p.116)

A arquitetura, após o alto ecletismo, passa a apresentar um sistema construtivo mais sólido, marcado pelas adoções de novas técnicas de sustentação, e do uso de lajes planas arrematadas por sancas. Os vãos têm suas áreas ampliadas, havendo um detalhamento mais sofisticado entre a veneziana, a janela de vidraça e a bandeira. As portas envidraçadas são amplamente utilizadas podendo ser estruturadas em ferro ou madeira. O vidro em geral é decorado ou liso, sendo de cristal bisotado nas extremidades. O piso nas áreas nobres é formado por *parquet* havendo alegorias em dois tons de madeira. Já nas áreas molhadas o ladrilho hidráulico colorido e a cerâmica vermelha compõem o acabamento de piso. Nota-se que enquanto no ecletismo havia uma predominância do ladrilho hidráulico, no neocolonial este é remetido para copa, cozinha, banheiro e área de serviço. A varanda de acesso principal, que caracteriza a experiência, adota o material cerâmico em tons avermelhados. Outra mudança significativa é o deslocamento da sala de banho, bem como a sua diversificação. Esta desloca-se para a área íntima, separando-se da copa e cozinha, sendo criado nesta região um pequeno lavabo ou apenas um lavatório.

São introduzidas, assim, algumas mudanças que avançam para além das características puramente decorativas. Entretanto, os aspectos formais e os elementos relacionados à ornamentação acabaram se estabelecendo como as principais referências desse estilo. As revistas tiveram um papel fundamental na divulgação do neocolonial, promovendo um amplo acesso às informações sobre o mesmo, o que fez com que tal estilo fosse adotado nas mais diversas obras, passando por simplificações que facilitavam a sua incorporação, em alguns casos. Contudo, cabe ressaltar que o neocolonial não foi o único estilo difundido pelos meios de comunicação da época. Outras referências, inclusive de regionalismos internacionais, foram incorporadas em Belo Horizonte, como, por exemplo, o estilo missões, o californiano, o mi casita, o normando e também o marajoara, que trazia referências advindas de descobertas arqueológicas brasileiras. Várias dessas influências chegaram aqui através das revistas e também do cinema, que já era uma realidade na dinâmica urbana da cidade, e introduzia novos objetos de desejo no cotidiano das pessoas. Em todo o caso, todas essas referências contribuíram para a diversificação do cenário da cidade, a qual não contava mais apenas com obras realizadas de acordo com os preceitos estéticos divulgados pelas casas-tipo. Nesse momento, o acesso a novas possibilidades estéticas já havia se ampliado e as pessoas passaram a escolher os estilos da moda mais recente ao projetar e edificar as suas casas.

4.3 Críticas e análises sobre as casas das primeiras décadas de Belo Horizonte

As casas edificadas nos primeiros anos da nova capital foram influenciadas pelas casas-tipo, que acabaram se apresentando como modelos da incorporação dos novos preceitos estéticos e construtivos em edificações residenciais. Essas casas contavam com recursos importantes como serviço de abastecimento de água, por exemplo, além de terem sido construídas considerando os novos conhecimentos sobre salubridade e higiene que determinaram algumas de suas características, como o porão alto e a inexistência de alcovas. Ao mesmo tempo, o acesso aos bens materiais importados permitiu que inovações tecnológicas pudessem ser incorporadas nas habitações, como louças e peças esmaltadas, utilizadas nas instalações sanitárias, por exemplo. Outros tipos de materiais e objetos importados também foram incorporados nessas edificações, tanto nos processos construtivos,

quanto na decoração e ornamentação da fachada e dos interiores. A ferrovia foi determinante nesse sentido, pois foi através dela que os moradores da nova cidade tiveram acesso a esses bens de consumo. Juntamente com esses recursos materiais, a ferrovia também trazia novidades relacionadas aos estilos, às novas modas e a uma série de outras informações sobre o que era sofisticado e o que dava *status*. Assim, o papel da ferrovia na construção da dinâmica cotidiana da nova capital, não se restringiu apenas ao fato de trazer os bens materiais necessários, mas também por promover um contato mais próximo com outros lugares, fosse através das viagens que proporcionava, fosse através das informações e notícias que trazia.

Belo Horizonte surgia assim com a pretensão de ser uma cidade moderna. Seus projetos, tanto urbanísticos quanto das edificações, foram realizados buscando-se incorporar os conhecimentos mais recentes e avançados do período. Contudo, observa-se que mesmo diante desses anseios por modernidade, alguns aspectos tradicionais não foram deixados de lado. As casas, objeto deste estudo, evidenciam tais aspectos. Essas foram construídas de acordo com conhecimentos técnicos, e preceitos de salubridade considerados os mais modernos. Ao mesmo tempo, buscou-se dotar as novas edificações de ornamentação também dentro do estilo verificado nos centros mais importantes do país. Entretanto, alguns costumes tradicionais, como uma maior valorização dada à fachada frontal, permaneceram. Este hábito era verificado no Brasil desde o período colonial e imperial. Vasconcellos (1977), ao analisar a arquitetura de Vila Rica, observa que

Prevalendo-se dos conceitos arquitetônicos, então vigentes, pelos quais as fachadas se consideravam elementos autônomos da construção, os proprietários esforçavam-se sempre por um melhor tratamento das frentes das construções e das peças de recepção, relegando-se a segundo plano o interior das residências. Sofrem as fachadas principais adaptações contínuas, ao sabor das modas sucessivas, enquanto as laterais, com sua cachorrada simples, não só se despem de qualquer ornamentação, como, também, se abandonam às intempéries que as arruinam. (VASCONCELLOS, 1977, p.41).

Percebe-se que mesmo durante o período colonial, momento em que não havia muitas maneiras de se ostentar riqueza e posição social, já se verificava um esforço por aparentar uma boa condição financeira e *status* diferenciado perante a sociedade. Esses valores tradicionais resistiram pelo passar dos séculos, sendo

verificados também na conformação das arquiteturas no final do século XIX e início do século XX. As novas ideias, as inovações tecnológicas, os novos estilos e o desejo pelo progresso e pela modernidade não extinguiram esse comportamento tradicional. Ao contrário, essa postura passou por algumas modificações ao longo do tempo, sobretudo em relação à maneira de se expressar, mas é perceptível que o acesso aos novos bens de consumo e bens culturais contribuiu para diversificar as oportunidades de ostentação ou de exibição da condição social.

Esse fato se fez notar nas residências construídas nas primeiras décadas da nova capital de Minas. Em Belo Horizonte, tanto as casas-tipo quanto as casas construídas sob a sua influência apresentavam maior cuidado ornamental dedicado a fachada voltada para a rua, enquanto as fachadas laterais contavam com tratamentos mais simples e sem decoração. Segundo Vasconcellos (1962, p.26-27)

[...] ainda nesta época, as casas construídas continuaram a guardar aquela lógica tradicional que as informava: fachadas novas e plantas tradicionais. Na frente, moderna para a época, pilastras esfriadas, platibandas, molduras, estuque e linhas, por vezes influenciadas já pelo “art-nouveau” então em voga ou pelo romantismo dos festões e arranjos florais já um tanto decadentes. Para trás, porém, espichavam-se ainda os beirais largos, as varandas rurais e os pomares, muitas vezes em franco desacordo com o formalismo das fachadas.

Esta postura de valorização distinta das fachadas evidencia a permanência do hábito de se dar mais atenção às partes da casa que seriam vistas e/ou frequentadas pelos visitantes. Assim, as fachadas frontais e os alpendres laterais recebiam detalhes ornamentais mais elaborados, enquanto as fachadas laterais e os fundos eram tratados com simplicidade, sem detalhes decorativos. Suas características eram meramente construtivas. Esta postura se estendia para o interior das residências e, assim, os aposentos da zona de recepção, como sala de visitas e sala de jantar, recebiam maiores atenções por parte dos proprietários, os quais procuravam dotar esses espaços de elementos decorativos de várias espécies, além de um mobiliário mais sofisticado e requintado. Já os cômodos das áreas de estar/íntima e de serviços eram concebidos de forma simples, sem elementos ornamentais, e sem móveis sofisticados. Menezes (1997) chama atenção para o fato de que algumas casas receberam tratamento especial em todos os

espaços. Entretanto, esse autor ressalta justamente que tais exemplos são considerados exceções.

Tais características de maior valorização de determinados espaços em detrimento de outros não existiam apenas em Belo Horizonte. Essas posturas advinham de costumes tradicionais brasileiros que permaneceram através da passagem dos séculos. Esses hábitos, naturalmente, passaram por transformações, mas essas não foram suficientes para eliminar a essência da questão relacionada à valorização das aparências. Segundo Vasconcellos (1962), os costumes tradicionais influenciavam a conformação da casa, ao passo que essa, por sua vez, ao atender às diretrizes desses costumes, acabava condicionando as formas de morar relacionadas a tais hábitos que orientaram a sua construção. Assim, as residências também disseminavam esses padrões de comportamento que, segundo o autor não tinham relação apenas com as características diferentes dos espaços ou com os hábitos de ostentação. Essas posturas em relação à casa refletiam um costume semelhante no cotidiano dos habitantes que, de acordo com Vasconcellos (1962) se apresentavam de formas distintas em público e na intimidade de seus lares. Segundo o mesmo autor, essas pessoas, quando estavam na rua ou recebendo visitas em suas casas, apresentavam-se bem arrumadas e com boas maneiras. Já quando se encontravam nos ambientes mais privados de suas residências, aos quais os visitantes não tinham acesso, essas mesmas pessoas se apresentavam de forma menos arrumada, e com modos menos educados. Esses hábitos deveriam ser modificados, segundo Vasconcellos (1962), que acreditava que uma mudança em determinados aspectos da casa poderia contribuir para esse objetivo.

As plantas das casas seguiam a organização tradicional, que favorecia essas posturas condenadas por Vasconcellos (1962), pois ao isolar as áreas de recepção dos demais cômodos da casa, os moradores poderiam preservar a sua intimidade sem receios de que esta fosse devassada pelos visitantes. Esse isolamento da zona de receber remete às habitações coloniais, mas percebe-se que as motivações do isolamento passaram por algumas modificações, embora ainda persistisse o desejo por preservar a intimidade da família. As demais zonas da casa passaram por algumas transformações significativas. Os dormitórios se apresentavam em vários pontos da residência e não existiam mais as alcovas tradicionais. Ao mesmo tempo,

as instalações sanitárias se modernizaram de forma expressiva, contribuindo para melhorar o conforto dos moradores. Já a copa teve um papel importante nas transformações empreendidas nas moradias, pois contribuiu para aproximar a zona de estar/íntima da zona de serviço da casa. Esse cômodo apresentava forte ligação com a zona de estar/íntima, por ser um dos locais de permanência da família nas suas atividades cotidianas, mas, ao mesmo tempo, também possuía um vínculo com a cozinha, pois era na copa que os moradores faziam as suas refeições no dia-a-dia. Contudo, a copa não apresentava a mesma formalidade da sala de jantar e a sua proximidade física com a cozinha fazia com que o contato entre os dois espaços ficasse mais coeso, de modo que ambos experimentavam uma dinâmica de certa continuidade entre eles. Assim, afrouxava-se um pouco a rígida separação que, tradicionalmente, era instituída entre as áreas de serviço e os demais espaços da casa. Além disso, a copa também concentrava, em várias situações, as circulações no interior da residência. Diante disso, a dinâmica cotidiana dos moradores ocorria nos quartos, na copa e na cozinha, fato que fez com que Vasconcellos (1962), ao analisar a casa desse período, identificasse uma divisão em dois setores que ele classificou como sala de visitas e intimidade. Assim, percebe-se que a tradicional divisão da casa brasileira em três setores (zona de receber; zona de estar/íntima; zona de serviço) sofreu uma ligeira alteração. A área destinada à recepção ainda permanecia separada, mas os espaços de estar/íntimo e os aposentos de serviço começavam a se aproximar, passando a ter dinâmicas mais integradas.

A área de serviço passou por grandes transformações ao longo dos séculos, perdendo um pouco do seu isolamento e do preconceito que girava em torno das suas atividades. Com a Abolição da Escravatura, os moradores passaram a frequentar mais a área de serviço, e com as inovações tecnológicas que facilitavam a execução dos trabalhos domésticos, tal espaço foi inserido de vez no cotidiano das pessoas. Entretanto, a sua localização dentro da casa ainda traz vestígios da tradição, já que continuou implantada sempre nos fundos da habitação.

As inovações tecnológicas, os novos conhecimentos técnicos, juntamente com o uso de materiais importados foram importantes também para as novas possibilidades construtivas que foram inauguradas no período. O uso dos elementos de ferro, por exemplo, corresponde a um desses avanços. Sua utilização, sobretudo nos

alpendres e em elementos pré-fabricados, como as escadas, por exemplo, foi determinante para as novas construções. Segundo Celina Lemos (1998, p. 97), “O ferro, além de se prestar às inovações na arquitetura, viabilizava a utilização de um amplo vocabulário formal [...] alcançando, desde a estrutura até os ornamentos, uma ampla diversidade de usos na arquitetura da Capital”. Sua utilização nas colunas dos alpendres explorava as possibilidades estruturais desse elemento, ao mesmo tempo em que tirava partido da sua leveza que, combinada com os ornamentos das escadas e gradis, constituíram-se em uma das principais características das edificações do período. Neste sentido, por mais que os elementos decorativos apresentassem vínculos com referências do passado europeu, a sua incorporação pelo ecletismo brasileiro envolveu também uma experimentação desses novos materiais. Vasconcellos (1962) reconhece esse fato ao analisar as casas produzidas nas primeiras décadas da nova capital de Minas (1897-1930). Esse autor identifica nessas residências algumas características fundamentais, como a implantação junto ao alinhamento da rua e o uso do porão alto. No entanto, ele chama a atenção para alguns aspectos importantes, sendo que o uso do ferro figura entre eles.

Alguns detalhes, porém, devem ser lembrados, por sua validade, como testemunhos da evolução arquitetônica. Um deles é a estrutura de ferro, utilizada nos apoios das varandas e nas abobadilhas quando interessadas a pisos compactos, – acabados com ladrilhos, cimento ou cerâmica.

Outro, as coberturas de vidro de varandas, também com estruturas de ferro. Estes dois detalhes, que depois, por largo tempo, foram esquecidos, antecipavam a arquitetura contemporânea, tanto pela utilização de materiais novos, decorrentes da indústria, como por seu emprêgo em composições leves, estabilizando estruturas delicadas, delgadas ao gosto da arquitetura que, vinte anos após, viria a vigorar no país. Constituíam, assim dentro dos quadros da época, um avanço extraordinário, que comumente se destacava fortemente na arquitetura então em uso, avanço êsse, de certa maneira, nem mesmo superado ainda hoje, principalmente no que diz respeito às coberturas de vidro e à extrema delicadeza dos apoios. (VASCONCELLOS, 1962, p. 28-29)

As obras ecléticas belo-horizontinas, inclusive as residenciais, promoveram, assim, uma contribuição muito importante para o avanço da arquitetura. Além das novidades relacionadas à salubridade e ao conforto promovido pelos novos recursos tecnológicos, o uso dos novos materiais foi também importante nesse sentido. A sua incorporação nas edificações da nova cidade foi feita seguindo também os preceitos estéticos tomados como referência, mas, mesmo diante dessas orientações, esses materiais não foram subutilizados. O seu emprego envolveu também uma

experimentação das suas possibilidades, as quais foram exploradas na medida em que atendiam as pretensões dos construtores e projetistas. Diante disso, aspectos como a resistência, a leveza e a maleabilidade desse material para a composição de diversos elementos, inclusive os decorativos, foram bastante explorados nas construções daquele momento. Essas conquistas foram muito importantes não apenas para os arquitetos e engenheiros do período, mas para a arquitetura de um modo geral, pois, como destacou Vasconcellos (1962) esses detalhes constituíram-se em avanços significativos para a época e contribuíram, de forma relevante, para o desenvolvimento da arquitetura realizada nas décadas seguintes.

Além dos avanços técnicos e de uso de materiais, que foram introduzidos por essa arquitetura em Minas, de forma mais decisiva através das obras da nova capital, os aspectos estéticos, que foram tão criticados ao longo do século XX, também tiveram sua relevância. A construção da nova cidade, no final do século XIX, foi realizada em um momento em que todo o país ansiava por se modernizar e por construir novas referências que pudessem promover um distanciamento do passado relacionado às antigas tradições que estavam vinculadas ao Império e, em alguma medida, também à colônia. Nesse contexto, o ecletismo surge como uma alternativa estética para as novas construções, como uma nova linguagem que contribuiria para a aproximação do Brasil aos países mais importantes do eixo ocidental naquele período. Assim, a capital do estado de Minas Gerais não poderia mais permanecer em Ouro Preto, uma cidade carregada de referências do passado e que, além do mais, não oferecia todas as condições necessárias ao desenvolvimento que se pretendia naquele momento. Diante disso, têm início os projetos e as obras de construção da nova capital, a qual teria de ser erigida de acordo com o espírito da época, carregado de anseios por se modernizar e de expectativas relacionadas ao progresso que tal iniciativa promoveria para o estado. As novas edificações, então, tomaram como referência o estilo adotado nos centros mais importantes do país, o qual havia sido importado das cidades mais relevantes da Europa. Diante disto, o papel dos referenciais estéticos e dos seus desdobramentos em ornamentos, composições e detalhes decorativos não deve ser encarado apenas como meros enfeites e recursos para aparentar riqueza e *status* social. Essas posturas também existiam, mas o vocabulário estético adotado naquele momento não era gratuito. Ele refletia um

desejo pela construção de uma identidade nacional, a qual vinha acompanhada também de uma tentativa de se distanciar do passado marcado por dominações.

[...] vale destacar não só o fato de não termos um passado milenar classicista, para que a arquitetura pudesse constituir sua ressonância, como também o de o ecletismo ter atuado como uma representação da busca por uma identidade nacional. Numa atmosfera de renovação impositiva e, muitas vezes, justificada como necessária, a opção pelas características ecléticas veio ao encontro da vontade republicana, que intencionava erigir uma nova imagem no âmbito nacional. (LEMOS, Celina, 1998, p.93)

Assim, os anseios pela modernidade e por uma nova realidade para o Brasil buscaram, na arquitetura, os recursos para se manifestar. Mas, esse processo não se deu de forma plena, pois muitos aspectos tradicionais ainda foram preservados, sobretudo nas habitações. Como afirma Vasconcellos (1962), as casas apresentavam fachadas novas e plantas tradicionais, sendo que essas acabavam condicionando também os modos de viver, os quais, segundo o autor, mantinham os velhos costumes de valorização das aparências.

A dúbia dinâmica entre modernidade e tradição permaneceu na nova capital com o passar dos anos. Na segunda década do século XX, novas referências estilísticas se juntaram às já existentes, fazendo com que a cidade apresentasse um cenário cada vez mais diversificado e variado. Contudo, em relação aos aspectos construtivos e a organização das plantas, poucas alterações foram processadas. Foi dentro desse contexto que surgiu o neocolonial, movimento que buscava resgatar as boas tradições construtivas brasileiras, instituindo-se como mais uma alternativa estética para a composição das construções. A sua incorporação à arquitetura apresentava outras nuances não verificadas nas demais referências utilizadas no período, como a valorização dos preceitos e características nacionais, os quais passaram a figurar como alternativas estéticas ao lado dos elementos estrangeiros. Segundo Celina Lemos (1998, p. 113),

Mesmo levando-se em conta as controvérsias nele contidas, tal discurso adquiriu importância significativa, já que coincidia com o dos modernistas da Semana de 22 em pelo menos um ponto – a necessidade de se encontrar uma experiência estilística nacional.

A importância desse movimento tem, assim, relação com o processo de construção da identidade nacional. Se, num primeiro momento, o anseio por se modernizar fez com que as pessoas buscassem referências estrangeiras, para afirmar um novo tempo, logo depois o processo de construção de identidade identificou a necessidade de resgatar as próprias tradições. Diante disso, a importância do neocolonial nesse momento é decisiva, pois instituiu a valorização das nossas produções e, conseqüentemente, da nossa herança cultural, eternizada através da arte, da arquitetura e das nossas cidades coloniais, também reconhecidas e valorizadas. Esse reconhecimento suscitou pesquisas e estudos a respeito dessas produções, ao mesmo tempo que contribuiu para as futuras ações de preservação que foram instituídas em seguida.

A respeito da produção arquitetônica que o movimento neocolonial engendrou, é necessário destacar as críticas que foram feitas, segundo as quais essa arquitetura, especialmente a verificada nas obras residenciais, não resgatou as características fundamentais das produções coloniais. Para os críticos, o que se via era uma incorporação de detalhes oriundos de outras tipologias, adaptados à composição das fachadas das habitações. A simplicidade construtiva e as relações de escala não foram tomadas como referência. Segundo Vasconcellos (2004b, p.32-33)

Transplantando para a casa formas de monumentos, chafarizes principalmente, detalhes de igrejas, etc. e decorando-a com elementos também retirados de lugares muito diferentes daqueles onde foram aplicados, nada pior se poderia conseguir e nada mais deprimente para a nossa arquitetura colonial de fato. No caso típico fizeram do chafariz um lado da casa: onde havia a inscrição colocaram almofadas de azulejos, onde havia a carranca de boca aberta para a água puseram a janela, do tanque fizeram jardineira para flores e as mesmas pinhas e conchas colocaram encimando a platibanda. De lado abre-se a varanda com arco ou a chamada "curva colonial", porém, sustentado por colunas às vezes torsas e de capitéis exóticos inspiradas (mal-inspiração) nas colunas de altares. Estava aí o "neocolonial" que se esparramou pelas cidades (Belo Horizonte, coitada) e outras, antecipando o missões, o californiano, o *mi casita*. Até as portadas das igrejas, com sua composição típica foi transplantada para as novas portadas dos "palacetes coloniais".

Os críticos censuravam os arquitetos que faziam uso desse estilo devido a sua postura de fazer das tradições coloniais apenas um manancial de referências de ornamentos, sem considerar os aspectos construtivos e as boas soluções que poderiam advir das pesquisas dessas produções. Apesar disso, alguns trabalhos

ornamentais neocoloniais instituíram um importante exercício de experimentação. Vasconcellos (2004b) reconhecia que a única vantagem proporcionada por esse estilo dizia respeito ao regate da telha canal, a qual se prestaria melhor às soluções de cobertura e proteção das superfícies em relação às águas das chuvas. Assim, percebe-se que essas experimentações aconteciam, tanto no que diz respeito ao regate de elementos construtivos – como a telha canal, por exemplo –, quanto às possibilidades estéticas obtidas através das referências decorativas das obras coloniais. No entanto, a maior parte das produções explorou com mais intensidade os aspectos decorativos, deixando para segundo plano as experimentações construtivas relacionadas aos materiais, por exemplo.

As produções residenciais das primeiras décadas da nova capital caracterizavam-se, assim, por uma grande preocupação com os aspectos formais, os quais traziam vínculos com alguns costumes tradicionais verificados ao longo dos séculos em várias partes do Brasil. Essas moradias apresentavam também conquistas técnicas, construtivas e tecnológicas de grande importância, as quais contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Todos esses fatores foram determinantes para a construção da nova capital de Minas, cuja importância transcendia os limites da cidade. Segundo Vasconcellos (2004c) todas as atenções se voltavam para Belo Horizonte naquele momento. “[...] tudo o que se faz no resto do estado é inspirado pela nova capital que determina o gosto, o modo, a estética e a cultura.” (VASCONCELLOS, 2004c, p.44). Assim, mesmo diante das críticas que a produção desse período suscita, a importância de Belo Horizonte, naquele momento, foi determinante para o desenvolvimento das demais regiões do estado. Além disso, seu papel dentro do contexto nacional também se fez sentir, pois se instituiu como uma nova capital que nascia junto com as iniciativas de modernização e progresso, pretendidas para todo o país.

5 CONCLUSÃO

A casa brasileira, analisada neste estudo, a partir da chegada dos colonizadores portugueses no Brasil, passou por algumas transformações ao longo dos séculos. Contudo, determinados aspectos resistiram à passagem do tempo, permanecendo por longo período na conformação das habitações do país. As relações entre modo de vida, condicionantes climáticos, disponibilidade de materiais, conhecimentos técnicos, e outros, constituíram-se nos fatores que, combinados, conformaram as principais características das moradias brasileiras.

Desde o início da colonização, as moradias do Brasil se caracterizaram por uma organização espacial interna dividida em três setores básicos: a zona de recepção, a zona de estar/íntima e a zona de serviço. Tal estrutura havia sido definida a partir dos costumes portugueses, mas foi também influenciada pelas características do território, o qual apresentava temperaturas quentes na maior parte do ano, o que fez com o que o fogão fosse instalado fora da casa ou em algum anexo nos fundos, isolando, assim a zona de serviço.

O período colonial, marcado pela sociedade patriarcal e pelo uso da mão-de-obra escrava, acabou reforçando essa divisão nas três zonas. A demanda de proteção da família, especialmente as mulheres, das pessoas de fora, fez com que a separação da área de receber em relação à área de estar/íntima ficasse ainda mais marcante. Ao mesmo tempo, o uso do trabalho escravo para a execução das tarefas domésticas contribuiu para o isolamento e descaso dos proprietários em relação às instalações de serviço. Além disso, não havia uma preocupação em aprimorar as condições de execução dessas tarefas, nem um interesse em melhorar o agenciamento interno dos espaços, com o intuito de tornar mais eficiente a realização dos serviços domésticos. Assim, esses condicionantes acabaram contribuindo para que a estrutura das casas não sofresse grandes alterações por mais de dois séculos.

As propriedades rurais contavam ainda com as senzalas e com as capelas. As primeiras eram edificações muito simples, divididas em pequenos cômodos com pouquíssimos recursos, os quais eram destinados ao repouso dos escravos. Já as

capelas eram construções um pouco mais elaboradas, tendo em vista a grande importância que a religião tinha para as pessoas daquele período. Essas diferenças entre os tratamentos e cuidados dados a casa do proprietário, às senzalas e às capelas, reproduzem algumas das características da sociedade colonial. O senhor das terras, dono da fazenda, detinha um poder, sobretudo em relação aos escravos que, na maioria dos casos, não tinham direitos e viviam em condições muito inferiores às das pessoas livres. Essas distinções eram ressaltadas através das diferenças existentes entre as suas moradias. A casa do proprietário, também conhecida como casa-grande, apresentava-se em maiores dimensões, com mais cômodos, além de ser estruturada na tradicional divisão dos três setores, separando as atividades. Em contrapartida as habitações dos escravos eram extremamente simples, chegando a ser precárias em alguns casos. Já a capela, edificação voltada para a prática religiosa, também recebia um tratamento mais apurado, com materiais mais duráveis, chegando a apresentar alguns detalhes ornamentais e decorativos nos casos das propriedades mais ricas. A religião era muito relevante na época não apenas pela relação daquelas pessoas com a fé, mas também porque as celebrações e eventos religiosos correspondiam às poucas possibilidades de encontros e sociabilidades que os moradores da colônia tinham acesso. Assim, a casa-grande e a capela apresentavam maiores cuidados e melhores tratamentos, ao passo que as edificações dos escravos eram erguidas com os mínimos recursos para garantir sua sobrevivência.

Essas relações também existiam nos centros urbanos, embora nesses locais as casas não apresentassem as tradicionais senzalas e as capelas particulares. Nas casas urbanas, as acomodações dos escravos foram substituídas por cômodos precários localizados nos fundos dos lotes, em sótãos ou no pavimento térreo dos sobrados. Já as capelas não se faziam necessárias, pois os moradores poderiam frequentar a igreja ou capela de sua comunidade. Entretanto, as pessoas não abriam mão de ter um espaço em suas casas destinado aos momentos de fé, o que levou a instalação de oratórios ou altares particulares.

Os costumes tradicionais no período colonial estavam assim fortemente apoiados na estrutura da sociedade patriarcal e escravocrata, além da importância que se dava à religião. Esses aspectos orientaram a definição de algumas características

importantes das moradias, as quais contavam ainda com a influência de um outro elemento determinante naquele tempo: a ostentação. No período colonial, os recursos eram escassos e a disponibilidade de materiais acabava limitando as técnicas construtivas em cada região. Diante disso, as construções não apresentavam muitas diferenças entre si, de modo que se buscavam outros mecanismos para ostentar riqueza e *status* social, como jóias, vestuário, fartura na mesa, dentre outros. Contudo, mesmo diante da escassez de recursos, as moradias também exerciam um papel importante nas práticas de ostentação e, neste caso, as distinções se estabeleciam em função do tamanho das edificações. Assim, sempre que possível, os proprietários construía residências grandes, com muitos cômodos e muitas janelas. Percebe-se, portanto, que os recursos para ostentar riqueza e *status* estavam frequentemente associados à quantidade no período colonial, tendo em vista as dificuldades de estabelecer alguma diferenciação através de aspectos qualitativos.

As práticas relacionadas à ostentação instituíram ainda outra característica nas residências do período: a valorização das aparências. As pessoas procuravam aparentar um alto poder aquisitivo e *status* diferenciado, mas nem sempre este desejo correspondia à realidade. Diante disso, muitos proprietários procuravam dotar as suas residências de aspectos mais sofisticados (dentro das possibilidades existentes), mas não o faziam em toda a casa. Eles ornamentavam e decoravam apenas os espaços que seriam vistos e/ou frequentados por pessoas de fora do núcleo principal da família, como a fachada frontal e a sala de visitas. Mesmo diante da pouca variedade de recursos materiais, em algumas residências verificava-se um contraste entre a zona de receber e as demais áreas da casa. As possibilidades de ostentação estavam mais relacionadas aos aspectos quantitativos, mas sempre que possível as pessoas buscavam dotar suas casas de elementos que pudessem sugerir uma distinção maior, introduzindo o desejo por bens que denotassem alguma diferenciação qualitativa, o que só foi possível com as transformações que ocorreram no século XIX, sobretudo após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808.

Esse acontecimento significou um marco de grande importância para o Brasil, em várias instâncias, uma vez que esse território deixava de ser apenas uma colônia e

passava a ser a sede do reino. O Rio de Janeiro, cidade onde a corte foi instalada, ganhava novos ares de modernidade e passava por uma série de transformações consideradas necessárias naquele momento. A cidade passou a ser a principal referência do Brasil, local de onde partiam tanto as decisões políticas, quanto as novidades relacionadas à moda, à decoração, dentre outros. Nesse contexto, a abertura dos portos às nações amigas foi determinante, pois o Brasil passou a ter acesso direto aos bens industriais importados e às demais inovações européias.

A presença da corte no Rio de Janeiro foi fundamental também para a modificação em determinados hábitos tradicionais da sociedade brasileira. A vida social dos europeus que chegavam ao Brasil era mais intensa e valorizava-se muito o ato de receber. Diante disso, a elite do Rio de Janeiro logo se interessou por estes novos costumes, os quais foram, em seguida, difundidos por todas as províncias, introduzindo algumas mudanças nos costumes coloniais. As mulheres passaram a aparecer mais em público e as salas de visitas e as eventuais salas de jantar também se abriam mais para receber convidados e visitantes. Ao mesmo tempo, esses novos hábitos, juntamente com o acesso maior aos bens importados, contribuíram para fortalecer e diversificar os costumes de ostentação. A partir deste momento, já era possível contar com uma maior variedade de objetos importados, móveis, utensílios, elementos decorativos e outros, os quais exerciam um papel importante nas práticas de exibição de riqueza e de *status*. Além disso, estas novas possibilidades somadas à maior valorização do ato de receber reforçaram o contraste existente entre os espaços de recepção e as demais áreas da casa. Posto isso, percebe-se que apenas alguns hábitos foram alterados, mas nem todos os costumes tradicionais foram abandonados. A estrutura de organização da casa permanecia a mesma e a manutenção do uso da mão-de-obra escrava não estimulou maiores modificações nas ambiências internas das residências.

O rei de Portugal, instalado no Brasil, procurou promover o desenvolvimento do país e, diante desse objetivo, uma das principais medidas que tomou foi a organização de uma Missão de artistas franceses que chegaram ao Brasil em 1816, os quais contribuíram de forma decisiva para a implantação dos princípios do neoclássico neste território tropical, que se estabeleceu como o estilo da nova ordem do país. Esse estilo tinha grande significação simbólica, pois representava um novo tempo

para o Brasil, momento em que o país deixava de ser colônia e buscava sua inserção junto às principais nações do mundo ocidental, sobretudo a França. Contudo, mesmo com a presença dos artistas da Missão Francesa no Rio de Janeiro, e de outros profissionais qualificados em determinadas cidades do país, o neoclássico raras vezes foi incorporado com o rigor dos princípios orientadores desse estilo. O que se verificava, na maioria dos casos, especialmente nas províncias e nas localidades mais afastadas dos principais centros, era uma incorporação superficial dos detalhes desse estilo. Além disso, surgiram também muitas obras de reformas classicizantes em edifícios coloniais. O objetivo era mudar a feição destas edificações, acrescentando detalhes e ornamentos que lhes conferisse uma aparência neoclássica.

Assim, o neoclássico não promoveu grandes mudanças nas casas, uma vez que sua incorporação se restringiu a aspectos ornamentais e decorativos, na maioria dos casos. As técnicas construtivas permaneceram as mesmas na maior parte do país e os modos de vida apoiados no trabalho escravo não estimularam transformações significativas na organização espacial das casas, especialmente nos setores de estar/íntimo e de serviço. Contudo, apesar dessas dificuldades e limitações, alguns conhecimentos sobre salubridade das edificações começaram a ser incorporados, como as casas com porão alto. Essa foi a principal modificação das casas promovida pela primeira metade do século XIX. Aspectos como a valorização do ato de receber e uma maior variedade dos recursos ornamentais e decorativos também são apontados como mudanças ocorridas, mas estas não chegaram a promover transformações mais decisivas na estrutura das casas brasileiras. Entretanto, as mudanças que introduziram nos hábitos e costumes tradicionais, especialmente relacionados ao isolamento das mulheres, foram fundamentais como primeiro passo para as futuras transformações que ocorreriam em seguida.

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento da agricultura do café promoveu um grande crescimento das regiões produtoras, bem como dos núcleos urbanos a elas relacionados. Essa riqueza também contribuiu para a difusão das características neoclássicas, tendo em vista que os grandes fazendeiros de café tinham a intenção de se aproximar da estética oficial da corte, o que representava *status* diferenciado e prestígio. Dentro desse contexto, a instalação das ferrovias foi

determinante, pois permitia a chegada de uma maior quantidade de produtos e bens importados nas regiões mais afastadas dos principais centros do período. Assim, as diferenças qualitativas se tornavam cada vez mais determinantes com a ampliação do acesso aos bens de consumo. Além disso, as ferrovias também traziam novos materiais, novos conhecimentos, novidades relacionadas à moda, e também novas ideias. Já as estações de trem contribuíram para a disseminação do uso de determinados materiais, uma vez que eram construídas, frequentemente, em alvenaria de tijolos, além do emprego de elementos metálicos nas coberturas, por exemplo.

A Abolição da Escravatura foi um outro acontecimento de grande importância na segunda metade do século XIX. Com a libertação dos escravos no Brasil, todos os setores que contavam com esses trabalhadores tiveram que encontrar soluções para substituir essa mão-de-obra. Tal situação se refletiu também nas residências, as quais contavam com empregados cativos para a execução dos afazeres domésticos, tanto no campo, quanto nos núcleos urbanos. Diante disso, fez-se necessária uma revisão do espaço da casa, com o intuito de torná-la menos dependente de um número muito grande de criados para a sua manutenção. Além disso, essa nova situação passou a demandar a presença dos moradores, principalmente da dona de casa, nos espaços da área de serviço, fato que contribuiu para melhorar e modernizar as condições dessas dependências. Esses espaços, que no período colonial não recebiam atenção por parte dos proprietários, sofreram modificações importantes, as quais contavam, em alguns casos, com inovações que traziam, inclusive, uma certa preocupação formal, aspecto antes inimaginável para as ambiências de serviço. Já em relação às instalações para o repouso dos empregados domésticos houve algumas mudanças, mas a relação de preconceito permaneceu. As edículas, cômodos destinados aos criados, ficavam implantadas, frequentemente, nos fundos do terreno, afastadas da residência dos patrões. Essa localização reforçava que, mesmo com a mudança no sistema de trabalho, o preconceito com os serviços domésticos ainda existia.

As salas de viver deixavam de existir e surgia a copa ou sala de almoço, onde os moradores faziam as refeições cotidianas, além de ser um importante espaço de transição entre a cozinha e a sala de jantar nos momentos em que a família recebia

convidados para recepções e banquetes. As instalações sanitárias também apresentaram modificações, em função das inovações tecnológicas que chegaram no Brasil. A possibilidade de se usar água encanada nesses ambientes, fez com que o espaço da retrete ou latrina se associasse ao espaço destinado ao banho e, juntos, formassem o banheiro. Esse cômodo entra então definitivamente dentro da casa, mas a sua localização fica restrita a um local próximo da cozinha, em função da economia nos encanamentos, que eram muito caros na época. Os conhecimentos sobre saúde, higiene e salubridade das edificações se tornavam cada vez mais difundidos e influenciavam de forma decisiva a conformação das casas. Naquele momento, valorizava-se a entrada de ar e luz em todos os cômodos, fato que acabou abolindo as alcovas das novas residências do século XIX, que, juntamente com a solução do porão alto, tornaram-se importantes transformações implementadas nas casas, sob influência dos novos conhecimentos sobre salubridade.

As novidades e inovações tecnológicas, assim como os novos conhecimentos e ideias, chegavam cada vez mais rápido nas mais diversas regiões do país, sobretudo através da ferrovia. Da mesma forma, o acesso aos novos materiais e a disseminação de novas técnicas construtivas também foram ampliados. Isso contribuiu significativamente para a difusão e incorporação do ecletismo que, com a Proclamação da República, ganhava maior proeminência dentro do cenário nacional. As ideias e preceitos neoclássicos haviam sido associados ao período imperial, de modo que, com a instituição de um novo sistema de governo, não seria recomendável permanecer com a mesma linguagem estética e vocabulário formal. Assim, o ecletismo, que já figurava nas principais cidades européias, foi rapidamente adotado nesse período no Brasil.

Entretanto, esse estilo chegou ao país fortemente marcado pelo elemento estrangeiro, apresentando um caráter completamente importado, uma vez que dependia tanto de materiais que não existiam no Brasil, quanto de profissionais habilitados a projetar e executar obras segundo os seus preceitos. Assim, nesse momento, o ecletismo foi incorporado apenas nas obras oficiais e nas residências da elite, as quais influenciaram as construções da classe média que procurava copiar as características do ecletismo. Entretanto, as obras oficiais e as casas da elite não

foram os únicos meios de difusão do elemento estrangeiro nas construções brasileiras do período. Os trabalhadores imigrantes, que chegaram ao país no final do século XIX, também contribuíram para a disseminação de princípios construtivos através das obras das suas moradias, as quais foram erigidas de acordo com as técnicas e preceitos dos seus países de origem. Assim, a classe média, pela primeira vez, se viu influenciada não apenas pelas classes mais abastadas, mas também pelos conhecimentos construtivos advindos de uma classe de trabalhadores.

A classe média ocupava, frequentemente, casas de aluguel, as quais eram construídas procurando atender os preceitos estéticos e construtivos mais modernos, sem apresentarem, contudo, todo o luxo e o requinte das obras da elite. Já as casas dos operários mais simples não conseguiam acompanhar todas as mudanças, uma vez que não tinham condições de adquirir os produtos e bens importados necessários para a execução dessas modificações. Assim, muitas destas casas ainda apresentavam forte ligação com as tradições construtivas e de organização espacial interna do período colonial.

O ecletismo não instituiu apenas um novo vocabulário formal às obras do período. Sua contribuição se estendeu também para o âmbito da organização espacial interna das casas, uma vez que introduziu o vestíbulo ou *hall* nas habitações brasileiras. Além disso, esse estilo também contribuiu para uma maior utilização de inovações em relação aos materiais e elementos construtivos, de modo que já se empregavam mais elementos em ferro, além da grande variedade de detalhes decorativos nas esquadrias, por exemplo. O ferro foi bastante empregado nas obras ecléticas brasileiras, mas a sua utilização nas edificações nem sempre ficava evidente, sobretudo nos casos em que exercia papéis estruturais nas construções. Todavia, se as obras desse estilo não admitiam colocar em evidência o emprego dessas novas possibilidades construtivas, também não impediam a sua utilização. Assim, o ecletismo incorporou os avanços técnicos e tecnológicos de seu tempo, mas como eles não estavam de acordo com a aparência de modernidade pretendida, foram camuflados nas composições, mas não eliminados.

A importância dada às aparências, presente desde o período colonial no Brasil, não foi eliminada nesse período. Ao contrário, ela ganhou novos recursos para se expressar, uma vez que a variedade de produtos, aos quais se tinha acesso, aumentou consideravelmente no século XIX. As casas ampliaram as possibilidades de ostentação e manifestação de *status* social, de modo que o seu papel não se restringia apenas à função de abrigo. Sua importância se estendia para o âmbito social, uma vez que, com a valorização do ato de receber, os seus espaços, sobretudo da área de recepção, ganharam maior proeminência. Assim, sua estrutura básica não mudava mesmo nos casos de famílias menores, nem quando o proprietário morasse sozinho.

O ecletismo teve grande aceitação, por parte dos brasileiros, durante o século XIX, tendo chegado inclusive até o início do século XX, momento em que surgia no país o movimento neocolonial. Essas ideias tiveram grande repercussão nos principais centros do Brasil, mas as produções realizadas não apresentavam um real resgate das nossas tradições construtivas. O que se verificava, sobretudo nas obras residenciais, era uma simples incorporação de detalhes retirados de diversas tipologias de edifícios, os quais eram aplicados nas novas edificações. As relações de escala e a simplicidade das casas coloniais não foram resgatadas. Contudo, apesar das críticas que recebeu, esse movimento também teve sua importância no período. Alguns arquitetos procuraram realizar experimentações a partir das pesquisas sobre a arquitetura colonial, de modo que alguns deles desenvolveram estudos sobre novas possibilidades construtivas a partir de características de técnicas, materiais e detalhes presentes nas obras coloniais.

O século XIX teve então grande importância para a arquitetura brasileira. Acontecimentos como a chegada da corte ao Brasil, a abertura dos portos, a instalação das ferrovias, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República foram determinantes para uma série de mudanças que ocorreram no país e que influenciaram de forma marcante as residências produzidas no período. Entretanto, determinadas posturas dos habitantes brasileiros, como o gosto pela ostentação, não deixaram de existir. Ao contrário, estes hábitos foram reforçados pelas novas opções de bens de consumo e bens culturais, aos quais os moradores tinham acesso, o que contribuía para diversificar as possibilidades de exibição de *status* e

riqueza. Contudo, as transformações empreendidas nesse período foram muito significativas, tendo em vista que passaram por vários âmbitos da conjuntura nacional, instituindo novas perspectivas para o país que procurava se modernizar, abandonar as heranças do passado colonial, marcado pela dominação. Nesse sentido, a adoção do ecletismo como estilo oficial da república estava carregado de um desejo por se aproximar cada vez mais dos principais centros do mundo ocidental do período, o que promoveu uma valorização muito grande dos aspectos estrangeiros e um desejo por se distanciar de tudo aquilo que tivesse relação com os períodos colonial e imperial brasileiros.

Dentro desse contexto, ideias como a mudança da capital em Minas Gerais ganharam novos estímulos. As cidades foram alvos das discussões, pois eram estruturas fundamentais para os planos de promover o progresso e a modernização de todo o país. Diante dos ideais proclamados no período, cidades tradicionais como Ouro Preto não poderiam permanecer como capitais, pois além de apresentarem dificuldades para os desenvolvimentos pretendidos, elas possuíam forte vínculo com as tradições anteriores. Assim, decide-se pela transferência da capital de Minas para uma nova região, tendo sido escolhido o arraial Belo Horizonte.

As atividades relacionadas ao projeto e construção da nova cidade envolveram uma série de estudos e empreendimentos, dentre eles a definição do traçado e os projetos e execução das obras públicas e das residências para os funcionários públicos. Essas tiveram seus projetos desenvolvidos por um grupo de profissionais da Comissão Construtora, os quais também definiram as regras e determinações que deveriam ser seguidas pelas obras particulares a serem edificadas na nova capital. Tal situação contribuiu para o desejo de se manter uma unidade da paisagem da cidade. Dentro desse contexto, as casas-tipo tiveram grande relevância, pois contribuíram para difusão dos preceitos e características do ecletismo em obras residenciais, constituindo-se como modelos. Além disso, essas habitações, projetadas para os funcionários públicos, acabaram se estabelecendo também como referências de *status* e posição social. Seus projetos foram organizados em diversos tipos, com a finalidade de serem destinados aos funcionários de acordo com o seu cargo dentro da hierarquia do serviço público. Assim, as distinções e características dessas casas acabavam contribuindo para a

identificação do poder aquisitivo e posição social do seu proprietário. Diante disso, percebe-se que as casas-tipo influenciaram as construções residenciais da nova cidade tanto no que dizia respeito a preceitos construtivos e de estilo, quanto a aspectos relacionados à ostentação e valorização das aparências.

Essas práticas, oriundas dos costumes tradicionais brasileiros, também foram verificadas em Belo Horizonte. Nos primeiros anos da nova capital, dava-se mais importância à fachada frontal, ao alpendre lateral e às salas de visitas em detrimento das fachadas laterais, dos fundos e dos espaços da área de estar/íntima e de serviços. Esses hábitos foram muito criticados posteriormente, mas observa-se que, nas casas belo-horizontinas do período, já havia uma maior aproximação entre a zona de estar/íntima e a zona de serviço. Essa situação acabou contribuindo para diminuição do isolamento das dependências de serviço, especialmente a cozinha, dos demais espaços da casa, estabelecendo, assim, uma dinâmica mais integrada entre estes espaços do cotidiano doméstico.

As características formais e ornamentais do ecletismo, fortemente apoiadas em referenciais estrangeiros, contribuíram para o estabelecimento de uma nova linguagem nas obras construídas após a Proclamação da República. Nesse momento havia uma busca por uma nova identidade nacional, o que provocou uma reação de distanciamento das referências nacionais tradicionais. Dentro desse contexto, a construção de Belo Horizonte foi fundamental para inserir, de forma mais decisiva, os novos preceitos estéticos em Minas, além de representar uma tentativa de concretização dos ideais de progresso e modernidade que animavam todo o país.

Contudo, o processo de busca e construção de uma nova identidade para o Brasil não estava concluído com as produções e conquistas promovidas pelo ecletismo. As reflexões acerca dessa questão continuaram e o neocolonial, que surgia no início do século XX, também participou, de alguma forma, desse processo. Esse estilo, que também chegou a Belo Horizonte, contribuiu para uma valorização da herança colonial brasileira, além de ter estimulado e promovido estudos e pesquisas acerca das produções arquitetônicas e artísticas desse período. O neocolonial tem, assim, uma aproximação com o ecletismo, uma vez que resgatou elementos de outro período histórico para incorporá-los em produções novas. Ao mesmo tempo, o

neocolonial também promoveu estudos e, em alguns casos, experimentações com materiais que buscavam boas soluções construtivas, sem abrir mão de um vocabulário estético e formal, elaborado com base nessas referências.

O ecletismo é, muitas vezes, apontado como um estilo que se preocupava mais com aspectos formais do que com outros detalhes importantes, como as questões construtivas. Contudo, as produções realizadas no século XIX e no início do século XX demonstram que as características formais desse estilo não inviabilizaram a adoção de novos materiais, novas técnicas e novos conhecimentos relacionados à salubridade das edificações, por exemplo. Ao contrário, transformações importantes ocorreram no período em que esse estilo foi adotado, as quais promoveram mudanças significativas na estrutura das casas brasileiras. Assim, o ecletismo teve papel relevante na história da arquitetura brasileira, sobretudo na produção residencial.

Em Belo Horizonte essa produção eclética se destaca caracterizando o cenário da nova capital de Minas Gerais. Entretanto, com o passar dos anos no século XX, essas edificações das primeiras décadas da cidade foram perdendo, gradativamente, o seu destaque e o reconhecimento de sua importância. Dentro desse processo, muitas obras foram descaracterizadas ou até mesmo demolidas para dar lugar a novos edifícios. Contudo, na década de 1980 e, sobretudo, na de 1990, têm início novas iniciativas no sentido de resgatar e revalorizar essa produção das primeiras décadas de Belo Horizonte. A partir de então, houve uma maior preocupação por parte do poder público em relação às construções realizadas nesse período, o que levou a ações de resgate e reconhecimento dessas obras. Diante disso, novas pesquisas e estudos foram desenvolvidos o que contribuiu para as ações de preservação e conservação dessa produção e, sobretudo, para a sua revalorização, de modo que essas obras passaram a ser tratadas como importantes registros e testemunhos da nossa história, merecendo, portanto, maiores atenções e cuidados dedicados à preservação desse patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Introdução: Modelos de história e da historiografia imperial. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a. v.2, p.7-10.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b. v.2, p.11-93.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2, p.291-335.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1, p.83-154.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.37-78.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. A arquitetura maranhense e a economia do algodão. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.234-271.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana. *Inventário: Projetos arquitetônicos*. Belo Horizonte, [189-], [19--].

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução: Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 242p.

BAHIA, Denise Marques. *O sentido de habitar e as formas de morar: a experiência modernista na arquitetura residencial unifamiliar de Belo Horizonte*. 1999. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

BARATA, Mario (Debatedor). Anotações sobre as artes plásticas em Minas no século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: SÉCULO XIX, 3., 1980, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982. p. 161-164.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v.1, p.277-446. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, 913 p. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

BARRETO, Marco Heleno. *A imaginação criadora na estética de Gaston Bachelard*. 1994. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

BARRETO, Paulo T. O Piauí e a sua arquitetura. In: RODRIGUES, José Wash; et al. *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 191-219. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1).

BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL. *Edificações*. 4. ed. [Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves], [19--?]a. 255 p. (Construção civil). Edição fac-similada.

BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL. *Manual do Formador e Estucador*. [Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves], [19--?]b. 195 p. Edição fac-similada.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Aquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. 367p.

BOURDIEU, Pierre. The Kabyle house or the world reversed [1970]. In: HIGHMORE, Ben (Ed.). *The everyday life reader*. London and New York: Routledge, 2002. p.161-175.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MARTINS, Ângela Maria Moreira. A varanda como espaço privado espaço público no ambiente da casa. *Interpretar arquitetura*. Edição 13. [200-]. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

BRENNA, Giovanna Rosso del. Ecletismo no Rio de Janeiro (sec. XIX – XX). In: FABRIS, Annateresa (Org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.29-68.

CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio. In: TELLES, Augusto C. da Silva; et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 01-46. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 2).

CARNEIRO, Marília Dalva Magalhães. *Ecletismo, uma ironia romântica: estudo da arquitetura doméstica em Belo Horizonte 1897-1940*. 1998. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

CARRER, Aline; GLEDSON, John; MENEZES, Pedro da Cunha e. *Rio de Assis: imagens machadianas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, 96p.

CARVALHO, Cláudia; NÓBREGA, Cláudia; SÁ, Marcos. Guia da arquitetura colonial. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000a. p.05-24. (Guias da arquitetura no Rio de Janeiro). Curadoria e organização de Jorge Czajkowski e Coordenação de Fernando Sendyk.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 11-129, 251-372. (Artistas Brasileiros; 14).

CASTRIOTA, Leonardo Barci; PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. O “Estilo Moderno”: Arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.127-182.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2, p.337-383.

CATÁLOGO de desenhos de arquitetura da Biblioteca da FAU/USP. São Paulo: FAU/USP; VITAE, 1988. p. 01-53.

CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000a. 220 p. (Guias da arquitetura no Rio de Janeiro). Curadoria e organização de Jorge Czajkowski e Coordenação de Fernando Sendyk.

CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000b. 216 p. (Guias da arquitetura no Rio de Janeiro). Curadoria e organização de Jorge Czajkowski e Coordenação de Fernando Sendyk.

COSTA, Lúcio. *Estudos e artigos de Lúcio Costa*. Organização de Centro de Estudos de Teoria de Arquitetura. Porto Alegre: Imprensa Universitária, Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 1954. 90 p. (Círculo de Estudos de Arquitetura).

COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. In: LAMEGO, Alberto; et al. *Arquitetura Civil III: mobiliário e alfaias*. São Paulo: FAU USP; MEC-IPHAN, 1975. p. 133-146. (Textos escolhidos da revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 3).

CURTIS, J. N. B. de. Arquitetura e economia do gado na Região Sul. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.162-197.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. *Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática*. Porto Alegre: Ed. Ritter dos Reis, 2003. p. 33-84.

DERENJI, Jussara da Silveira. Arquitetura da borracha na Amazônia 1850-1920. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.272-309.

FABRIS, Annateresa. O Eclétismo à luz do modernismo. In: FABRIS, Annateresa (Org). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.280-296.

FRAMPTON, Kenneth. On reading Heidegger. In: NESBITT, Kate (Ed.). *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995*. New York: Princeton Architectural Press, 1996. p.440-446.

FREYRE, Gilberto. *Oh de casa!* : em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Rio [de Janeiro]: Artenova; Recife: IJNPS, 1979. 169p.

GADAMER, Hans-Georg. The ontological foundation of the occasional and the decorative. In: LEACH, Neil (Ed.). *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. London/New York: Routledge, 1997. p.125-137.

GODOFREDO FILHO. A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila. In: LAMEGO, Alberto; et al. *Arquitetura Civil III: mobiliário e alfaias*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 49-67. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 3).

GOMES, Geraldo. Arquitetura do açúcar. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.82-125.

HEIDEGGER, Martin. Building, Dwelling, Thinking. In: LEACH, Neil (Ed.). *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. London/New York: Routledge, 1997. p.98-124.

HIGHMORE, Ben. Questioning the everyday life. In: HIGHMORE, Ben (Ed.). *The everyday life reader*. London and New York: Routledge, 2002. p.1-34.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1894/1940*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997. 315p.

LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS. Sistema de Busca. [200-]. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/laboratorio/site.html>>. Acesso em: 23 out. 2010.

LARA, Fernando Luiz Camargos. *Popular Modernism: an analysis of the acceptance of modern architecture in 1950s Brazil*. 2001. 231f. Tese (Doutorado) – University of Michigan, 2001.

LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Nobel, 1989a. 205p.

LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Edições Melhoramentos, 1979. p. 103-158. (Arte e Cultura).

LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista: histórias das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999. 261p.

LEMOS, Carlos A. C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (Org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.69-104.

LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989b. 83p. (Repensando a história).

LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana – Belo Horizonte, 1897/1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.79-125.

LEMOS, Celina Borges. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. 1988. 389 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2, p.143-179.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2, p.385-437.

MENEZES, Ivo Porto de. *Arquitetura no século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: SÉCULO XIX, 3., 1980, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982. p. 131-145.

MENEZES, Ivo Porto de. *Belo Horizonte, Residências, Arquitetura: Ensaio histórico documental da fase inicial da arquitetura residencial de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Grupo Geraldo Lemos Filho, 1997. 156p.

MHAB. Documentos diversos, 1897 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João

Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, p. 695. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. *A casa*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003. p. 11-53, 323-333.

MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1985a. v.2, p. 64-91: Regulamentação – Instruções expedidas pelo engenheiro-chefe *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, 913 p. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MINAS GERAIS. Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895b, p. 145-147 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, p. 260. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MINAS GERAIS. Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895. Estabelece as bases para o levantamento do plano geral da Capital do Estado, em construção no distrito de Belo Horizonte, desmembrado para este fim do município de Sabará, e bem assim para as concessões, vendas e distribuições de lotes urbanos e suburbanos para construção naquele distrito. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895c, p. 84-92 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, 913 p. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MINAS GERAIS. Decreto n. 818, de 15 de abril de 1895. Promulga o regulamento para a construção de casas para os funcionários públicos concessionários de lotes na nova capital. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895d, p. 145-147 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, p. 257-260. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MINAS GERAIS. *Lei adicional à Constituição n.3 de 17 de dezembro de 1893*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894, p.51 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v.1, p.427-429. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MINAS GERAIS, Lei n. 3 adicional à Constituição de 7 [sic] e dezembro de 1893. Marca o lugar para construção da Capital do Estado e dá outras providências. Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. v.2, p. 261. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

MOURA, Maurício I. P. de. *Primeiras Casas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura – Universidade de Minas Gerais, 1961. Não paginado. (Documentário Arquitetônico 5).

NORBERG-SCHULZ, Christian. Heidegger's thinking on architecture. In: NESBITT, Kate (Ed.). *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995*. New York: Princeton Architectural Press, 1996. p.429-439.

NORBERG-SCHULZ, Christian. The phenomenon of place. In: NESBITT, Kate (Ed.). *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995*. New York: Princeton Architectural Press, 1996. p.412-428.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1, p. 13-39.

OLIVEIRA, Miriam Andrade Ribeiro de. Arquitetura da mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.126-161.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Situação das artes plásticas em Minas no século XIX / escultura e pintura. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA: SÉCULO XIX, 3., 1980, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982. p. 147-160.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 285p.

PALLASMAA, Juhani. The geometry of feeling: a look at the phenomenology of architecture. In: NESBITT, Kate (Ed.). *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995*. New York: Princeton Architectural Press, 1996. p.447-453.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Eclétismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.9-28.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 154 p. (Coleção Historial, 8).

PINTO, Estevão. Muxarabis e balcões: Ensaio sobre esses antigos elementos arquitetônicos nos quais se poderão ver traços de influência mourisca. In: TELLES, Augusto C. da Silva; et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 47-89. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 2).

PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.1, p.275-330.

RAPOPORT, Amos. *Vivienda y cultura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1972. p.31-110, 139-166. (Colección Arquitectura y Critica).

REIS, Aarão. *Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital*. Relatório apresentado à S. Ex^a Sr. Dr. Afonso Pena, presidente do Estado pelo engenheiro... maio 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1893 *apud* BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga*. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. v.1, p.277-446. (Coleção Mineiriana; Série Clássicos).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 11 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 211 p. (Coleção Debates).

REISFILHO, Nestor Goulart. *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997. 216p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Victor Dubugras: Precursor da arquitetura moderna na América Latina = Antecipateur de l'architecture moderne en Amérique Latine*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 144p.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. A arquitetura do café. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Aquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.198-233.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução ao neoclassicismo na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000a. p.25-40. (Guias da arquitetura no Rio de Janeiro). Curadoria e organização de Jorge Czajkowski e Coordenação de Fernando Sendyk.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. O ecletismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000b. p. 5-24. (Guias da arquitetura no Rio de Janeiro). Curadoria e organização de Jorge Czajkowski e Coordenação de Fernando Sendyk.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *Reflexo das luzes na terra do sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência 1808-1831*. São Paulo: ProEditores, 2000c. p. 15-17, 112-177, 244-252, 284-328.

RODRIGUES, José Carlos. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais: 1^a metade do século XIX: Uma avaliação. In: SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA,

SÉCULO XIX, 3, 1980, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982. p. 165-204.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. In: RODRIGUES, José Wash; et al. *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975a. p. 283-318. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1).

RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico*: relativo à antiga construção civil no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 327p. (Reconquista do Brasil; Nova Série; v.1).

RODRIGUES, José Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. In: LAMEGO, Alberto; et al. *Arquitetura Civil III*: mobiliário e alfaias. São Paulo: FAU USP, MEC-IPHAN, 1975b. p. 177-194. (Textos escolhidos da revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 3).

RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Tradução: Betina Von Staa. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 261p.

SAIA, Luís. Notas sobre a arquitetura rural paulista do Segundo século. In: RODRIGUES, José Wash; et al. *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 221-281. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.105-145.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. *Habitação escrava nas propriedades rurais da província do Rio de Janeiro – século XIX*. [2000]. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000 *apud* ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. A arquitetura do café. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). *Aquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.198-233.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981. p.43-124. (Coleção IAB; vol. 1).

SEGAWA, Hugo. Rumo à industrialização: arquitetura da primeira metade do século XX. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org.). *Aquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p.310-342.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1987. 248p.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2, p.233-290.

SMITH, Robert C. Arquitetura civil no período colonial. In: RODRIGUES, José Wash; et al. *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 95-190. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1).

SOUZA, Renato César José de. Arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: Utopia e transgressão. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.183-229.

TAUNAY, Afonso de E. *A missão artística de 1816*. Rio de Janeiro, 1956. 351p. (Publicações da Diretoria do patrimônio histórico e artístico nacional).

TELLES, Augusto C. da Silva. Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Org). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006. p. 16-76.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras: Estudo da construção residencial urbana. In: TELLES, Augusto C. da Silva, et al. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 115-247. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 2).

VASCONCELLOS, Sylvio de. A família mineira e a arquitetura contemporânea. In: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004a. p. 69-77. Texto publicado em: *O Globo*. [s.l.]. 31 jan 1961. p. 18.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Contribuição ao estudo da arquitetura civil em Minas Gerais (II). In: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004b. p. 29-34. Texto publicado em: *Arquitetura e Engenharia*. [s.l.]. v.1, n.3, p. 42-49, jul-ago. 1946.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Contribuição ao estudo da arquitetura civil em Minas Gerais (IV). In: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004c. p. 41-47. Texto publicado em: *Arquitetura e Engenharia*. [s.l.]. v.1, n.5, p. 79-81, set-out. 1947.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Noções sobre arquitetura*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1962. 97p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sylvio de Vasconcellos: arquitetura, arte e cidade: textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004d. 384p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977. 214p. (Coleção Debates; 100).

VAUTHIER, L.L. Casas de residência no Brasil. In: RODRIGUES, José Wash; et al. *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU USP, MEC – IPHAN, 1975. p. 01-94. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1). Introdução de Gilberto Freyre.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 142p.

ANEXO A

Lei n.3 adicional à Constituição, promulgada no dia 17 de dezembro de 1893.

“Nós, os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei:

Art. 1º Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do Estado.

Art. 2º Fica o governo autorizado:

1º – A mandar organizar o plano definitivo da nova cidade sob as seguintes bases:

a) divisão do terreno em lotes destinados a edificações urbanas, a quintais ou chácaras, com determinação dos preços de cada categoria, atendendo à sua colocação, proximidade do centro da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor;

b) determinação dos terrenos que devem ser reservados para edifícios públicos do Estado, ou da União e municipalidade, praças, jardins, passeios públicos, mercados, estações de estradas de ferro e *tramways*, casas de caridade, hospitais, templos e cemitérios;

2º – A proceder à desapropriação dos terrenos particulares, compreendidos da planta que for aprovada;

3º – A estabelecer, em regulamento, os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir às edificações, assim como tempo e modo das concessões;

4º – A mandar proceder o orçamento dos edifícios públicos necessários, que serão feitos por administração ou mediante concorrência pública, conforme julgar mais conveniente aos interesses do Estado;

5º – A conceder a particulares ou empresas favores para serviço de iluminação, abastecimento de água, esgotos e viação urbana, sujeitando-os à aprovação do Congresso, ou a realizar esse serviço por administração;

6º – A estipular, nas concessões que fizer, condições para promover construções de casas destinadas aos empregados públicos de que trata o n.7 do art. 2º, de modo a facilitar-lhes o pagamento em prestações, que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se o requererem.

Igualmente promoverá a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para operários;

7º – A conceder, a título gratuito, aos atuais funcionários estaduais que por lei têm residência obrigatória na capital, e que o requererem, um lote de terreno para construção de casa ou chácara, antes de serem postos em hasta pública, assim como transporte e ajuda de custo;

8º – A conceder, a título gratuito, a cada um dos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial no exercício de 1890, um lote de terreno para edificação.

Art. 3º As concessões de lotes gratuitos, que não poderão ser contíguos, terão a cláusula de fazerem os concessionários as edificações dentro de dois anos, depois da aprovação da planta da cidade, sob pena de caducidade da concessão.

Parágrafo único. Essas concessões só poderão ser pedidas no prazo de trinta dias depois de aprovada a planta, ao governo, que fará a designação do lote.

Art. 4º É lícito aos concessionários de lotes gratuitos cedê-los, sob as mesmas condições com que os possuem.

Art. 5º Para ocorrer às despesas com a execução desta lei, fica aberto, ao governo, desde já, um crédito de cinco mil contos de réis, podendo lançar mão dos saldos da receita, ou fazer as operações de crédito necessárias, não excedendo o juro de 6% ao ano.

Não sendo suficiente esse crédito, o presidente do Estado solicitará do Congresso as providências que julgar necessárias.

Art. 6º Fica determinado o prazo máximo de quatro anos para definitiva transferência do governo para a nova capital, podendo, porém, o presidente do Estado transferir provisoriamente, desde já, a sede do governo para qualquer ponto do Estado, se o interesse público o exigir.

Art. 7º São declaradas sem efeito algum quaisquer concessões de terras ou preferências estipuladas para edificações até esta data, que tenham relação com a construção da nova capital.

Art. 8º A direção econômica e administrativa da capital do Estado denominada – Minas – ficará a cargo do Presidente do Estado, enquanto o Congresso não deliberar a respeito nos termos da Constituição.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a executem e façam executar e observar fielmente como nela se contém.

Publique-se e cumpra-se em todo o território do Estado de Minas Gerais.

Paço do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Barbacena, aos 17 de dezembro de 1893. *Crispim Jacques Bias Fortes. Manuel Teixeira da Costa. João Gomes Rebelo Horta.* (MINAS GERAIS, 1894, *apud* BARRETO, A., 1995, p. 427-429).

ANEXO B

Decreto n.818, promulgado no dia 15 de abril de 1895.

“DECRETO N. 818

Promulga o regulamento para a construção de casas para os funcionários públicos concessionários de lotes na nova capital.

O doutor presidente do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 57 da Constituição do Estado, resolve, para a execução do n. 6, art. 2º, da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, aprovar o regulamento que com este baixa, assinado pelo engenheiro Francisco Sá, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que o fará executar.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 15 de abril de 1895.

Crispim Jacques Bias Fortes.

Francisco Sá.

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 818 DESTA DATA

Art. 1º O governo do Estado contratará com quem melhores vantagens oferecer a construção de casas para os funcionários públicos, concessionários de lotes na nova capital.

Art. 2º A construção será paga pelo Estado, por conta dos mesmos funcionários, os quais resgatarão a dívida por essa forma contraída, por meio de descontos mensais nos seus vencimentos proporcionais a uma anuidade invariável, fixada de acordo com a tabela anexa e compreendendo os juros de 5% ao ano e a respectiva quota de amortização.

Parágrafo único. A anuidade começará a ser cobrada da data em que for entregue ao respectivo funcionário o título provisório de propriedade da casa.

Art. 3º Será permitido ao funcionário fazer entrada de quaisquer quantias para maior amortização de sua dívida, desde que pelo menos correspondam a uma taxa de 2 ½% sobre o capital inicial da dívida.

Parágrafo único. Essas quantias serão creditadas ao respectivo funcionário, vencendo os juros de 5% ao ano para serem encontrados na liquidação final de contas.

Art. 4º Os tipos das casas corresponderão a seis classes de valores, determinados em vista dos vencimentos anuais dos funcionários e relativos às seguintes categorias destes:

- 1º) funcionários que vencem mais de doze contos de réis;
- 2º) funcionários que vencem mais de nove contos de réis;
- 3º) funcionários que vencem mais de sete contos de réis;
- 4º) funcionários que vencem mais de quatro contos de réis;
- 5º) funcionários que vencem mais de dois contos de réis;
- 6º) funcionários que vencem até dois contos de réis.

Art. 5º Dentro em trinta dias da data do contrato para a construção das casas, o particular ou empresa que o tiver assinado, submeterá à aprovação do governo as plantas e orçamentos detalhados dos tipos de casas correspondentes às diversas classes de valores.

Art. 6º No mesmo prazo poderá qualquer funcionário apresentar ao governo a planta e orçamento do tipo de casa que preferir para sua habitação.

Art. 7º Dentro em oito dias depois de terminado o prazo a que se refere o art. 5º, a Secretaria de Estado da Agricultura Comércio e Obras Públicas remeterá ao contratante da construção das casas as plantas e orçamentos aprovados, segundo os quais deverão ser construídas.

Art. 8º Se algum ou alguns dos projetos a que se referem os arts. 5º e 6º não merecerem a aprovação do governo, este fará organizar outros a cuja execução será o contratante obrigado.

Art. 9º Até dez dias depois de aprovados, os projetos serão recebidos na Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os requerimentos dos funcionários que quiserem obter a construção de casas nos termos deste regulamento.

§1º Será lícito aos funcionários pedir a construção de casa de valor inferior ao que corresponder à sua categoria, nos termos do parágrafo único do art. 3º; ou ainda de valor superior, entrando desde logo, porém, com diferença calculada pelos

respectivos orçamentos, entre o preço da casa de valor correspondente à sua categoria e o da que escolher.

§2º No requerimento, o funcionário declarará, de acordo com a tabela anexa, qual o prazo máximo que escolhe para a amortização da dívida (*sic*).

Art. 10. Antes de iniciada a construção ou durante esta, poderá o funcionário exigir do contratante qualquer modificação de detalhe do projeto adotado, contanto que daí não resulte a necessidade de se interromper a edificação da casa. O aumento ou diminuição de valor resultante da modificação aceita fica sujeito às condições estabelecidas no §1º do artigo antecedente.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas aprovará o orçamento da modificação feita para o fim de ser fixado o novo valor da casa.

Art. 11. Terminado o prazo para recepção dos requerimentos dos empregados, a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas comunicará ao contratante da construção o número de casas a construir com a determinação dos respectivos valores e nomes dos funcionários requerentes, devendo a construção ser encetada no prazo de trinta dias da data dessa comunicação.

Art. 12. À proporção que for sendo concluída a construção de cada casa e recebida pelo engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, será expedido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um título provisório de propriedade ao respectivo funcionário.

Parágrafo único. O secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mandará convidar por edital, o respectivo funcionário para vir receber o seu título provisório de propriedade e fará à Secretaria das Finanças as precisas comunicações a fim de começar a ser feito o desconto mensal de que trata o art. 2º.

Art. 13. O título definitivo de propriedade só será expedido a cada funcionário depois de completada a amortização de sua dívida.

Art. 14. Antes de extinta a dívida, essas casas não poderão ser alienadas, sob qualquer título (ou hipotecadas, salvo permissão expressa do governo).

Art. 15. Se, antes de completa extinção da dívida, falecer o respectivo funcionário, poderão seus herdeiros necessários, ou cônjuge sobrevivente requerer, dentro do prazo improrrogável de trinta dias, contados da data da morte, para continuar a efetuar o pagamento da dívida, obrigando-se a entrar todos os

meses, pelo menos com a importância necessária para pagamento da anuidade estipulada no art. 2º.

Parágrafo único. Se, dentro do prazo estipulado neste artigo, não for apresentado requerimento por parte do cônjuge sobrevivente ou dos herdeiros necessários, ou se deixarem de satisfazer, por espaço de três meses, as prestações a que forem obrigados, ou se o seu requerimento for indeferido, será o prédio vendido em *hasta pública*, a fim de ser pago o restante da dívida, sendo o excedente, descontadas as despesas com a *hasta pública*, entregue a quem de direito.

Art. 16. Se antes de extinta a dívida for o funcionário exonerado, será a respectiva casa vendida em hasta pública, nos termos do parágrafo único do artigo antecedente, se ao exonerado não convier saldar a sua dívida dentro do prazo improrrogável de quinze dias, contados da data de sua exoneração, podendo o governo, para esse fim, consentir na venda da casa.

Art. 17. A fiscalização das construções ficará a cargo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Art. 18. O secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas anunciará com urgência a concorrência pública para o fim de que trata o art. 1º.

Art. 19. O presente regulamento entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Ouro Preto, 15 de abril de 1895. *Francisco Sá.* (MINAS GERAIS, 1895d, *apud* BARRETO, A., 1996, p. 257-260).

“TABELA A

Das anuidades que deverão pagar os funcionários públicos, de acordo com o regulamento expedido pelo Decreto n. 818 desta data, para amortização do capital adiantado pelo Estado para a construção das casas edificadas nos lotes concedidos pelo §1º do art. 30 do Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895, calculados para 10, 15, 20, 25 e 30 anos, sendo o juro do capital sempre de 5% ao ano.

CAPITAIS (segundo os valores arbitrados para 6 classes de casas)	ANUIDADES CORRESPONDENTES A:				
	10 anos 12.95%	15 anos 9.63%	20 anos 8.02%	25 anos 7.10%	30 anos 6.50%
20:000\$000	2:592\$000	1:935\$000	1:608\$000	1:421\$000	1:302\$000
16:000\$000	2:076\$000	1:548\$000	1:288\$000	1:141\$000	1:044\$000
14:000\$000	1:824\$000	1:350\$000	1:128\$000	994\$000	912\$000
11:000\$000	1:428\$000	1:062\$000	888\$000	784\$000	720\$000
9:000\$000	1:176\$000	873\$000	728\$000	641\$000	588\$000
6:000\$000	780\$000	585\$000	585\$000	427\$000	396\$000

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ouro Preto, 15 de abril de 1895. *Francisco Sá.*" (MINAS GERAIS, 1895b *apud* BARRETO, A., 1996, p. 260).

"TABELA B

Das prestações mensais que deverão pagar os funcionários públicos, de acordo com o regulamento expedido pelo Decreto n. 818 desta data, para amortização do capital adiantado pelo Estado para a construção das casas edificadas nos lotes concedidos pela Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, calculadas para 10, 15, 20, 25 e 30 anos, sendo o juro do capital sempre de 5% ao ano.

CAPITAIS (segundo os valores arbitrados para as 6 classes de casas)	ANOS					OBSERVAÇÕES
	10	15	20	25	30	
20:000\$000	216\$000	161\$000	134\$000	119\$000	108\$000	As quantias foram reforçadas para mil-réis sempre que o decimal excedeu 2.
16:000\$000	173\$000	129\$000	107\$000	95\$000	87\$000	
14:000\$000	151\$000	113\$000	94\$000	83\$000	76\$000	
11:000\$000	119\$000	89\$000	71\$000	65\$000	68\$000	
9:000\$000	97\$000	73\$000	60\$000	54\$000	49\$000	
6:000\$000	65\$000	48\$000	40\$000	36\$000	33\$000	

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ouro Preto, 15 de abril de 1895. *Francisco Sá.*" (MINAS GERAIS, 1927 *apud* BARRETO, A., 1996, p. 261).

ANEXO C

Decreto n. 849, de 29 de agosto de 1985.

“Decreto n. 849, de 29 de agosto de 1895

Modifica algumas disposições do regulamento sobre construcções de casas para funcionarios na Nova Capital.

O dr. Presidente do Estado de Mg, considerando que nas classes de valores das casas, que devem ser construídas na Nova Capital para os funcionarios publicos, nos termos do regulamento annexo ao decreto n. 818, existe uma classe que aproveitaria a um só empregado, e por nenhum foi utilizada, e, reconhecendo a necessidade de facilitar aos funcionarios publicos a realização de modificações nos projectos de casas que lhes melhorem de condições de residência; de acordo com o pensamento da lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, no seu art. 2, n. 6, resolve:

Art. 1. O art. 4 do regulamento annexo ao decreto n. 818, de 15 de abril do corrente anno, fica alterado pela seguinte forma: os typos das casas corresponderão a seis classes de valores determinados em vista dos vencimentos fixos, annuaes dos funcionarios, e relativos às seguintes categorias destes:

1ª – Funcionarios que vencem de 12:000\$ a mais.

2ª – Funcionarios que vencem de 9:000\$ a mais.

3ª – Funcionarios que vencem de 5:000\$ a mais.

4ª – Funcionarios que vencem de 4:000\$ a mais.

5ª – Funcionarios que vencem de 2:000\$ a mais.

6ª – Funcionarios que vencem até 2:000\$.

Art. 2. A importância das modificações exigidas no projecto da casa que, conforme a respectiva cathegoria, competir ao funcionario, desde que não exceda de 25% do orçamento da mesma, será paga por meio de descontos mensaes nos vencimentos do empregado, a partir da data do começo da construcção da casa, até 22 mezes depois.

§ único. De qualquer augmento além daquelles 25%, assim como de proveniente da adopção de typo superior ao que compete ao funcionario, a importância orçada será paga logo no começo da construcção.

Art. 3. Nas declarações que tiverem de fazer os funcionarios, para obterem os favores concedidos pelo presente decreto, devem ser especificadas as condições sob que os acceitam nos termos acima referidos.

Art.4. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado de Mg, em Ouro Preto, 29 de agosto de 1895.

Chispim Jacques Bias Fortes

Francisco Sá".²⁸ (LEMOS, Celina, 1998, p.123-124)

²⁸ Este Decreto, cuja fonte não foi identificada, é citado como Anexo em LEMOS, Celina, 1998, p. 123-124.

ANEXO D

Relação entre a quantidade de habitações para os funcionários públicos a serem construídas considerando os tipos das casas e os valores gastos.

“Pelo Decreto n. 818, de 15 de abril de 1895, tais habitações [dos funcionários públicos] não deveriam exceder de:

52	prédios	tipo	A	312:000\$000
70	“	“	B	648:000\$000
35	“	”	C	385:000\$000
27	“	“	D	378:000\$000
7	“	“	E	112:000\$000
9	“	“	F	180:000\$000
				<hr/>
200				2.015:000\$000”

(BARRETO, A., 1996, p.532)

ANEXO E

Trecho, sobre as atividades da 10ª Divisão da Comissão Construtora, que consta de um resumo do relatório do engenheiro-chefe Francisco Bicalho, apresentado ao governo do Estado em maio de 1898.

“10ª DIVISÃO

Esta Divisão teve como chefe o Dr. Bernardo de Figueiredo, que foi encarregado da construção das casas para os funcionários públicos. O quadro abaixo indica o serviço feito durante o ano pela referida Divisão.

TIPO DAS CASAS	CONCLUÍDAS	EM PINTURA	ATRASADAS	TOTAL
A	19	6	28	53
B	32	15	18	65
C	14	13	10	37
D	8	10	4	22
E	3	3	7	13
F	7	1	1	9
F2	1	-	-	1
SOMA	84	48	68	200

A coluna denominada “Em pintura” quer dizer casas que já estavam com esse trabalho começado, ou prontas para recebê-lo. A coluna intitulada “Atrasadas” compreende as casas que estavam com serviços de pedreiros e carpinteiros. Destas, uma de tipo C estava apenas em fundações. Ficaram prontos 4.300 m² de passeios de lajes ou pedra plástica. Uma casa das de secretários e a do chefe de Polícia foram entregues; uma outra das de secretários estava quase terminada e a terceira ainda recebendo alvenaria. Em todas estas faltavam ainda obras acessórias como coqueiras, lavanderias, etc.” (MHAB, 1897 *apud* BARRETO, A., 1996, p. 695).